

## EQUIPA

<b>Promotor</b>	Câmara Municipal de Santiago do Cacém
<b>Descrição do Documento</b>	Relatório de Proposta <b>Volume 1 – Fundamentação da Proposta</b>
<b>Versão</b>	8ª versão
<b>Data</b>	<b>junho de 2015</b>
<b>Coordenação do Plano</b>	Câmara Municipal de Santiago do Cacém
<b>Equipa do Plano</b>	Urb. João Godinho Eng. António Tojinha Arq. Elsa Figueiredo Grade Dra. Ana Malão Eng. Jorge Penedo Anabela Figueiredo Dra. Sofia Tereso Eng. Joaquim Pinheiro

## ÍNDICE – FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA

EQUIPA .....	I
ÍNDICE – FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA .....	II
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VI
ÍNDICE DE QUADROS .....	VIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	IX
I. PREÂMBULO.....	1
II. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO.....	11
III. FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA .....	32
1. INTRODUÇÃO .....	32
2. ENQUADRAMENTO.....	34
2.1 - ENQUADRAMENTO NO MUNDO E NO PAÍS .....	34
2.2 - ORGANIZAÇÃO REGIONAL .....	44
2.3 - DESENVOLVIMENTO CONCELHIO .....	46
3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO MUNICIPAL.....	50
4. CLASSIFICAÇÃO DO SOLO.....	64
4.1 - UNIDADES ORGÂNICAS.....	64
4.1.1 - Unidade Orgânica do Litoral.....	67
4.1.2 - Unidade Orgânica do Centro .....	73
4.1.3 - Unidade Orgânica do Oriente .....	76
4.1.4 - Unidade Orgânica do Sul .....	79

<b>5.</b>	<b>QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO RURAL .....</b>	<b>85</b>
5.1	- DIAGNÓSTICO SÍNTESE.....	85
5.2	- ESPAÇOS AGRÍCOLAS OU FLORESTAIS.....	89
5.3	- ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRO-SILVO-PASTORIL.....	90
5.4	- ESPAÇOS NATURAIS .....	94
5.5	- ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS .....	95
5.6	- AGLOMERADOS RURAIS.....	97
5.7	- ÁREAS DE EDIFICAÇÃO EM SOLO RURAL PERIURBANO E ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA.....	99
5.8	- ESPAÇOS CULTURAIS .....	104
5.8.1	- <i>Elementos Patrimoniais – Arquitetónico e arqueológico</i> .....	105
5.9	- ESPAÇOS TURÍSTICOS .....	111
5.10	- MONTES ANTIGOS.....	118
5.11	- ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS .....	119
5.12	- CEMITÉRIO .....	119
5.13	- EDIFICABILIDADE EM SOLO RURAL – PARÂMETROS.....	122
<b>6.</b>	<b>QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO .....</b>	<b>124</b>
6.1	- REDE URBANA MUNICIPAL.....	124
6.2	- PERÍMETROS URBANOS .....	127
6.2.1	- <i>Freguesia de Abela</i> .....	134
6.2.2	- <i>Freguesia de Alvalade</i> .....	135
6.2.3	- <i>Freguesia do Cercal do Alentejo</i> .....	135
6.2.4	- <i>Freguesia de Ermidas-Sado</i> .....	136
6.2.5	- <i>Freguesia de Santa Cruz</i> .....	137
6.2.6	- <i>Freguesia de Santiago do Cacém</i> .....	138
6.2.7	- <i>Freguesia de Santo André</i> .....	139
6.2.8	- <i>Freguesia de São Bartolomeu da Serra</i> .....	140
6.2.9	- <i>Freguesia de São Domingos</i> .....	140
6.2.10	- <i>Freguesia de São Francisco da Serra</i> .....	140
6.2.11	- <i>Freguesia de Vale de Água</i> .....	141

6.3 - CENTROS HISTÓRICOS .....	142
6.3.1 - Centro Histórico de Santiago do Cacém.....	142
6.3.2 - Centro Histórico de Alvalade.....	143
6.3.3 - Centro Histórico do Cercal do Alentejo .....	145
6.4 - CATEGORIAS OPERATIVAS E FUNCIONAIS .....	147
6.5 - CATEGORIAS FUNCIONAIS .....	148
6.5.1 - Espaços Centrais .....	148
6.5.2 - Espaços Residenciais.....	149
6.5.3 - Espaços de Atividades Económicas.....	151
6.5.4 - Espaços Verdes.....	154
6.5.5 - Espaços de Uso Especial.....	155
6.6 - CATEGORIAS OPERATIVAS .....	156
6.6.1 - Solo Urbanizado .....	156
6.6.2 - Solo Urbanizavel .....	158
6.7 - EDIFICABILIDADE EM SOLO URBANO – PARÂMETROS.....	162
<b>7. UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO .....</b>	<b>164</b>
7.1 - UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO .....	164
7.1.1 - UOPG de Vila Nova de Santo André.....	165
7.1.2 - UOPG dos Escatelares.....	167
7.1.3 - UOPG do Bairro do Hospital.....	169
7.1.4 - UOPG do Cercal do Alentejo .....	170
<b>8. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL.....</b>	<b>173</b>
8.1 - CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO .....	174
8.2 - REGIME DE EDIFICABILIDADE .....	178
<b>9. REDE VIÁRIA E FERROVIÁRIA.....</b>	<b>180</b>
<b>10. SANEAMENTO E ABASTECIMENTO .....</b>	<b>184</b>
10.1 - SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	184



10.2 - INTERVENÇÕES NAS REDES DE DRENAGEM.....	186
10.2.1 - <i>Intervenções nas Estações de Tratamento de Águas Residuais</i> .....	186
10.2.2 - <i>Grau de Tratamento das ETAR Municipais</i> .....	194
10.2.3 - <i>Operação e Manutenção das ETAR</i> .....	195
<b>11. EQUIPAMENTOS.....</b>	<b>196</b>
11.1 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS .....	203
11.2 - EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS.....	206
11.3 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE .....	208
11.4 - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	210
11.5 - EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL.....	211
11.6 - EQUIPAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	215
11.7 - EQUIPAMENTOS DE CULTURA, DE RECREIO E DE LAZER .....	215
<b>12. RISCOS .....</b>	<b>218</b>
12.1 - RISCOS NATURAIS.....	218
12.1.1 - <i>Cheias e Inundações Urbanas</i> .....	218
12.1.2 - <i>Inundação por Maremoto (Tsunami)</i> .....	219
12.1.3 - <i>Sismos</i> .....	220
12.1.4 - <i>Movimentos de Massa em Vertentes</i> .....	220
12.1.5 - <i>Erosão Costeira: Destruição de Praias e Sistemas Dunares</i> .....	221
12.1.6 - <i>Incêndios Florestais e Erosão Hídrica dos Solos</i> .....	221
12.2 - RISCOS TECNOLÓGICOS OU MISTOS.....	222
12.2.1 - <i>Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas</i> .....	222
12.2.2 - <i>Acidentes Oleodutos e Gasodutos</i> .....	223
12.2.3 - <i>Poluição Atmosférica Grave com Partículas e Gases</i> .....	223
12.2.4 - <i>Acidentes que Envolvam Substâncias Perigosas (Diretiva Seveso II)</i> .....	223
12.2.5 - <i>Degradação e Contaminação de Aquíferos</i> .....	224
12.2.6 - <i>Degradação e Contaminação de Águas Superficiais</i> .....	226
<b>13. CARTOGRAFIA .....</b>	<b>228</b>

13.1 - CARTOGRAFIA VETORIAL.....	228
13.2 - FOTOGRAFIA AÉREA .....	228
<b>14. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>231</b>
<b>ANEXO – ESTUDO DE PREVISÃO DE EQUIPAMENTOS .....</b>	<b>239</b>
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	239
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	242
EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL .....	244
EQUIPAMENTOS DE CULTURA, DE RECREIO E DE LAZER .....	245

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – POSIÇÃO DE PORTUGAL NO MUNDO.....	34
FIGURA 2 - FECHO DO GRANDE ANEL DAS MIGRAÇÕES MUNDIAIS DA ANTIGUIDADE EM 1500.....	35
FIGURA 3 - MODELO ANALÓGICO DA ÁRVORE .....	36
FIGURA 4 - CAD.....	36
FIGURA 5 – A FUSA .....	38
FIGURA 6 – A CIDADE TRIPLA – O “TREVO” E SUA LIGAÇÃO À FUSA .....	39
FIGURA 7 – ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO NO ALENTEJO E NO PAÍS .....	41
FIGURA 8 - ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA E PROPOSTA DE EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL .....	42
FIGURA 9 - DIAGRAMA ESQUEMÁTICO DO ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DE SANTIAGO DO CACÉM .....	44
FIGURA 10 – UNIDADES ORGÂNICAS .....	66
FIGURA 11 – UNIDADE ORGÂNICA DO LITORAL .....	68
FIGURA 12 – HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS URBANOS DA UO DO LITORAL .....	69
FIGURA 13 – UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO NA UO DO LITORAL .....	70
FIGURA 14 – UNIDADE ORGÂNICA DO CENTRO .....	74
FIGURA 15 - HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS URBANOS DA UO DO CENTRO .....	75
FIGURA 16 – UNIDADE ORGÂNICA DO ORIENTE .....	77
FIGURA 17 - HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS URBANOS DA UO DO ORIENTE .....	78
FIGURA 18 – UNIDADE ORGÂNICA DO SUL.....	80
FIGURA 19 - HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS URBANOS DA UO DO SUL .....	81

FIGURA 20 – UNIDADE OPERATIVA DE PLANEAMENTO E GESTÃO NA UO DO SUL .....	82
FIGURA 21 – DISTÂNCIA DO CERCAL DO ALENTEJO AOS PRINCIPAIS AGLOMERADOS.....	84
FIGURA 22 – ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRO-SILVO-PASTORIL .....	92
FIGURA 23 – AED E AESRP NAS FREGUESIAS DE SANTO ANDRÉ, SANTIAGO DO CACÉM E SANTA CRUZ.....	101
FIGURA 24 – AED E AESRP NA FREGUESIA DE CERCAL DO ALENTEJO .....	102
FIGURA 25 – LOCALIZAÇÃO DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO PROPOSTO .....	109
FIGURA 28 – MONTES ANTIGOS NAS FREGUESIAS DE VALE DE ÁGUA E SÃO DOMINGOS. ....	121
FIGURA 29 – REDE URBANA MUNICIPAL .....	125
FIGURA 30 – CENTRO HISTÓRICO DE SANTIAGO DO CACÉM.....	143
FIGURA 31 – CENTRO HISTÓRICO DE ALVALADE .....	144
FIGURA 32 – CENTRO HISTÓRICO DO CERCAL DO ALENTEJO .....	146
FIGURA 33 – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS NO CONCELHO DE SANTIAGO, EXISTENTES E PREVISTOS.....	154
FIGURA 34 – UOPG DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ .....	166
FIGURA 35 – UOPG DOS ESCATELARES.....	168
FIGURA 36– UOPG DO BAIRRO DO HOSPITAL.....	169
FIGURA 37 – UOPG DO CERCAL DO ALENTEJO .....	171
FIGURA 38 – ESTRUTURA ECOLÓGICA FUNDAMENTAL.....	176
FIGURA 39 – ESTRUTURA ECOLÓGICA ESTRATÉGICA.....	177
FIGURA 40 – ESTRUTURA ECOLÓGICA INTEGRADA .....	178
FIGURA 41 – REDE FERROVIÁRIA PROPOSTA.....	180
FIGURA 42 – REDE VIÁRIA NO CERCAL DO ALENTEJO – EXISTENTE E PREVISTA .....	182
FIGURA 43 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA .....	199
FIGURA 44 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR UNIDADE ORGÂNICA.....	200
FIGURA 45 - COBERTURA TERRITORIAL DO PARQUE URBANO RIO DE FIGUEIRA E DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ .....	239
FIGURA 46 - PLANTA SÍNTESE, DO PIQURB, DO PARQUE CENTRAL EM VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ .....	240
FIGURA 47 - PLANTA SÍNTESE, DO PIQURB, DO REDE CICLÁVEL EM VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ.....	241
FIGURA 48 - COBERTURA TERRITORIAL DOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS EXISTENTES NO CONCELHO.....	242
FIGURA 49 - COBERTURA TERRITORIAL DOS QUARTÉIS/POSTOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA EXISTENTES NO CONCELHO.....	243
FIGURA 50 - COBERTURA TERRITORIAL DAS BIBLIOTECAS EXISTENTES NO CONCELHO .....	245
FIGURA 51 - COBERTURA TERRITORIAL DOS AUDITÓRIOS E DOS CENTROS CULTURAIS EXISTENTES NO CONCELHO.....	246

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DOS RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS.....	28
QUADRO 2 – AGLOMERADOS URBANOS NA UNIDADE ORGÂNICA DO LITORAL E NÍVEL HIERÁRQUICO.....	68
QUADRO 3 – AGLOMERADOS URBANOS NA UNIDADE ORGÂNICA DO CENTRO E NÍVEL HIERÁRQUICO.....	75
QUADRO 4 – AGLOMERADOS URBANOS NA UNIDADE ORGÂNICA DO ORIENTE E NÍVEL HIERÁRQUICO.....	77
QUADRO 5 – AGLOMERADOS URBANOS NA UNIDADE ORGÂNICA DO SUL E NÍVEL HIERÁRQUICO .....	81
QUADRO 6 – AGLOMERADOS RURAIS, POR FREGUESIA .....	98
QUADRO 7 – AED POR FREGUESIA .....	103
QUADRO 8 – AESRP POR FREGUESIA.....	103
QUADRO 9 – CENTRALIDADES TURÍSTICAS.....	114
QUADRO 10 – PARÂMETROS PARA O SOLO RURAL .....	123
QUADRO 11 – NÍVEIS HIERÁRQUICOS DOS AGLOMERADOS URBANOS .....	126
QUADRO 12 – ÁREAS CONSOLIDADAS ACIMA DOS 70% NO CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM .....	130
QUADRO 13 – AVALIAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS DO CONCELHO .....	131
QUADRO 14 – NOVOS PERÍMETROS URBANOS PROPOSTOS .....	132
QUADRO 15 – ÁREAS E VARIAÇÃO DE ÁREA (%) DOS NOVOS PERÍMETROS URBANOS PROPOSTOS RELATIVAMENTE AOS PERÍMETROS URBANOS DE 93.....	134
QUADRO 16 – ÁREAS DOS ESPAÇOS CENTRAIS EXISTENTES.....	149
QUADRO 17 – ÁREAS DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS EXISTENTES.....	151
QUADRO 18 – ÁREAS DOS ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS EXISTENTES .....	152
QUADRO 19 – ÁREAS DOS ESPAÇOS VERDES PREVISTOS NO PDM.....	154
QUADRO 20 – ÁREAS CONSOLIDADAS E A CONSOLIDAR POR AGLOMERADO .....	161
QUADRO 21 – PARÂMETROS PARA O SOLO URBANO .....	162
QUADRO 22 – ÁREA E POPULAÇÃO POR AGLOMERADO (CENSUS 2001) .....	203
QUADRO 23 – EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS EXISTENTES E PROPOSTOS POR TIPOLOGIA E POR FREGUESIA .....	204
QUADRO 24 – EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS EXISTENTES E PROPOSTOS POR TIPOLOGIA E POR FREGUESIA .....	207
QUADRO 25 – EQUIPAMENTOS DE SAÚDE EXISTENTES E PROPOSTOS POR TIPOLOGIA E POR FREGUESIA .....	209
QUADRO 26 – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA EXISTENTES E PROPOSTOS POR TIPOLOGIA E POR FREGUESIA .....	211
QUADRO 27 – EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL EXISTENTES E PROPOSTOS POR TIPOLOGIA E POR FREGUESIA.....	212
QUADRO 28 – EQUIPAMENTOS CULTURAIS EXISTENTES E PROPOSTOS POR TIPOLOGIA E POR FREGUESIA.....	216
QUADRO 29 – FOCOS DE RISCO .....	226



QUADRO 30 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE SANTIAGO DE CACÉM, 2001 .....	244
---	-----

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - BALANÇO DAS ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS EM SOLO URBANO E SOLO RURAL FACE AO SOLO CLASSIFICADO COMO URBANO NO PDM93, POR FREGUESIA .....	85
GRÁFICO 2 – CONTRASTE DO NÚMERO DE PERÍMETROS URBANOS COM O NÚMERO DE ÁREAS CONSOLIDADAS DISPERSAS EM SOLO RURAL, POR FREGUESIA. ....	86
GRÁFICO 3 - NÍVEL DE PREENCHIMENTO DOS PERÍMETROS URBANOS DO PDM 1993 .....	128

## I. PREÂMBULO

Hoje em dia devem os PDM assumir plenamente a função para que foram criados, que é a orientação do desenvolvimento estrutural e estratégico dos municípios no tocante ao seu território municipal. Isto só é possível em diálogo com o poder político municipal e com os respetivos serviços de gestão económica do Município e com a participação dos cidadãos. Mas também exige a coordenação com o planeamento dos espaços contíguos e com os níveis regionais de coordenação.

Resumem-se os objetivos e a natureza que devem presidir a um PDM eficaz e do século XXI:

1. Já não faz mais sentido encerrar o PDM numa regulamentação estreita e passiva e num mero papel de proibição ou aceitação perante as iniciativas privadas de urbanização e construção, antes há que instalar uma feição pró-ativa municipal.
2. Trata-se de um compromisso que envolve parceiros do Governo Central, do Município, dos municípios vizinhos e dos parceiros sociais e cidadãos em geral que participam no Plano e se interessam pela vida do concelho.
3. Na função de coordenar os projetos de construção, o PDM deve antecipar-se aos problemas e procurar resolvê-los, nomeadamente através da mediação ativa – 3ª solução – no caso de conflito entre os parceiros interessados. A mediação implica a colaboração franca dos parceiros interessados e em conflito.
4. Um Plano, não sendo um projeto em si mesmo, deverá agilizar-se como processo e preparar-se para futuras revisões e ajustamentos, acompanhando o decorrer das ações e as novas oportunidades.
5. O todo do PDM de Santiago do Cacém deverá não só enquadrar-se nas naturais e óbvias relações intermunicipais mas também no âmbito mais geral do desenvolvimento do País e nas potencialidades e oportunidades que as circunstâncias internacionais lhe possam oferecer – a nível do próprio município e da Região onde ele se insere, nomeadamente tendo em atenção o planeamento das regiões mais abrangentes e confrontando as realidades locais com as referências oficiais do PROT Alentejo e do PNPOT e de outros estudos Regionais que venham a ser desenvolvidos.

Um PDM não pode ser gerido burocrática e sossegadamente a partir do articulado regulamentar. Ele tem que continuar a ser criativo, dialogante e capaz de orientar o desenvolvimento concelhio face às modificações da conjuntura e a eventos não esperados. Curiosamente, será na História que se procurarão muitas ideias e condicionamentos que irão intervir no futuro e até potenciá-lo.



Castelo de Santiago do Cacém

### Análise e Interpretação do PDM de Santiago do Cacém

Para efeito de aproveitar a sua plena potencialidade, os técnicos da Câmara Municipal ligados à construção e ao planeamento urbanístico, tal como os projetistas e os investidores no Município deverão estudar o **RELATÓRIO DO PLANO** e seus **ANEXOS** com grande cuidado, de forma a integrarem o seu espírito nos seus estudos e ações, já que uma ação limitada à observação do Regulamento, à Planta de Condicionantes e à Planta de Ordenamento corresponderia a uma forma redutora e de traição a todo o esforço feito pelo corpo político e pela equipa técnica visando o desenvolvimento do território em si e integrado na Região. Há que repudiar a tentação de usar o PDM como se fora um Plano de Urbanização e programar as oportunidades de estudar e gerir os necessários PMOT e PIMOT.



Vista geral de Santiago do Cacém

## Publicitação do PDM de Santiago do Cacém

Como complemento deve o Plano Diretor Municipal ser publicitado e explicitado no exterior para mostrar a potenciais investidores e empresários as potencialidades que o referido Plano oferece, com flexibilidade, incentivos e de forma colaborativa.

Deverá, ainda, ser feita uma forte campanha de divulgação do Plano e da sua Estratégia por toda a população, incentivando a sua participação em todas as fases de conclusão do Plano bem como na sua implementação, com a preocupação, por parte da equipa municipal, de canalizar potenciais intenções e objetivos e no espírito do Plano, no sentido do desenvolvimento económico e social sustentável do Concelho de Santiago do Cacém.

## Organização do Relatório

No presente documento é apresentado o Relatório de Fundamentação da Proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém (RPDM), constituindo-se como elemento de acompanhamento dos Planos Diretores Municipais, segundo o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro.

De acordo com a referida legislação, a Revisão do Plano Diretor Municipal é constituída pelos seguintes elementos fundamentais:

- a) Regulamento;
- b) Planta de enquadramento regional, à escala 1: 100.000;
- c) Planta da situação existente, à escala 1: 25.000;
- d) Planta de Ordenamento, às escalas 1: 25.000;
- e) Planta de Ordenamento - Património arqueológico e arquitetónico, às escalas 1:25.000;
- f) Planta de Ordenamento – Zonamento Acústico e Zonas de Conflito (Lden) e (Ln), às escalas 1: 25.000;



- g) Planta de Condicionantes Exceto AH, RAN, REN e RN2000, às escalas 1: 25.000;
- h) Planta de Condicionantes AH, RAN, REN e RN2000, às escalas 1: 25.000;
- i) Planta de Estrutura Ecológica, à escala 1: 25.000;
- j) Planta de Riscos Naturais e Tecnológicos, à escala 1: 25.000;
- k) Planta da Rede Viária e Ferroviária, à escala 1: 25.000;
- l) Planta das unidades orgânicas, à escala 1: 25.000;

E é acompanhado pelos seguintes elementos complementares (que de facto, também são fundamentais para uma gestão adequada do território municipal):

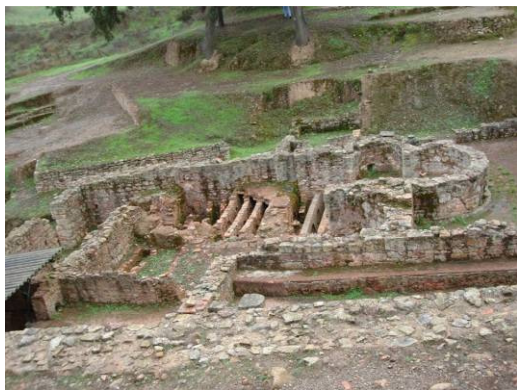
- Estudos de Caracterização do território municipal (apresentados na fase de Caracterização e Diagnóstico);
- Relatório de Fundamentação da Proposta (que é constituído pelo presente documento) e respetivos anexos;



**Igreja Matriz de Santiago do Cacém**

- Anexo I – Estudos dos Novos Perímetros Urbanos, onde são apresentados de forma sucinta os dados estatísticos relativos a todos os Novos Perímetros Urbanos do Concelho e a sua comparação com os perímetros urbanos de 93;
- Anexo II – Condicionantes, onde são apresentadas e detalhadas as condicionantes que constam das Plantas de Condicionantes;
- Anexo III – Ordenamento à escala 1:5 000 para os aglomerados municipais;

- Relatório Ambiental, onde é equacionada toda a problemática ambiental, são identificadas as características, problemas e deficiências e são propostas medidas mitigadoras e capazes de reduzir os impactos negativos;
- Estudo Acústico, onde são apresentadas as alterações, ao nível do ruído, que poderão ocorrer com a proposta de ordenamento agora apresentada;
- Património Cultural e Natural, onde é feito um levantamento exaustivo de todo o Património Cultural Classificado e em Vias de Classificação, do Património Cultural não classificado, onde se destacam o património arqueológico, arquitetónico religioso, militar, civil, industrial, onde se incluiu a Molinologia, os centros históricos, e o próprio Património Imaterial no qual se destacam as tradições e expressões orais, as expressões artísticas e manifestações de carácter performativo, as práticas sociais, rituais e eventos festivos, as competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais e ainda o património museológico e arquivístico. No que respeita ao Património Natural foram identificadas as áreas classificadas e outro património natural como as paisagens.



**Ruínas de Miróbriga**



**Azulejos da Estação da CP de Santiago**



**Moinho da Cruz de João Mendes**



**Lagoa de Stº André**



**Estação da CP de Santiago do Cacém**



**Azulejos Palácio Carreira**

Foi ainda realizada uma importante recolha e respetiva identificação pelos investigadores e através de publicações sobre a História local. Este é um documento considerado aberto porque a qualquer momento poderá haver novos elementos a integrar no Património Municipal;

- Programa de Execução, onde são explicitadas as ações a realizar e o prazo de execução das mesmas – elemento de extrema importância na futura gestão do PDM;
- Participações recebidas em sede de Discussão Pública e respetivo Relatório de Ponderação (documentos a integrar o presente documento após Discussão Pública do Plano).

O presente relatório encontra-se organizado em três partes:

1ª parte é constituída pelo **Preâmbulo** onde se apresenta a estrutura do Relatório e suas peças constituintes assim como se propõe uma abordagem de interpretação e de publicitação da Revisão do Plano Diretor Municipal;

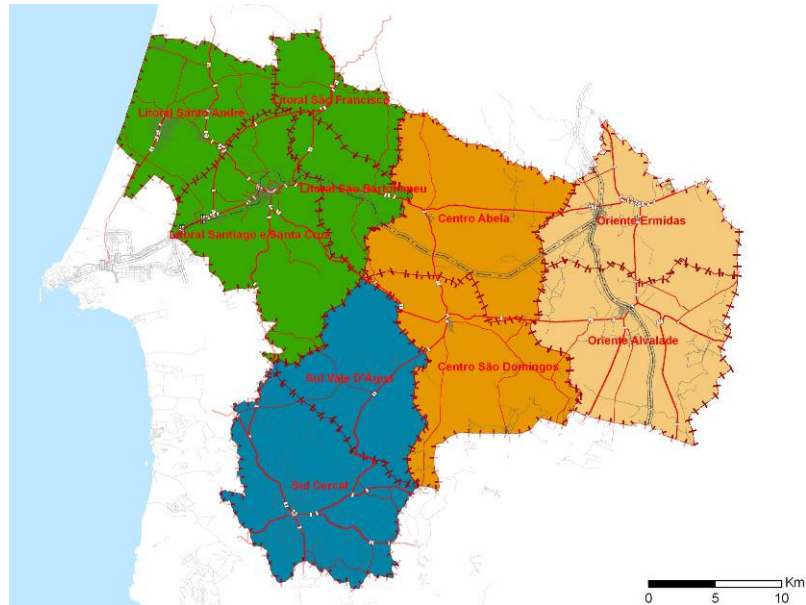
2ª parte é constituída pela **Síntese do Diagnóstico**, onde se pretende apresentar de forma muito resumida o Diagnóstico a que se chegou após a elaboração dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico;

3ª parte é constituída pela **Fundamentação da Proposta**, que se desenvolve em 14 capítulos:

No Capítulo 1 e 2 faz-se uma introdução e apresenta-se o enquadramento do município na Sub-Região do Alentejo Litoral, na Região do Alentejo, no País e no Mundo;

No Capítulo 3 apresenta-se a proposta de Estratégia de Desenvolvimento e Ordenamento para o Município, organizada sob uma estrutura de 4 linhas estratégicas que depois se desagregam em objetivos e respetivas ações estruturantes e uma linha estratégica transversal;

No Capítulo 4 apresenta-se a Classificação do Solo prevista na Lei, propondo-se do ponto de vista de planeamento a delimitação de quatro Unidades Orgânicas.



### Unidades Orgânicas propostas no PDM

No Capítulo 5 é desenvolvida a proposta de Qualificação do Espaço Rural do Concelho, organizando-se o capítulo em 11 subtítulos cada um especificando as opções tidas na classificação dos diversos espaços finalizando-se com a proposta de parâmetros de edificabilidade em espaço rural;

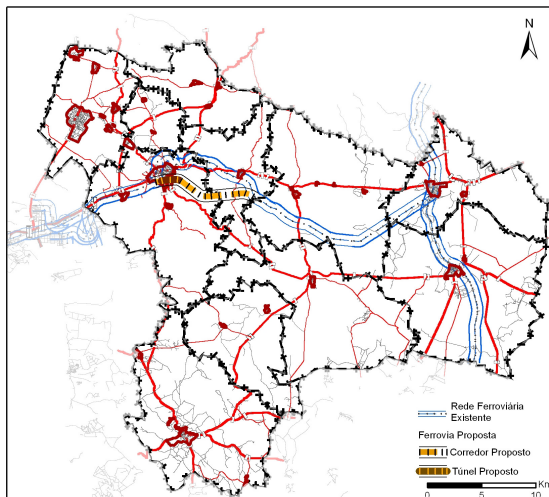
No Capítulo 6 é efetuada uma proposta de Qualificação do Espaço Urbano, iniciando-se o capítulo com a proposta da Rede Urbana Municipal, seguindo-se os perímetros urbanos, por freguesia. Foram aferidos os centros históricos do Município e retificados os seus limites. Estabeleceram-se as categorias Operativas e Funcionais, previstas na Lei e estabelecidos os parâmetros de edificabilidade para o solo urbano;

No Capítulo 7 é efetuada a delimitação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão do Concelho, sendo propostas 4 UOPG;

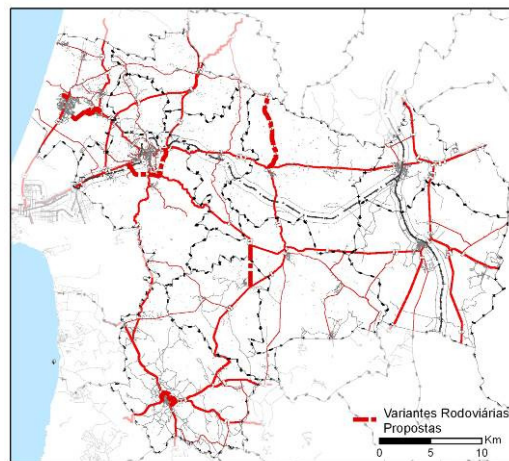
No Capítulo 8 é apresentada a proposta da Estrutura Ecológica Municipal, sendo explicitados os critérios de delimitação utilizados e o seu regime de edificabilidade.



No Capítulo 9 é apresentada a proposta da Rede Viária e Ferroviária do Concelho, com a explicitação das diversas propostas alternativas para a rede viária e ainda com a proposta que está a ser estudada para o traçado da rede ferroviária (REFER);



**Rede Ferroviária existente e proposta**

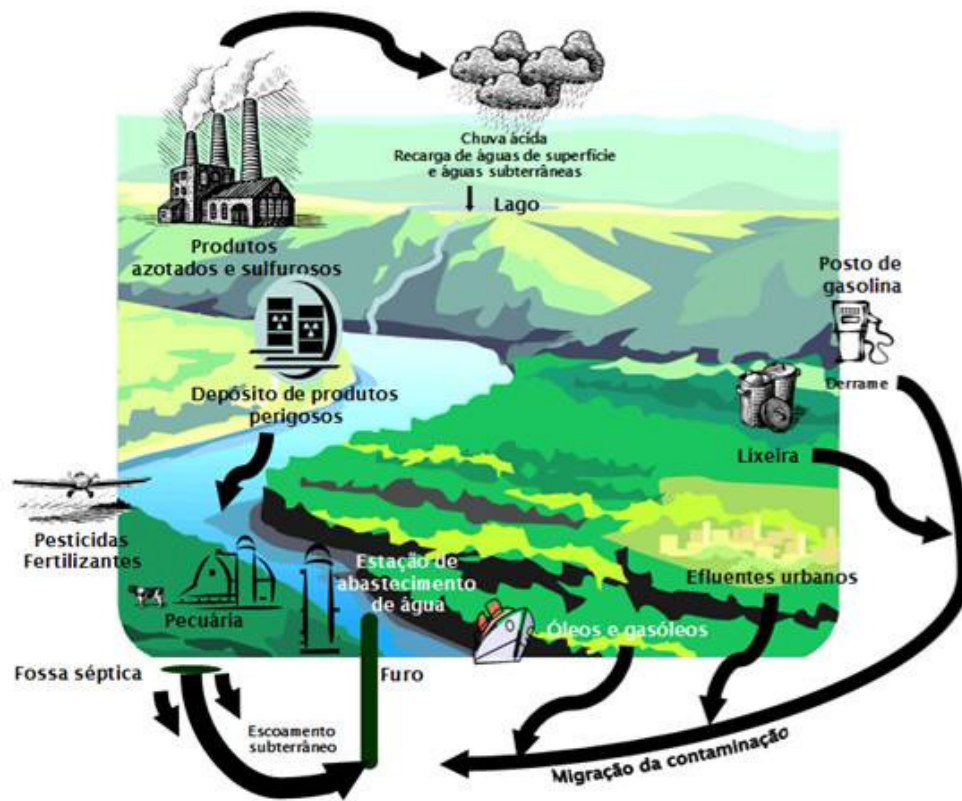


**Rede Viária existente e proposta**

No Capítulo 10 é apresentada a proposta de Saneamento e Abastecimento prevista para o Concelho;

No Capítulo 11 é apresentada a proposta da Rede de Equipamentos, a qual teve em conta os equipamentos previstos no plano de atividades do município, na carta educativa e no diagnóstico realizado pela equipa do plano, sendo o capítulo dividido por tipologias de equipamento;

No Capítulo 12 são apresentados os Riscos a que pode estar sujeito o município, tendo-se diferenciado os Riscos Naturais dos Riscos Tecnológicos ou Mistos;



### Fontes de Poluição das Águas Subterrâneas

No Capítulo 13 é feita a referência à Cartografia Base Utilizada para a elaboração do Plano.

No Capítulo 14 é apresentada a Bibliografia de apoio à elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém;

## II. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico da situação presente do concelho foi elaborado no **Volume 10 – Diagnóstico** – dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico. Neste capítulo pretende-se apenas fazer uma síntese de modo a enquadrar a proposta subsequente.

### DIVERSIDADE PAISAGÍSTICA

A **diversidade paisagística** do Concelho de Santiago do Cacém revela-se um trunfo para o seu desenvolvimento, a potenciar nas suas duas componentes:

- **recurso económico**, na perspectiva das atividades agrícola, florestal e pecuária, mas também da cinegética e do alojamento turístico nomeadamente em espaço rural, com incidência em todo o Concelho, com respeito pela biodiversidade e proteção da vida selvagem.
- **valor científico e conservacionista** de paisagens notáveis e *habitats* de importância internacional, como os que se localizam na faixa litoral do Concelho, onde a biodiversidade existente e a avifauna migratória, em particular, podem ser fatores de diferenciação e valorização da oferta de alojamento e animação turística e cultural;

Em termos de **ameaças** ao conjunto de valores acima referidos, e para o aproveitamento económico que deles se pode retirar, surgem, em primeiro plano, os seguintes:

- o **declínio do montado**, a **desertificação** e o conseqüente decréscimo da pastorícia extensiva e da fauna cinegética, que implicam a perda de atividades tradicionais com relevância para a sustentabilidade local;
- o rápido **declínio do pinhal litoral**, na freguesia de Santo André, onde desempenha atualmente funções de proteção contra o avanço do cordão dunar;
- um rápido **crescimento** da agroindústria de **culturas transgénicas** nas áreas de perímetro de rega, como já se verifica na freguesia de Alvalade.
- o despovoamento das áreas interiores.



As competências da Câmara Municipal estão aquém do desafio que se coloca à conservação dos valores naturais e paisagísticos do Concelho. Torna-se necessário um **consenso esclarecido**, que reconheça a importância dos valores naturais e da paisagem para a sustentabilidade ambiental e das atividades económicas que dele tiram partido.

Na abordagem de um PDM, a resposta adequada às ameaças acima referidas passa pela definição de uma visão positiva e mecanismos regulamentares que orientem a ação coletiva. Neste sentido, a definição da **estrutura ecológica municipal**, dos seus corredores e áreas nucleares, assim como as regras aplicáveis aos diversos espaços rurais do Concelho, particularmente no que concerne à edificação em solo rural, são os instrumentos disponíveis ao planeamento na sua tentativa de orientar os processos evolutivos em marcha neste extenso território. Em paralelo há o próprio espírito e princípios básicos do Plano e o compromisso de defender e beneficiar o património do concelho, numa **atitude concertada** da **Administração Central, Município e forças vivas locais**.

Para além dos aspetos regulamentares, as propostas de constituição de **subespaços-plano**, como o do Parque Biofísico do Trevo – uma extensa área de parque florestal de usos múltiplos – poderão ser elementos agregadores das competências e vontades individuais e corporativas em torno da preservação e valorização económica dos recursos florestais, paisagísticos e da biodiversidade em contexto intermunicipal e regional.

## LITORAL

Com 8 km de costa, Santiago do Cacém possui um pequeno mas forte potencial no seu litoral. O extenso areal favorece o uso balnear e desportivo.

Esta frente está abrangida pelo **POOC Sado - Sines**, que estabeleceu dois Planos de Praia, que no entanto não se encontram totalmente concretizados.

A ocupação humana que ocorreu durante as décadas de 60 e 70 degradaram muito a frente litoral e as dunas, no entanto o município de Santiago já realizou um grande esforço para a requalificação das dunas e da Lagoa de Santo André em particular. É de todo importante continuar estes trabalhos, implementar os **Planos de Praia**, melhorar as acessibilidades e

respetivos apoios (estacionamentos), requalificar a frente urbana imediata da praia, qualificando o edificado e criando atividades de apoio aos veraneantes, de qualidade e evidenciando-se sempre pela diferença. Há que prever o adequado recuo de muitas iniciativas em relação à linha de costa.

O litoral arenoso permite o uso de quase toda a costa, no entanto apenas se encontram classificadas 4 praias no POOC, com diferentes níveis de infraestruturação.

## GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA

Do ponto de vista geológico o Concelho é atravessado por algumas falhas importantes, tais como a Falha de Santo André, a Falha de Santa Cruz e a Falha de Grândola.

Ao nível hidrogeológico existem alguns recursos, mas que estão a ser demasiadamente explorados e não da melhor forma, exigindo uma **rigorosa monitorização da água** a diversos níveis (reservas/quantidade, qualidade, recursos e sua utilização), beneficiando o concelho com um controle mais apertado dos recursos hídricos, nomeadamente com a construção de cisternas para a rega de áreas verdes e para atividades de lavagem.

Já existem zonas com contaminação de solos e de água, nomeadamente por hidrocarbonetos e também originados por resíduos perigosos, pelas atividades agrícolas e pelas suiniculturas – o que implica elaborar planos de contenção destes vários tipos de poluição, para não se alastrar irreversivelmente...!

Ao nível de recursos geológicos existiam várias explorações mineiras, estando no entanto algumas delas atualmente desativadas e abandonadas, caso da exploração de Cobre, Ferro, Manganês e Bário. Se estas concessões mineiras pudessem voltar à extração com rentabilidade ou pudessem ser requalificadas para fins turísticos, poderiam ser um ponto forte para o desenvolvimento económico do Concelho mas haveria que atuar com precaução.

Atualmente, no concelho de Santiago do Cacém, as pedreiras só exploram calcários, existindo bons recursos de **Calcários** e **Dolomitos** que se destinam à produção de britas. Valerá a pena, porém, manter uma atenção e vigilância permanentes relativamente a potenciais solos

extrativos que poderão tornar-se importantes valores económicos se não forem excessivamente explorados.

Outro ponto forte do Concelho corresponde às **Areias e Cascalheiras**, que são utilizadas nas indústrias da construção civil e obras públicas e como material de enchimento nas construções rodoviárias.

Assim, independentemente de estarem ou não a ser explorados, ou ativos, é fundamental uma correta delimitação dos espaços para indústria extrativa que incluam as **áreas de exploração consolidada**, complementados com as **áreas de exploração potencial**, e programa para a sua futura recuperação paisagística. São aspetos de importância estratégica.

## DEMOGRAFIA

A síntese da demografia mostra-nos que o planeamento do concelho terá de estabelecer **estratégias diferenciadas** para o conjunto das freguesias de Santiago, Santo André, Santa Cruz, São Francisco da Serra e São Bartolomeu da Serra, que apresentam uma população superior a 20.000 hab e tendências de crescimento, enquanto toda a restante área do concelho regista decréscimos populacionais e tem cerca de 3 aglomerados com uma população de 2.500 a 3.000 hab cada um (Cercal do Alentejo, Alvalade e Ermidas) e mais três freguesias (Abela, S. Domingos e Vale de Água) que no conjunto não chegam a 2.000 hab. Dada a pequena dimensão deste povoamento há que pensar em soluções infraestruturais alternativas, incentivos ao povoamento tendo em conta os respetivos limiares e adotar, para os mais pequenos, soluções criativas e de engenharia natural, para o que a educação da população e a formação dos técnicos de apoio merece toda a atenção, assim como dos próprios técnicos dos serviços centrais a quem é pedido colaborar em soluções novas e fora das soluções burocráticas habituais.

## ATIVIDADE ECONÓMICA

A situação económica difícil implica todos os cuidados no incentivo à manutenção de atividades e empregos, podendo sugerir-se os seguintes campos, em que se chegam a ultrapassar os próprios limites administrativos de Santiago do Cacém:

1. Atividades complementares do Porto e da Zona Industrial de Sines, prevendo a sua expansão industrial e das plataformas logísticas de serviços e entreposto num eixo perpendicular à costa e apoiados na futura linha-férrea de Sines, no eixo rodoviário Sines-Santiago-Abela-Ermidas e no IP8.
2. Atividades turísticas não só em Santiago e Santo André mas também no interior, tirando partido dos atrativos da baixa densidade, das albufeiras e dos montados, a ativar e equacionar ao nível do “Trevo” (Santiago, Sines, Sto. André), da região do Alentejo Litoral e do Alentejo Interior.
3. Procurar oferecer locais para empreendimentos que possam ser úteis para as atividades económicas do Concelho, garantindo a sua disponibilidade e publicidade.
4. Turismo residencial e rural.
5. Atividades de proteção ecológica, recreio e investigação científica ligadas a uma reserva e parque de proteção à vida selvagem – preparação de médicos veterinários.
6. Artesanato ligado a produções tradicionais e centros para a sua renovação e aperfeiçoamento.
7. Atividades culturais no domínio das artes plásticas e da música.
8. Educação e assistência social – virada para o mercado interno e externo e oferecendo **espaços de teleformação** e teletrabalho no povoamento disperso ou nos pequenos centros rurais.
9. Programação da regeneração e conservação do espaço urbano e valorização do parque habitacional e valores culturais.
10. Eventos de projeção regional – programação de eventos culturais (rota de Santiago ou a Molinologia), gastronómicos, artísticos, entre outros.

11. Investigação relativa à possibilidade de exploração de recursos mineiros, contribuindo para novos mercados e novos processos.

Admitindo que o crescimento industrial local será lento e sempre em concorrência ou quanto possível coordenado com Sines, é de admitir que não haja, a curto prazo, necessidades de crescimento de novas áreas industriais no Concelho, para além das fixadas no PDM, mas é indispensável fomentar a utilização dos espaços existentes.

Assim, os maiores problemas deverão incidir principalmente nas necessidades de apoio logístico, e dos interfaces de transporte e armazenagem, e não se deverão impedir iniciativas industriais locais se não trouxerem poluição e riscos para a população e para o ambiente.

A longo prazo e a muito longo prazo convirá contar com a possibilidade de crescimento industrial a partir de Sines em direção ao Alentejo Interior. A prudência justifica que se prevejam, em todas as freguesias, espaços disponíveis, em condições favoráveis, destinados a receber eventuais atividades de armazenagem, logística e de indústria ligeira compatíveis com as regras do PDM e dos futuros Planos de maior escala, como Planos de Pormenor e esquemas urbanísticos de enquadramento de loteamentos.

## **TURISMO**

Além de todas as atividades já referidas o outro grande problema e desafio é a necessidade de novos empreendimentos turísticos.

Haverá que estruturar os seguintes tipos de empreendimentos:

1. Instalações turísticas e alojamentos ligados aos centros urbanos mais atrativos – Santiago, Santo André, Alvalade.
2. Outras instalações procurarão concentrar-se no litoral e junto às áreas de valor ecológico, como é o caso da freguesia de Santo André (lagoas, praias, mar,...) e de Santiago (reservas de biodiversidade e parques verdes de recreio)

3. Cercal do Alentejo e Vale de Água, com boas ligações às barragens e ao litoral (Porto Covo e Odemira)
4. Sendo a qualidade ambiental um dos trunfos de maior valia para atrair o turismo será necessário prever normas e dispositivos que defendam o concelho de indústrias poluentes, de tráfego poluidor inseguro e de suiniculturas e outras atividades agropecuárias que através da eutrofização e do uso de adubos para mondas e fertilizantes químicos possam inutilizar a qualidade dos produtos e do ambiente. Este objetivo implica uma monitorização diligente e eficaz e uma verificação permanente do funcionamento das estações de tratamento e a procura de soluções para os casos mais problemáticos.
5. Ermidas deverá apostar no alojamento ligado ao nó viário (rodo e ferroviário) e ao entreposto, enquanto S. Domingos, Abela e S. Bartolomeu da Serra deverão ser especialmente prudentes na aceitação de investimentos turísticos, que poderão vir a transformar-se em simples negócios imobiliários com prejuízo para as potencialidades do setor primário e de eventuais indústrias agrícolas a criar. Trata-se de aprofundar e implementar uma política de solos.
6. Alvalade poderá apostar no seu ambiente de marca ALENTEJO e nos seus valores urbanos locais, com alojamentos de “charme” e ligação às atividades agrícolas.

Também os equipamentos culturais, educativos e museológicos deverão ter prioridade como instalações complementares para o desenvolvimento turístico do concelho.

Em relação à água balnear e costeira também se assinalam, como positivos, os seguintes aspetos:

- No ano de 2012, as zonas balneares analisadas no concelho registaram classificações de “excelente para banhos”,
- Localização da zona balnear de Santiago do Cacém, a Norte de Sines, com agitação marítima preferencial na direção NW-SE, o que minimiza os impactes de uma eventual contaminação das águas costeiras com origem no Porto de Sines.

## OCUPAÇÃO DO SOLO

A ocupação do solo no concelho de Santiago do Cacém caracteriza-se essencialmente pelos designados pinhais litorais, as culturas permanentes, os montados e os sistemas complexos (que correspondem a um mosaico de pomares, sistemas culturais e parcelares diversos e culturas permanentes).

Este esquema consiste numa generalização da COS 90 que pretendia ilustrar as principais classes de ocupação do solo no concelho, mas que não corresponde à ocupação atual – dada a sua data de elaboração – nem reflete a diversidade de ocupação das pequenas parcelas, mas apenas a ocupação predominante.

Entre estas classes predominantes há duas, de usos silvícolas, capital-extensivo, que correspondem à ocupação mínima desejável nas respetivas áreas de ocorrência, respetivamente os **pinhais litorais** e os **montados da serra**. A sustentabilidade económica e ecológica destas classes é importante para a regulação dos ecossistemas pelo que a sua manutenção constitui um objetivo importante. As ameaças a que estão expostas, nomeadamente a praga do nemátodo do pinheiro bravo e o declínio do montado de sobro, são tendências verificáveis na atualidade que importa considerar na formulação de estratégias especializadas para estas duas unidades de paisagem que preenchem a maior parte do território municipal.

As outras classes correspondem a **usos agrícolas** e **agropastoris** mais intensivos, cuja incidência territorial se relaciona mais estreitamente com a presença humana – **perímetros urbanos, aglomerados rurais, áreas de edificação em solo rural periurbano e áreas de edificação dispersa** – ou com a existência de infraestruturas agrícolas – nomeadamente os perímetros de rega de Campilhas e Alto Sado. O aproveitamento destas áreas, decorrentes do arroteamento de áreas florestais, representa um maior valor económico do que a silvicultura – em valor acrescentado e geração de emprego – mas há uma tendência de declínio que poderá ter consideráveis impactes territoriais. O abandono de terrenos agrícolas e agropastoris, assim como da agrossilvo-pastorícia no montado, dá frequentemente origem à propagação de espécies pirofíticas, típicas dos matos mediterrâneos, que representam um acréscimo no risco

de incêndios. A gestão destas áreas recomenda que se assegure uma compartimentação da paisagem em folhas de cultivos diversos que incluam floresta, cerealicultura, entre outros, controlando a ocorrência de extensas áreas de matos. Eventualmente plantas medicinais e aromáticas. Na proximidade de áreas urbanas e nas áreas peri-urbanas, sobretudo na faixa litoral do concelho, a ameaça encontra-se na propagação de espécies exóticas infestantes, nomeadamente da *acacia sp* e *Ailanthus*, para áreas com elevado valor conservacionista, como as integradas na Reserva Natural. Os problemas resultantes da invasão biológica por espécies exóticas são abordados juridicamente pelo Decreto-Lei n.º 565/99 de 21 de dezembro, presentemente em processo de revisão.

## ESTRUTURA URBANA

No que respeita à estrutura urbana municipal foram identificadas 84 **áreas consolidadas** (aglomerados urbanos) distribuídas pelas 11 freguesias do município de Santiago do Cacém.

Comparando as áreas consolidadas identificadas mediante a aplicação da abordagem metodológica descrita, com os perímetros urbanos definidos pelo PDM de 93, facilmente se verifica que existem (em número) mais aglomerados do que os que foram considerados aquando da elaboração do antigo PDM.

Esta comparação permite verificar que:

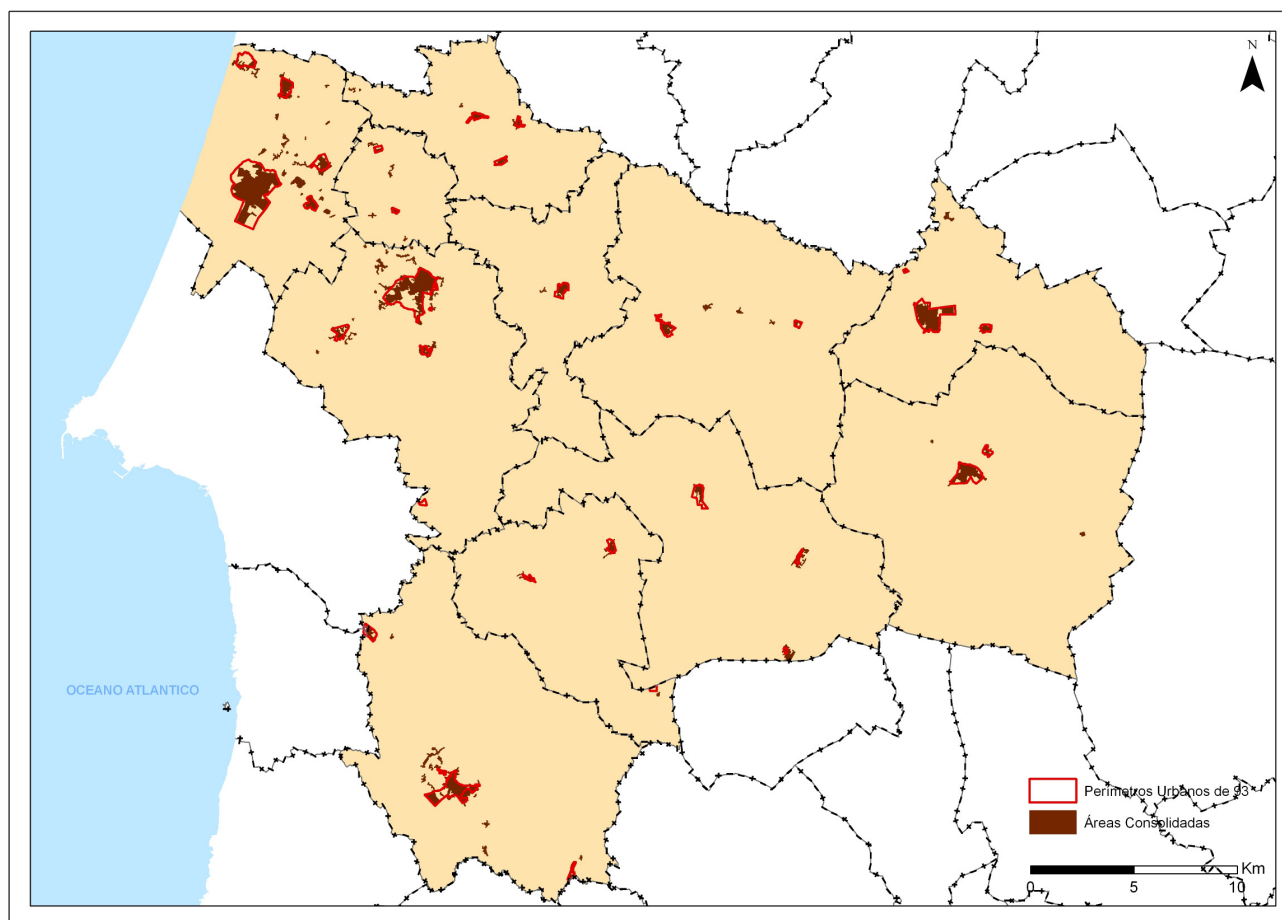
- (1) parte das áreas consolidadas identificadas encontra-se sobreposta com os perímetros urbanos de 93;
- (2) outra parte encontra-se fora dos perímetros urbanos de 93;
- (3) outra ainda é constituída por novas áreas consolidadas que não tinham perímetro urbano previsto pelo PDM de 93.

Pensa-se que as diferenças encontradas entre as áreas consolidadas e os perímetros de 93, se devem fundamentalmente a dois fatores:



- **Aglomerados urbanos de pequenas dimensões** (ainda que respondam a todos os critérios da metodologia desenvolvida) que não foram tidos em consideração aquando da elaboração do PDM de 93;
- **Áreas na envolvente de grandes aglomerados urbanos**, tais como Santiago do Cacém, Vila Nova de Santo André e Cercal do Alentejo, que foram alvo de processos de consolidação da malha urbana e que levaram ao aparecimento de novas áreas consolidadas.

De salientar ainda que, embora tenham sido identificadas 52 **novas áreas consolidadas**, não abrangidas pelos perímetros urbanos definidos no PDM de 93, a totalidade da área dos aglomerados identificados (1.490 ha) é inferior à totalidade da área dos perímetros urbanos de 93 (1.704 ha), isto é, uma redução de cerca de 13% da área.



Note-se que nesta fase da Proposta da Revisão do PDM foram redelimitados os perímetros urbanos, , sendo no entanto de ressaltar que com as áreas consolidadas agora identificadas se abrangeu cerca de 70% do total de edifícios do município, enquanto os perímetros urbanos definidos no PDM de 93 abrangiam apenas 55% das construções existentes.

Este constitui um dos problemas urbanos que existe em Santiago do Cacém, pois como se verificou na análise da estrutura urbana, os perímetros urbanos do município, na sua maioria, não se encontram totalmente preenchidos, havendo ainda áreas que podem ser edificadas, no entanto, os proprietários destes prédios, não pretendem construir. **Antevê-se assim uma forte necessidade de construir um modelo de gestão do território eficaz, que seja capaz de solucionar este problema, ou, em alternativa, eliminar certas áreas do zonamento urbano que não foram utilizadas.**

Por outro lado, existe também um outro problema urbano, no município, que se revela nas participações apresentadas pelos cidadãos. Este prende-se com a **inexistência de perímetro urbano** em **alguns aglomerados** (Volume 5), como é o caso da localidade do Azinhal, para o qual surgem aqui cinco pedidos de criação de perímetro urbano. No caso de virem estes pedidos a ser satisfeitos é importante garantir a sua utilização no período previsto pelo plano, pelo que haverá que estabelecer garantias e compensações, em protocolo a assinar com a Câmara Municipal.

## EQUIPAMENTOS

Ao nível da cobertura territorial da rede de equipamentos ressaltam algumas carências nos seguintes setores e equipamentos:

### Segurança Pública

**Quartel de Bombeiros:** nas freguesias de **S. Domingos** e **Abela** onde se encontram extensas áreas cujo tempo de acesso a partir dos quartéis de bombeiros existentes é maior que na generalidade do território municipal. Dada a relevância que a ocupação florestal tem nestas freguesias e as necessidades da população no que toca a cuidados de saúde em situação de

emergência, é recomendável um reforço da capacidade de resposta dos bombeiros nestas duas freguesias, de forma a obter-se uma cobertura territorial ótima em todo o concelho. A localização de um quartel de bombeiros na Abela será suficiente para satisfazer a cobertura territorial desejável.

**Posto da GNR** – também no que toca à GNR se verifica uma menor cobertura territorial na faixa central do Concelho. No entanto a localização de um posto da GNR no eixo **Abela – S. Domingos – Vale de Água** permitiria suprir esta lacuna.

### **Cultura, Recreio e Lazer**

A rede de equipamentos culturais de proximidade constituída pelas salas multiusos existentes é satisfatória em termos territoriais. No entanto, o nível das **valências** destes **equipamentos** deverá ser complementado em freguesias como Alvalade, Ermidas e Cercal do Alentejo, dotando-as de serviços de biblioteca, pequeno auditório e centro de atividades de tempos livres, de forma a corresponder às necessidades da população em termos de equipamentos culturais, fazendo corresponder a oferta deste setor ao que se verifica nestas freguesias ao nível do ensino.

Noutra perspetiva, que não a das carências, ressalta o triângulo das cidades de Santiago do Cacém, Santo André e Sines como uma área com elevada concentração populacional e de equipamentos coletivos, à escala regional. **A concertação de esforços intermunicipais revela-se aqui indispensável** tanto para a criação de novos equipamentos de importância regional e nacional, quanto na procura de **complementaridades funcionais** que evitem redundâncias desnecessárias na oferta de equipamentos que oneram a gestão municipal no longo prazo e tendem a prejudicar o sucesso dos projetos que deles dependem.

### **PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO**

O Concelho de Santiago do Cacém possui um **vasto património arqueológico e arquitetónico**, classificado, em vias de classificação e sem qualquer classificação. O conjunto do Património que se encontra classificado reflete, genericamente, os testemunhos conhecidos mais importantes da herança histórica do Município, com destaque para o Castelo, Igreja Matriz de

Santiago do Cacém como Monumentos Nacionais, Miróbriga atualmente em processo de reclassificação para Monumento Nacional. Em vias de classificação encontramos outros testemunhos, totalmente merecedores de classificação.

Realça-se também o grande número de moinhos existentes e prestes a integrar uma **Rede Internacional de Molinologia**. Santiago possui ainda várias quintas históricas com elevado valor cultural e histórico, pertencendo à memória do espaço rural do concelho.

Dado o seu vasto património cultural, existem dificuldades de **manutenção** desse **património**, devendo o município procurar **parcerias** com outras entidades públicas ou privadas para a recuperação e manutenção do seu-património e da sua cultura.

A partir dos valores deopatrimónio cultural poderão organizar-se áreas e percursos de interesse para o desenvolvimento da cultura local e para contribuir para a atividade turística e para a identidade concelhia e da região do Alentejo Litoral. Nomeadamente sublinhar as raízes históricas de Santiago e a importância de Dona Vataça na Região e no País (séc. XIII – XIV).

Quanto à Molinologia ressalta-se a importância dos moinhos na paisagem (vista do Castelo) o que justifica uma cautela suplementar que evite a perda dessa silhueta com construções de grande porte ou mal localizadas.

## REDE VIÁRIA E FERROVIÁRIA

A **rede viária** do concelho de Santiago, com base no levantamento de campo de 2009, é bastante extensa e encontra-se em estado considerado **regular**. As propostas de novas vias incluem variantes junto a Santiago, Santo André e Cercal do Alentejo e outras a longo ou muito longo prazo.

Ao nível da **rede ferroviária** o concelho é atravessado pela linha de caminho de ferro do sul, no entanto esta linha *não serve o concelho* no que se refere a passageiros, uma vez que só param em Alvalade os comboios regionais, tendo os passageiros com destino a Santiago que sair em Grândola e fazer o restante percurso de autocarro. A paragem em Ermidas poderia reduzir os inconvenientes desta situação, em conjugação com os transportes no eixo Santiago-Abela –

Ermidas e Ermidas–Alvalade–Cercal do Alentejo. Um horizonte de muito longo prazo poderá tornar-se necessário à linha Beja – Ermidas – Sines, cujo traçado possível convém não impedir.

No que respeita à rede de transportes verifica-se um enorme esforço por parte do município em apoiar a população nas suas deslocações no município, no entanto constata-se que este também representa um encargo muito grande para as finanças locais. Deveria ser ponderado um estudo especializado de uma possível rede (estudo de procura), em parceria com a entidade privada que gere os transportes coletivos no concelho, e uma análise detalhada com as contribuições dos serviços do município para a criação de uma rede de transportes que integrasse tanto os percursos dos funcionários, dos estudantes e todos os outros potenciais utilizadores deste meio de transporte, como para instalações escolares, de saúde, desportivas e de recreio. Poderia modificar-se o esquema de funcionamento de alguns serviços, alterando horários, circuitos e utilizando serviços mistos. Para deslocações residuais poderia encarar-se um serviço com marcação antecipada, específico.

É conveniente manter a **população concentrada** nos **aglomerados principais** existentes e desenvolver a circulação de alternativas ligeiras – rede pedonal e ciclável.

## INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

### Abastecimento de Água

O município de Santiago do Cacém é servido por 30 sistemas, 29 da responsabilidade da autarquia e um, o de Vila Nova de Santo André, da responsabilidade da empresa Águas de Santo André. Destes, cinco são responsáveis por cerca de 77% do total da água entrada nos sistemas. Estes sistemas servem cerca de 96% da população. Os restantes 4% abastecem-se através de furos e poços próprios.

Esta multiplicidade de sistemas num concelho com cerca de 30.000 habitantes, leva a que a maior parte deles tenha pequena expressão, o que conjuntamente com quase seis dezenas de captações, torna difícil o seu controlo, em termos quantitativos e qualitativos.

A eficiência dos sistemas é por isso baixa e com perdas elevadas. Embora em 2007, conforme Relatório de Desempenho, tenha havido uma melhoria, as perdas são ainda da ordem dos 40%. Estas traduzem-se por um elevado volume de água captado desnecessariamente, assim como por um custo em energia e reagentes que vai onerar o custo global dos sistemas de abastecimento de água.

Estas perdas são motivadas por condutas em más condições, muitas delas ainda em fibrocimento, e também pela extensão de longas condutas em terrenos agrícolas que torna difícil a sua deteção.

A inexistência de uma equipa de manutenção e controlo especializada nesta área é outra das razões para uma deteção tardia das fugas.

### **Rede de Saneamento**

Nas fases anteriores do processo de revisão do PDM foi feito o levantamento e diagnóstico dos sistemas de águas residuais.

Em síntese, as redes de drenagem conduzem as águas residuais para instalações de tratamento (ETAR) obsoletas, com um funcionamento precário derivado de não serem objeto de uma correta operação e manutenção.

Das treze estações para as quais foram fornecidos valores limite de emissão, apenas numa o efluente final cumpria os VLE.

Atendendo ao estado de funcionamento das ETAR, é prioritário intervir a diferentes níveis, ou colocando-as fora de serviço e construindo outras, ou ampliando-as, ou ainda complementando os seus processos de tratamento.

No âmbito deste Estudo procedeu-se à avaliação do estado de funcionamento das ETAR e à definição das obras de reabilitação. Entretanto, tendo o município de Santiago do Cacém aderido ao SPPIAA, cinco das ETAR existentes passarão para a responsabilidade daquele sistema. Assim, no âmbito deste PDM, indicar-se-ão quais as ETAR a integrar naquele sistema,

não avançando para estas com as obras a realizar, pois que serão definidas pela nova empresa Plurimunicipal. Para as restantes ETAR, são definidas as obras de intervenção. Junta-se o Desenho 2.17 do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo – Saneamento de Águas Residuais, que identifica as ETAR a integrar o sistema.

## RISCOS

Da análise e diagnóstico preliminares realizados para a componente riscos ressaltam como principais questões a ter em consideração na proposta de plano as que se prendem com o agravamento dos **fenómenos climáticos extremos** – secas e incêndios florestais, cheias e inundações em áreas urbanas – e com os **riscos tecnológicos**, nomeadamente a contaminação dos lençóis freáticos e o transporte de mercadorias perigosas, para além dos riscos de explosões e de incêndios

No quadro abaixo sintetiza-se o diagnóstico atual dos riscos naturais e tecnológicos:

	Riscos Naturais	Riscos Tecnológicos
<b>Pontos Fortes</b>	Robustez das praias e cordão dunar, desde que mantido o coberto vegetal próprio das dunas;	Sistemas de monitorização da qualidade do ar em funcionamento (GISA na ZILS) capazes de detetar ocorrência de altas concentrações de ozono troposférico em aglomerados urbanos de maior altitude;
<b>Pontos Fracos</b>	Elevada vulnerabilidade de algumas áreas urbanas a cheias/inundações, sismos e seus fenómenos secundários;	Contaminação dos lençóis freáticos por hidrocarbonetos e nitratos com origem em atividades humanas; Elevada vulnerabilidade de algumas áreas urbanas a incêndios;
<b>Oportunidades</b>	Redução do risco de incêndio florestal na orla costeira através da reconversão dos povoamentos de pinheiro bravo, atualmente ameaçados pelo nemátodo do pinheiro; regeneração dos montados de sobreiro por via da plantação de novos sobreiros selecionados	Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada dos Efluentes, no âmbito da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI); Criação de variantes rodoviárias aos aglomerados onde se verifica transporte de mercadorias perigosas;
<b>Ameaças</b>	Agravamento da intensidade e frequência dos fenómenos climáticos extremos por via das alterações climáticas; desertificação causada pelo efeito combinado do alargamento do período de estio e pela erosão dos solos	Agravamento dos níveis de contaminação das toalhas freáticas;



#### Quadro 1 - Síntese do diagnóstico dos riscos naturais e tecnológicos

De todos estes fenómenos, o PDM propõe o aprofundamento da sua monitorização e a divulgação regular dos indicadores.

## AMBIENTE

### Qualidade do Ar

Pode afirmar-se que, de um modo geral a **qualidade do ar é boa**:

- Apesar do intenso tráfego rodoviário, nomeadamente de veículos pesados, dada a proximidade com a ZILS e o Porto de Sines, parece haver uma afetação pouco significativa da qualidade do ar, segundo os dados disponíveis, para o que contribui a movimentação de ar.
- Fraca industrialização do concelho, nomeadamente em termos de indústrias pesadas.
- Aparentemente, o concelho é pouco afetado pela pluma de contaminantes originários das indústrias da ZILS de Sines, excetuando a região mais a Sul, dado o regime de ventos predominante. Para além disso, as medições efetuadas a estes poluentes revelam uma melhoria significativa nos últimos anos.

Como aspetos negativos citar-se-ão os seguintes:

- Afetação da qualidade do ar pelo ozono troposférico em zonas de grande exposição solar (Serra de Grândola) com impacte na qualidade de vida da população nos períodos de verão (com temperaturas elevadas). Pode sugerir-se o aumento de **repopoamento da floresta e árvores de alinhamento nas ruas**.
- Deficiente rede de monitorização da qualidade do ar. Haverá que melhorá-la.

## Qualidade da Água

No que respeita à qualidade da água superficial sublinha-se como positivo:

- - a existência do Plano de Ordenamento da Reserva das Lagoas de Santo André e da Sancha (PORNLSAS);
- - a existência das albufeiras de Campilhas e Fonte de Serne com reservas de água para rega e lavagem assim como para apoio de combate a incêndios;
- - Existência de uma “Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais” que permitirá uma importante melhoria no tratamento dos efluentes de origem suínica (apesar de este se encontrar atualmente parado).
- Em relação às águas subterrâneas:
  - - Existência de uma rede de monitorização da qualidade das águas subterrâneas com dados históricos desde 2001, com dados recolhidos por um laboratório afeto ao município;
  - - Existência de dois aquíferos sujeitos a pressões diferentes em termos de utilização, dado que um se situa numa região com intensa atividade industrial (aquífero de Sines), estando o segundo situado numa região menos industrializada (aquífero da Bacia de Alvalade), o que permite uma melhor gestão dos recursos hídricos subterrâneos existentes;
  - - Existência de uma “Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais” que permitirá uma importante melhoria no tratamento dos efluentes de origem suínica (apesar de este se encontrar atualmente parado).

Para as águas costeiras é de referir que:

- - Existência do POOC Sado-Sines;

- - No ano de 2008, as zonas balneares analisadas no concelho registaram classificações “Boa”, excetuando um caso de classificação “Aceitável”;
- - Agitação marítima preferencial NW-SE que minimiza os impactes de uma eventual contaminação das águas costeiras com origem no Porto de Sines, dado que Santiago do Cacém se localiza a Norte de Sines.

Em termos negativos, referindo a **água superficial**, nota-se:

- Tratamento deficitário ou inexistente de grande parte dos efluentes de origem suinícola. Há que preparar um programa de requalificação.
- Descargas de efluentes em linhas de água, nomeadamente com origem em suiniculturas.
- Problemas existentes no sistema de tratamento de águas residuais, nomeadamente devido à grande extensão do concelho, o que dificulta a sua rentabilização.
- Deficiente rede de monitorização da qualidade das águas superficiais e risco de perdas.

Em relação à **água subterrânea**:

- Tratamento deficitário ou inexistente de grande parte dos efluentes de origem suinícola.
- Problemas no sistema de tratamento de águas residuais.
- Elevada vulnerabilidade do aquífero superficial (aquífero de Sines).
- Presença de depósitos superficiais de lamas oleosas.
- Presença de indústrias no concelho de Sines, com acentuado potencial de contaminação por hidrocarbonetos do aquífero comum aos dois municípios (aquífero de Sines).
- Sobre-exploração do aquífero de Sines, aumentando o risco de contaminação por intrusão salina.

- Ausência de estudos de avaliação da contaminação dos sistemas aquíferos de Sines e da Bacia de Alvalade, bem como das caracterizações hidrogeológicas.
- Observação e amostragem não centralizada e coordenada da qualidade da água das captações e piezómetros.

Por serem constituídos maioritariamente por areias, os solos são um fator de vulnerabilidade dos aquíferos.

Também são aspetos negativos a considerar:

- Contaminação dos solos com origem na deposição não controlada de lamas das suiniculturas. Há que eliminar esta prática.
- Contaminação potencial com origem no depósito de lamas oleosas.

### III. FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA

---

#### 1. INTRODUÇÃO

---

O plano que se apresenta sob a forma de proposta, para a Câmara Municipal, teve já em conta muitas ações de auscultação da população, muitos contactos de toda a equipa com as autoridades municipais e regionais e com a população.

Assim, **procurou-se que o conteúdo da proposta se aproxime o mais possível do que será o Plano Diretor Municipal a subscrever pelo Município**, no seu sentido mais amplo, com o apoio dos cidadãos e procurando respeitar os condicionamentos e diretivas determinadas pela política, pela legislação e pela Constituição do País.

Esta atitude não exclui a capacidade criativa dos autores desta proposta e a expressão da sua autoria na própria composição do desenho do Plano e na sua síntese de objetivos e previsão de ações programadas ou a programar.

É clara a preocupação de fornecer ao Município um documento a desenrolar em curto, médio, longo e muito longo prazo, que implica monitorização e uma permanente vigilância e estudos de reavaliação e de eventuais **inflexões do plano**, para que ele se mantenha vivo e bem adaptado à evolução das conjunturas. Assim, é ambição do Plano não se limitar a consubstanciar um regulamento administrativo baseado numa planta de zonas e seu regulamento, o que seria atraiçoar o próprio espírito constitucional que manda elaborar planos e proceder à sua gestão (processo de planeamento) visando contribuir para o **desenvolvimento** do concelho e imprimir-lhe mais eficácia na governação dos valores naturais e culturais do concelho e da própria capacidade criativa dos cidadãos, enaltecendo os seus predicados humanísticos e a dignidade da pessoa humana. Este espírito de planeamento pró-ativo implica um **acompanhamento político e profissional** e ações de divulgação e debate do planeamento, num **processo continuado, transparente e muito empenhado**, de forma **permanente**.

Estes objetivos implicariam definir com muita clareza a **estrutura** que se propõe e a **estratégia** para o conseguir, dando maior flexibilidade aos projetos de execução desde que correspondam ao espírito do Plano nos seus traçados gerais e garantam uma **continuidade** da gestão até aos projetos de execução com a qualidade que se pretende.

Também é importante sublinhar que se teve o maior cuidado no estudo do relacionamento do Município de Santiago do Cacém com toda a envolvente do seu enquadramento pelo que serão feitas algumas considerações sobre questões de índole intermunicipal e **regional**.

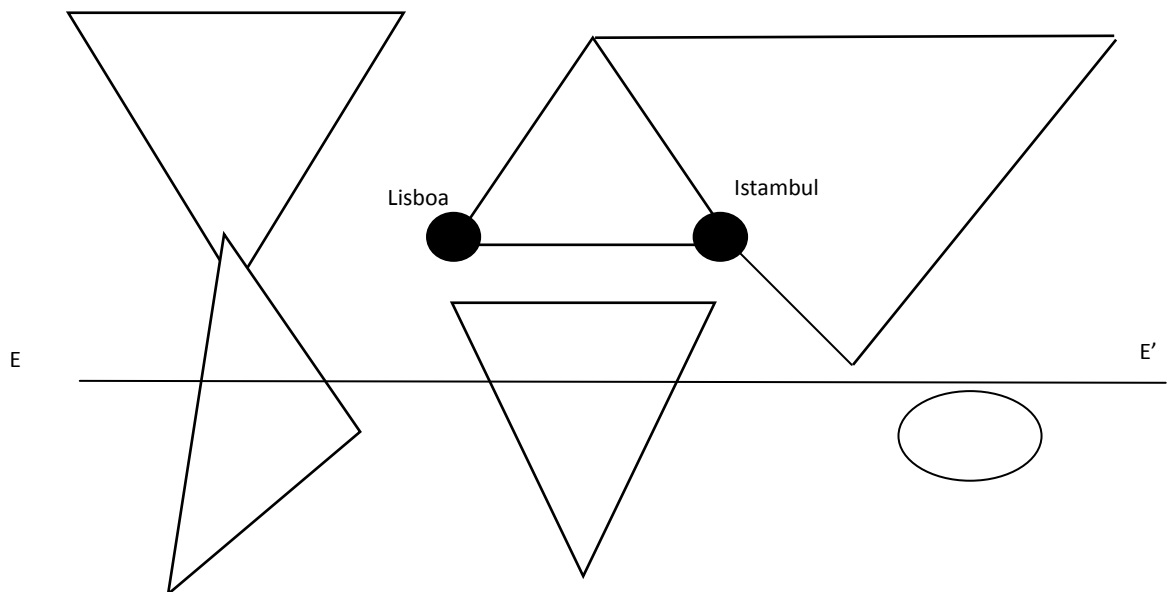
Da mesma forma, nalguns momentos, procurar-se-á uma focagem, a uma escala maior, de certos fenómenos urbanísticos cuja relevância para a qualificação do município o justificar.

Isto não impede a importância de **continuar os estudos urbanísticos a escalas maiores** na sequência do planeamento concelhio até conseguir uma permanente elaboração de estudos e seu desenvolvimento que permitam as necessárias atualizações e inflexões do próprio Plano do Município ou até de Planos Intermunicipais, alguns dos quais já neste momento poderemos recomendar e deverão elaborar-se com urgência. Antes de mais há que procurar garantir um conhecimento aprofundado e permanentemente atualizado da topografia, do cadastro, dos indicadores ambientais, dos valores do património natural e cultural (nomeadamente arqueológico) e a qualidade dos transportes e da habitação.

## 2. ENQUADRAMENTO

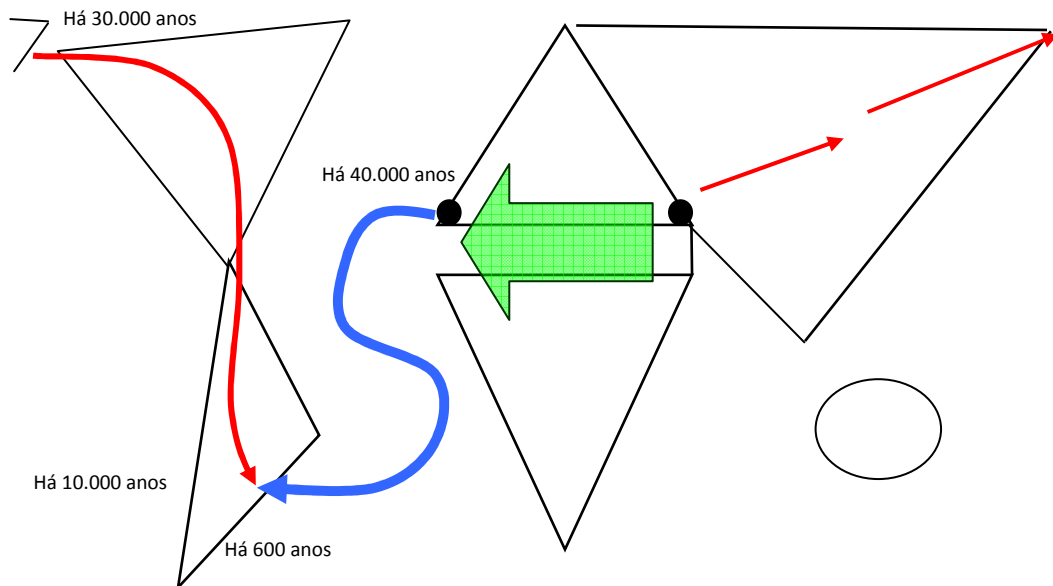
### 2.1 - ENQUADRAMENTO NO MUNDO E NO PAÍS

A **POSIÇÃO** de Portugal no Mundo (Figura 1) recomenda a maior atenção aos fenómenos de migrações e de integração de culturas. De facto, Lisboa está na origem da expansão mediterrânea das culturas iniciadas na Mesopotâmia continuadas nos Impérios Hitita, Grego e Romano e depois afetadas pela força das influências dos Bárbaros (século V, VI e VII) e do Islão (século VIII, IX, X, XI).



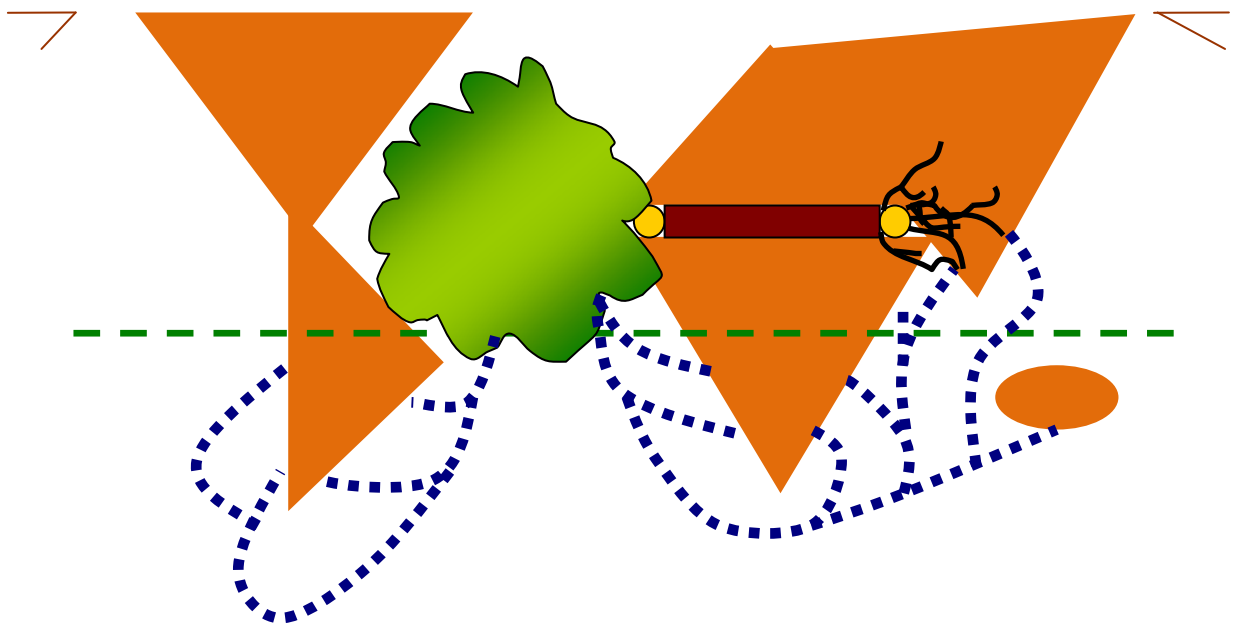
**Figura 1 – Posição de Portugal no Mundo**

Nos séculos XII, XIII e XIV consolidou-se a reconquista cristã e a expansão do Império Otomano.



**Figura 2 - Fecho do grande anel das migrações mundiais da antiguidade em 1500**

Nos séculos XIV inicia-se a atividade de globalização através das rotas oceânicas (Figura 2), enquanto na Trácia cai Istambul em poder dos Otomanos, cada vez mais enraizados no próximo oriente, enquanto Portugal vai espalhando por todo o Mundo muitas das culturas Mediterrâneas (modelo Analógico da Árvore – Figura 3).





**Figura 3 - Modelo Analógico da Árvore**

É clara a vocação complementar de Lisboa e Istambul nas relações exteriores ao Mediterrâneo.

Não pode esquecer-se a tradição marítima e depois emigratória dos portugueses, no seguimento da vocação fenícia, que também tiveram colónias no território que hoje é Portugal e que devem ter trazido o espírito aventureiro e apaixonado pelo mar, para percorrer novos caminhos e conhecer novas gentes. Assim, o Plano advoga a necessidade de considerar um processo de **relacionamento dos portugueses do Alentejo Litoral com os que estão espalhados no País e no Mundo**, de forma permanente, trocando experiências e relembrando valores regionais, para que esses portugueses e luso-portugueses não deixem de conhecer esses valores e sejam incitados a visitar a sua terra, ou dos seus ascendentes, procurando novas sinergias, solidariedades e economias de escala. E de certo modo abrindo também as portas a um maior conhecimento do Mundo e suas oportunidades, a integrar um programa de promoção do ensino geral e da formação profissional. Embora estas sugestões ultrapassem o sentido estrito do PDM, que trata de traçados e do desenho da ocupação do território, não deve deixar de se avaliar a situação de forma mais integrada e definir políticas que tomem em consideração aspetos que, afinal, fazem parte do processo sistémico de **DESENVOLVIMENTO**, fim último desse processo.

Observando agora este canto sudoeste da Europa mais em pormenor temos a considerar a Península Ibérica. Para além da importância estratégica de Madrid, pela sua posição central e boas ligações para a Europa – Além Pirenéus, pode detetar-se a importância das Áreas Metropolitanas na periferia da Península<sup>1</sup>, onde 3 delas estão sobre o Mediterrâneo: Barcelona, Valência/Alicante, Sevilha com a constelação de cidades da Andaluzia, e três sobre o Atlântico: Lisboa, CAD (Cávado, Ave e Douro) e o triângulo Bilbao/San Sebastian/

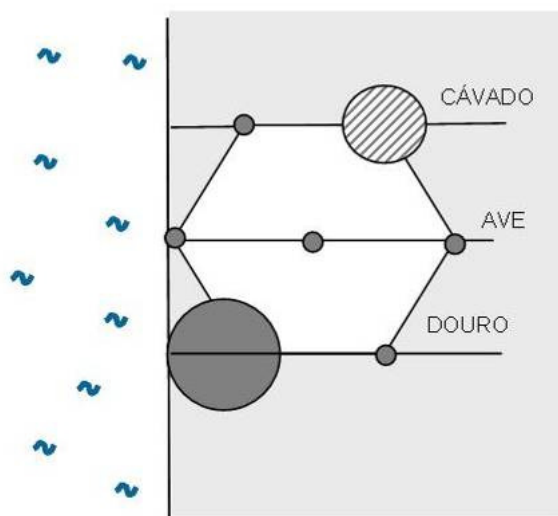


Figura 4 - CAD

<sup>1</sup> Opinião defendida pelos autores do PDM

Vitória. A Área Metropolitana do CAD corresponde ao Hexágono Urbano apoiado nos rios Cávado, Ave e Douro (Figura 4), com centro em Vila Nova de Famalicão, embora, infelizmente, não esteja assim definida oficialmente. Quanto à Área Metropolitana de Lisboa tem a sua origem nas potencialidades do Estuário do Tejo, coadjuvadas pelo Estuário do Sado e pelo Porto de águas profundas em Sines (100 km mais abaixo, junto ao promontório do mesmo nome). Também aqui a Área Metropolitana de Lisboa aparece amputada em Benavente, concelho que não pode ficar fora do sistema metropolitano, centrado no Estuário do Tejo.

Ao observar a rede das Áreas Metropolitanas na costa da Península Ibérica é de notar que Lisboa e o CAD são as duas mais próximas entre si e com ligações muito fortes e, pela sua interdependência, são também fortemente complementares, o que justifica tratá-las como uma Área Metropolitana Dupla.

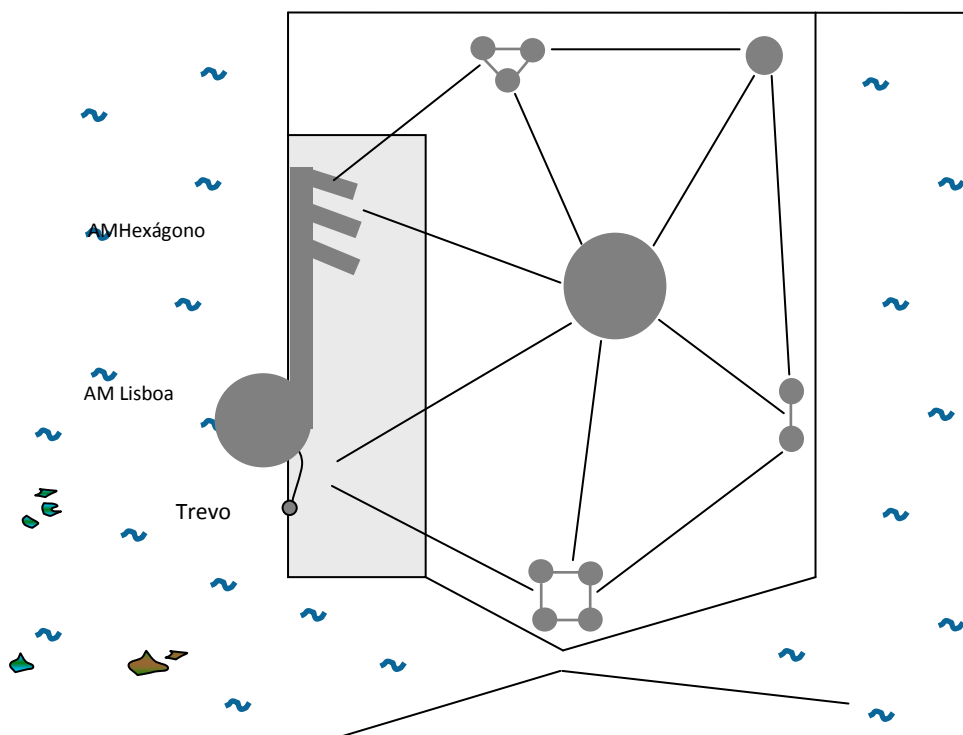
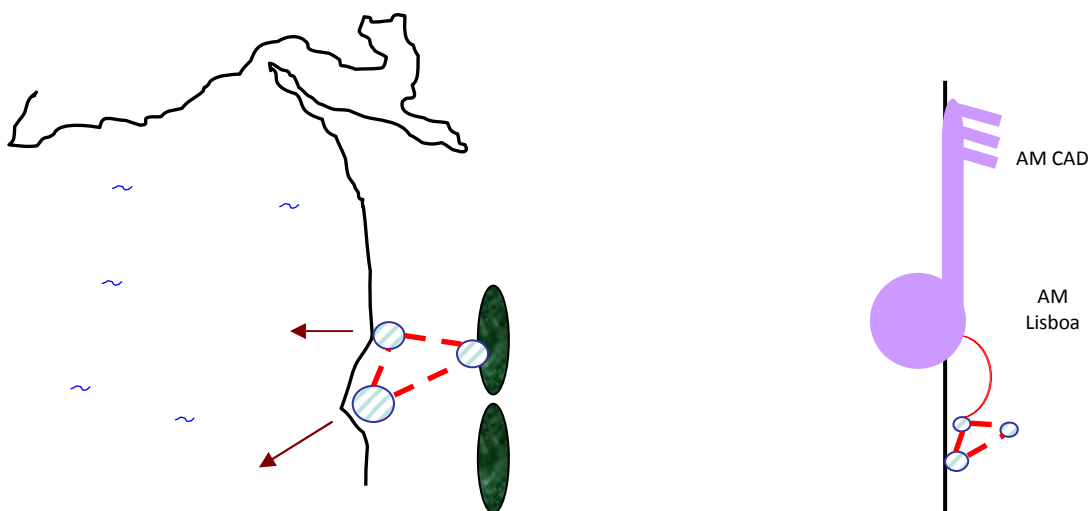


Figura 5 – A Fusa

O conjunto Lisboa/CAD, é completado com a estrutura perlar de cidades ao longo do litoral e atinge grande valor populacional, histórico e económico. É o conjunto que designamos por Fusa – Figura 5 (Modelo Analógico).

Examinando, ainda com maior focagem, a sul, onde se situa o Porto de Sines, encontra-se o “Trevo”, ou seja, uma cidade tripolar, Sines, Santiago do Cacém e Santo André, estas duas últimas pertencendo ao município de Santiago do Cacém. A proximidade destas 3 cidades e as suas complementaridades podem trazer ao conjunto uma acrescida economia de escala e importantes sinergias.

Assim, o “Trevo”, com o Porto de Sines, completa as funções da Fusa como *cluster* principal do País em relação à sua concentração económica e ligações exógenas (Figura 6).



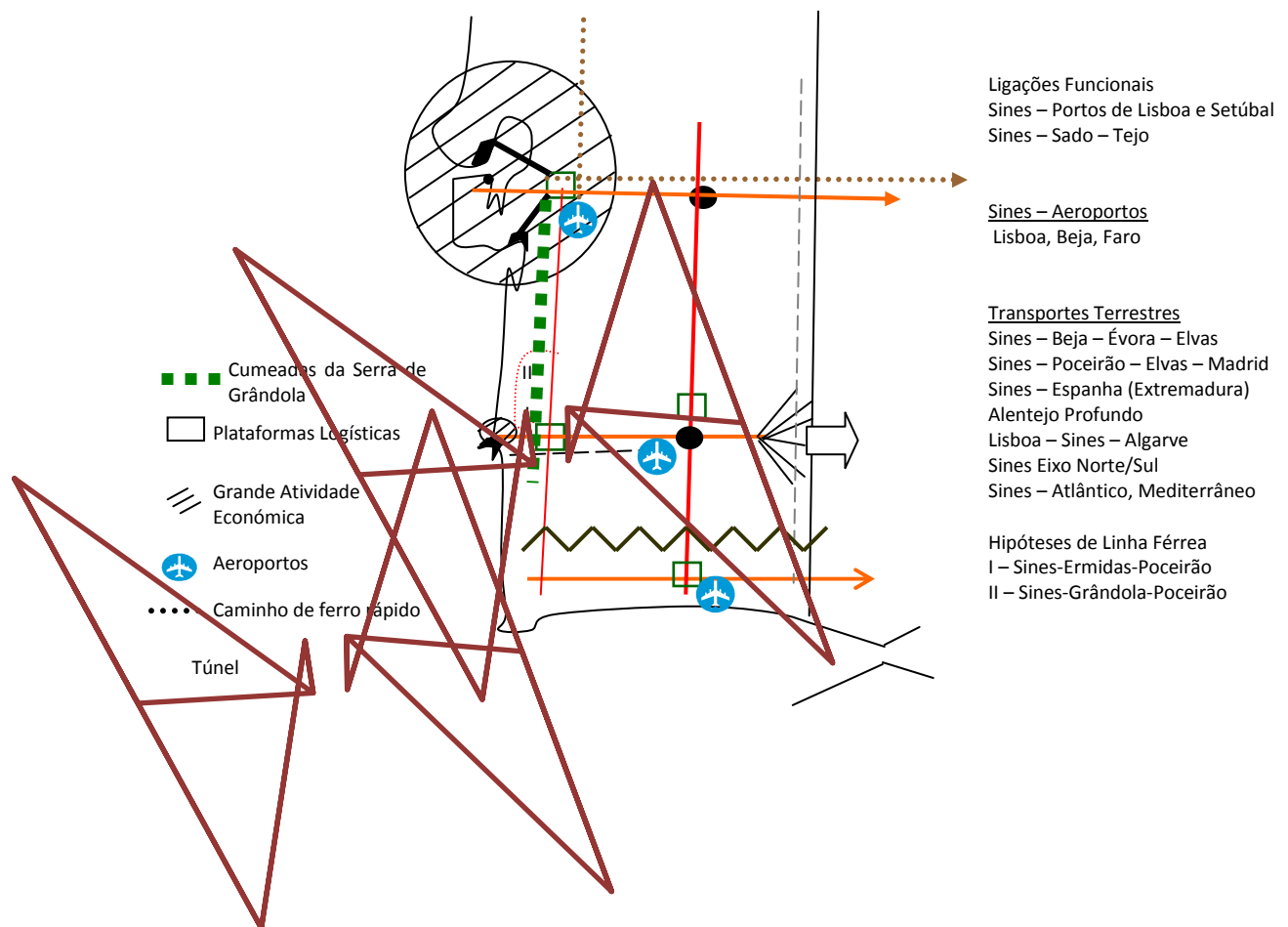
**Figura 6 – A cidade tripla – o “Trevo” e sua ligação à Fusa**

Estas considerações apresentam-nos Portugal numa posição importante em termos de relacionamento com o Mundo e em termos estratégicos no acesso à Europa por barco, nomeadamente os grandes barcos oceânicos vindos da Ásia, da África, da América. Para além do mais, a Área Metropolitana Dupla Lisboa/CAD engloba cerca de 7.000.000 hab em 350 km de extensão ao longo da costa e 50 km de largura (cerca de  $400 \text{ hab/km}^2 \approx 4 \text{ hab/ha}$ , o que é

uma muito alta densidade territorial). A Fusa e o Trevo, a sul da Fusa, como seu complemento, estão, portanto, em situação privilegiada. Para além da ligação fácil a Lisboa, o Trevo poderá também potenciar a sua funcionalidade quando melhorar as ligações a partir do Porto de Sines, não só para Lisboa e Madrid mas no futuro até ao interior do Alentejo e Algarve, nomeadamente pela linha férrea, o que poderia implicar apenas um túnel de 2 a 3 km sob a cumeada da serra de Grândola/Cercal do Alentejo (estudo realizado pela equipa do PDM, entretanto abandonado, por apresentação de uma proposta por parte da REFER, bastante semelhante, localizada logo a sul da cidade de Santiago e com um pequeno troço em túnel (cerca de 1700m).

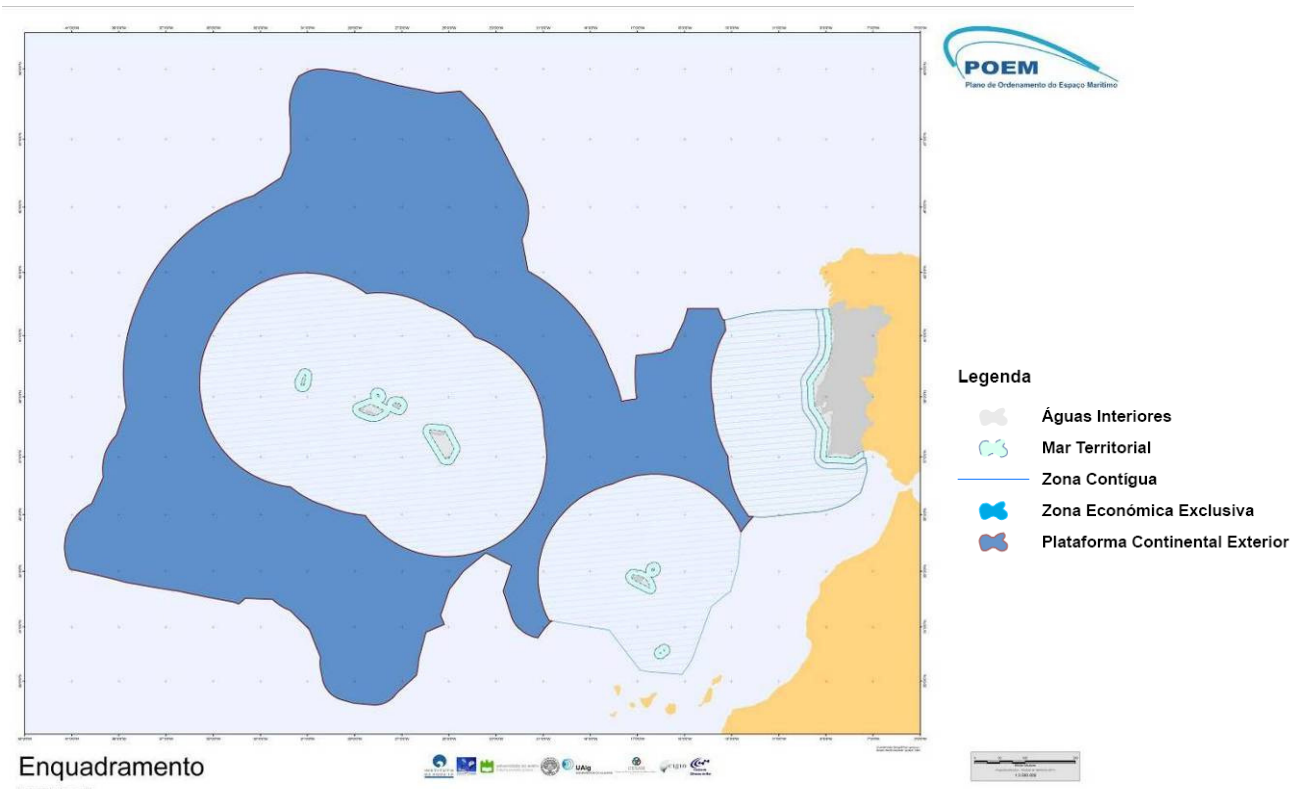
De facto, melhorada a estrutura viária, o Trevo e o Alentejo Litoral (por isso Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines) ficarão com uma posição bem integrada no Alentejo, podendo a sua rede urbana desenvolver-se em conjunto no médio, longo prazo e muito longo prazo (Figura 7) .

A REFER encontra-se a estudar dois corredores possíveis para a linha de caminho de ferro de Sines: uma alternativa já apresentada pela REFER em 2009, Sines-Grândola Norte, muito contestada pelo Município de Santiago do Cacém e de Grândola, que atravessa o litoral no sentido sul norte a oeste da Serra de Grândola, seria muito inconveniente para a proteção ambiental do espaço Serra de Grândola - Lagoas Litorais e para a boa inserção do Porto de Sines no sistema económico futuro do Alentejo e sua região; outro, apresentado em 2012, Sines-Ermidas do Sado, com o aproveitamento de grande parte do canal da Linha de Sines recorrendo a uma variante na zona da cidade de Santiago do Cacém, que procura a melhor solução neste alinhamento horizontal do ponto de vista custo-benefício. Aguarda-se entretanto, o estudo comparativo de dois corredores alternativos considerados pela REFER: esperando-se que seja abandonado o corredor a oeste da Serra de Grândola e o corredor junto a Santiago do Cacém e daí para Ermidas solução em princípio mais conciliadora entre os municípios e a REFER. .



**Figura 7 – Enquadramento Estratégico no Alentejo e no País**

Esta posição privilegiada de Sines resulta também da grande área de ZEE de que Portugal desfruta em face da sua expressão Arquipelágica e que dá à Fusa e ao Trevo, o seu porto de águas profundas, uma vocação marítima de grande relevo, não só Atlântica mas também, através do Algarve, na antecâmara do Mediterrâneo (Figura 8).



**Figura 8 - Zona Económica Exclusiva e Proposta de Extensão da Plataforma Continental**

Fonte: POEM, 2011, Consulta Pública

Torna-se por demais evidente que a Fusa e em especial o Trevo deverão ser reforçados no capítulo das atividades do Mar, como é o caso da vigilância dos mares, da investigação científica, da pesca, dos transportes, do recreio, da energia, da exploração dos recursos dos fundos do mar, da proteção dos seus ecossistemas, etc.

Em termos regionais é óbvio que o Trevo irá tomar uma posição proeminente no Alentejo, devendo acautelar-se a situação de Beja que, pela sua centralidade, não deverá deixar de ter funções de local de encontro e distribuição de serviços centrais, o que é reforçado pela existência do Aeroporto de Beja, cuja existência justifica imaginar atividades que o possam potenciar.

Quanto ao Trevo deverá saber distribuir as suas funções conjuntas e complementares da melhor forma, o que justifica um PIMOT transfronteiriço incluindo os dois municípios de Santiago do Cacém e de Sines.

Finalmente uma palavra para a Ecologia e as belezas da paisagem do Litoral Alentejano. Trata-se de uma área muito rica em biodiversidade (sobretudo quando comparada com o contexto europeu) e onde abundam ecossistemas, sobretudo dunares, com um grau de conservação hoje raramente encontrado na fachada atlântica do continente. Estes valores biológicos são em si mesmos atrativos turísticos que importa preservar. Terão de articular-se as atividades económicas com a perspetiva de proteção destes valores naturais, aliás em sintonia com as convenções internacionais sobre a matéria e em harmonia com as políticas agroambientais comunitárias. Sempre que necessário haverá que prever passadiços de madeira que permitam ultrapassar as dunas superiormente, sem pisoteio.

Por outro lado há que articular a pressão que se faz sentir sobre o litoral (porto, indústria, turismo), um território que deverá aprender a gerir uma certa contenção, com um interior, onde ainda é prevalente o latifúndio, de baixas densidades e com tendência para a emigração e redução demográfica. Os municípios vizinhos são Grândola, Sines e Odemira, junto à costa e Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Ourique, no interior.



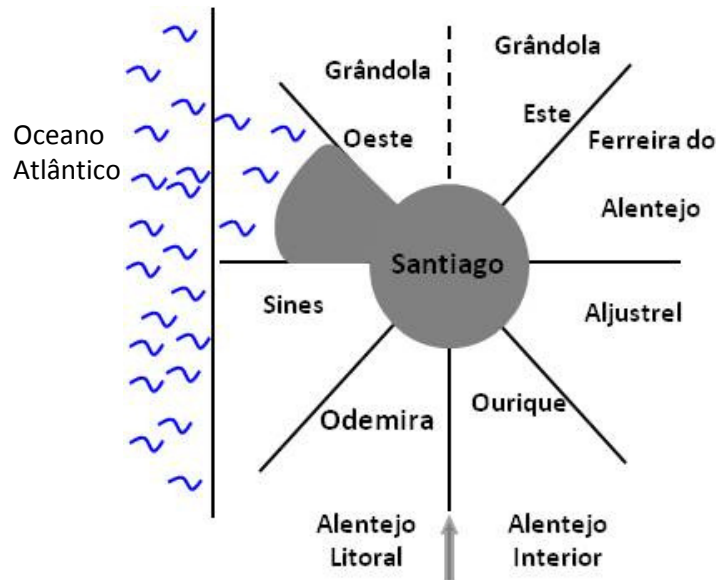


Figura 9 - Diagrama esquemático do enquadramento territorial de Santiago do Cacém

O diagrama (Figura 9) junto mostra as posições relativas dos municípios referidos e a consequente necessidade de prever estudos urbanísticos intermunicipais, nomeadamente entre Santiago e Grândola, entre Santiago e Sines e entre Santiago e Odemira, que são os municípios adjacentes ao Oceano e portanto com problemas de continuidade na sequência do planeamento da orla costeira, onde também se verifica a maior pressão de urbanização e os maiores valores ecológicos (haverá que ter em atenção as ligações e complementaridades com Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Ourique).

## 2.2 - ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Os aspetos de organização regional que mais interessam ao Município de Santiago, ao “Trevo” e ao conjunto dos Municípios do Alentejo Litoral podem assim resumir-se:

- 1º O desenvolvimento do **Porto de Sines**.
- 2º Cautelas acrescidas e criativas visando soluções de minimização dos **impactos ambientais** sobre os valores ambientais e paisagísticos do Alentejo Litoral produzidos pelas instalações e atividades do porto e das indústrias e também pelo próprio crescimento dos aglomerados

urbanos; redução da poluição atmosférica e criação de dispositivos que evitem a poluição das terras e seus aquíferos com hidrocarbonetos.

- 3º Desenvolver estudos mais profundos e estabelecer medidas e ações atinentes à construção do grande **Corredor Ecológico Diagonal do Alentejo** (CEDA) que deverá englobar a reserva natural das Lagoas da Sancha e Santo André e da Lagoa de Melides), um Parque Biofísico entre Santo André e Relvas Verdes (que incluirá o Badoca, a ampliar), uma faixa verde atravessando parte das Freguesias de São Domingos, Vale de Água e Cercal do Alentejo e depois passando para o Município de Ourique até atingir a Serra do Caldeirão.
- 4º **Linha de Sines**, que atualmente passa em Santiago e daí vai até Ermidas, com um percurso pouco aceitável para o tráfego ferroviário que serve o Porto de Sines, e passaria, sob a cumeada da Serra de Grândola – Cercal do Alentejo, vindo a juntar-se ao atual canal da Linha de Sines próximo de São Bartolomeu da Serra.
- 7º Beneficiação do atual **eixo Santiago – São Bartolomeu da Serra – Abela – Ermidas** e seu prolongamento por Ferreira do Alentejo, seguindo para Beja e para o Alentejo Profundo e Raia de Espanha, de modo a incluir o tráfego que não seguir pelo IP8 mas que será progressivamente mais pesado e que, porém, deverá ser respeitador das ligações aos aglomerados de percurso, podendo servir as suas futuras expansões industriais e de entrepostos de armazenagem.
- 8º Rearranjo da **linha-férrea em Ermidas** para melhor servir o tráfego referido em 7 e melhorar as condições de vida do próprio aglomerado de Ermidas, em coordenação com a futura estação do Lousal. Aguarda definição ferroviária.
- 9º Beneficiar a ligação **Grândola-Abela-São Domingos – Vale de Água – Cercal do Alentejo – Odemira**, como ligação secundária, mas que deverá ser útil para o desenvolvimento destes aglomerados. Haverá que rever a passagem na barragem de Campilhas, evitando o trajeto atual e facilitando a ligação do Cercal do Alentejo para Vale de Água e São Domingos, podendo apresentar uma eventual variante por Vale de Água mais direta para a ligação Santiago – Cercal do Alentejo (longo – prazo). Eventualmente a longo prazo.

10º Desenvolvimento e organização da **pesca** e das suas ligações em terra (construindo instalações para os aprestos, ancoradouros e vias de acesso e desenvolvendo atividades complementares), com participação dos pescadores e responsáveis pela Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha.

### 2.3 - DESENVOLVIMENTO CONCELHIO

Para além dos melhoramentos que decorrem de uma política de enquadramento intermunicipal e regional, haverá que tomar medidas estritamente municipais para abrir caminho ao desenvolvimento futuro de Santiago do Cacém:

1. Melhoria da **Ligação Santiago – Cercal do Alentejo por Vale de Água**.
2. Construção de uma via pelo sul de Santiago, **ligando Sines ao eixo de Abela** sempre contornando Santiago, ou, em alternativa, estabelecer uma variante pelo norte (estudo comparativo e aprofundado).
3. Projetos para Santiago (Cripta no Castelo, Centro Histórico, etc.) a enquadrar em estudos esquemáticos e de conjunto.
4. **Alameda Santiago – Santo André**, com traçado que pretende ligar as duas cidades através dos Escatelares, Giz e outras povoações periféricas às duas cidades. Elaborar o conceito de “estrúa” (estrada e rua), para estradas que contêm troços a funcionar simultaneamente como ruas, dentro de aglomerados urbanos.
5. Introdução, numa expansão sudeste de Santo André, de uma instalação para o **Centro Veterinário** visando a saúde e o tratamento de animais selvagens, um **centro turístico** de visita ao futuro **Parque Biofísico do Trevo** — onde se promoverá a reconstituição do bosque autóctone — e um **Centro de Receção Pedagógico**.
6. Beneficiação e **humanização da estrada de Santo André para Sines** (eventual elétrico ligeiro a longo prazo).
7. Previsão de **empreendimentos turísticos entre Cercal do Alentejo e a Barragem de Campilhas**.

8. Proteção dos terrenos favoráveis à **recarga de toalhas aquíferas** e localização preferencial de suiniculturas no eixo São Bartolomeu da Serra – Abela (incentivar a realocação das suiniculturas mal localizadas).
9. Proteção das **áreas costeiras de Santo André** e dos recursos paisagísticos correspondentes.
10. Desenvolvimento das ações destinadas ao **programa do Plano de Ordenamento da Orla Costeira** para aproveitamento turístico e cultural da zona das praias de Santo André, a coordenar com os municípios vizinhos.
11. Proteção do **Hospital Regional** e suas eventuais expansões (Unidade Urbana e de Gestão do Hospital), a desenhar em conjunto com um bairro habitacional e o futuro cemitério de Santiago-Santo André, e a articular com a revisão dos acessos e do nó de estradas que lhe ficam vizinhos.
12. Localização do **novo cemitério** e seu enquadramento e acessos a coordenar com as ações referidas em 12.
13. Desenvolvimento dos aglomerados de **São Domingos e Vale de Água** para apoio às atividades agropecuárias e armazenagem e transformação dos seus produtos agrícolas e da agropecuária assim como de eventual extração de recursos mineiros.
14. Constituição de incentivos para recriar uma **rede de Antigos Montes Alentejanos** visando: a) a sua proteção cultural; b) instalação de abrigos para núcleos de artistas plásticos; c) pequenas habitações autossuficientes para turistas e visitantes; f) local de exibição e produção de artesanato; g) melhoria e sinalização da rede de caminhos rurais de acesso; h) centros de acolhimento nos aglomerados urbanos mais próximos,
15. Promoção ambiental dos projetos da habitação, **incluindo obrigatoriamente a construção de uma cisterna**, incentivo de aproveitamento da energia eólica (geradores eólicos) e de energia solar (células fotovoltaicas), fossas sépticas e tratamento de efluentes, recolha de lixo selecionada, reciclagem de resíduos, visando uma sustentabilidade mais autossuficiente.
16. Estudos urbanísticos de promoção do aglomerado de **Alvalade**, de forma a valorizar o seu carácter urbano e de Tradição Alentejana.

17. Revisão da rede viária do **Cercal do Alentejo** de modo a desviar o trânsito pesado das vias mais estreitas, através da construção de uma circular a nordeste do aglomerado e valorizar a Área Central.
18. Revisão da rede viária e dos espaços verdes da **Abela** de modo a resolver a circulação rodoviária e a reabertura do ribeiro que foi canalizado, evitando as inundações frequentes que existem e oferecendo à população um motivo de atração e valor artístico.
19. Plano intermunicipal da **Sonega** com variante para a passagem da ER 120-3 para o Cercal do Alentejo.
20. Reservar áreas de **estacionamento** em todos os aglomerados, com sinalização adequada para serem facilmente acessíveis, garantindo-se uma área suficiente para o serviço a prestar, assim “limpando” as ruas de carros estacionados indesejáveis, nomeadamente nas Áreas Centrais.
21. Localização de espaços de **campismo e caravanismo**, qualificados.
22. Estabelecimento de um serviço de **transportes concelhios e interconcelhios**, prevendo serviços por demanda em zonas de habitação dispersa e a coordenação com o comboio intercidades com paragem em Ermidas-Sado.
23. Defender **princípios de proximidade**, nomeadamente em relação às escolas, procurando soluções “ad hoc” para o ensino em áreas de poucos alunos.
24. O **Mar** deve ser objeto de estudos variados, com programação (pesca, recreio, energia, cabotagem, passagem de navegação, vigilância, exploração de recursos...) e integrado nos estudos dos ecossistemas litorais.
25. Política de **vias pedonais** em áreas urbanas centrais com circulação pedonal exclusiva ou prioritária.
26. Estudo do enquadramento das **pedreiras** e do **seu reaproveitamento** após a conclusão da exploração.
27. Programação de **acontecimentos**. Coordenação com os concelhos vizinhos.
28. Explorar novas atividades e **iniciativas de empreendedorismo**, ecoturismo, residências turísticas, investigação e ensino, recreio e espetáculos, ambiente, saúde pública e veterinária e indústria.

29. Construção de uma variante da **ligação de Santiago do Cacém – Vila Nova de Santo André**, a partir da Aldeia de Santo André, evitando-se a passagem de veículos no troço mais congestionado (Aldeia de Santo André-Giz) do Caminho Municipal que liga as duas cidades.

### 3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO MUNICIPAL

A definição de uma estratégia de desenvolvimento e ordenamento para um concelho é um exercício que requer uma base sólida de conhecimento do território sobre o qual vai incidir e pretende dar resposta, de forma coerente e estruturada, a uma panóplia de anseios, vontades e desejos para o futuro desse concelho. A elaboração da estratégia de um PDM debate-se sempre com o elevado nível de incerteza associado ao horizonte temporal do Plano, que neste caso, se propõe fixado em 5, 10, 20 e 40 anos, com revisão ao fim de 5 anos, o que pressupõe a adoção de um roteiro estratégico que lide o melhor possível com essa incerteza sem nunca perder o foco e a sua especificidade no território-alvo do Plano.

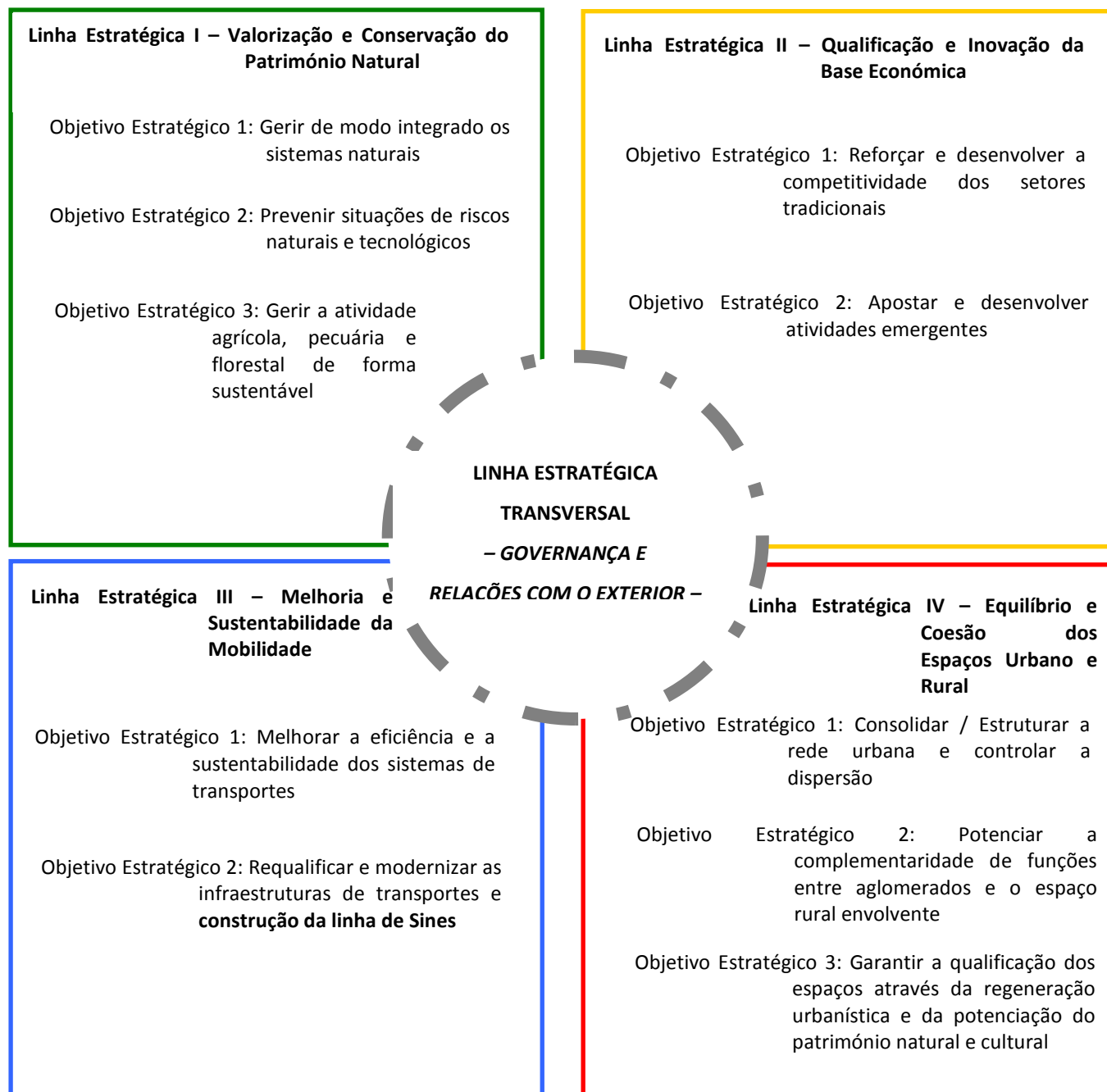
Apresenta-se em seguida a estratégia delineada para o PDM de Santiago do Cacém, organizada sob uma estrutura de 4 linhas estratégicas que depois se desagregam em objetivos e respetivas ações estruturantes e uma linha estratégica transversal.

Para atingir a estratégia definida foram indispensáveis os contributos trazidos pelos vários planos e programas de hierarquia superior com componente estratégica, a sensibilidade da Equipa para olhar o território nas suas múltiplas vertentes bem como o sentir da realidade concelhia através do contacto com diversos atores ao longo do processo de revisão do PDM.

De forma esquemática, a estratégia do PDM de Santiago do Cacém está estruturada conforme o esquema apresentado na página seguinte. Posteriormente são desenvolvidos os vários itens que integram a estratégia de desenvolvimento e ordenamento definida.

Deverá seguir-se um processo de contatos e diálogos com as parcerias sociais de modo a confirmar ou ajustar as propostas, ou incluir novas.

De igual modo, e de acordo com a legislação em vigor, deverão ser consultadas previamente todas as entidades exteriores competentes nas matérias abrangidas pelas várias propostas, nomeadamente em termos de servidões e restrições de utilidade pública





## **LINHA ESTRATÉGICA I – VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL**

O desenvolvimento desta linha estratégica tem um maior enfoque no espaço rural do concelho e assume duas vertentes distintas mas complementares, a *conservação* e a *valorização* do património natural. Do lado da conservação tem-se como objetivo criar mecanismos e restrições que impeçam ou minimizem ações sobre os sistemas naturais mais vulneráveis e com um maior valor ecológico enquanto no prisma da valorização pretende-se encontrar usos qualificadores e compatíveis que venham a contribuir para uma imagem rejuvenescida do espaço rural no concelho de Santiago do Cacém. Importa sobremaneira notar que o coberto florestal de sobreiro, em montado ou em sobral, concilia em si mesmo funções de conservação da biodiversidade e de produtividade económica de um modo excecional quando comparado com as plantações industriais de eucalipto, choupo ou mesmo pinheiro-bravo.

### **OBJETIVO 1 – Gerir de modo integrado os sistemas naturais**

Para que a estratégia pensada e idealizada neste domínio possa vir a ter uma maior eficácia é importante que as ações definidas abranjam os sistemas na sua total amplitude. Os sistemas naturais pela matriz que apresentam sobre o território, quer ao nível da dimensão, diversidade e mesmo complexidade, necessitam de ser geridos de forma integrada e para responder a este requisito são propostas as seguintes ações estruturantes.

#### **Ações Estruturantes**

- Definição da Estrutura Ecológica Municipal
- Planeamento e gestão do sistema lagunar costeiro de Santo André (nos termos do PORNLSAS)
- Implementação de um Parque Biofísico do Trevo (recreio, produção e conservação)
- Ações direcionadas para a proteção da orla costeira (nos termos do PORNLSAS)

### **OBJETIVO 2 – Prevenir situações de riscos naturais e tecnológicos**

Neste objetivo estratégico a componente de *conservação / proteção* é encarada de forma estrita. O efetivar de situações de risco constitui quase sempre perdas para pessoas e bens (em sentido lato), o que pressupõe conceder um modelo de ordenamento para o concelho que identifique áreas cuja função será a minimização do risco.

**Ações Estruturantes**

- Identificação de áreas críticas e criação de zonas-tampão
- Proteção das áreas favoráveis à recarga aquífera
- Implementação de um sistema integrado de monitorização ambiental

**OBJETIVO 3 – Gerir a atividade agrícola, pecuária e florestal de forma sustentável**

O espaço rural possui inúmeros recursos e atividades associados que devem ser aproveitados e potenciados, porém a evolução neste domínio não tem sido favorável— vários agentes biológicos têm contribuído para o declínio tanto dos sobrais como dos pinhais, ao mesmo tempo que os incêndios vêm fustigando vários maciços florestais. Assim, tendo como meta a inversão desta evolução, o presente objetivo estratégico foca-se em criar condições e orientar no território a implementação de usos e atividades com valor acrescentado e reais benefícios quer na conservação dos sistemas naturais como no contributo positivo para a economia da população residente no espaço rural do concelho.

**Ações Estruturantes**

- Ações que orientem e fomentem a exploração multifuncional do montado de sobro e azinho
- Ações que visem a proteção da extensa zona de montado do concelho
- Redução da circulação automóvel nas serras do Cercal do Alentejo e Grândola
- Ações que orientem e priorizem as zonas mais propícias para a prática agrícola

- Ação que aponte para a “localização” de uma unidade de produção de compostos e fertilizantes com escala regional / nacional
- Avaliação do potencial efetivo das suiniculturas do concelho para implementação de um sistema de produção de biogás

## **LINHA ESTRATÉGICA II – QUALIFICAÇÃO E INOVAÇÃO DA BASE ECONÓMICA**

A atratividade de um território, neste caso particular de um concelho, é cada vez mais proporcional ao nível de oferta de emprego que disponibiliza. É certo que a disponibilidade de habitação a preços de mercado razoáveis, a oferta de equipamentos / espaços de lazer em quantidade e qualidade e bons níveis de acessibilidade são um atrativo à fixação de população e à satisfação da população já residente nesse território, porém a competitividade de um concelho depende fundamentalmente da sua capacidade de geração de postos de trabalho (atividades básicas).

Para dar resposta a este desafio, a linha estratégica II visa delinear um programa que consiga reunir os contributos quer dos setores tradicionais como de atividades emergentes para facilitar e encorajar a criação de emprego no concelho de Santiago do Cacém, como por exemplo organizar colóquios anuais, reunindo investidores, promotores e cientistas.

### **OBJETIVO 1 – Reforçar e desenvolver a competitividade dos setores tradicionais**

De forma alguma os setores tradicionais têm que ser encarados como áreas de atividade sem futuro e pouco competitivas. O grande desafio encontra-se em aliar a estes setores uma componente de inovação para ajustá-los às necessidades e exigências do mundo atual.

#### **Sub-Objetivo 1.1 – Facilitar e orientar os investimentos nas atividades agrícola e agroindustrial**

##### **Ações Estruturantes**

- Ações que apontem e orientem a gestão de áreas dedicadas à agricultura

- Ações para aumentar a capacidade de produção nas fileiras estratégicas e programação de estruturas de apoio necessárias ao desenvolvimento da cadeia de valor completa desses produtos
- Regulamentação da instalação de unidades de agro - indústria

**Sub-Objetivo 1.2 – Criar condições para reforçar a importância do sistema do montado**

**Ações Estruturantes**

- Ações direcionadas para o desenvolvimento de novos sub-produtos gerados no sistema de montado (espargos, cogumelos, mel, caça, ecoturismo).
- Ações regulamentares que permitam unicamente a instalação de estruturas de apoio à exploração de cortiça e atividade cinegética

**OBJETIVO 2 – Apostar e desenvolver atividades emergentes**

A busca por novas atividades apela não só à criatividade como também ao exercício prospetivo de forma a averiguar das potencialidades e possíveis realidades futuras subjacentes a determinadas atividades. Neste capítulo é assim abordada a componente da estratégia que pretende dar resposta ao desenvolvimento de novas atividades económicas sobre o território concelhio.

**Sub-Objetivo 2.1 – Explorar e aumentar a atividade económica no setor das energias renováveis**

**Ações Estruturantes**

- Ações, a curto prazo, que visem o estabelecimento de possíveis localizações para a produção / exploração de sistemas de energia renovável (solar; biogás; eólica)
- Ações para facilitar a implementação de empresas (PME's) relacionadas com o setor

### **Sub-Objetivo 2.2 – Potenciar as várias vertentes da atividade turística**

#### **Ações Estruturantes**

- Zonamento e programa-base para a área de empreendimentos turísticos entre o Cercal do Alentejo e a barragem de Campilhas
- Implementação da *Rede de Montes Alentejanos*
- Intervenção na Cidade romana de Miróbriga – enquadramento e visitas
- Ligação das Quintas de Santiago à zona de praias de Sines
- Desenvolvimento de novos produtos turísticos baseados nas aldeias do concelho
- Ações interligadas ao turismo de natureza e que consigam tirar proveito do potencial de diversidade paisagística (natural; cultural/patrimonial)

### **LINHA ESTRATÉGICA III – MELHORIA E SUSTENTABILIDADE DA MOBILIDADE**

A acessibilidade e mobilidade constituem-se como capacidades ímpares para pessoas e bens, interferindo quer na qualidade de vida das populações como no funcionamento da economia dos territórios. Ao desempenhar um papel com esta importância é entendível que a influência seja sentida globalmente nas várias dimensões de um território, resultando daqui a necessidade de preparar um sistema futuro global de acessibilidade e mobilidade para o concelho de Santiago do Cacém.

#### **OBJETIVO 1 – Melhorar a eficiência e a sustentabilidade dos sistemas de transportes**

Neste objetivo estratégico as preocupações existentes apresentam-se a uma escala abrangente, onde o leque de intervenção tem como fim tornar o concelho de Santiago do

Cacém um território sem constrangimentos à mobilidade quer da sua população residente como da sua população visitante.

Os padrões de mobilidade têm vindo a sofrer alterações consideráveis nas últimas décadas, onde o transporte individual assumiu uma tal importância que repercutiu-se num desequilíbrio bem notável da repartição modal. Assim constitui um desafio equilibrar a repartição modal, tendo presente que a possibilidade de utilização de todos os modos é benéfica mas que para determinadas áreas com características específicas é importante que se encontrem soluções modais sustentáveis e adaptadas ao lugar.

#### **Ações Estruturantes**

- Ações no âmbito da acessibilidade a bens e equipamentos por parte de toda a população do concelho
- Tratamento da mobilidade intraconcelho e da mobilidade interconcelhos
- Articulação com os grandes interfaces de transportes
- Desenvolvimento de soluções em modos suaves dentro dos aglomerados e nos acessos à faixa litoral do concelho e de Sines

#### **OBJETIVO 2 – Requalificar e modernizar as infraestruturas de transportes e construção da linha de Sines**

Para que um sistema de acessibilidades e mobilidade funcione bem é imprescindível que a rede física sobre a qual este assenta, apresente bons níveis de qualidade.

Sem prejuízo das obras de modernização levadas a efeito pela REFER na primeira década deste século, nomeadamente a eletrificação e instalação de sinalização eletrónica e telecomunicações, bem como supressão e automatização de passagens de níveis e intervenções em pontes, é importante definir quais as ações estruturantes, nas infraestruturas associadas aos diferentes modos de deslocação, que contribuirão para uma melhoria global do sistema.

### **Sub-Objetivo 2.1 – Modo ferroviário**

#### **Ações Estruturantes**

- Requalificação da linha ferroviária de Sines para Ermidas
- Interligar Sines ao Poceirão, Elvas e Madrid

### **Sub-Objetivo 2.2 – Modo rodoviário**

#### **Ações Estruturantes**

- Construção de variantes ou melhorias de algumas rodovias
- Eixo viário de Abela, S. Bartolomeu da Serra a Ermidas
- Construção da Alameda Santo André – Sines – Santiago do Cacém

## **LINHA ESTRATÉGICA IV – EQUILÍBRIO E COESÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL**

Os espaços urbanos e os espaços rurais apresentam características bem distintas, quer seja em termos de usos e atividades como de efetivo populacional. Face a estas diferenças importa conceber uma estratégia que tire partido das mesmas, sem nunca perder de vista a sua conciliação e o explorar de possíveis complementaridades.

### **OBJETIVO 1 – Consolidar / Estruturar a rede urbana e controlar a dispersão**

A sociedade em rede é uma realidade efetiva que tem total aplicabilidade nos espaços urbanos. É importante para o concelho de Santiago do Cacém que a sua rede de espaços urbanos seja coesa e consiga ganhar escala, essencialmente dentro do Alentejo Litoral, o que lhe permitirá vir a ter um maior poder de decisão na região. Ao mesmo nível o controlo da dispersão destes mesmos espaços urbanos é fundamental para a não degradação da qualidade

da paisagem do concelho, o que deverá constituir uma prioridade na atuação futura da gestão urbanística.

#### **Ações Estruturantes**

- Promoção do desenvolvimento equilibrado e hierarquizado da rede
- Adequação da rede urbana à extensão territorial e à base económica concelhia
- Consolidação do papel de Santo André e Santiago como pólos de nível regional
- Contenção do aglomerado de Santo André
- Controlo da dispersão nas Serras de Grândola e Cercal do Alentejo
- Estabelecimento de uma zona de reserva de solo, com aquisição de terrenos potencialmente urbanizáveis ou para trocas ( $\geq 1$ ha por ano)

#### **OBJETIVO 2 – Potenciar a complementaridade de funções entre os aglomerados e o espaço rural envolvente**

Nos aglomerados de cariz mais rural é importante que se consiga criar condições para a implementação de atividades de pequena e média dimensão com função de apoio aos usos e atividades presentes no solo rural da envolvente. Com este objetivo estratégico não existe a intenção de restringir cada aglomerado a determinados usos/atividades mas sim orientá-los consoante as suas especificidades, pois o enfoque situa-se na criação de postos de trabalho para a população residente nestes espaços, portanto oferecendo pequenos espaços para atividades económicas face às oportunidades.

#### **Ações Estruturantes**

- Ações que favoreçam e orientem a implementação de atividades relacionadas com o agroflorestal e pecuária nas áreas dos aglomerados de S. Domingos e Vale de Água, preferivelmente com raças autóctones de animais com alto valor acrescentado.



- Ações que explorem o potencial turístico da área da Costa de Santo André

### **OBJETIVO 3 – Garantir a qualificação dos espaços através da regeneração urbanística e da potenciação do património cultural e natural**

Nos espaços urbanos do concelho de Santiago do Cacém deverá existir prioridade para a reabilitação e manutenção do edificado sem existir naturalmente a interdição de construção nova. Em termos estratégicos uma das âncoras para a atividade turística no concelho é o património natural e cultural existente e por isso para além da sua existência é crucial desenvolver um conjunto de ações que permitam aproveitar e explorar efetivamente o seu real valor.

#### **Ações Estruturantes**

- Elaboração / Revisão de planos urbanísticos
- Valorização e revitalização dos centros históricos e tradicionais dos aglomerados do concelho

### **LINHA ESTRATÉGICA TRANSVERSAL – GOVERNANÇA E RELAÇÕES COM O EXTERIOR**

O delinear de uma estratégia para um território não pode ignorar a envolvente exterior. Esta necessidade decorre do benefício em saber quais as estratégias concebidas para os territórios na envolvente e assim poder identificar as componentes estratégicas mais sujeitas à competitividade e aquelas que poderão facilmente funcionar como complementares a estratégias definidas para esses territórios.

Não menos importante do que a avaliação da envolvente, é a capacidade de um território mobilizar os seus atores para a implementação da estratégia global que pode fazer toda a diferença. Assim é compreensível a natureza transversal da governança para a estratégia do Plano.

### **OBJETIVO 1 – Internacionalização**

Num mundo cada vez mais global é fundamental pensar-se um concelho como um espaço inserido numa determinada região e país que deverá tirar partido das oportunidades que a globalização lhe proporciona.

#### **Ações Estruturantes**

- Montar um sistema de escoamento de produtos concelhios/regionais de qualidade (DOP;IGP)
- Estabelecer parcerias para explorar a ligação cultural entre Santiago do Cacém e Santiago de Compostela – *caminhos de Santiago*

### **OBJETIVO 2 – Complementaridades e sinergias intermunicipais**

A inserção do concelho de Santiago do Cacém na região do Alentejo Litoral deverá ser explorada no sentido de estabelecer parcerias com os concelhos vizinhos para a implementação de estratégias conjuntas.

#### **Ações Estruturantes**

- Reforçar as competências da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral através do aumento de candidaturas e execução de ações conjuntas dos vários municípios

### **OBJETIVO 3 – Governança municipal**

Para a implementação da estratégia do PDM é necessário que haja um alargado reunir de vontades, por isso é de extrema importância que se desenvolvam mecanismos de tomada de decisão inovadores para a correta execução do Plano.

#### **Ações Estruturantes**

- Implementação de um sistema global *in continuum* de gestão e avaliação do PDM

- Criação de mecanismos contínuos de participação e comunicação à população na gestão do Plano
- Montar um serviço de auscultação de situações de desenvolvimento e de instalação de atividade económicas (e emprego) para ir alocando espaços para a sua localização.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

Segundo o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial *“a classificação do solo determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre solo rural e solo urbano”* enquanto a *“qualificação do solo, atenta a sua classificação básica, regula o aproveitamento do mesmo em função da utilização dominante que nele pode ser instalada, fixando os respetivos uso e, quando admissível, edificabilidade”*.

A classificação do solo representa a opção de planeamento territorial que motiva o destino básico dos terrenos municipais, estipulando essencialmente a demarcação entre solo urbano e solo rural (dominância).

O solo urbano visa a sustentabilidade, a valorização e o pleno aproveitamento das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e restantes recursos naturais.

O presente Plano prevê para o município uma área de solo urbano de cerca de 1807 ha (aproximadamente 1,7%) e uma área de solo rural de cerca de 104.055 ha.

### 4.1 - UNIDADES ORGÂNICAS

A necessidade de considerar espaços menores para melhor compreender e facilitar a sua caracterização e a formulação de modelos que não de ser coordenados entre si tem levado com frequência à adoção de divisões administrativas como municípios e freguesias, inclusivamente para servir de referência às análises estatísticas.

Ora o planeamento urbanístico obriga a muitas análises que se relacionem com as medidas de geografia física, como bases hidrográficas, medidas paisagísticas e outras, por um lado, e, por outro com a realidade das condições humanas e sua estrutura de povoamento.

Surgiu assim a necessidade de considerar espaços que designamos por unidades orgânicas<sup>2</sup> e subunidades orgânicas onde os ecossistemas sociais e do coberto vegetal têm mais lógica e podem ser preciosos auxiliares para quem está a estudar o território e a elaborar os seus planos, e eventualmente unidades orgânicas agregadas, como método de atingir o conceito estrutural do território concelhio ou supra concelhio.

São portanto elementos de trabalho profissional que não pretendem interferir nas unidades administrativas nem alterá-las, que estas devem caracterizar-se pela possível estabilidade, enquanto os espaços orgânicos se podem alterar de acordo com as necessidades e vantagens do processo de planeamento do território. É como a estrutura dos andaimes para fazer uma construção. Uma vez construída, também os andaimes desaparecem e não influenciam a estrutura do edifício.

Assim, foram delimitadas **4 unidades orgânicas** e **10 subunidades**, a saber:

**UO Litoral**, com as seguintes subunidades

- Litoral Santo André
- Litoral Santiago - Santa Cruz
- Litoral São Bartolomeu da Serra
- Litoral São Francisco

**UO Centro**, com as seguintes subunidades

- Centro Abela
- Centro São Domingos

**UO Oriente**, com as seguintes subunidades

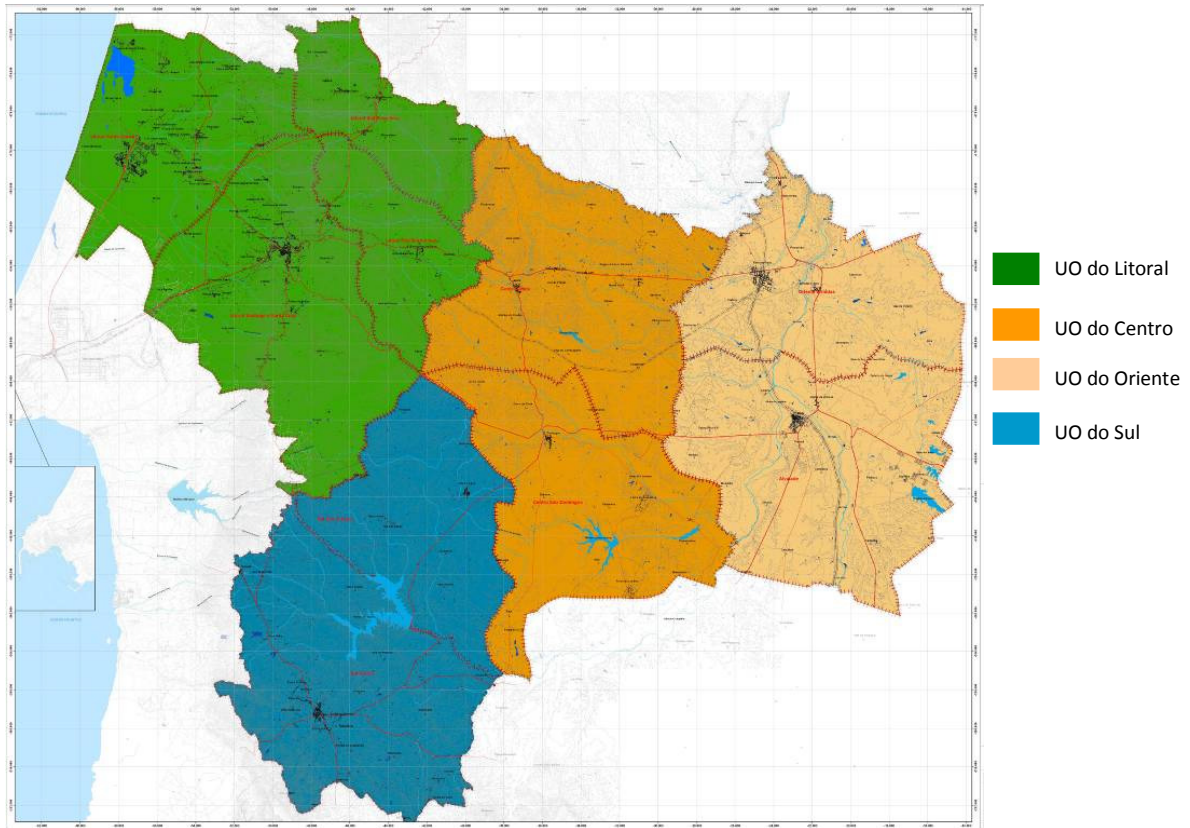
- Oriente Alvalade
- Oriente Ermidas

**UO Sul**, com as seguintes subunidades

- Sul Vale de Água
- Sul Cercal do Alentejo

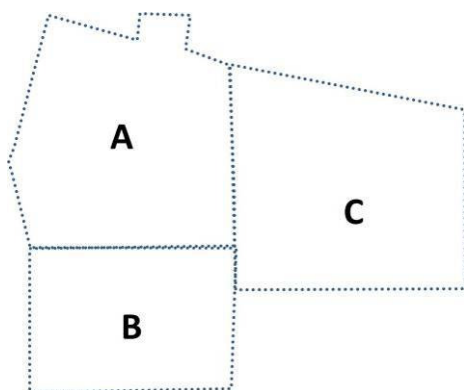
---

<sup>2</sup> Ver artigo de Definições no Regulamento.



**Figura 10 – Unidades Orgânicas**

Para cada uma destas Unidades Orgânicas e respetivas subunidades prevê-se uma função dominante para o seu desenvolvimento em função das suas principais aptidões e desenvolvimento.



**UNIDADES ORGÂNICAS AGREGADAS DO CONJUNTO  
INTERMUNICIPAL SANTIAGO - SINES:**

**Trevo (A)** – Coordenar com Grândola-Poente (faixa lagunar)

**Cercal do Alentejo/Porto Covo (B)** – Coordenar com Odemira (Costa Vicentina)

**Interior (C)** – Coordenar com Grândola-Nascente (Lousal).

#### **4.1.1 - UNIDADE ORGÂNICA DO LITORAL**

A Unidade Orgânica do Litoral é o espaço do Município de Santiago que faz parte da UO Agregada “Trevo”, Santiago – Sines – Santo André. Este espaço é o que apresenta maior aptidão para o desenvolvimento urbano, é aqui que se localizam as duas cidades do concelho (Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André) e a sua maior atividade económica, sendo Vila Nova de Santo André o maior centro populacional do litoral alentejano. Em termos de estrutura urbanística, porém, trata-se de uma cidade tripolar que deverá desempenhar, em conjunto, a função de Polo Urbano Litoral, com grande potencialidade estrutural.





**Figura 11 – Unidade Orgânica do Litoral**

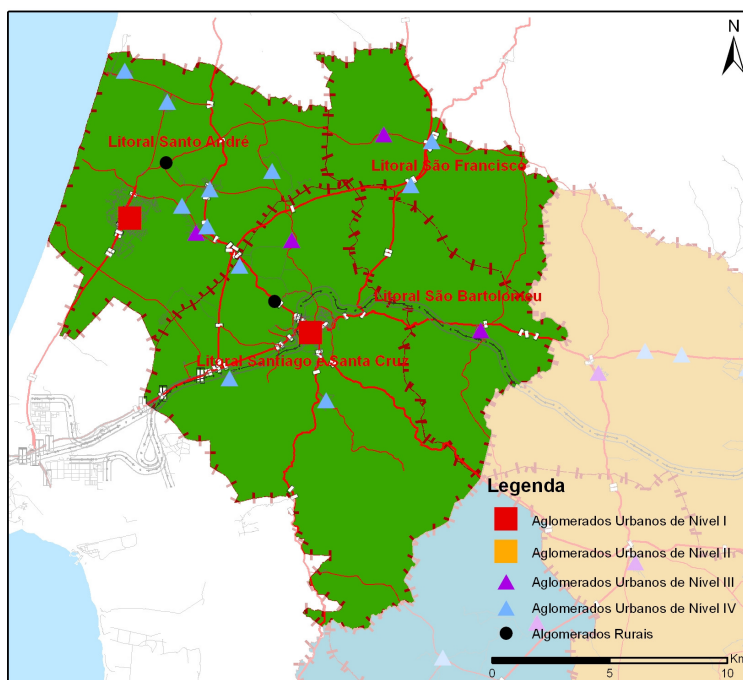
Esta UO, com 33.059 ha, é a que apresenta maior densidade populacional, sendo caracterizada pelo elevado número de aglomerados urbanos e rurais que funcionam como satélites das duas cidades.

A UO do Litoral apresenta 1.161 ha de Solo Urbano, o que se traduz numa percentagem de 4% de solo urbano nesta Unidade. Ao nível do Município a UO Litoral, contribui com a maior percentagem de solo urbano (64%).

Esta unidade conta com o maior número de perímetros urbanos – 17 no total. Na tabela seguinte apresentam-se os aglomerados urbanos existentes nesta subunidade, e o seu respetivo nível hierárquico.

Subunidades da UO do Litoral	Nº de Aglomerados	Aglomerados Urbanos	Nível Hierárquico
Litoral – Santo André	7	Vila Nova de Santo André Aldeia de Santo André Costa de Santo André Brescos Deixa-o-Resto Azinhal Giz	I III IV IV IV IV IV
Litoral – Santiago – Santa Cruz	6	Santiago do Cacém Santa Cruz Bairro do Hospital Aldeia de Chãos Relvas Verdes Ademas	I III IV IV IV IV
Litoral – São Bartolomeu da Serra	1	São Bartolomeu da Serra	III
Litoral – São Francisco	3	São Francisco da Serra Roncão Cruz de João Mendes	III IV IV

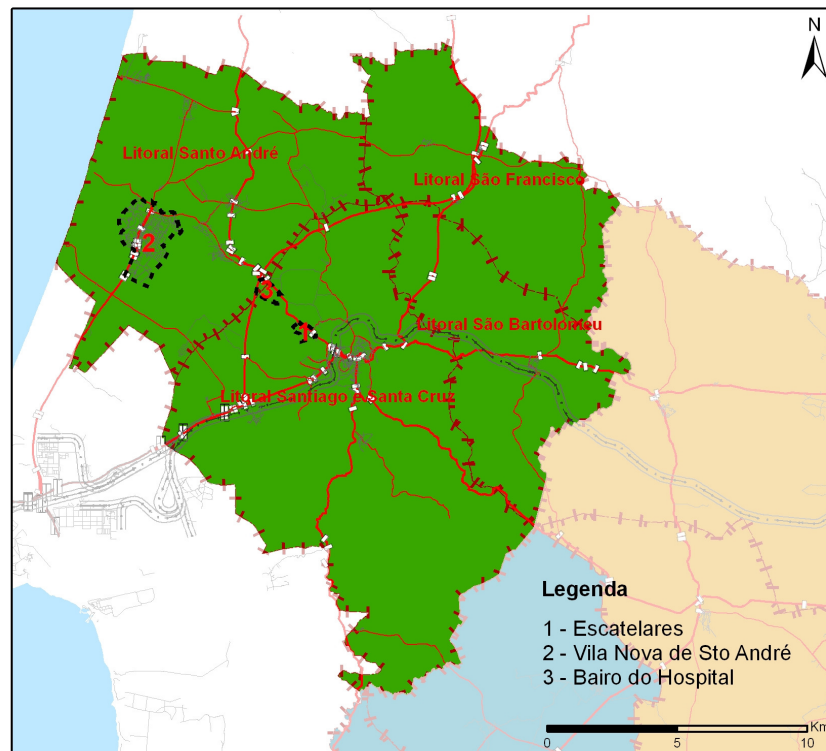
**Quadro 2 – Aglomerados Urbanos na Unidade Orgânica do Litoral e nível hierárquico**



**Figura 12 – Hierarquia dos Aglomerados Urbanos da UO do Litoral**

Em solo rural, nesta Unidade, identificaram-se apenas os aglomerados rurais de Foros da Quinta e Escatelares.

A edificação dispersa é bastante representativa na Unidade Orgânica do Litoral. Por forma a tentar conter e ordenar esta edificação foram delimitadas 16 AED e 7 AERSP, segundo as regras do PROT-Alentejo, São propostas três UOPG para esta Unidade: Escatelares, Bairro do Hospital e Vila Nova de Santo André. Propõe-se a elaboração de estudos urbanísticos que promovam um desenvolvimento urbanístico adequado para as UOPG dos Escatelares e do Bairro da Hospital e de um Plano de Urbanização para Vila Nova de Santo André



**Figura 13 – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão na UO do Litoral**

Esta área é também caracterizada pela sua elevada concentração de património cultural, nomeadamente o Centro Histórico de Santiago do Cacém, onde se localizam os Monumentos Nacionais: Igreja e Castelo de Santiago do Cacém, e o Imóvel de Interesse público – Miróbriga. É também nesta UO que se localizam alguns dos equipamentos coletivos mais importantes do Concelho – o Hospital do Litoral Alentejano e o Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Santo André (Instituto Piaget).

Ao nível das acessibilidades rodoviárias esta UO caracteriza-se pela elevada concentração de tráfego, principalmente entre as cidades do Trevo (Santiago e Santo André). A ligação entre estas cidades é feita, em parte, em Caminho Municipal, que se encontra bastante desqualificado e degradado, pelo que é proposta desta revisão de PDM, o reforço das ligações do Trevo através da reconversão da via atual numa via com perfil de Alameda entre as duas cidades e circulares viárias quer em Vila Nova de Santo André quer em Santiago do Cacém. Operação a programar para médio prazo.

Nesta unidade localiza-se a frente de costa municipal, devendo nesta faixa promover-se o desenvolvimento turístico de qualidade e de acordo com as características específicas do local. Nesta frente existem 2 praias balneares qualificadas pelo POOC - Fonte do Cortiço e Costa de Santo André, onde se verificam necessidades ao nível dos apoios de praia e estacionamento fora das dunas. Para além destas praias existe a praia estuarina da Lagoa de Santo André, englobada no PORNLSAS. A Lagoa de Santo André é um importante elemento biofísico caracterizador desta Unidade Orgânica, conferindo-lhe um elevado valor paisagístico e natural, e como tal é uma área a proteger e conservar. É necessário ainda lembrar que nesta UO, mais concretamente nas freguesias de São Bartolomeu da Serra da Serra e de Santiago do Cacém, verifica-se uma elevada concentração de suiniculturas, que é necessário ter em conta no que concerne à proteção ambiental, visto ser uma área de recarga do aquífero profundo. Há que negociar as situações existentes tendo em vista deslocar suiniculturas para locais mais convenientes ou melhorar as explorações em termos ambientais.

Uma das propostas do novo PDM, para esta UO, é a construção do Parque Biofísico do Trevo, tendo como objetivo a proteção da biodiversidade e a zona de mar e lagunar, a ligação entre esta faixa e a diagonal do Alentejo (prevista no PROTA) e simultaneamente tirar partido desta aptidão turística e da proximidade ao Badoca Safari Park. Esta área apresenta-se topograficamente como a mais favorável à manutenção de uma vegetação característica do litoral alentejano (pinheiro), sendo a sua proximidade à Zona Industrial de Sines um fator preponderante para a criação de uma zona tampão, que funcione como complemento e transição à Reserva Natural, a concretizar através de uma estrutura verde.

Para esta Unidade Orgânica propõem-se as seguintes ações:

- Defesa, valorização e usufruto prudente da faixa costeira;
- Construção do Parque Biofísico do Trevo e sua ligação à Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha (operação a encarar no contexto intermunicipal);
- Implementar uma política de solos e de habitação (fixar áreas de cedência para habitação de custo controlado);

- Enriquecimento progressivo dos Corredores Ecológicos;
- Valorização Cultural, Administrativa e Direcional de Santiago do Cacém;
- Construção da Cripta no Castelo de Santiago do Cacém<sup>3</sup>;
- Construção de novo cemitério e urbanização envolvente;
- Elaboração de um PMOT para a implementação do Bairro do Hospital;
- Ordenamento do Espaço Canal Santiago/Escatelares/Giz/Santo André;
- Proteção e beneficiação de Santa Cruz e S. Francisco (defesa de montes e do montado);
- Ordenamento de São Bartolomeu da Serra - defesa do eixo viário principal;
- Ordenamento e desenvolvimento de Relvas Verdes / Quinta da Ortiga;
- Circular Sul de Santiago e seu faseamento;
- Variante para a linha de caminho de ferro de Sines – implementação **urgente**;
- Alameda Santiago – Sines e tratamento marginal;
- Alameda Santo André – Sines e tratamento marginal;
- Variante Sul de Santo André;
- Via de continuidade/ligação da rua da Lusofonia à rua dos Caniços em Vila Nova de Santo André;

---

<sup>3</sup> A cripta consiste em construir um pavimento a cota superior ao atual cemitério construído no Castelo, dando-lhe função de espaço visitável e de miradouro.

- Reserva de área para parque de campismo e caravanismo;
- Caminho florestal de cumeada – restringir caudais para beneficiação como via rural e de lazer (proteção do montado);
- Ordenar o estacionamento nos aglomerados;
- Intervenção na cidade romana de Miróbriga e seu enquadramento e valorização;
- Implementação do conceito de “Estrúá”, nomeadamente nos Escatelares;
- Articulação entre a rede viária e a Estrutura Ecológica Municipal (introdução de pontões – permitir passagens pedonais/corredores ecológicos – em especial nas travessias da via litoral);
- Construção e remodelação de equipamentos coletivos programados;
- Infraestruturação de áreas de indústria ligeira e de armazéns em São Bartolomeu da Serra e Santa Cruz;

#### **4.1.2 - UNIDADE ORGÂNICA DO CENTRO**

A **Unidade Orgânica do Centro** é um espaço interior onde a principal característica é o uso silvícola e florestal e onde se localiza a albufeira de Fonte Serne. É nesta unidade, principalmente na freguesia da Abela, que se encontram a maioria das suiniculturas existentes no concelho, que são uma parte importante da economia desta unidade mas simultaneamente trazem impactes negativos e muito significativos para o ambiente, ao nível das águas subterrâneas, se os efluentes não forem tratados. Há que garantir uma forte monitorização.



**Figura 14 – Unidade Orgânica do Centro**

Esta Unidade contém apenas 0,03% do solo urbano municipal. A UO do Centro tem 26.173 ha, sendo que apenas 82 ha são urbanos (aproximadamente 0,3%), sendo assim a Unidade com maior percentagem de solo rural (99,7%).

Contem apenas 5 perímetros urbanos e tem um carácter rural muito acentuado, encontrando-se pequenos aglomerados rurais e “foros”, como os Foros do Locário e Foros da Casa Nova.

Subunidades da UO do Centro	Nº de Aglomerados	Aglomerados Urbanos	Nível Hierárquico
Centro – Abela	4	Abela	III
		Arealão	IV
		Cova do Gato	IV
		Outeiro do Lobo	IV
Centro – São Domingos	1	São Domingos	III

Quadro 3 – Aglomerados Urbanos na Unidade Orgânica do Centro e nível hierárquico

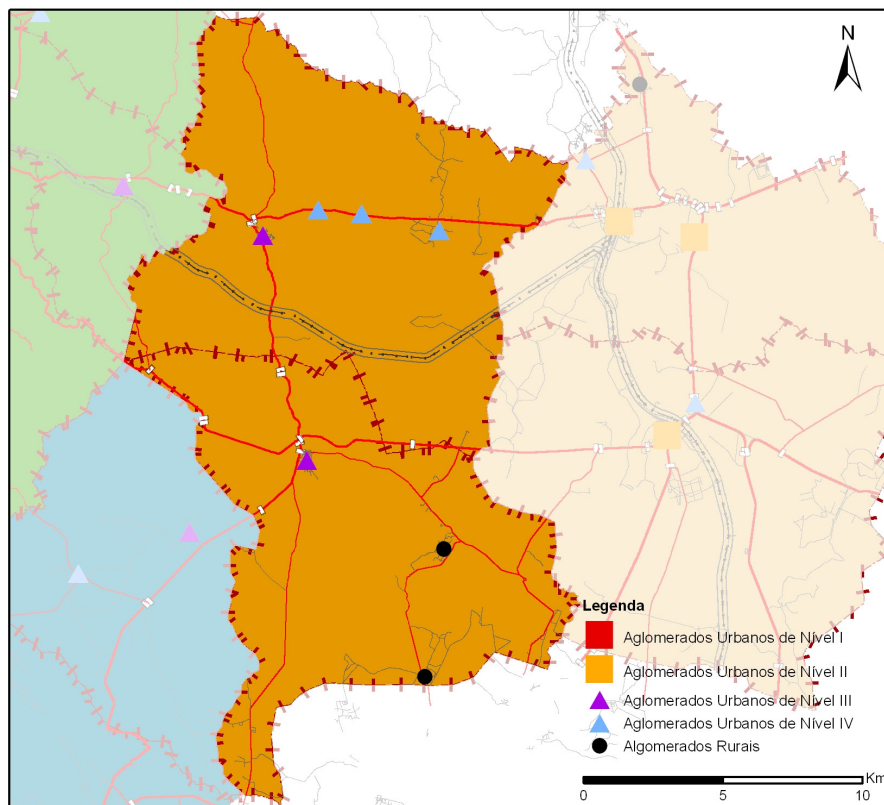


Figura 15 - Hierarquia dos Aglomerados Urbanos da UO do Centro



Para esta Unidade Orgânica prevê-se a:

- Reabilitação de Abela através de um estudo para o espaço público com grande especificidade para o problema da drenagem;
- Criação de espaços industriais ou de armazenagem (programação de infraestruturas), em Abela e São Domingos;
- Implementar uma política de solos e de habitação<sup>4</sup>;
- Enriquecimento progressivo dos Corredores Ecológicos;
- Incentivo à recuperação e restauro dos Montes Antigos;
- Construção e remodelação de equipamentos coletivos programados.
- Requalificação do eixo Santiago – Abela – Ermidas-Sado – Ferreira do Alentejo (EN 120);
- Requalificação do eixo entre S. Domingos e Cercal do Alentejo, com passagem pela barragem de Campilhas (podendo prever-se alternativa à atual estreita passagem por cima da barragem);
- Construção da estrada entre Grândola e São Domingos;
- Construção da estrada Santiago – São Domingos/Vale de Água;
- Reordenamento/saneamento das suiniculturas;
- Ordenar o estacionamento nos aglomerados;

#### **4.1.3 - UNIDADE ORGÂNICA DO ORIENTE**

Na **Unidade Orgânica do Oriente** encontram-se os grandes latifúndios orientados para a agricultura de regadio, devido à proximidade do Rio Sado, sendo de promover a agricultura e as indústrias associadas e simultaneamente tirando partido das boas acessibilidades – linha de caminho de ferro do Sul, Linha ferroviária de Sines, IC1 e AE do Sul. O Rio Sado traz a esta

---

<sup>4</sup> Implica programa e disponibilização de solos e a organização de uma política de habitação devidamente orçamentada.

Unidade importantes valores paisagísticos e potencialidades, quer a nível da produção agrícola quer a nível turístico e de indústria ligado aos recursos do espaço rústico.

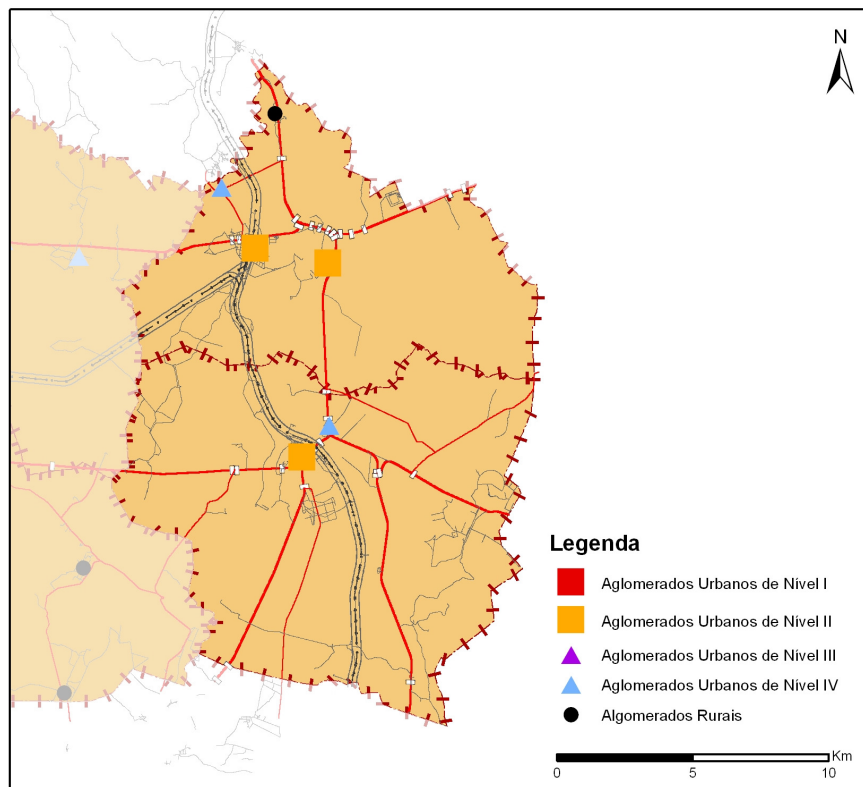


**Figura 16 – Unidade Orgânica do Oriente**

Na UO mais interior do município, a percentagem de solo urbano é apenas de 1,19% da área total desta Unidade (24.984 ha). Ao nível do concelho, a UO do Oriente, representa apenas 16% do solo urbano.

Subunidades da UO do Oriente	Nº de Aglomerados	Aglomerados Urbanos	Nível Hierárquico
Oriente - Ermidas	3	Ermidas-Sado	II
		Ermidas Aldeia	IV
		Faleiros	IV
Oriente – Alvalade	2	Alvalade	II
		Mimosa	IV

**Quadro 4 – Aglomerados Urbanos na Unidade Orgânica do Oriente e nível hierárquico**



**Figura 17 - Hierarquia dos Aglomerados Urbanos da UO do Oriente**

Esta Unidade tem um grande cariz patrimonial e uma forte imagem e identidade local em Alvalade. Assim deverá proceder-se a um estudo de planeamento geral da UO de modo a poder localizar de forma adequada alguns aproveitamentos turísticos. Seria útil programar uma bienal sobre arquitetura tradicional e alternativas para o seu desenvolvimento.

A característica de entreposto de Ermidas deverá ser ponderada no quadro do desenvolvimento da linha ferroviária de Sines. Existe apenas um aglomerado rural – Vale da Eira, na freguesia de Ermidas-Sado.

Para esta Unidade Orgânica propõe-se as seguintes ações:

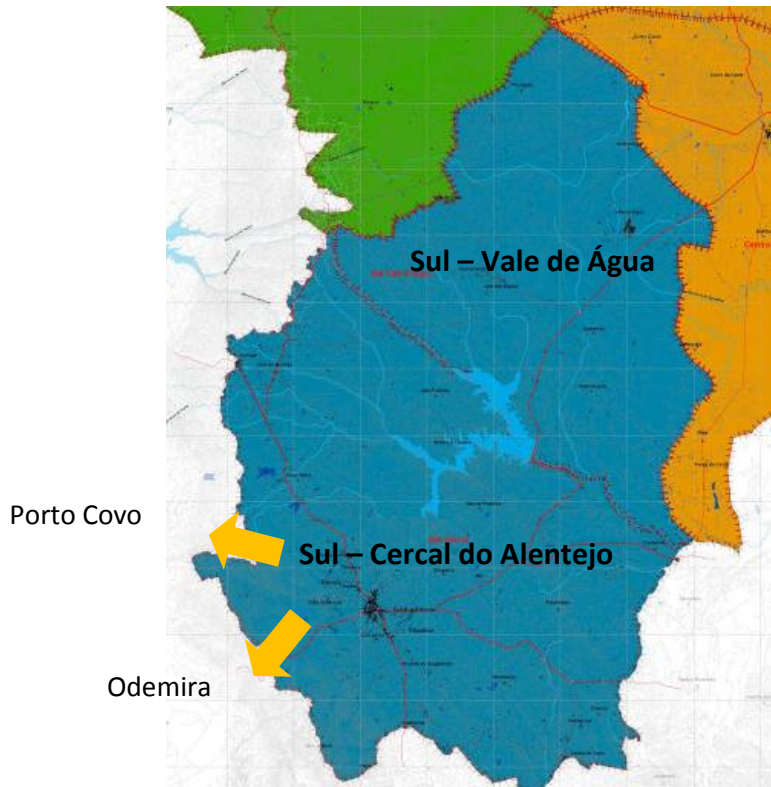
- Elaboração de um PMOT para Ermidas (possivelmente até ao Lousal), tendo em atenção as oportunidades que advenham das linhas de caminho de ferro de Sines e Sul;

- Valorização e proteção do Centro Histórico de Alvalade;
- Enquadramento do aglomerado da Mimosa com Alvalade;
- Promover o turismo de gama alta em Alvalade e em Casas Senhoriais no espaço de regadio;
- Implementação de uma política de solos e de habitação;
- Enriquecimento progressivo dos Corredores Ecológicos;
- Construção e remodelação de equipamentos coletivos programados;
- Ordenar o estacionamento nos aglomerados;
- Promoção de Áreas de Indústria Ligeira, armazéns e logística.

#### **4.1.4 - UNIDADE ORGÂNICA DO SUL**

É na **Unidade Orgânica do Sul** que se localiza a albufeira e barragem de Campilhas e em que a proximidade às praias do sul de Sines e de Odemira se faz sentir com maior força. Esta é a unidade com maior apetência para o desenvolvimento turístico, nas diversas modalidades sugeridas pelo PROTA, devendo ter sempre em atenção as características rurais e as condições económicas atuais.

A UO do Sul tem 21.646 ha, sendo que 1,22% são solo urbano, o que corresponde aproximadamente a 262 ha.



**Figura 18 – Unidade Orgânica do Sul**

Esta Unidade possui 17% da área urbana do Município, onde se incluem os Perímetros Urbanos: do Cercal do Alentejo, de Vale de Água, de Vale das Éguas, de Aldeia do Cano, do Retiro do Pontão, da Pouca Farinha, Sonega e Teimosas. Delimitaram-se nesta UO 3 AED e 3 AERSP.

A sede de freguesia Cercal do Alentejo caracteriza-se pela confluência de várias vias e pelo seu centro histórico tradicional – Largo dos Caeiros – a requalificar. Vale de Água, é um aglomerado ativo com grande cariz rural, onde predominam as atividades industriais agrícolas e florestais.

Subunidades da UO do Oriente	Nº de Aglomerados	Aglomerados Urbanos	Nível Hierárquico
Sul – Cercal do Alentejo	6	Cercal do Alentejo	II
		Sonoga	IV
		Retiro do Pontão	IV
		Pouca Farinha	IV
		Aldeia do Cano	IV
Sul – Vale de Água	2	Vale de Água	III
		Vale das Éguas	IV

Quadro 5 – Aglomerados Urbanos na Unidade Orgânica do Sul e nível hierárquico

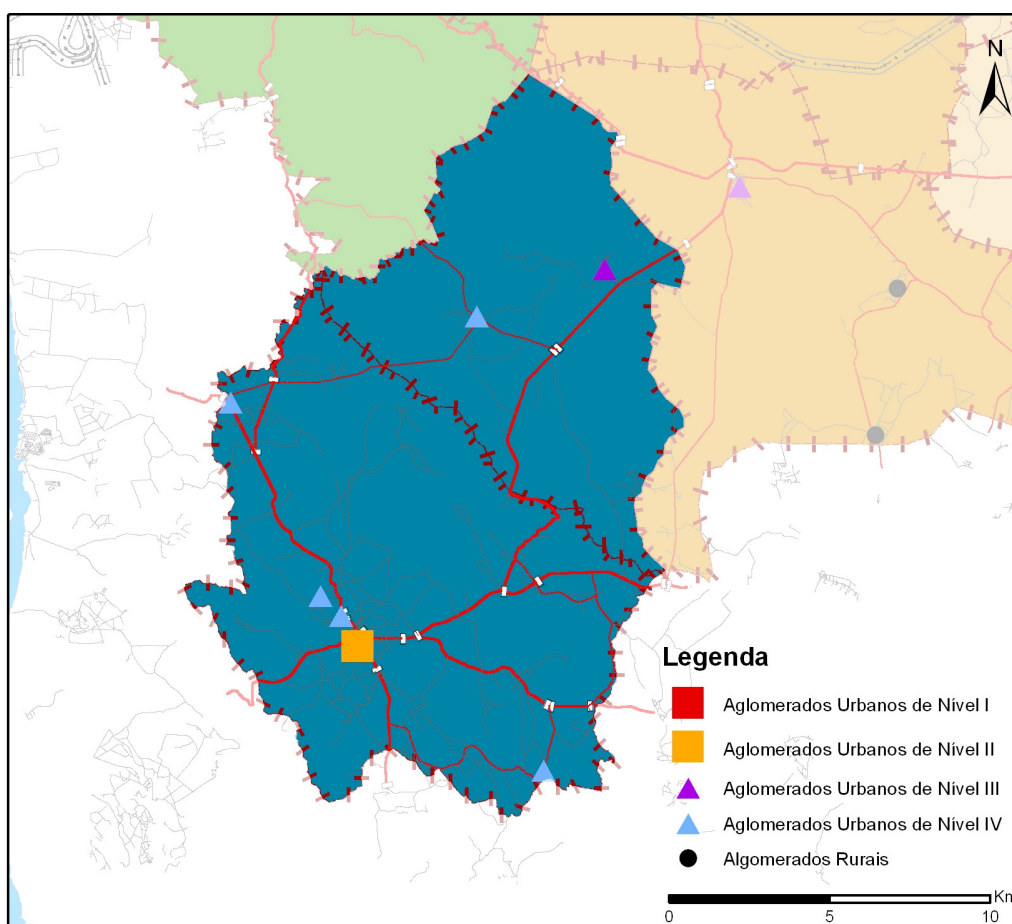
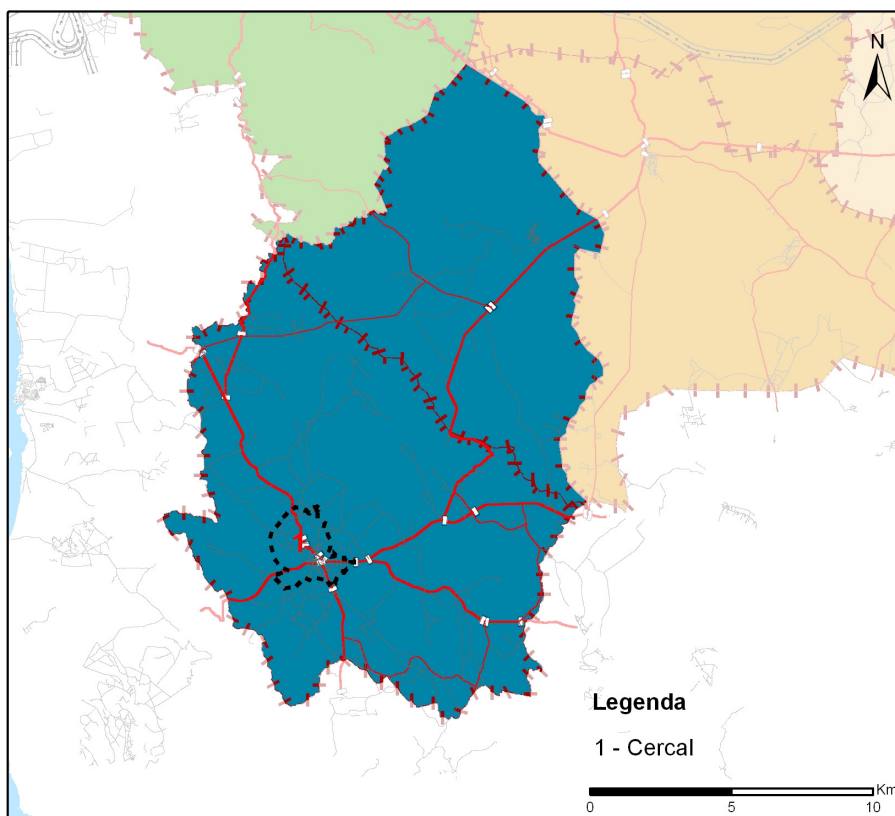


Figura 19 - Hierarquia dos Aglomerados Urbanos da UO do Sul

A principal fragilidade nesta UO são as acessibilidades, sendo de destacar o atravessamento do centro urbano do Cercal do Alentejo por veículos pesados, a qualquer hora, de e para o porto de Sines, o que provoca grandes problemas na vida diária da população local. Para a resolução desta situação propõe-se a construção de duas variantes à vila do Cercal do Alentejo (Variante Este e Oeste), para desviar principalmente o tráfego pesado do Espaço Central. Para além do atravessamento do Cercal do Alentejo identificaram-se outros problemas desta unidade: a distância aos principais centros urbanos da região litoral; e a EN 120, que passa na cumeada da Serra do Cercal do Alentejo (propõe-se a sua desclassificação para caminho florestal integrado no montado).



**Figura 20 – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão na UO do Sul**

Propõe-se como objetivos para esta Unidade Orgânica:

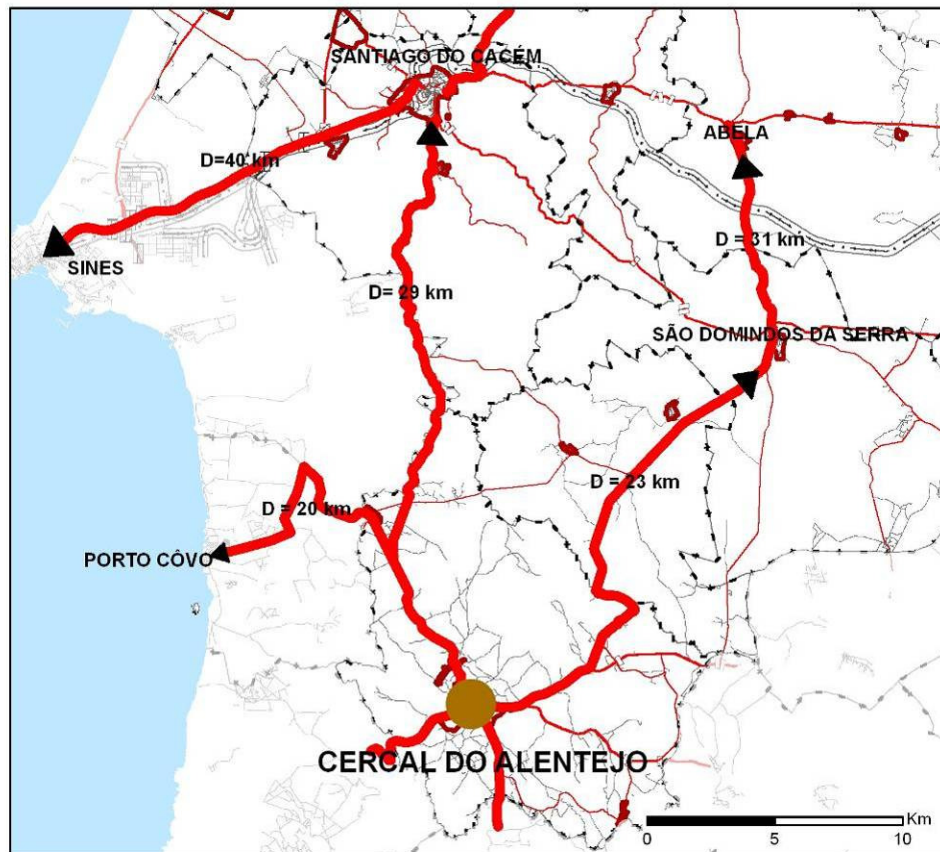


- Elaboração de um PMOT para o Cercal do Alentejo, onde se analisem as propostas para a nova rede viária;
- Requalificação do Espaço Central do Cercal do Alentejo e do Centro Histórico;
- Incentivos para empreendimentos turísticos na Albufeira de Campilhas;
- Incentivos para casas secundárias no Cercal do Alentejo;
- Elaboração de um Plano Intermunicipal, com Sines, para o aglomerado da Sonega;
- Incentivo à recuperação e restauro dos Montes Antigos;
- Implementar uma política de solos e de habitação<sup>5</sup>;
- Enriquecimento progressivo dos Corredores Ecológicos;
- Construção e remodelação de equipamentos coletivos programados;
- Estudo para a implementação de uma via entre S. Domingos (passando em Vale de Água) e o Cercal do Alentejo – variante a Campilhas;
- Desclassificação da EN 120 para caminho florestal, que liga Santiago do Cacém ao Cercal do Alentejo, passando pela cumeada e respeitando a vida selvagem.

---

<sup>5</sup> Implica programa e disponibilização de solos e a organização de uma política de habitação devidamente orçamentada.



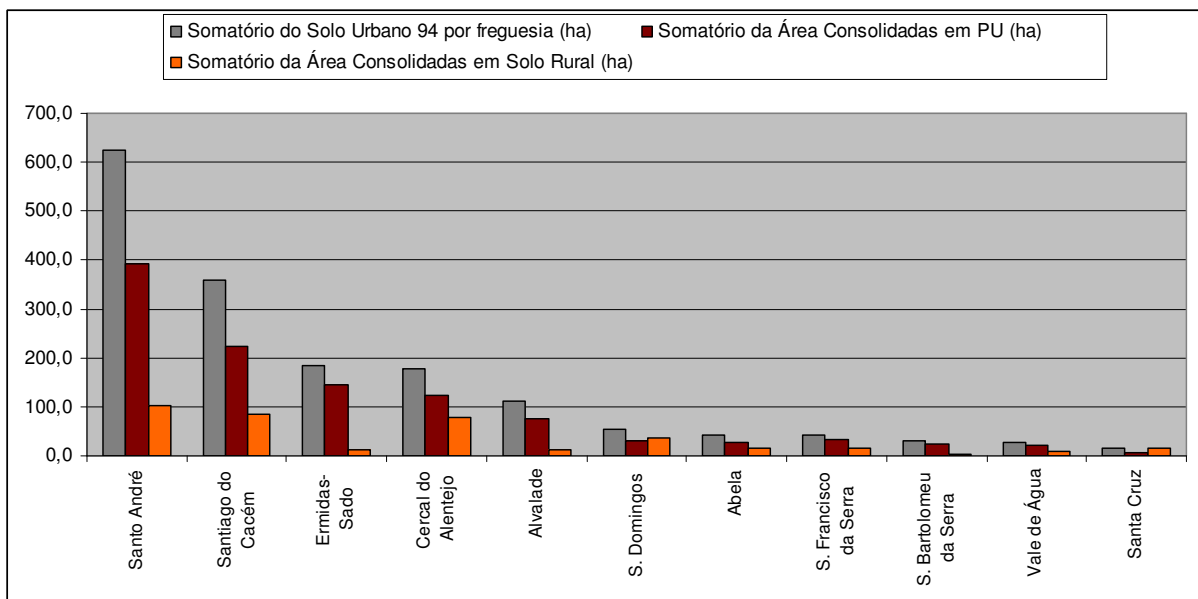


**Figura 21 – Distância do Cercal do Alentejo aos principais aglomerados**

## 5. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

### 5.1 - DIAGNÓSTICO SÍNTESE

O solo rural no concelho de Santiago apresentou, durante a vigência do primeiro PDM, uma maior dinâmica urbanística do que a generalidade dos perímetros urbanos, principalmente nas freguesias onde se sente com mais intensidade a pressão urbano-turística, como é o caso de Santo André, Santiago do Cacém, Santa Cruz e Cercal do Alentejo.



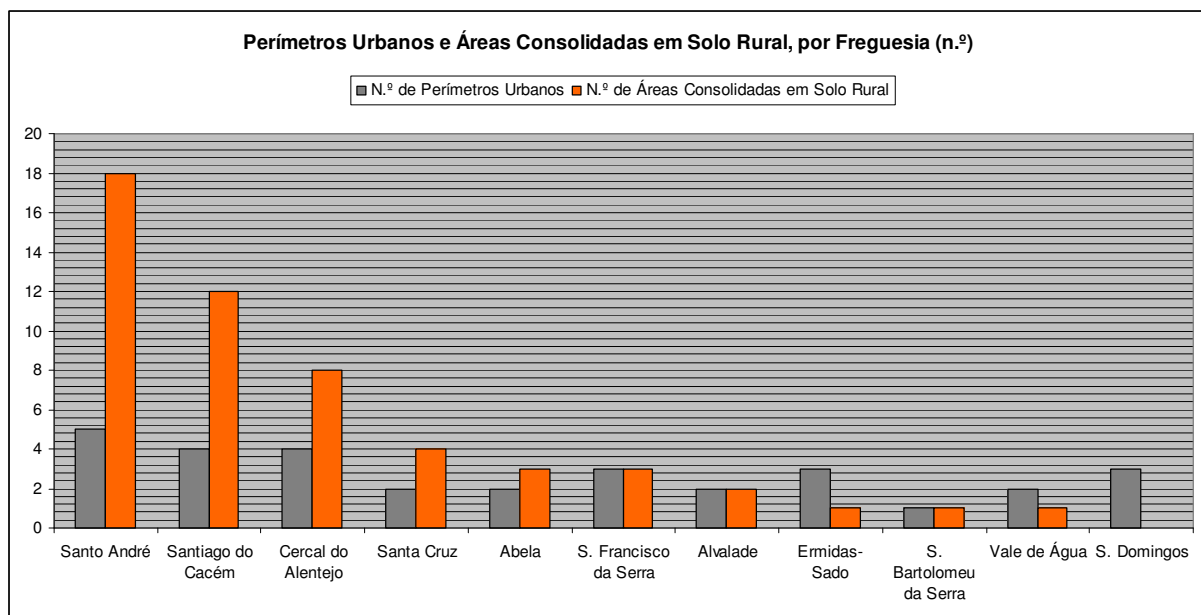
**Gráfico 1 - Balanço das áreas urbanas consolidadas em Solo Urbano e Solo Rural face ao Solo classificado como urbano no PDM93, por freguesia**

Em consequência deste facto verifica-se um reduzido preenchimento dos perímetros urbanos nas freguesias de Santo André, Santiago do Cacém e Cercal do Alentejo, assim como um agravamento do fenómeno da edificação dispersa no solo rural destas freguesias. Este fenómeno assume uma expressão preocupante nas freguesias do litoral, não só pela magnitude que atingiu – o que se reflete nos custos de manutenção das infraestruturas - como

pela sensibilidade do território, designadamente, do aquífero de Sines, dos habitats e espécies protegidas e da paisagem em geral.

Do Gráfico 1 realçam-se os seguintes aspetos:

- nas freguesias de Santo André, Santiago do Cacém, Alvalade e Ermidas-Sado a área de solo urbano por concretizar perfaz uma superfície superior ao somatório das áreas consolidadas em solo rural;
- nas freguesias de Santa Cruz e São Domingos o somatório das Áreas Consolidadas em Solo Rural é superior ao somatório das Áreas Consolidadas em perímetro urbano.



**Gráfico 2 – Contraste do número de Perímetros urbanos com o número de Áreas Consolidadas dispersas em solo rural, por freguesia.**

Estes dados são agravados ainda pelo número de Áreas Consolidadas existentes em solo rural (Gráfico 2) que revelam uma fragmentação do espaço rural e do tecido urbano não enquadrada pelo planeamento, e pelo facto destas apresentarem um número e densidade de edificações que lhes conferem características urbanas. Estes aspetos revelam uma ineficácia da

política de solos, por um lado, em concretizar a urbanização dos perímetros urbanos durante a vigência do PDM e, por outro, em controlar a edificação em solo rural.

A necessidade de contrariar estas tendências é o objetivo da presente proposta de ordenamento, no que concerne à regulamentação da edificação e urbanização do solo rural do Concelho de Santiago do Cacém. A proposta tem como fim o aproveitamento racional dos recursos, nomeadamente do recurso solo, prosseguindo os fins consagrados na Lei de Bases do Ordenamento do Território e assenta no pressuposto de que existindo espaço livre nos perímetros urbanos em vigor então a habitação deverá construir-se aí e não em solo rural. Porém, o solo urbano não está acessível ao mercado, por falta de oferta ou por esta oferta se fazer a preços incompatíveis com a procura ou, ainda, por não corresponder ao tipo de produto imobiliário mais procurado.

Face a estes desencontros impõe-se que o novo PDM procure evitá-los.

Pode parecer que basta ter um regulamento menos permissivo no solo rural e uma administração municipal mais atenta.

Ora o problema é que atitudes deste tipo podem agravar as dificuldades de desenvolvimento das áreas urbanas apontadas pelo PDM que passam a constituir uma oferta abstrata de solo urbano. Uma vez que estas áreas são em grande parte privadas fica-se dependente de fatores que estão nas mãos da vontade dos proprietários. As iniciativas camarárias correm o risco de envolver custos impraticáveis para o erário público se os preços forem muito baixos, e pouco aceitáveis pela população se foram altos – o equilíbrio nesta fase de crise pode ser inviável.

Assim, o PDM tem que encontrar uma estratégia realista que não passa só pelo desenho do zonamento e regras com restrições mas que deverá passar a ser pró-ativo e não esconder a realidade dos atores e da distribuição de encargos pelos agentes.

Uma via é propor uma área urbana muito maior do que a necessária, com todos os inconvenientes da eventual fragmentação dos espaços efetivamente construídos – esta é uma alternativa que contraria o espírito da legislação em vigor (Dec. Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio) e sai muito cara. Outra hipótese será não delimitar o solo urbano sem um acordo

prévio com os proprietários que garanta a disponibilização dos terrenos para a urbanização. Poderão, inclusivamente, incentivar-se as operações prioritárias, com índices complementares e com uma redução de taxas por um prazo a fixar. Outra possibilidade é o Município adequar os espaços necessários ou, se isso não for possível por falta de acordo com os proprietários, então será necessário negociar com a administração central, através da CCDR Alentejo, uma garantia de acesso ao crédito para a realização de operações de perequação enquadradas em UOPG ou unidade de execução (UE). Outra via será negociar com as Juntas de Freguesia e com os proprietários interessados uma solução aceitável, em termos físicos e económicos. Também é possível encontrar alguns dispositivos regulamentares que facilitem a resposta à procura sem prejudicar o equilíbrio do povoamento. No fundo, o PDM proposto procura uma solução justa onde a gestão municipal possa mais facilmente encontrar uma solução. A base deverá incidir sobre a lógica das infraestruturas e o acesso aos equipamentos e seus encargos.

A estas razões acrescentam-se ainda outras que contribuem para agravar a problemática, tais como:

- A procura de segunda residência em solo rural, por população externa com maior poder de compra (por isso há que exigir áreas grandes em espaço rural ou então bem integradas no tecido urbano);
- A maior margem de valorização do solo rural com a construção dado o seu menor custo inicial (€/m<sup>2</sup>), da deficiente cobrança de mais-valias, da consideração insuficiente dos custos das infraestruturas dos diferenciais especulativos;
- O entesouramento especulativo de solos urbanizáveis.

Resulta do acima exposto uma elevada pressão sobre o solo rural na medida em que a rentabilidade agrícola e florestal não conseguem competir com a habitação que, entretanto, gerou expectativas nos proprietários, elevando o preço do solo a níveis que travam a entrada de novos agentes na atividade agrícola e florestal. Haveria que garantir a obtenção das mais-valias pelo Município (áreas de cedência, taxas, contribuição para infraestruturas)

## **5.2 - ESPAÇOS AGRÍCOLAS OU FLORESTAIS**

Os Espaços Agrícolas ou Florestais compreendem áreas onde as atividades agrícolas, pecuárias ou florestais correspondem aos usos dominantes, podendo corresponder a sistemas agrossilvo-pastoris ou a outros usos agrícolas e silvícolas.

A sustentabilidade dos investimentos nestas atividades beneficia da flexibilidade desta categoria, que não consigna um uso exclusivo do solo a atividades específicas mas, pelo contrário, permite a sua reconversão e a sua combinação num sistema de usos múltiplos alternados e funcionalmente complementares onde se incluem as atividades produtivas do solo rural e as edificações e infraestruturas necessárias ao seu funcionamento e, em certas condições, a habitação própria do proprietário - agricultor, o alojamento turístico e atividades complementares.

Consideram-se ainda atividades compatíveis com esta categoria de uso as seguintes:

- Extração de inertes – acautelando os impactes sobre a qualidade das águas subterrâneas, particularmente, no caso do sistema aquífero de Sines e os valores ecológicos;
- Cinegética;
- Pecuária, nos moldes da legislação específica e da regulamentação do PDM
- Pecuária, nos mesmos moldes aplicados aos espaços agrossilvo-pastoris.
- Atividades turísticas nos termos regulamentares
- Espaços para festas e restauração
- Indústria ligada à primeira transformação.

No que concerne à instalação de povoamentos ou espécimes isolados de espécies florestais de crescimento rápido, aplicam-se as normativas previstas no Decreto-Lei n.º 175/88, de 17 de maio, e objetivadas na Portaria n.º 528/89, de 11 de julho.

A manutenção do coberto vegetal, dos acessos rodoviários e dos pontos de abastecimento de água tendo em vista a prevenção e combate dos incêndios florestais obedece às instruções previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) aprovado nos

moldes do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação do Decreto-Lei 17/2009 de 28 de junho. A concretização das medidas previstas em PMDFCI será regida por um Plano Operacional Municipal da especialidade, elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal da autarquia em articulação com os Departamentos de Urbanismo e de Ambiente da edilidade.

As construções de novos edifícios no espaço agrícola ou florestal ficam sujeitas às prescrições que constam do Regulamento.

### **5.3 - ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRO-SILVO-PASTORIL**

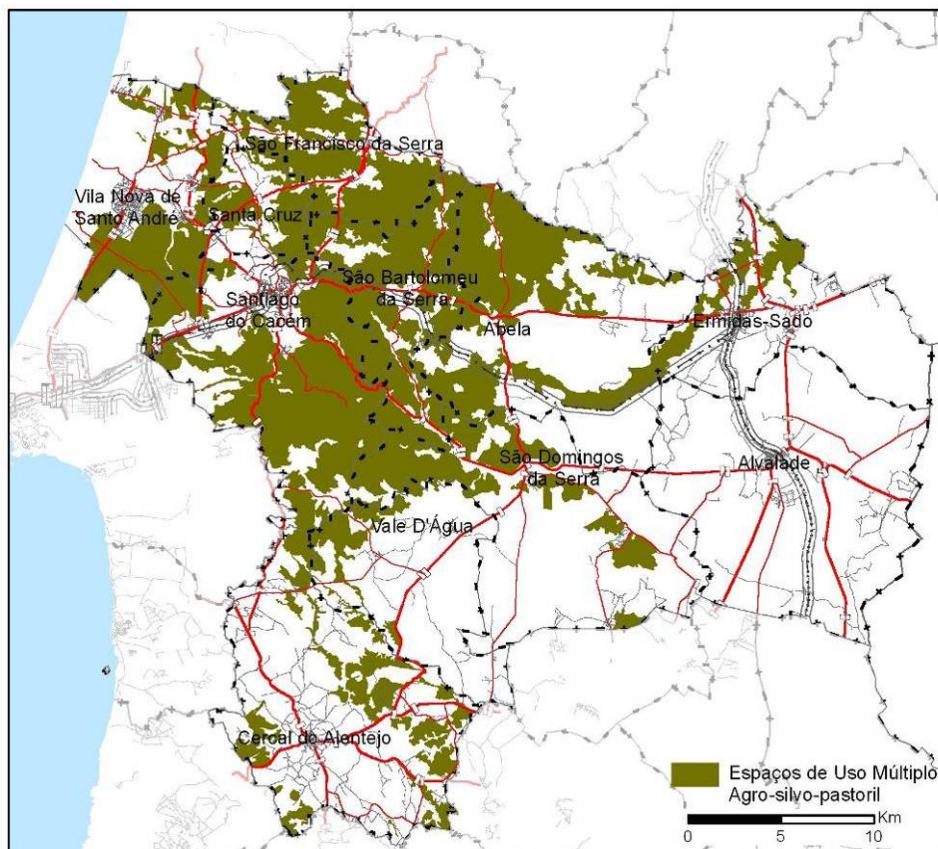
Os Espaços de Uso Múltiplo Agro-Silvo-Pastoril abrangem áreas que combinam elevada importância biofísica e económica cuja ocupação dominante do solo – existente ou prevista – corresponde à atividade florestal assente na exploração do sistema agrossilvo-pastoril dos montados e outros tipos de floresta autóctone.

A criação desta sub-categoria de solo rural, distinguindo-a dos Espaços Agrícolas ou Florestais, tem subjacente um conjunto de aspetos salientados no diagnóstico, que apontam para a necessidade de:

- salvaguardar o coberto florestal em áreas de maior sensibilidade e valor sob o ponto de vista biofísico (corredores ecológicos, áreas de recarga de aquíferos, áreas de risco de erosão hídrica do solo, encostas envolventes a albufeiras ou a linhas de água com valor ecológico) – mantendo-o em bom estado de conservação e melhorando-o nas áreas onde se verifiquem processos de degradação ou regressão ecológica.
- promover uma combinação equilibrada de usos e atividades que contribuam para a sustentabilidade da floresta autóctone e assegurando a viabilidade económica na sua exploração silvícola, agrícola e pecuária, podendo incluir serviços como o **Turismo em Espaço Rural** e outras atividades turísticas compatíveis com os objetivos que estão na base da criação desta categoria, bem como áreas para festas e restauração;

- incentivar a criação de charcas e pequenas barragens para armazenamento de água para rega e lavagem assim como para apoio no combate a incêndios.
- assegurar funções de enquadramento, transição e amortecimento de impactes na envolvente aos Espaços Naturais.
- promover uma gradual reconversão dos povoamentos de eucalipto e pinheiro em floresta autóctone, nomeadamente, na envolvente dos Espaços Naturais na Serra do Cercal do Alentejo, nas áreas de recarga do aquífero de Sines e na envolvente das albufeiras;





**Figura 22 – Espaços de Uso Múltiplo Agro-Silvo-Pastoril**

Os Espaços de Uso Múltiplo Agro-Silvo-Pastoril suportam atividades económicas cuja rentabilidade económica tem decrescido, gradualmente, e cuja sustentabilidade se encontra ameaçada pela competição com usos mais rentáveis como a habitação em solo rural. Esta é uma ameaça que importa minimizar nesta revisão de PDM assegurando limites ao fracionamento e à edificação que garantam a regulação do mercado fundiário de forma a assegurar que nestes espaços se preserve a sustentabilidade da exploração agrossilvo-pastoril. Esta atividade depende do bom estado de conservação de um mosaico de habitats, resultantes da interação do homem com a natureza, que desempenham importantes funções de habitat e corredor ecológico e estabelecem o enquadramento, transição e amortecimento de impactes relativamente a espaços naturais adjacentes.

Esta categoria não pretendeu abarcar todas as áreas de montado do concelho, uma vez que este tipo de povoamento florestal se encontra protegido por legislação específica, mas sim assegurar a sua manutenção e recuperação em áreas onde corresponde ao uso mais adequado ao desenvolvimento territorial, à luz dos objetivos acima enunciados, (e.g. na prevenção de picos de cheia em Abela e São Domingos, na salvaguarda de corredores ecológicos entre os espaços naturais, entre outros).

A delimitação desta categoria de solo tomou em consideração um conjunto de informação temática mas não corresponde a uma adição desses estratos de informação, uma vez que parte dela se encontra desatualizada face ao ortofotomapa e não apresenta a precisão geométrica desejada (e.g. COS90).

Os temas que contribuíram para a delimitação desta categoria foram os seguintes:

1. Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA, PROTA);
2. Áreas florestais de Sobreiro ou Azinheira assinaladas na COS90;
3. Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (REN, 2011);
4. Áreas de instabilidade de vertentes (REN, 2011);
5. Ortofotomapa 10k (IGP, 2005).

As características topológicas dos terrenos foram também consideradas na delimitação desta categoria com vista a assegurar uma estrutura coerente, capaz de garantir as funções e objetivos preconizados de reforço da continuidade ecológica e do amortecimento de impactes sobre valores naturais e processos naturais (e.g. cheias e erosão hídrica do solo). Nesta ponderação a ERPVA orientou a primeira delimitação no sentido de assegurar uma estrutura geral coerente, desenvolvendo as orientações do PROTA.

Na envolvente de alguns Espaços Naturais foi preferencialmente aplicada esta categoria, como forma de assegurar as funções de enquadramento, transição e amortecimento de impactes, como no caso de alguns eucaliptais na serra do Cercal do Alentejo, ou dos pinhais litorais das freguesias de Santa Cruz e Santo André.

Para estes espaços a edificabilidade enquadra-se nos termos do articulado Regulamentar.

É permitida a instalação de indústria transformadora primária de apoio às explorações, segundo as disposições regulamentares.

Nesta categoria de espaço encontram-se ainda as suiniculturas, uso muito frequente no município e com forte importância na economia local mas com diversos problemas.

De modo a não pôr em causa esta atividade, a detenção caseira de efetivos suínos será autorizada sempre que não exceda o equivalente a uma Cabeça Normal (seis porcos de acabamento ou três varrascos), a sua circulação estiver confinada a espaços privados com uma área mínima de 5.000 m<sup>2</sup>. As suiniculturas cujo encabeçamento exceda aqueles valores deverão obedecer às normativas previstas no Regime Jurídico do Exercício da Atividade Pecuária e na Portaria nº 636/2009, de 9 de junho, para além das disposições supletivas em vigor no município de Santiago do Cacém através do seu Regulamento.

A Câmara Municipal poderá incentivar operações de realocação de suiniculturas existentes cuja localização considere inadequada, reduzindo as taxas inerentes à construção de novas instalações e preconizando outro uso mais adequado para os terrenos libertados por essa via.

#### **5.4 - ESPAÇOS NATURAIS**

A operacionalização dos conceitos de “Natureza” e de “Natural” não é possível sem uma clara definição do seu conteúdo, mais ou menos abrangente consoante as opções filosóficas de quem sobre ele reflete. No âmbito desta revisão de PDM, os autores optaram por interpretar como “naturais” os espaços onde predomine vegetação (e por consequência ecossistemas) dominada por espécies autóctones, onde a atividade humana tenha obliterado relativamente pouca ou nenhuma da biomassa potencial da sucessão ecológica que aí pudesse ocorrer em condições assilvestradas. Dito de outra forma, foram considerados naturais os fragmentos de prados, mas sobretudo matos e bosques nativos, e artificiais ou seminaturais os espaços onde se verificassem diferentes ocorrências. Terrenos agrícolas ou invadidos por espécies exóticas dificilmente se poderiam integrar nestes critérios.

Como seria de esperar, os espaços naturais que melhor verificam estas condições encontram-se de antemão identificadas no Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha e no Plano sectorial da Rede Natura 2000 (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115A/2008, de 21 de julho). Não obstante, para efeitos de revisão do PDM foram também pesquisadas e incluídas na categoria de espaços naturais áreas de ocorrência de valores naturais fora do espaço da Rede Natura 2000, bem como as áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico, cuja utilização dominante não seja agrícola, florestal ou extrativa.

Como forma de assegurar a continuidade e a conectividade destas áreas de maior sensibilidade biofísica foram integrados nesta categoria algumas parcelas de terreno onde não foram detetadas espécies ou habitats protegidos, mas cuja função predominante se pretende que seja a conservação da biodiversidade facilitando a deslocação ou a propagação das espécies autóctones. Entre estas vias incluir-se-ão os aceiros e corta-fogos a serem tratados em sede de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, assim como algumas áreas agroflorestais incluídas na Reserva Natural ou em áreas adjacentes.

Em suma, os espaços naturais propostos no PDM são uma síntese da reflexão multidisciplinar desenvolvida pela equipa perante o território, o conhecimento científico atual sobre a biodiversidade autóctone nele ocorrente, e mesmo alguma intuição analítica adquirida no decurso da realização do plano.

Para assegurar a permanência ou a recuperação plena dos ecossistemas autóctones, e sem prejuízo do disposto nos Instrumentos de Gestão Territorial respeitantes ao Sistema Nacional de Áreas Protegidas, as ocupações e utilizações do solo em Espaços Naturais obedecerão às regras definidas no Regulamento do presente Plano.

### **5.5 - ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS**

De acordo com o Dec. Regulamentar 11/2009, de 29 de maio, os planos municipais de ordenamento do território devem delimitar e regulamentar como categoria específica de solo rural as áreas afetadas à exploração de recursos geológicos. A regulamentação desta categoria

deve assegurar a minimização dos impactes ambientais e a compatibilização de usos, em fases de exploração, e a recuperação paisagística, após o término dessa atividade. Estes aspetos encontram-se já regulamentados pelo Decreto -Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de outubro, que aprova o regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais.

Assim, e de acordo com o Art.º 16º do Dec. Regulamentar 11/2009, de 29 de maio, foram incluídas nesta categoria as áreas em exploração ativa e devidamente licenciada à data de elaboração do Plano. As áreas de prospeção, cativas ou de reserva ou as que tenham sido alvo de procedimento pela DRE-Alentejo com vista ao licenciamento para atividades de exploração dos recursos geológicos mantêm o uso agrícola ou florestal com salvaguarda das condições que permitam a sua exploração futura, designadamente, a desafetação de restrições de utilidade pública.

Para além das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de outubro e restante legislação aplicável à atividade extrativa e de transformação de recursos geológicos, importa que a área de recarga do aquífero de Sines seja salvaguardada ao longo de todas as fases da atividade extrativa – da exploração à descativação – acautelando designadamente:

- Os riscos de contaminação durante a exploração das massas minerais;
- O impacte na infiltração e consequentemente, na recarga do aquífero cársico confinado;
- Que no Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística, a reabilitação ambiental e paisagística da pedreira, tenha como objetivos:
  - A reabilitação biofísica do local promovendo a melhoria das condições de habitat para a biodiversidade, recorrendo para tal a espécies de flora autóctones e procurando, na medida do possível, recriar condições de habitat natural que compense os impactes causados no aquífero e na biodiversidade.

### **5.6 - AGLOMERADOS RURAIS**

Nos aglomerados rurais delimitados predominam as funções habitacionais, podendo integrar outros usos, nomeadamente de comércio, serviços, turismo, equipamentos, áreas verdes de utilização pública ou privada, e ainda usos industriais, de armazenagem ou outros desde que compatíveis com a função habitacional.

O regime de uso do solo proposto para os Aglomerados Rurais tem por objetivo promover a sua qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural, a dotação de infraestruturas – com recurso a soluções técnicas adequadas às características de cada aglomerado, tanto quanto possível autónomas, eficientes e sustentáveis.

A delimitação dos Aglomerados Rurais teve por base os polígonos das “Áreas Consolidadas”, realizados nos estudos de caracterização e diagnóstico, os limites físicos e de propriedade. Foram ainda consideradas faixas de terreno de dimensão útil – afastamento mínimo às edificações de 10 m, que não compromettesse a possibilidade de outras ocupações do solo. Estes polígonos foram analisados individualmente e qualificados como Aglomerados Rurais quando verificadas as seguintes condições:

- A sua localização e características conferem-lhes um papel na articulação com a rede urbana municipal;
- Número de edificações é igual ou superior a 15;
- A densidade do edificado na Área Consolidada é superior a 4 edifícios/hectare;
- Dispõe de infraestruturas mesmo que incompletas (e.g. abastecimento de água, eletricidade).

Estas áreas de maior concentração de edificações em solo rural, pela sua localização e dimensão populacional assim como pelo seu nível de infraestruturação atual e pelo seu papel de articulação dos centros urbanos de hierarquia superior com o espaço rústico, devem

integrar o sistema urbano municipal no entanto não se justifica a sua classificação como solo urbano.

Há ainda a ter em conta, nesta proposta, a definição constante do Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de maio que considera os aglomerados rurais como “espaços edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural, devendo ser delimitados no plano diretor municipal, com um regime de uso do solo que garanta a sua qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural e infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas características”.

São identificados no quadro seguinte os Aglomerados Rurais classificados no PDM:

Freguesia	Aglomerado Rural	Área (ha)	Nº de Edificações	Densidade do Edificado
Ermidas-Sado	Vale da Eira	7,87	64	8,13
Santiago do Cacém	Escatelares	16,20	113	6,98
Santo André	Foros da Quinta	14,09	101	7,17
São Domingos	Foros do Locário	38,93	300	7,71
	Foros da Casa Nova	53,25	248	4,66

**Quadro 6 – Aglomerados Rurais, por freguesia**

O **aglomerado do Vale da Eira** foi convertido em Aglomerado Rural com função habitacional e de apoio a atividades rurais, excluindo-se as edificações e suinicultura a Este do IC1. Fez-se ampliação para Norte ao longo do IC1 seguindo os limites cadastrais aparentes (sebes) e de forma a incluir as edificações existentes e acompanhando os limites cadastrais.

No aglomerado de **Escatelares** fez-se um preenchimento e arredondamento da Área Consolidada, tendo-se optado por incluí-lo numa UOPG para a qual se definem objetivos e

métricas para o seu planeamento futuro, dados os problemas de trânsito e a situação de relação funcional com Santiago do Cacém, nomeadamente a construção de uma “estrua”<sup>6</sup>.

No aglomerado **Foros da Quinta** efetuou-se um preenchimento e arredondamento da “Área Consolidada”, respeitando-se os limites de propriedade, o que se saldou na expansão ao longo das infraestruturas existentes.

Os aglomerados de **Foros do Locário** e **Foros da Casa Nova** foram reclassificados como Aglomerados Rurais com função habitacional e de apoio a atividades rurais. Procedeu-se ao arredondamento e expansão consoante os limites aparentes das sebes e da rede de distribuição de água de forma a abranger as edificações existentes.

Nas áreas delimitadas pelo PDM como Aglomerados Rurais aplicam-se os critérios e parâmetros que constam do Regulamento.

As operações de loteamento destes espaços, para além dos parâmetros acima referidos, são permitidas apenas mediante a aprovação, pela câmara municipal, de um PMOT específico para o aglomerado. Uma vez que se trata de áreas de solo rural aponta-se para a realização de estudos urbanísticos ou, no caso de aglomerados rurais próximos de perímetros urbanos, o seu planeamento poderá ser desenvolvido através da implementação da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, definida na Planta de Ordenamento, cujos objetivos, regulamentação e parâmetros constam do Regulamento.

### **5.7 - ÁREAS DE EDIFICAÇÃO EM SOLO RURAL PERIURBANO E ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA**

Segundo as normas 155 a 158 do PROTA, as Áreas de Edificação em Solo Rural Periurbano (AESRP) e as Áreas de Edificação Dispersa constituem uma categoria específica de solo rural e são definidas como espaços preexistentes à data da aprovação do PROT que embora não

---

<sup>6</sup> Com “estruas” pretendemos significar uma rua que acumula um serviço de estrada.



tenham cariz totalmente urbano, estão localizadas na envolvente de áreas urbanas e registam uma dependência formal e funcional do aglomerado urbano.

A metodologia utilizada para a delimitação das Área de Edificação em Solo Rural Periurbano e Áreas de Edificação Dispersa, no caso específico do município foi a seguinte:

- Consideraram-se as áreas consolidadas, obtidas com a metodologia utilizada na “Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM, Volume 5 – Património e Estrutura Urbana”;
- Subtraíram-se destas áreas as que já estavam incluídas em Perímetros Urbanos Propostos;
- Selecionaram-se as que tinham densidade superior a 0,25 edifícios por hectare;
- Destas áreas, foram consideradas AESRP (Áreas de Edificação em Solo Rural Periurbano) sempre que contíguas a aglomerados urbanos de nível I ou II, ou totalmente incluídas em faixa distando, no máximo, 1 km do perímetro urbano daqueles. As restantes áreas são as AED (Área de Edificação Dispersa);
- Verificou-se com a aplicação desta metodologia um elevado número de AESRP e muitas delas com áreas reduzidas (inferiores a 1 000m<sup>2</sup>). Assim, optou-se por estabelecer uma área mínima para as AESRP e AED - 2ha para o caso das freguesias de Santiago do Cacém, Santo André e Santa Cruz e 4ha para as restantes freguesias.
- A partir destes polígonos iterativamente escolhidos utilizaram-se outros critérios no esboço destas áreas como os limites cadastrais e físicos e o afastamento mínimo às edificações de 10m, que não compromettesse a viabilidade de futuras operações sobre o solo.

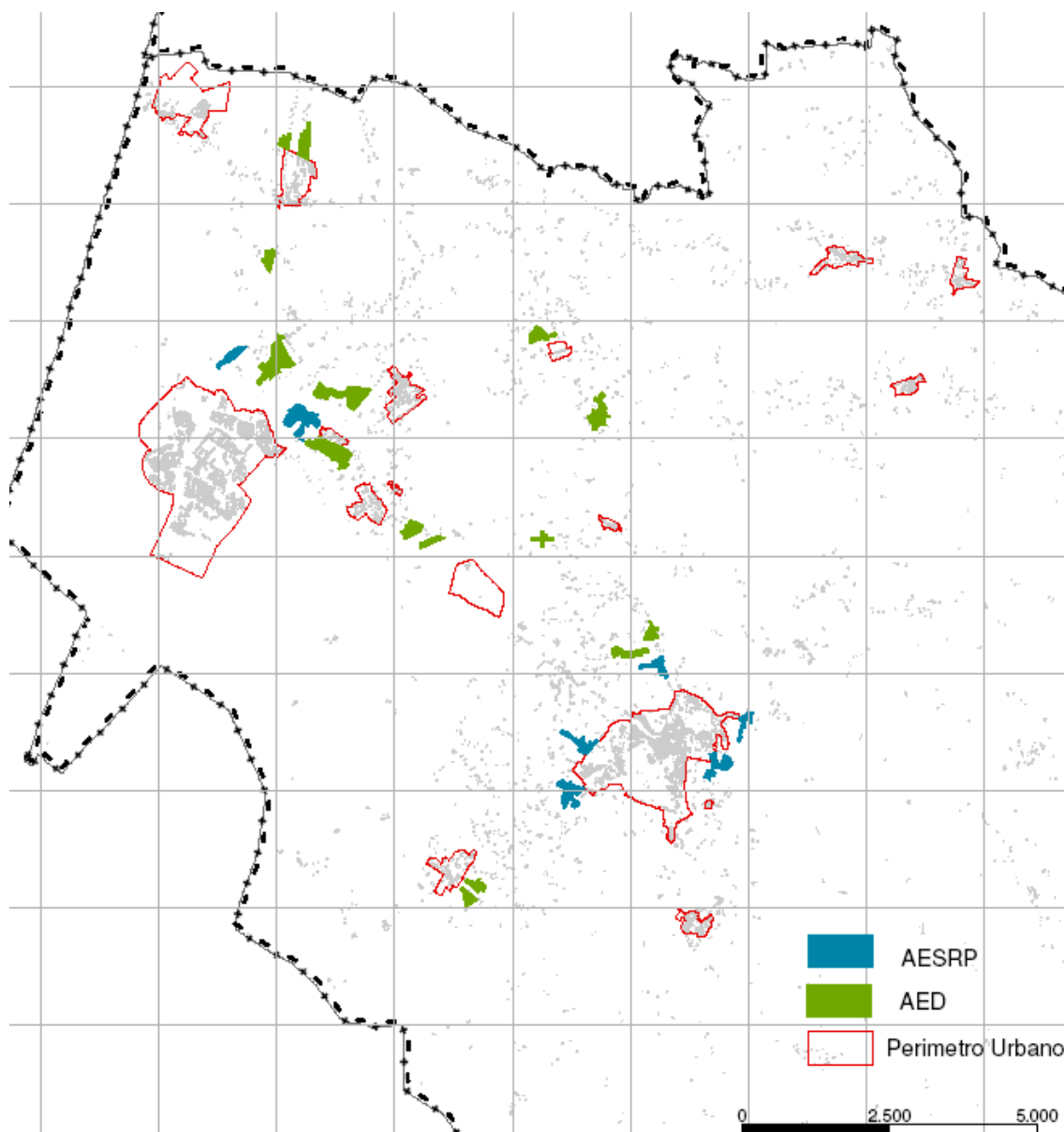


Figura 23 – AED e AESRP nas Freguesias de Santo André, Santiago do Cacém e Santa Cruz

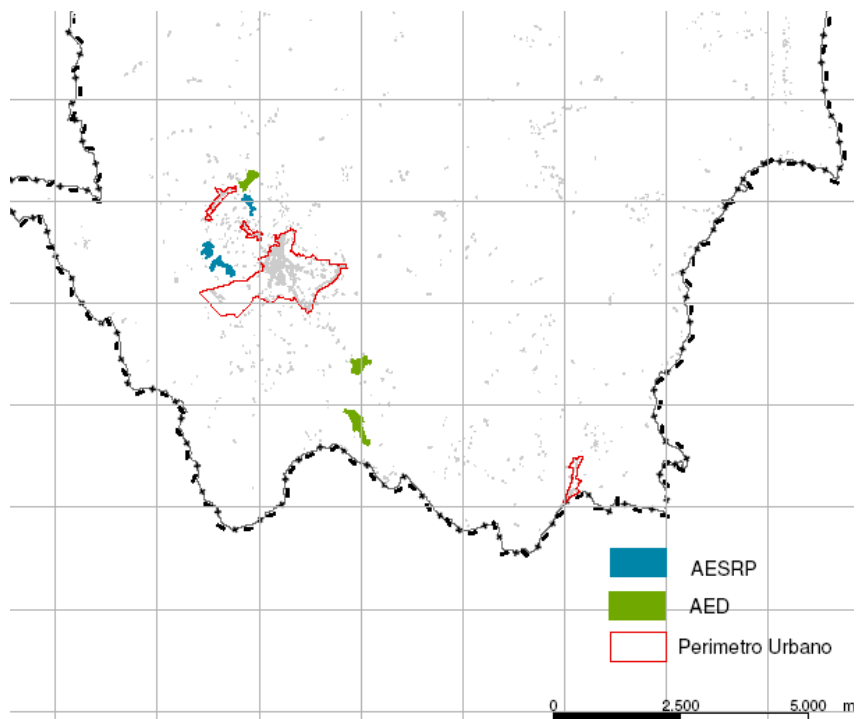


Figura 24 – AED e AESRP na Freguesia de Cercal do Alentejo

No município de Santiago do Cacém foram delimitadas, sobre o solo rural, 19 AED e 10 AESRP. Nas tabelas seguintes apresenta-se a área e a densidade habitacional de cada uma destas áreas.

Freguesia	Área de Edificação Dispersa	Área (ha)	Densidade Habitacional (edifícios/ha)
Santo André	Brescos_1	3,51	12,52
	Brescos_2	8,52	3,99
	Chaparral	4,69	4,48
	Judia	20,09	3,88
	Olheiros-Capela	53,25	5,41
	Giz	17,20	8,20

	Badoca_1	6,39	7,82
	Badoca_2	3,27	10,01
Santa Cruz	Espanha	6,02	3,99
	Parral	10,33	3,58
	Ademas de Santa Cruz	3,58	5,58
Santiago do Cacém	Almarjões	4,33	5,78
	Quereiras	6,67	4,80
	Relvas Verdes_1	4,20	4,04
	Relvas Verdes_2	4,30	6,55
	Vale Seco	6,66	4,05
Cercal do Alentejo	Pouca Farinha	13,12	3,13
	Portela do Salgadinho	7,26	3,31
	Catifarras	9,75	5,03

Quadro 7 – AED por freguesia

Freguesia	Área de Edificação em Solo Rural Periurbano	Área (ha)	Densidade Habitacional (edifícios/ha)
Santo André	Galiza	5,20	5,38
	Bacelos	15,94	4,71
Santiago do Cacém	Santiago do Cacém_1	13,48	4,23
	Santiago do Cacém_2	6,88	11,33
	Santiago do Cacém_3	8,94	9,95
	Santiago do Cacém_4	4,22	6,37
	Verjeira	5,76	9,37
Cercal do Alentejo	Teimosas	3,30 <sup>7</sup>	6,06
	Cercal do Alentejo_1	5,66	3,36
	Cercal do Alentejo_2	4,21	5,47

Quadro 8 – AESRP por freguesia

<sup>7</sup> A delimitação deste aglomerado é uma exceção à regra da área mínima de 4ha

As AESRP e as AED, segundo o PROTA, estão sujeitas à elaboração de um Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER) ou em alternativa podem ser abrangidas por Plano de Urbanização (PU) do aglomerado urbano que lhe é adjacente. Estes PU ou PIER deverão determinar as seguintes regras:

*“a) Definir as condições e parâmetros de edificabilidade a aplicar, nomeadamente à área do prédio, nomeadamente, o número máximo de fogos, a área de construção máxima, a altura máxima dos edifícios (altura das fachadas ou altura da edificação) e o índice de impermeabilização;*

*b) Identificar as necessidades de infraestruturas e de qualificação paisagística e ambiental e definir as condições para a sua concretização;*

*c) Delimitar as áreas ou valores de interesse natural e patrimonial, incluindo de importância local, e definir medidas de salvaguarda.”<sup>8</sup>*

Contudo cabe ao PDM estabelecer os parâmetros de edificabilidade de referência para esta categoria de solo rural:

- O número máximo de pisos deverá ser igual ou inferior a dois;
- Deverão ser respeitados os alinhamentos/recuos;
- A área de cedência será 30% para equipamentos, infraestruturas e espaços verdes;
- A parcela mínima será 1 000m<sup>2</sup>.

## **5.8 - ESPAÇOS CULTURAIS**

Os Espaços Culturais abrangem as áreas de património histórico, arquitetónico e arqueológico onde se justifica uma subordinação do regime de uso do solo aos valores patrimoniais a

---

<sup>8</sup> Norma 158 – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral

proteger, conservar e valorizar, de acordo com definição constante no Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio (Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional).

A Planta de Património Arquitetónico e Arqueológico, peça desenhada onde estão assinalados os espaços culturais, é uma Carta Aberta, o que implica que, sempre que se considerar fundamental, a Câmara Municipal deve incorporar nesta Planta novos elementos patrimoniais. A revisão desta Carta deverá ser feita a cada 3 anos após a aprovação do PDMSC.

Nestes espaços propõe-se que apenas sejam permitidas obras visando proteger, salvaguardar e valorizar o património cultural; que qualquer obra será sujeita a parecer dos serviços culturais com possibilidade de recurso; poderão ainda aceitar-se obras para beneficiação, qualificação e conforto das edificações mediante parecer justificado que mostre como se respeitam e valorizam os aspetos fundamentais do património a proteger e a submeter à aprovação dos serviços competentes.

#### **5.8.1 - ELEMENTOS PATRIMONIAIS – ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO**

No âmbito deste Plano Diretor Municipal considera-se que a Planta de Património Arquitetónico e Arqueológico é uma Carta Aberta, o que implica que, sempre que se considerar fundamental, a Câmara Municipal deve incorporar nesta Planta novos elementos patrimoniais. A revisão desta Carta deverá ser feita a cada 3 anos após a aprovação do PDMSC.

Ao nível do Património Arquitetónico esta proposta de Plano não sugere qualquer classificação formal, sendo no entanto identificados vários imóveis com valor arquitetónico, que são elencados na planta de património arquitetónico e no relatório do património cultural e natural. Os elementos identificados são de diferentes naturezas, como edifícios de arquitetura civil, religiosa ou militar, quintas históricas, fontes, chafarizes, entre outros.

Ao nível do património arqueológico são também identificados diversos elementos patrimoniais a proteger, propondo-se no âmbito do PDMSC a classificação de Interesse

Municipal de dois desses sítios arqueológicos: Anta da Palhota e Salema 1. De modo a entender a razão desta proposta apresenta-se de seguida uma descrição dos dois locais.

O **dólmén ou Anta da Palhota** situa-se a cerca de 6 km do litoral, freguesia de São Francisco da Serra, já próximo da fronteira com Melides. Localiza-se num pequeno esporão na margem direita da ribeira da Cascalheira (a 50 m de altura em relação à ribeira).

A escavação colocou a descoberto as estruturas da sepultura megalítica propriamente dita e o que restava do *tumulus*/mamoá que a envolvia (Silva e Soares, 1981).

A anta possui uma câmara retangular/trapezoidal e um corredor estreito e bem diferenciado; este conjunto é rodeado por um *tumulus* constituído por uma cintura de grandes blocos de calcário apoiados nos esteios da câmara e de parte do corredor e por duas coroas de blocos subcirculares e concêntricas (Silva e Soares, 1981).

Mesmo bastante afetada, foi possível determinar a planta da câmara funerária, pois conservou-se toda a cintura tumular que contactava diretamente com os esteios, os calços e as “camas” dos esteios retirados. A câmara de planta sub-retangular encontra-se delimitada por dois esteios laterais e por um de cabeceira, cujas dimensões seriam aproximadamente de 2,20 m de comprimento e de 2 m de largura. Junto da entrada existem blocos de pedra de calcário que formam uma estrutura retangular, alguns com sinais de ação do fogo (Silva e Soares, 1981).

O corredor apresenta 3,20 m de comprimento e 80 cm de largura máxima. Possui, atualmente, nove esteios, mas faltam-lhe pelo menos dois. Os esteios são pouco espessos e estreitos, na sua maioria de pedra calcária. A sua entrada foi obstruída por blocos de pedras com medidas entre os 10 e os 30 cm, ocupando uma área da largura do corredor e com 1,20 m de comprimento (Silva e Soares, 1981).

A câmara e o corredor seriam cobertos pelo *tumulus*/mamoá, que consiste numa pequena colina artificial, restando ainda uma estrutura circular de pedras encostadas aos esteios da câmara e corredor; a primeira coroa subcircular, interrompida pelo corredor junto da sua

entrada exterior; e a segunda coroa circular que se comportava como um anteparo das terras do *tumulus*, delimitando-o exteriormente (Silva e Soares, 1981).

No interior da sepultura foram recolhidos restos osteológicos e um conjunto de artefactos líticos e cerâmico do Neolítico Superior. O número de tumulações a que corresponde não seria muito superior a cinco. A escavação do *tumulus* e a crivagem integral das suas terras permitiram recolher abundante espólio lítico e cerâmico, cronologicamente integrado no Neolítico Superior e uma possível reutilização na Idade do Bronze.

O **Habitat da Salema** situa-se na margem esquerda da Ribeira da Cascalheira, a 7 km do oceano, numa zona aberta, sem condições naturais de defesa. O sítio abrange uma área de 150 m X 250 m.

Este povoado foi escavado por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares nos anos setenta. Contém testemunhos do final do Neolítico Antigo Evolucionado e do desenvolvimento da economia de produção de alimentos (Soares e Silva, 2000).

Trata-se de um contexto rico em cerâmica impressa e incisa. No conjunto das cerâmicas destacam-se, pela sua abundância, os recipientes em *calot* decorados por um sulco perimetral situado imediatamente abaixo do bordo e que revela um nítido avanço relativamente a outros povoados do Neolítico Antigo da região no domínio dos artefactos e estruturas associadas à atividade agrícola: aumento do número e da qualidade técnica da utensilagem em pedra polida, particularmente no que se refere às enxós; número relativamente elevado de elementos de mós; diversificação das formas e maior qualidade tecnológica da cerâmica; complexificação das estruturas domésticas, com ocorrência de uma forma completamente nova, associada aos tradicionais empedrados (Soares e Silva, 2000). As novas estruturas (Silva e Soares, 1981; 1982; 2000), de planta oval, com cerca de 0,5 m x 0,8 m, possuem as paredes de argila cozida que, em altura, se inclinam ligeiramente para o interior, em abóbada e apresentam, em alguns casos, a base revestida por seixos com ação do fogo o que, a par do facto de a argila das paredes se encontrar cozida, parece indicar terem sido utilizadas como fornos.

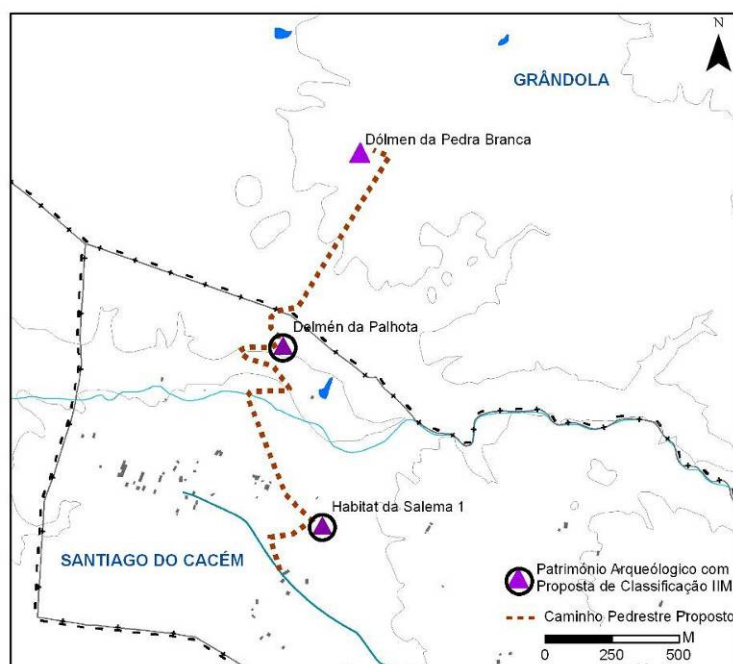


A organização do espaço intra-*habitat* mostra-se também mais concentrada e densa que a de qualquer outro povoado do Neolítico Antigo escavado no Alentejo litoral (Silva e Soares, 2000). As habitações seriam feitas de materiais perecíveis, pois não foram encontradas grandes pedras que pudessem ter feito parte de muros (Silva e Soares, 1981).

#### 5.8.1.1 - CLASSIFICAÇÃO

Pelo exposto na descrição destes dois sítios, justifica-se plenamente a sua classificação, que se propõe que seja de **Interesse Municipal**. Ambos os sítios foram escavados e permanecem visíveis. Segundo o Artigo 15.º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Esta classificação propõe que se abarque toda a zona do *habitat* da Salema 1 e, quanto à Anta da Palhota, pretende-se que seja classificada toda a área que se encontra atualmente vedada e que abrange toda a área de escavação.



**Figura 25 – Localização de Património Arqueológico Proposto**

Além do que foi referido, há também que assinalar que passa um pequeno percurso pedestre circular assinalado, chamado “Santiago do Cacém PR3 – Vereda das Pedras Brancas”, que tem o seu início em Vale Figueira, passando pela anta das Pedras Brancas e Ribeira da Cascalheira, voltando de novo a Vale Figueira. A passagem faz-se mesmo junto da Anta da Palhota, mas por desconhecimento da sua existência não a consideram local de passagem no trilho. No início do trajeto a passagem faz-se muito próximo do habitat da Salema 1, podendo este também ser incluído no percurso (Figura 27).

A Anta da Palhota encontra-se cercada por uma rede, mas praticamente oculta pelas folhas e vegetação dominante (Figura 26). Não apresenta nenhuma indicação, nem painel explicativo do sítio. Permanece preservado.

O povoado da Salema 1 encontra-se da mesma forma, com bastante vegetação, sem indicação, nem painel explicativo (Figura 25). Provavelmente estará mais danificado que a Anta da Palhota e em maior risco de se perder por completo. Ambos são sítios de extrema importância no contexto regional e cronológico. As suas escavações proporcionaram paralelos imprescindíveis em contextos semelhantes.

Como dizem Silva e Soares (2000) em relação aos monumentos megalíticos, como é exemplo a Anta da Palhota, *«A sepultura introduz na paisagem a memória do passado; através dela, os grupos apropriam-se de uma realidade tão fluida como o tempo; é esse tempo, já esgotado, vivido, que, recuperado através de monumentalização, regressa à paisagem.»*. Através desta passagem pode-se perceber a importância destes monumentos no passado e que, atualmente, deve ser entendido de igual forma: uma memória na paisagem que deve ser conservada e valorizada.

Santiago do Cacém, concelho rico em testemunhos do passado, pretende preservar as suas origens. Por todos estes fatores deve ser preservada a sua existência e apresentar à população um pouco da sua história



**Figura 27 - Anta da Palhota – corredor. Imagem da atual situação**



**Figura 26 - Povoado da Salema 1. Foto de um dos empedrados do povoado. Situação atual**

Para esta proposta de classificação aplicam-se a estes dois sítios arqueológicos os seguintes critérios presentes no Artigo 17º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro:

1. O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso (alínea *c*) );
2. O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos (alínea *d*) );
3. O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem (alínea *e*) );
4. A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica (alínea *h*));
5. As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem (alínea *i*)).

Todos os edifícios classificados como património cultural arquitetónico, arqueológico ou paisagístico deverão cumprir a legislação em vigor.

Os que são apontados no PDMSC como valores culturais ou naturais a defender mas não estejam classificados nos termos da legislação em vigor, deverão ser considerados valores com interesse para o município e ser respeitado nos seguintes termos:

- À volta da área indicada como valor patrimonial deverão considerar-se todos os terrenos até à distância de 500 m no subsolo, e nada aí se construir, demolir ou alterar sem prévio parecer de um arqueólogo, sancionado por deliberação da Assembleia Municipal.

No caso de se considerar que o achado em causa merece uma classificação formal, então deverá ser proposto superiormente para o efeito.

Considera-se que estes sítios deverão ser vigiados e protegidos, com simplicidade mas com eficácia e procurando integrar iniciativas que permitam obter fundos para a conservação e valorização dos bens culturais em causa (iniciativas de ordem turística, comercial, agrícola, educativa, recreativa ou cultural).

### **5.9 - ESPAÇOS TURÍSTICOS**

O posicionamento estratégico turístico que diferencia o concelho de Santiago do Cacém na região afirma-se como “Natureza e História no Alentejo Litoral”.

A localização geográfica do concelho confere-lhe algumas potencialidades: adjacente a Grândola onde, na Comporta-Galé, estão implantados os grandes *resorts* turísticos; abraçando Sines e ligando à Costa Sudoeste, onde se localizam boas praias de uso balnear e *spots* de surf e outros desportos náuticos; na passagem para Odemira e Algarve, via Cercal do Alentejo, o que dá a esta vila uma boa centralidade na rede de centros de apoio ao turismo.

No entanto, o concelho sofre de grandes problemas de acessibilidades para as funções turísticas: a E.N. 261, que faz a ligação Troia - Costa de Santo André - Aljustrel, carece de muitos melhoramentos, mas a variante proposta facilita o tráfego para norte de Santo André (há que aprofundar a solução para peões e bicicletas); a ligação Lisboa - Sines via I.P. 8/IC33 afasta o tráfego rodoviário de Santiago do Cacém, favorecendo apenas Vila Nova de Santo André, por isso se propõe uma variante a sul de Santo André e a transformação da via em “Estrúa” (combinação entre Estrada e Rua); os acessos à cidade de Santiago do Cacém são confusos e de má qualidade; o trânsito por Mimosa – Alvalade - Cercal do Alentejo passa

apenas pelo Sul do concelho; a ligação a Beja é insuficiente e propõe-se melhorá-la de Santiago a Ermidas com uma variante a sul de Santiago; as ligações rodoviárias internas do concelho são muito difíceis, sejam as ligações Norte-Sul ou as ligações à costa e a Vila Nova de Santo André, irão ser melhoradas com a penetração Abela - Grândola e com uma eventual variante por Vale de Água evitando o desvio para S. Domingos no trajeto Santiago – Cercal do Alentejo.

No subsistema territorial do Alentejo Litoral estabelecem-se dois eixos rodoviários de importância regional/sub-regional vitais para a afirmação do Litoral Alentejano como pólo nacional de desenvolvimento turístico: o eixo longitudinal costeiro que liga Alcácer do Sal - Santiago do Cacém – Sines - Odemira, estabelecendo a interligação com a AML e o ramo Sul com o Algarve (materializado sobretudo pelas ER 253 e 261 e pelo IC4). É neste ramo Sul que se propõe a intercalação de pontões sobre as principais linhas de água que funcionarão como corredores ecológicos e caminhos de peões.

Do ponto de vista dos fluxos turísticos, estas condições fazem com que existam diversas centralidades turísticas no concelho mas muito mal conectadas entre si e com que a centralidade principal da cidade de Santiago do Cacém não se possa afirmar com o devido relevo.

Estas dificuldades de ligação implicam que, considerando a integração do concelho nos objetivos gerais do Alentejo Litoral, se verifiquem muitas limitações.

Na afirmação como destino turístico com identidade, massa crítica e marca, o concelho sofre de um grande défice de imagem e notoriedade, sendo necessário reforçar a sua atratividade turística.

Impõe-se criar condições para:

- A cidade de Santiago do Cacém reforçar a sua centralidade turística, crescer em oferta de alojamento hoteleiro, dotar o centro histórico de equipamentos turísticos e culturais, reforçar a atratividade de Miróbriga (a enquadrar paisagisticamente) e dispor de equipamentos turísticos com grande capacidade atrativa, um do tipo parque

temático e o outro um centro hípico de Santiago, aliado à melhoria das acessibilidades rodoviárias;

- Aumentar o número de turistas e os gastos turísticos, crescendo em oferta qualificada, o que inclui, para além do referido parque temático na periferia da cidade, a qualificação da Costa de Santo André e Brescos, a revitalização dos centros históricos da cidade de Santiago do Cacém e das vilas do Cercal do Alentejo e de Alvalade com comércio, restauração e alojamento, *resorts* integrados e outros empreendimentos turísticos em áreas florestais, e turismo em espaço rural, incluindo a qualificação de algumas aldeias;
- Reduzir a sazonalidade, diversificando a oferta, o que se pode conseguir com o *touring* cultural, o turismo de natureza e ecoturismo, o turismo em espaço rural, o turismo residencial, o golfe, o turismo equestre e o turismo cinegético e preços especiais para grupos nas épocas baixas;
- Criar empregos e rendimentos no setor do turismo e nas atividades com ele relacionadas, ou seja, criar uma rede de negócios associados ao turismo, será a consequência dos vetores de desenvolvimento referidos.

Quanto ao portefólio de produtos turísticos, prevê-se:

- Produtos principais – *Touring* Cultural, Turismo de Natureza e Ecoturismo, Turismo de Sol e Mar, Turismo em Espaço Rural e Turismo de Habitação;
- Produtos complementares – Gastronomia, Turismo Cinegético (a desenvolver), Turismo Equestre (a desenvolver), Golfe e Turismo Residencial, Molinologia.
- Uma viagem Lisboa-Santiago-Sines-Santo André por semana (ou alternando, de dois dias mais curta e de três dias mais longa), com a incorporação de jogos, recreio e visitas.

## Sistema territorial de desenvolvimento turístico

### Intensidade turística máxima concelhia

A intensidade turística máxima concelhia é fixada em 20.000 camas no PROT, o que corresponde a pouco mais de metade do índice admitido para o Pólo do Litoral Alentejano, que é dada pela relação de 1 cama turística por 1 habitante residente.

Um aumento de 19.000 camas turísticas pode gerar um emprego direto de 1.300 pessoas e um emprego induzido de 800 pessoas, o que, apesar de ser em grande parte absorvido pela população já residente no concelho, significará alguma atração de mão de obra qualificada, cujo alojamento pode em parte ser absorvido por aglomerados rurais, designadamente na zona Cercal do Alentejo-Campilhas.

Sendo a atual capacidade de cerca de 658 camas, há uma margem folgada para crescimento nos próximos anos.

Poderia pensar-se numa ação pró-ativa da Câmara Municipal procurando atrair interessados.

### Centralidades turísticas

As principais centralidades turísticas são:

Nível	Principais Centralidades	Sítios de Atividades
1	Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André	Costa de Santo André, Badoca Parque, Parque Biofísico, Centro Turístico e Pedagógico
2	Cercal do Alentejo e Alvalade	Campilhas, Albufeira de Campilhas e <i>Resorts</i>
3	Ermidas do Sado, Mimosa	

**Quadro 9 – Centralidades Turísticas**

Nas zonas rurais prevê-se:

- Centros de apoio nas sedes de freguesia: São Francisco da Serra, Santa Cruz, São Bartolomeu da Serra, Abela, São Domingos e Vale d'Água.
- Montes convertíveis para turismo de contemplação da Natureza em espaço rural.



- Nos Aglomerados rurais – pretende-se “Desenvolver, tendo por base os aglomerados existentes, uma rede de pólos de excelência (em termos residenciais, ambientais, de serviços e de produções) estruturantes do povoamento rural e promover projetos de valorização urbanística dos pequenos aglomerados;” “Definir estratégias para a qualificação dos pequenos aglomerados e regulamentar a sua ocupação atendendo a critérios de integração paisagística nos espaços rurais”, como teletrabalho.
- Quintas históricas reconvertidas para o turismo, onde o uso de quinta e residência se mantêm, complementado com usos turísticos.
- Parques rurais/Eco-Campos.
- Parques de campismo e caravanismo e áreas de serviço para autocaravanas.
- Empreendimentos Turísticos Isolados e Núcleos de Desenvolvimento Turístico em espaços agrícolas ou florestais.
- Espaços de ligação.
- Um seminário bianual sobre arquitetura no espaço rural visando a sua valorização e atratividade.

Além das ligações regionais já referidas, importa considerar:

- Corredor ecológico associado à Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha e ligando-se com o concelho de Sines. A proteção do montado é imperativa e pode constituir um elemento de grande valorização, também turística, do concelho.
- O Corredor Ecológico Diagonal do Alentejo estimula a criação de roteiros turísticos de turismo de natureza e ecoturismo, a integrar na rede de percursos ecoculturais do Alentejo, também a ligar ao hipismo. Implica a organização e monitorização de serviços de valorização e apoio.



- Construção da ciclovia intraconcelhia de Santiago do Cacém – programar a sua execução.

### **Tipologia de estabelecimentos turísticos a privilegiar**

Os empreendimentos turísticos podem ser integrados num dos seguintes tipos:

- a) Estabelecimentos hoteleiros, privilegiando-se as categorias de 4 e 5 estrelas;
- b) Aldeamentos turísticos, privilegiando-se as categorias de 4 e 5 estrelas;
- c) Apartamentos turísticos, privilegiando-se as categorias de 4 e 5 estrelas;
- d) Conjuntos turísticos (*resorts*);
- e) Empreendimentos de turismo de habitação;
- f) Empreendimentos de turismo no espaço rural - Casas de Campo; Agroturismo; Hotéis rurais;
- g) Parques de campismo e de caravanismo;
- h) Empreendimentos de turismo da natureza.

### **Aumento e qualificação da capacidade de alojamento**

A oferta de alojamento turístico no concelho é muito escassa, impondo-se:

- Aumento da oferta de estabelecimentos hoteleiros: hotéis, hotéis-apartamentos e pousadas, nas suas várias categorias, estimulando as categorias de 4 e 5 estrelas e os equipamentos de lazer associados, ensaiando turismo de habitação ou pousadas com investimento em arte local na decoração, eventos, gastronomia (estabelecer protocolos específicos com a ASAE);
- Apoio à reconversão dos estabelecimentos existentes em função das categorias e tipologias estabelecidas no novo regime jurídico dos empreendimentos turísticos, que

deixa de atender apenas aos requisitos físicos das instalações e passa a refletir também a qualidade dos serviços prestados;

- Aumento da oferta de aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos, estimulando as categorias de 4 e 5 estrelas e os equipamentos de lazer associados, principalmente se forem integrados em conjuntos turísticos (*resorts*);
- Ampliação da oferta de empreendimentos de turismo no espaço rural: casas de campo, agroturismo e hotéis rurais;
- Criação de conjuntos de *bungalows* a classificar como alojamento local, associados a equipamentos de lazer e desporto, designadamente nas áreas envolventes das albufeiras;
- Requalificação dos parques de campismo e de caravanismo e criação de áreas de serviço para autocaravanas (evitar áreas dunares, frentes junto à orla do mar, leitos de cheia e outras áreas de valor paisagístico).

Pretende-se neste plano que o turismo tenha como que “liberdade” para decidir qual o melhor local para se desenvolver. Assim qualquer regra definida neste plano poderá ser aplicada em qualquer área do município, no entanto após os estudos elaborados estes apontaram para que a Unidade Orgânica do Sul (Cercal do Alentejo) tenha uma elevada apetência para receber estes empreendimentos, bem como uma parte da Unidade do Oriente (em Alvalade) e da Unidade do Litoral (ao longo da costa).

Deste modo os futuros aproveitamentos turísticos de iniciativa privada deverão obedecer aos seguintes critérios, segundo as diferentes Unidades Orgânicas:

#### **CERCAL DO ALENTEJO – VALE DE ÁGUA – ALVALADE**

Cercal do Alentejo ligado às funções de entroncamento e passagem, cruzamento rodoviário e proximidade a Porto Covo; Vila Nova de Milfontes, Vale de Água – proximidade da barragem de Campilhas, rede de montes antigos alentejanos, Alvalade – identidade e história local, património imaterial e arquitetónico.

### **COSTA DE SANTO ANDRÉ – VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – SINES**

Com a intenção de implementar e desenvolver um Centro de Atividades Turísticas do Alentejo Litoral na zona da Costa de Santo André há que promover sinergias e requalificar toda a frente marítima, encontrando alternativas para a construção de um parque de caravanas condigno, melhorar os acessos pedonais à praia encontrar soluções de apoio simples mas amigas dos ecossistemas locais. Para tal há que desencadear a participação da população e atração de investidores interessados neste tipo de desenvolvimento turístico.

No solo rural são admitidos conjuntos turísticos compatíveis com as tipologias definidas pelo PROT Alentejo, caso dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico – NDT e dos Empreendimentos Turísticos Isolados – ETI, segundo as regras apresentadas no ponto 5.13 deste relatório e no articulado do regulamento.

#### **5.10 - MONTES ANTIGOS**

Os montes antigos não são uma categoria de espaço, mas apenas a identificação de edificações, ou conjunto de edificações, identitárias do Alentejo, neste caso do Alentejo Litoral que se pretende manter e requalificar, como memória, para algum eventual uso contemporâneo, encontrando-se definida em Regulamento sob a epígrafe “Edificações existentes em solo rural”.

Neste tipo de construções ou conjunto de construções é permitido a reparação, reconstrução, beneficiação e ampliação para garantir uma melhor habitabilidade até um máximo de 200 m<sup>2</sup>, de área de construção total, incluindo eventuais anexos, mantendo-se o espírito de um espaço isolado de contemplação da Natureza e procurando manter, quanto possível, a sua imagem primitiva ou a sua memória parcial.

Tem que ser garantido pelo proprietário a existência de energia e água em sistemas alternativos autónomos, bem como fossa séptica ou equivalente e manter-se um caminho utilizável para acesso mas muito simples.

Assim, essas memórias dos antigos montes não deverão ser demolidas, antes adaptadas com sensibilidade às novas condições sem perderem o seu caráter de simples abrigo.

No presente relatório apresenta-se uma peça desenhada com a identificação de montes antigos em apenas duas freguesias como elemento exemplificativo do elevado número de espaços com estas características. Este poderá ser um tema a desenvolver posteriormente pelo Município de modo a potenciar uma rede de montes antigos requalificados.

#### **5.11 - ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS**

Os espaços destinados a equipamentos em solo rural encontram-se delimitados em planta de ordenamento e pretendem incorporar equipamentos de animação e lazer que necessitam de algum espaço (construído e livre) difícil de encontrar nas áreas urbanas ou mesmo nos aglomerados rurais, sem prejuízo de futuramente serem propostos novos noutros locais.

Prevê-se que nestes espaços a construção ou ampliação das edificações possa atingir uma implantação máxima de 1.200m<sup>2</sup>, excluindo a área preexistente. O número de pisos deverá ser limitado a 1, podendo atingir 2 (neste caso ocupando o 2º piso apenas 50% da área de implantação). Qualquer construção para este fim deverá apresentar estudos de enquadramento urbanístico para além da obrigatoriedade de adotar soluções ecologicamente sustentáveis e eficientes para as origens e redes de abastecimento, saneamento, energia, resíduos e acessibilidades, sendo a construção e manutenção destas infraestruturas encargo dos interessados. Cabe à Câmara Municipal aceitar ou não a proposta de localização e o projeto do equipamento em causa.

#### **5.12 - CEMITÉRIO**

Encontra-se previsto e já aprovado pelas entidades competentes uma nova localização do cemitério de Santiago. Este novo espaço junto ao Pomar Grande e ao futuro Bairro do Hospital irá permitir a desativação do atual cemitério, no castelo de Santiago, possibilitando aí a concretização da cripta, projeto previsto no âmbito deste instrumento de gestão territorial.

Para este espaço deve ser garantida uma boa integração na envolvente e respeito das condições naturais e ecológicas existentes, bem como adequada articulação com as infraestruturas e usos existentes. Para além da construção do cemitério há que ter em conta a necessidade e haver estacionamento de apoio e toda a panóplia de elementos que fazem parte deste tipo de espaço

De modo a dar uma maior proteção visual deve ser implantada uma faixa verde de proteção entre o cemitério e a rodovia limitrofe.

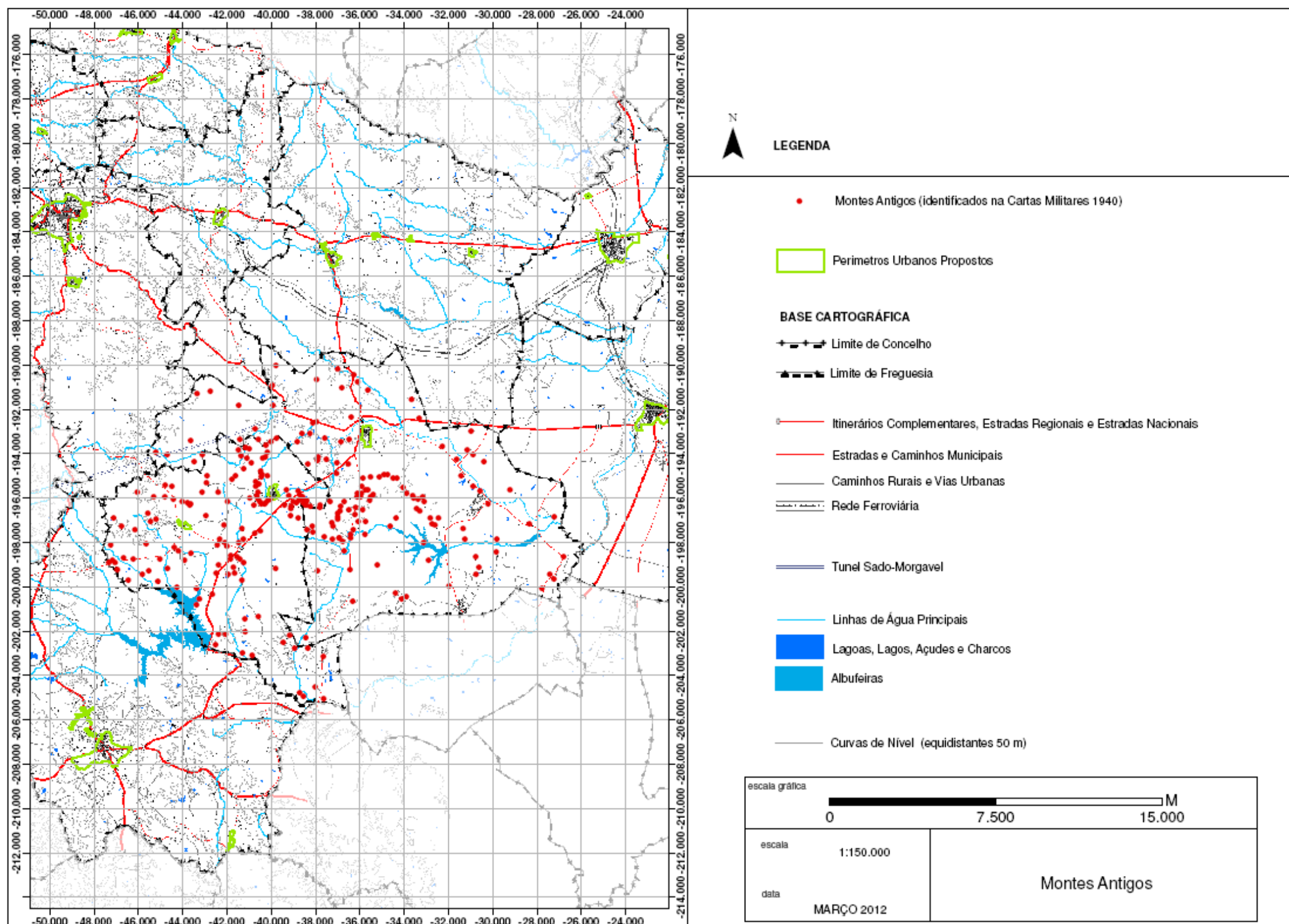


Figura 28 – Montes Antigos nas Freguesias de Vale de Água e São Domingos.

### 5.13 - EDIFICABILIDADE EM SOLO RURAL – PARÂMETROS

SOLO RURAL		Área Mínima Parcela	Área Urbanizável <sup>9</sup>	Índice <sup>10</sup> de Utilização Máximo aplicado à área urbanizável	Índice de Impermeabilização Máximo	Índice de Utilização Máximo	Nº Pisos	Altura Máxima da Fachada	Usos	Área Máxima de Construção (m <sup>2</sup> )	Área Máxima de Construção para parcela mínima (m <sup>2</sup> )
AGLOMERADOS RURAIS		4.000m <sup>2</sup> ou 2.000m <sup>2</sup> na UO Litoral, podendo aceitar-se parcelas desde 500m <sup>2</sup> com estudo urbanístico esquemático (≤500m <sup>2</sup> apenas se já existente e integrado em estudo)	-	-	-	0,25	2	6,5m	Habitação e outros compatíveis	300 p/hab, 300 para comércio /serviços e 300 p/anexos	-
Espaços Agrícolas ou Florestas e Espaços de Uso Múltiplo Agro-Silvo-Pastoril	HABITAÇÃO DO AGRICULTOR <sup>11</sup>	4ha e 2ha p/ Santiago, St <sup>a</sup> Cruz e St <sup>o</sup> André	-	-	-	0,004	2	3,5m	Habitação	500	500
	INDÚSTRIA	4ha e 2ha p/ Santiago, St <sup>a</sup> Cruz e St <sup>o</sup> André			-		2 <sup>12</sup>	7,5m	Indústria de apoio à atividade rural		
	NÚCLEOS DE DESENVOL. TURÍSTICO (NDT) <sup>13</sup>	50ha	0,2	0,06	-	-	2	-	Turismo	-	6.000

<sup>9</sup> Por Área Urbanizável entende-se Área Bruta do terreno onde se irá realizar a operação turística.

<sup>10</sup> O índice de construção máximo aplica-se à área urbanizável.

<sup>11</sup> Os parâmetros relativos às áreas dos prédios suscetíveis de aceitar edificações residenciais resultam da política do PROTA e de opções políticas do município.

<sup>12</sup> Exceto em situações de silos, chaminés e depósitos

Espaços Agrícolas ou Florestas e Espaços de Uso Múltiplo Agro- Silvo-Pastoril		100ha	0,2	0,075 ou 0,1 p/ Santiago, Stª Cruz e Stº André)	-	-	2	-	Turismo	-	15.000 ou 20.000
		150ha	0,2	0,1 ou 0,125 p/ Santiago, Stª Cruz e Stº André)	-	-	2	-	Turismo	-	30.000 ou 37.500
		200ha	0,2	0,1 ou 0,125 p/ Santiago, Stª Cruz e Stº André)	-	-	3	-	Turismo	-	40.000 ou 50.000
	EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS ISOLADOS (ETI <sup>14</sup> )	-	-	0,1 ou 0,15 p/ hotel	0,2, (exceto casas de campo e de agroturismo e turismo de habitação)	-	1 (exceção dos Hoteis rurais - 2 pisos)	6 m (exceção das casas de campo – 3,5m)	Turismo	-	4.000 ou 6.000 p/ hotel
	MONTE ANTIGOS									200	
	ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS	4ha					1 (2 apenas p/ 50% de Ai)		Animação e lazer	Ai≤1200 <sup>15</sup>	
	AESRP e AED	1 000 m <sup>2</sup>					2		Habitação		

Quadro 10 – Parâmetros para o solo rural

<sup>14</sup> ETI: Estabelecimentos Hoteleiros Temáticos, Turismo em Espaço Rural (Casas de Campo, Agroturismo, Hotéis Rurais); Turismo de Habitação e Turismo de Natureza

<sup>15</sup> Esta área refere-se a área máxima de implantação



## 6. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

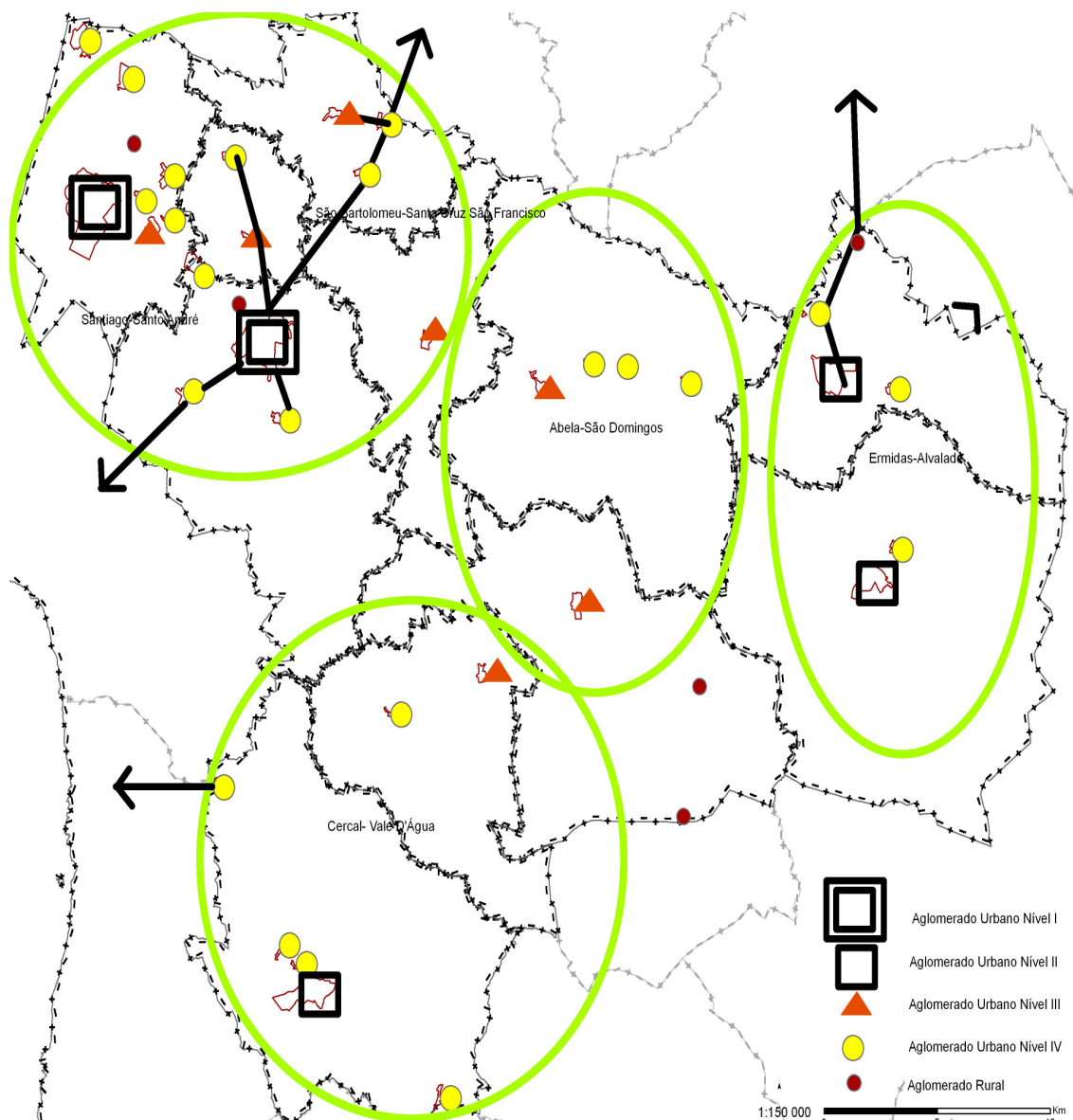
---

O solo urbano é por definição o que se destina à urbanização e à edificação urbana, compreendendo o solo já urbanizado e aquele em que a urbanização seja possível programar.

A classificação do solo como urbano tem necessariamente de cumprir os seguintes requisitos: inserção na rede urbana municipal, existência ou previsão da aglomeração de edifícios; existência ou garantia da previsão de infraestruturas, serviços e equipamentos que satisfaçam as necessidades coletivas essenciais.

### **6.1 - REDE URBANA MUNICIPAL**

A organização do sistema urbano municipal compreende todos os aglomerados urbanos estratificados por níveis hierárquicos e as ligações entre si e ainda os aglomerados rurais. Propõe-se como rede urbana municipal a apresentada no esquema e quadro seguintes:



**Figura 29 – Rede Urbana Municipal**

Nível Hierárquico	I	II	III	IV
Índice de Utilização do Solo	0,6	0,5	0,45	0,35
<b>Centro Urbano</b>	Santiago do Cacém Vila Nova de Santo André	Alvalade Cercal do Alentejo Ermidas-Sado	Santa Cruz Abela São Bartolomeu da Serra São Francisco da Serra Vale de Água São Domingos Aldeia de Santo André	Ademas Aldeia dos Chãos Bairro do Hospital Brescos Costa de Santo André Cruz de João Mendes Deixa-o-Resto Ermidas-Aldeia Mimosa Relvas Verdes Roncão Sonega Vale das Éguas Aldeia do Cano Giz Azinhal Outeiro do Lobo Faleiros Cova do Gato Pouca Farinha Retiro do Pontão Arealão

**Quadro 11 – Níveis Hierárquicos dos Aglomerados Urbanos**

A divisão dos aglomerados urbanos em níveis de I a IV tem apenas um objetivo regulamentar de definição dos parâmetros de construção e urbanização nessas áreas.

Teve-se em consideração, na definição do nível hierárquico em primeiro lugar:

Nível I – O estatuto de Cidade

#### Nível II e III – O estatuto de Sede de Freguesia

Para além destes fatores consideraram-se ainda os seguintes aspetos:

- A dimensão
- A infraestruturação
- Os equipamentos existentes e previstos
- A lógica de localização para obter uma rede de centros equilibrada
- A coesão territorial e proximidade de alguns aglomerados (“visual thinking” evitando comparações difíceis de justificar aos olhos dos cidadãos)
- A estratégia de desenvolvimento
- As intenções políticas do próprio concelho de Santiago

Deste modo, foram classificadas no nível II e III as sedes de freguesias, onde se optou pela separação de Alvalade, Cercal do Alentejo e Ermidas-Sado como de nível II, tendo em conta que a sua dimensão e infraestruturação é bastante superior à das restantes sedes – Santa Cruz, Abela, São Bartolomeu da Serra, São Francisco da Serra, São Domingos, Vale de Água, Aldeia de Santo André. Todos os restantes aglomerados urbanos foram classificados no Nível IV.

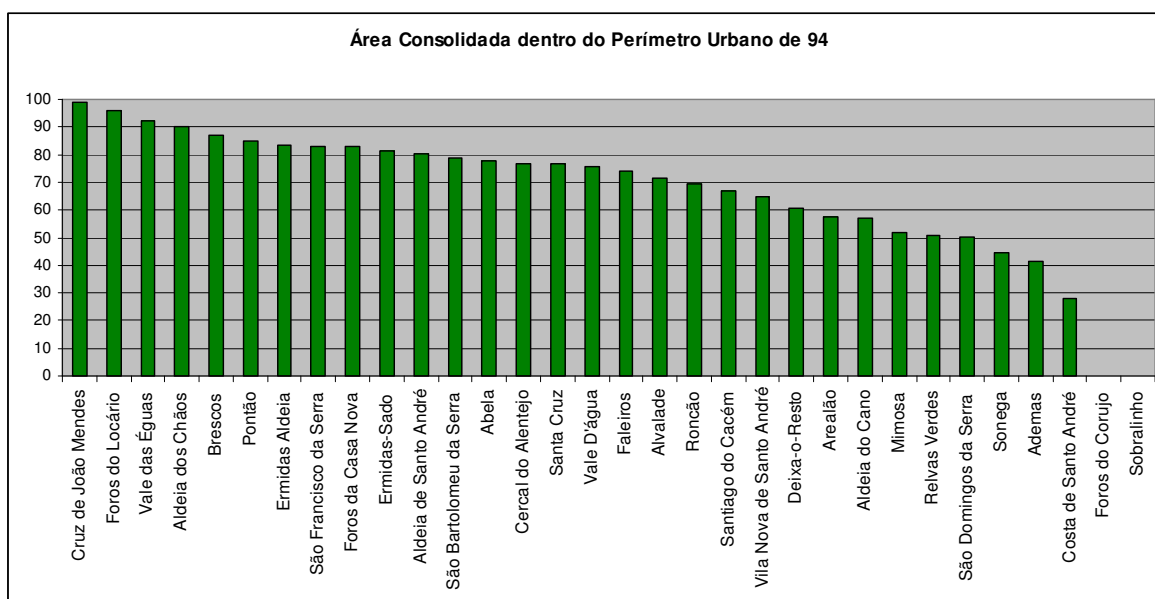
#### **6.2 - PERÍMETROS URBANOS**

Foi necessário realizar um estudo para aferir os perímetros urbanos estabelecidos pelo Plano Diretor anterior, tendo-se verificado as diferentes propostas com o que se encontra estabelecido pela norma n.º 143 do PROTA, que determina as condições para a ampliação de perímetros, com base nos seguintes critérios:

- o somatório das áreas urbanas consolidadas e comprometidas atinjam os 70 % do perímetro urbano (não contabilizando as áreas da estrutura ecológica urbana);

- a dimensão das áreas de expansão é condicionada ao limite máximo de 30 %, da área do perímetro urbano existente (excluindo os solos afetos às zonas industriais e os solos afetos à estrutura ecológica urbana)
- a promoção de um desenvolvimento urbano compacto, que contrarie a urbanização dispersa e contenha a expansão urbana, respeitando os imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais;

A verificação do nível de preenchimento dos perímetros foi realizada pela interseção dos perímetros urbanos em vigor com os polígonos das áreas consolidadas (Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Volume 5 – Património e Estrutura Urbana, 2.4 – Rede Urbana de Santiago do Cacém, página 42-73).



**Gráfico 3 - Nível de preenchimento dos Perímetros Urbanos do PDM 1993**

Constata-se que a metodologia utilizada na delimitação das áreas consolidadas sobreavalia em alguns casos a dimensão das áreas efetivamente consolidadas, pelo que esta fórmula não pode ser o determinante exclusivo dos perímetros urbanos a ampliar, devendo englobar uma análise

do sistema urbano à escala da freguesia e das inter-relações entre perímetros urbanos. Com base nesta avaliação verificou-se que apenas 20 dos 32 perímetros urbanos em vigor estão consolidados em mais de 70% (ver quadro seguinte).

Freguesia	Aglomerado	Área Consolidada (%)
CERCAL DO ALENTEJO	Cercal do Alentejo	77,0
	Retiro do Pontão	84,8
ERMIDAS-SADO	Ermidas Aldeia	83,4
	Ermidas-Sado	81,6
	Faleiros	74,3
SANTO ANDRÉ	Vila Nova de Santo André	70,5
	Brescos	87,1
	Aldeia de Santo André	80,2
SÃO BARTOLOMEU DA SERRA	S. Bartolomeu da Serra	79,0
SÃO DOMINGOS	Foros do Locário	95,7
	Foros da Casa Nova	82,7
SÃO FRANCISCO DA SERRA	Cruz de João Mendes	98,8
	São Francisco da Serra	82,7
VALE DE ÁGUA	Vale das Éguas	92,2
	Vale de Água	75,5
ALVALADE	Alvalade	71,3
ABELA	Abela	77,8
SANTIAGO DO CACÉM	Santiago do Cacém	97,5
	Aldeia dos Chãos	90,0
SANTA CRUZ	Santa Cruz	76,7

**Quadro 12 – Áreas Consolidadas acima dos 70% no Concelho de Santiago do Cacém**

Para além da intenção de englobar nos perímetros urbanos os compromissos assumidos pelo município estabeleceram-se como critérios para a sua aferição e redelimitação: a existência de infraestruturas (abastecimento, saneamento e vias) e equipamentos, os limites cadastrais de propriedade e limites físicos e aplicou-se ainda o método de arredondamento (*round-out*) e de preenchimento (*fill-in*).

No Quadro abaixo sintetiza-se o tratamento dado aos perímetros urbanos de 93:

Alterações aos Perímetros Urbanos 93		Nº de aglomerados	Designação
Reclassificados para Solo Rural		2	Sobralinho Foros do Corujo <b>Vale Seco</b>
Reclassificados como Aglomerados Rurais		2	Foros da Casa Nova Foros do Locário
Reconfigurados	Redução do Perímetro Urbano	14	Abela Ademas Alvalade Arealão Deixa-o-Resto Ermidas-Sado Mimosa Relvas Verdes Santa Cruz São Bartolomeu da Serra São Domingos Vale das Éguas Vila Nova de Santo André Faleiros
	Ampliação do Perímetro Urbano	14	Aldeia de Santo André Costa de Santo André Aldeia do Cano Aldeia dos Chãos Brescos Cercal do Alentejo Cruz de João Mendes Ermidas Aldeia Faleiros Retiro do Pontão Roncão Santiago do Cacém São Francisco da Serra Vale de Água

**Quadro 13 – Avaliação dos Perímetros Urbanos do Concelho**



Foram constituídos como novos aglomerados urbanos:

Novos Perímetros Urbanos	Área (ha)
Bairro do Hospital	50,79
Cova do Gato	3,66
Outeiro do Lobo	5,24
Giz	8,08
Azinhal	1,94
Pouca Farinha	9,02

**Quadro 14 – Novos Perímetros Urbanos Propostos**

Assim a proposta do PDM contém um total de 34 perímetros urbanos que resultam da reclassificação de 4 perímetros urbanos em vigor para solo rural e criam-se 6 novos perímetros. Estes novos perímetros urbanos são considerados áreas urbanizadas, uma vez que apresentam edificações, infraestruturas e equipamentos construídos e de algum modo consolidado, assim considerou-se estas áreas como tal espaços consolidados, preenchendo deste modo os requisitos do art.22, nº1, a) do DR 11/2009. Propõe-se apenas uma área urbanizável – Bairro do Hospital – dado aí pretender-se criar um novo pólo urbano.

Os aglomerados de Sobralinho, Foros de Corujo e Vale Seco ao serem reclassificados passam a integrar o solo rural, na categoria de Espaço Agrossilvo-pastoril e os Foros da Casa Nova e Foros do Locário perdem o perímetro urbano passando a aglomerado rural.

O quadro seguinte apresenta sumariamente a estrutura urbana proposta para o município e respetivas áreas. E ainda a variação de área dos perímetros urbanos existentes e os agora propostos (neste calculo não se contabilizam as áreas afetas às zonas de atividades económicas nem à Estrutura Ecológica urbana).

Freguesia	Aglomerado Urbano	Área (ha)	Δ de Área relativamente ao Perímetro Urbano de 93 (%) (sem Espaços de Actividades Económicas e Espaços Verdes)
ABELA	Abela	31,96	-10,54
	Arealão	7,29	-11,56
	Cova do Gato	3,66	novo
	Outeiro do Lobo	5,24	novo
ALVALADE	Alvalade	112,02	-15,37
	Mimosa	8,99	-31,91
CERCAL DO ALENTEJO	Cercal do Alentejo	194,66	11,85
	Retiro do Pontão	5,08	-2,87
	Pouca Farinha	9,02	Novo
	Sonega	17,53	-24,22
	Aldeia do Cano	11,80	-4,75
ERMIDAS-SADO	Ermidas Aldeia	16,63	4,16
	Ermidas-Sado	157,47	-4,22
	Faleiros	2,54	-13,41
SANTA CRUZ	Ademas	8,96	-1,47
	Santa Cruz	4,95	-24,22
SANTIAGO DO CACÉM	Aldeia dos Chãos	17,01	9,77
	Bairro do Hospital	51,00	Novo
	Relvas Verdes	29,77	-7,87
	Santiago do Cacém	314,89	1,55
SANTO ANDRÉ	Aldeia de Santo André	25,00	3,65
	Brescos	42,03	5,44
	Deixa-o-Resto	32,17	-21,51
	Costa de Santo André	83,49	70,56
	Vila Nova de Santo André	470,04	-14,42
	Giz	8,08	Novo
	Azinhal	1,94	Novo
SÃO BARTOLOMEU DA SERRA	São Bartolomeu da Serra	29,46	-5,36
SÃO DOMINGOS	São Domingos	34,33	-18,54

SÃO FRANCISCO DA SERRA	Cruz de João Mendes	12.7	16,73
	Roncão	14.7	12,33
	São Francisco da Serra	21.0	13,39
VALE DE ÁGUA	Vale de Água	21.6	19,86
	Vale das Éguas	10,6	29,51

**Quadro 15 – Áreas e Variação de área (%) dos novos Perímetros Urbanos Propostos relativamente aos Perímetros Urbanos de 93**

#### **6.2.1 - FREGUESIA DE ABELA**

Na **Abela** realizou-se uma reconfiguração pontual do Perímetro Urbano de forma a acompanhar os limites cadastrais, o que se traduz numa redução do Perímetro Urbano de 93. Este perímetro urbano engloba uma porção de terreno, cerca de 8ha (aproximadamente 25% do perímetro urbano) designada como “zona ameaçada por cheias”, classificada no âmbito da REN.

O **Arealão** mantém o estatuto de Solo Urbano por ter equipamentos e infraestruturas completas, apesar da reduzida dimensão populacional e procedeu-se a uma reconfiguração do perímetro, com uma redução de aproximadamente 12%.

O aglomerado de **Outeiro do Lobo** foi convertido em Perímetro Urbano consolidado com função predominantemente residencial. A configuração deste novo perímetro urbano teve como base a área consolidada identificada anteriormente tirando, simultaneamente, partido do traçado das redes de abastecimento de água e saneamento (por arredondamento).

O aglomerado da **Cova do Gato** foi convertido em Perímetro Urbano para apoio a atividades rurais; tendo-se procedido a uma reconfiguração dos limites da área consolidada aproveitando o traçado das redes de abastecimento de água e saneamento através do arredondamento do mesmo.

### **6.2.2 - FREGUESIA DE ALVALADE**

Em **Alvalade do Sado** limitou-se a Categoria dos Espaços de Atividades Económicas (ZIL) mantendo-se a delimitação do Perímetro Urbano de 1993, à exceção da área da antiga fábrica de tomate, que se pretende reconverter, e que foi incluída no solo urbano. O perímetro urbano de Alvalade engloba uma porção de terreno com aproximadamente 8ha, (que correspondem a 8% do perímetro urbano), classificada no âmbito da REN como “zona ameaçada por cheias”.

Na **Mimosa** procedeu-se a um preenchimento e a um arredondamento, tirando partido das infraestruturas já construídas e da área consolidada já existente, resultando numa redução da área abrangida pelo perímetro urbano de 1993 em 32%.

### **6.2.3 - FREGUESIA DO CERCAL DO ALENTEJO**

No aglomerado do **Cercal do Alentejo** procedeu-se ao “arredondamento” do perímetro urbano existente junto ao Espadanal tirando partido das infraestruturas (vias, águas e esgotos) já construídas, e ao alargamento para Nordeste, entre o perímetro urbano existente e a variante rodoviária proposta, permitindo abrir uma nova frente urbana para o Largo dos Caeiros, cujo programa inclui:

- A localização de parques de estacionamento, libertando espaço público no largo;
- A melhoria da drenagem de águas pluviais que origina inundações no largo;
- Qualificação do Espaço Público Central.

Redelimitou-se o limite Oeste de forma a incluir a totalidade das edificações existentes na ZIL e uma faixa de terreno adjacente – estaleiro de materiais e máquinas – que pode tirar partido das infraestruturas já construídas. Destes ajustamentos resultou uma ampliação em 11,85%, de área abrangida pelo Perímetro Urbano de 1993, não contabilizando as áreas das categorias de Espaços Verdes Urbanos (Estrutura Ecológica) e os Espaços de Atividades Económicas, seguindo as regras do PROTA, visto que este perímetro tem preenchimento superior a 70%.

Cerca de 5% (aproximadamente 10ha) do perímetro urbano do Cercal do Alentejo, a Este, corresponde a zona ameaçada por cheias, classificada no âmbito da REN.

No **Retiro do Pontão** procedeu-se à reconfiguração do perímetro urbano com contração nas áreas de RAN e REN, junto ao leito de cheia. Desta reconfiguração resultou uma redução em 2,87% da área abrangida pelo Perímetro Urbano total.

O aglomerado de **Pouca Farinha** tem uma estrutura tentacular que se desenvolve nos dois lados da EN 120, infraestruturada. O aglomerado de **Pouca Farinha** foi delimitado como solo urbano devido à presença de infraestruturas (vias, águas e esgotos), uma escola e da área residencial consolidada existente. Procedeu-se a uma reconfiguração dos limites da área consolidada aproveitando o traçado das redes de abastecimento de água e saneamento através do arredondamento do mesmo e ainda os limites de propriedade

O aglomerado da **Aldeia do Cano** foi reconfigurado, resultando numa redução de aproximadamente 5% do perímetro urbano de 93. Abrangeu-se outras edificações próximas incluídas nas respetivas Áreas Consolidadas e procedeu-se ao preenchimento e arredondamento. Este perímetro urbano engloba numa pequena parte (inferior a 1% do perímetro urbano – 690 m<sup>2</sup>), a Sul, uma área em leito de cheia. Este perímetro sofreu ainda pequenos acertos na delimitação junto ao limite do concelho derivado da CAOP em vigor (CAOP 2008.0).

No perímetro urbano de **Sonega** foram retiradas áreas a Sudeste, pois encontravam-se completamente livres de edificado, o que se traduziu numa redução de 24% do perímetro urbano de 93. Este perímetro sofreu ainda pequenos acertos na delimitação junto ao limite do concelho derivado da CAOP em vigor (CAOP 2008.0).

#### **6.2.4 - FREGUESIA DE ERMIDAS-SADO**

Em **Ermidas-Sado** procedeu-se à reconfiguração do Perímetro Urbano de 1993 (que se arredondou), tirando partido das infraestruturas já construídas e dos limites cadastrais e da delimitação da Categoria dos Espaços de Atividades Económicas (ZIL), resultando numa

ampliação residual do perímetro urbano, de aproximadamente 4%, respeitando as regras do PROTA uma vez que este perímetro urbano se encontra com preenchimento de 83%. Cerca de 59ha (aproximadamente 37% do perímetro urbano) do aglomerado Ermidas-Sado, corresponde a zona ameaçada por cheias, classificada no âmbito da REN.

Em **Ermidas-Aldeia** realizou-se a reconfiguração do Perímetro Urbano de 1993, com correções pontuais da cartografia e uma redução de 4,22%, rentabilizando as infraestruturas já construídas.

No perímetro urbano de **Faleiros**, tirando partido da área consolidada, retirou-se uma área a Norte, o que se traduz numa redução de 13% relativamente ao perímetro urbano de 93. E aumentou-se uma pequena faixa a Norte seguindo a mancha da área consolidada neste aglomerado.

#### **6.2.5 - FREGUESIA DE SANTA CRUZ**

Esta freguesia encontra-se quase totalmente sobre a área de recarga do aquífero profundo, devendo concentrar-se a construção de modo a libertar espaços suscetíveis de provocar contaminação dos aquíferos.

O baixo nível de execução dos perímetros em vigor exige medidas que incentivem os proprietários a promoverem a urbanização e que evitem a manutenção de usos agrícolas em solo urbano infraestruturado.

Em **Santa Cruz** houve reconfiguração da geometria do perímetro urbano, que amplia para Norte e contrai a Sul – afastando-se do leito de cheias e das várzeas agrícolas - tirando partido das infraestruturas já construídas e da topografia mais favorável. Foi classificada uma área como Espaço de Atividades Económicas e assim verifica-se uma redução da área total da área abrangida pelo Perímetro Urbano de 1993 em 24%.

No aglomerado de **Ademas** houve reconfiguração da geometria do perímetro urbano, de forma a incluir loteamentos aprovados e edificações atravessadas pelo limite do perímetro (arredondamento); resultando uma redução de 1,47% da área atual.

#### 6.2.6 - FREGUESIA DE SANTIAGO DO CACÉM

Na cidade de **Santiago do Cacém**, adotou-se o limite e as categorias de uso de solo resultantes do Plano de Urbanização de Santiago do Cacém. Relativamente ao Perímetro Urbano de 93 procedeu-se a acertos pontuais na sua geometria, de forma a incluir loteamentos aprovados e edificações cortadas pelo limite do perímetro e a compatibilizá-lo com a cartografia base. De acordo com o Plano de Urbanização delimitaram-se as categorias de Espaços Verdes (Estrutura Ecológica Municipal), Espaços de Atividades Económicas (ZIL), Espaços Centrais e Espaços de Uso Especial. A área de solo urbano na cidade de Santiago aumenta 1,55% não se contabilizando as áreas das categorias de Espaços Verdes (Estrutura Ecológica) e os Espaços de Atividades Económicas, respeitando os critérios do PROTA uma vez que este perímetro se encontra 95% consolidado. Este perímetro urbano engloba uma porção de terreno, cerca de 3,2ha (aproximadamente 1% do perímetro urbano) designada como “zona ameaçada por cheias”, classificada no âmbito da REN.

Na **Aldeia dos Chãos** reconfigurou-se a geometria do perímetro urbano, de forma a incluir o campo de jogos e edificações cortadas pelo limite do perímetro (por arredondamento), resultando numa ampliação da área urbana de 9,77% respeitando os critérios do PROTA uma vez que a “Área Consolidada” corresponde a mais de 70% do Perímetro Urbano de 1993.

Em **Relvas Verdes** procedeu-se à reconfiguração da geometria do perímetro urbano, de forma a incluir loteamentos aprovados e edificações cortadas pelo limite do perímetro (por arredondamento), com uma redução de aproximadamente 8%. Este perímetro urbano engloba uma pequena porção de terreno, cerca de 100m<sup>2</sup> designada como “zona ameaçada por cheias”, classificada no âmbito da REN.

Propõe-se a criação de uma área urbanizável, junto ao Hospital do Litoral Alentejano, o **Bairro do Hospital**. Neste novo perímetro urbano, com 51 ha, foram delimitadas as categorias de Espaços Verdes (a integrar a Estrutura Ecológica Municipal), Espaços de Uso Especial, para os equipamentos de utilização coletiva (Hospital do Litoral Alentejano) e respetiva área de estacionamento e um Espaço Residencial,

#### **6.2.7 - FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ**

Em **Vila Nova de Santo André** realizou-se uma redução da área do perímetro urbano em 14,42% na confrontação com a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha. Delimitaram-se as categorias de Espaços Verdes, Espaços de Atividades Económicas, Espaços Centrais e Espaços de Uso Especial.

Na **Aldeia de Santo André** procedeu-se à reconfiguração do perímetro urbano tendo em conta os limites cadastrais e físicos. Este perímetro urbano encontra-se preenchido a 80% e sofreu aumento de 3,65 relativamente ao perímetro de 93.

Em **Brescos** procedeu-se à reconfiguração e ampliação, em 5,44%, da área abrangida pelo perímetro urbano de 1993 usufruindo da rede de infraestruturas (por arredondamento). Este aglomerado conta com um Plano de Pormenor em vigor pelo que a Sul se seguiu o limite do PP, incluindo um loteamento aprovado que se encontrava parcialmente fora do perímetro urbano de 93, e a Norte adotou-se como limite a EM544.

Na **Costa de Santo André** (Lagoa de Santo André) houve uma reconfiguração e ampliação do espaço abrangido pelo perímetro urbano de 93, derivado da existência de um Plano de Pormenor aprovado. O perímetro urbano da Costa de Santo André coincide com o limite do PP.

Recomenda-se que estas áreas sejam adquiridas pelo Município ou entidade nomeada para que se faça a sua gestão. Poderão ser obtidas com superfícies de cedência em empreendimentos conjuntos, atribuindo-se-lhe um índice teórico mínimo (por exemplo 0,6).

Em **Deixa-o-Resto** procedeu-se à reconfiguração e redução em 21,51% (por arredondamento) da área abrangida pelo perímetro urbano de 1993, tendo em conta a área consolidada existente.

O aglomerado do **Azinhão** foi convertido em Perímetro Urbano. Realizou-se o arredondamento da área consolidada, resultando numa ligeira expansão ao longo das infraestruturas existentes. Cerca de 27% deste perímetro (aproximadamente 5300 m<sup>2</sup>) encontra-se em leito de cheia, classificada na REN.



O **Giz** foi também convertido em solo urbano, efetuando-se um preenchimento e arredondamento da “Área Consolidada” o que se saldou na expansão ao longo das infraestruturas existentes.

#### **6.2.8 - FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU DA SERRA**

Em **São Bartolomeu da Serra** realizou-se uma reconfiguração da geometria do perímetro urbano (por arredondamento), de forma a incluir loteamentos aprovados e edificações atravessadas pelo limite do perímetro, e exclusão do canal ferroviário, o que resultou numa redução do solo urbano de 5,36% se não se contabilizarem as áreas delimitadas na categoria Espaços de Atividades Económicas (ZIL).

#### **6.2.9 - FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS**

Em **São Domingos** realizou-se uma reconfiguração da geometria do perímetro urbano, de forma a incluir loteamentos aprovados e edificações atravessadas pelo limite do perímetro (por arredondamento) e tirando partido do limite da área consolidada; resultando uma redução da área de solo urbano em 18,54% por eliminação de parcelas excêntricas não concretizadas nem infraestruturadas. Aproximadamente 4400 m<sup>2</sup> (< de 2%) deste perímetro urbano encontram-se em zona ameaçada por cheia.

#### **6.2.10 - FREGUESIA DE SÃO FRANCISCO DA SERRA**

Nesta freguesia os 3 perímetros urbanos e várias suiniculturas estão sobre a área de recarga **indireta** do aquífero profundo (bacia hidrográfica a montante da área de recarga). Há que observar todo o cuidado para evitar prejuízos para os aquíferos.

O baixo nível de execução dos perímetros em vigor exige medidas que incentivem os proprietários a promoverem a urbanização sempre que se verificar haver necessidade de construção, evitando a pressão sobre espaços exteriores.

No aglomerado **Cruz de João Mendes** realizou-se uma ampliação do perímetro urbano de forma a incluir loteamentos aprovados e edificações atravessadas pelo limite do perímetro; a ampliação (em 24,58%) do solo urbano é discutível à luz dos critérios do PROTA uma vez que grande parte do interior do PU está por preencher. No entanto, considerando os polígonos das “Áreas Consolidadas” a condição do PROTA é verificada (70% de preenchimento do PU) e, em qualquer caso, é neste aglomerado justificada.

Foi incluído no perímetro urbano, agora proposto, o loteamento aprovado, no entanto, há que aferir o seu nível de infraestruturação, bem como a razão de até à data não se encontrar totalmente edificado. O que pode justificar a redução da sua áreas.

Em **São Francisco da Serra** realizou-se uma reconfiguração da geometria do perímetro urbano: eliminação de áreas marginais não executadas e inclusão de uma frente de expansão a Sudeste (que se arredondou) resultando uma ampliação da área urbana em cerca de 10% tanto mais que este já se encontra preenchido em mais de 80%.

No **Roncão** foi feita uma reconfiguração da geometria do perímetro urbano (por arredondamento) de forma a incluir algumas edificações situadas sobre o limite do perímetro e também tirando partido da delimitação de área consolidada; resultando uma redução de área em 15,82%.

#### **6.2.11 - FREGUESIA DE VALE DE ÁGUA**

Em **Vale de Água** procedeu-se à reconfiguração da geometria do perímetro urbano, de forma a incluir loteamentos aprovados e edificações cortadas pelo limite do perímetro (por arredondamento). Assim propõe-se a expansão do perímetro ao longo e da rede de distribuição de água de forma a abranger edificações envolventes, resultando numa ampliação de 7,03%. Esta ampliação respeita os critérios do PROTA uma vez que a “Área Consolidada” corresponde a mais de 70% do Perímetro Urbano de 1993.

O aglomerado de **Vale das Éguas** foi reconfigurado por arredondamento e tirando partido da delimitação da área consolidada neste aglomerado optou-se por reduzir em aproximadamente 2% este perímetro urbano.

Poderão encarar-se ajustamentos ao perímetro urbano logo que não alterem a estrutura e lógica do Plano, nomeadamente não permitindo a extensão dos aglomerados ao longo das estradas.

### **6.3 - CENTROS HISTÓRICOS**

No concelho de Santiago do Cacém são considerados três centros históricos: Santiago do Cacém, Alvalade e Cercal do Alentejo. Há que admitir que, mais tarde, a Vila Nova de Santo André também adquira este estatuto.

#### **6.3.1 - CENTRO HISTÓRICO DE SANTIAGO DO CACÉM**

O Centro Histórico de Santiago do Cacém é regulamentado pelo Plano de Pormenor em vigor.

Define-se como Centro Histórico o núcleo urbano original da cidade, que inclui as áreas classificadas e de proteção ao Castelo, igreja matriz e pelourinho, e o conjunto edificado e respetivos espaços de interesse histórico-arquitetónico, paisagístico e ambiental que desde o Cerro do Castelo se desenvolve em seu redor pela encosta em orientação predominante para nordeste. O Centro Histórico de Santiago do Cacém conta com um Plano de Pormenor para a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística: Centro Histórico de Santiago do Cacém e Quinta do Barroso. O objetivo principal deste plano é impedir a contínua degradação do património construído e possibilitar a reabilitação e renovação urbana da referida área, bem como a adesão ao Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas.

Quaisquer novas construções ou alterações às existentes não contempladas no PP deverão desencadear uma revisão ou alteração do Plano de Pormenor de modo a enquadrar essas alterações nas regras previstas para os Centros Históricos.

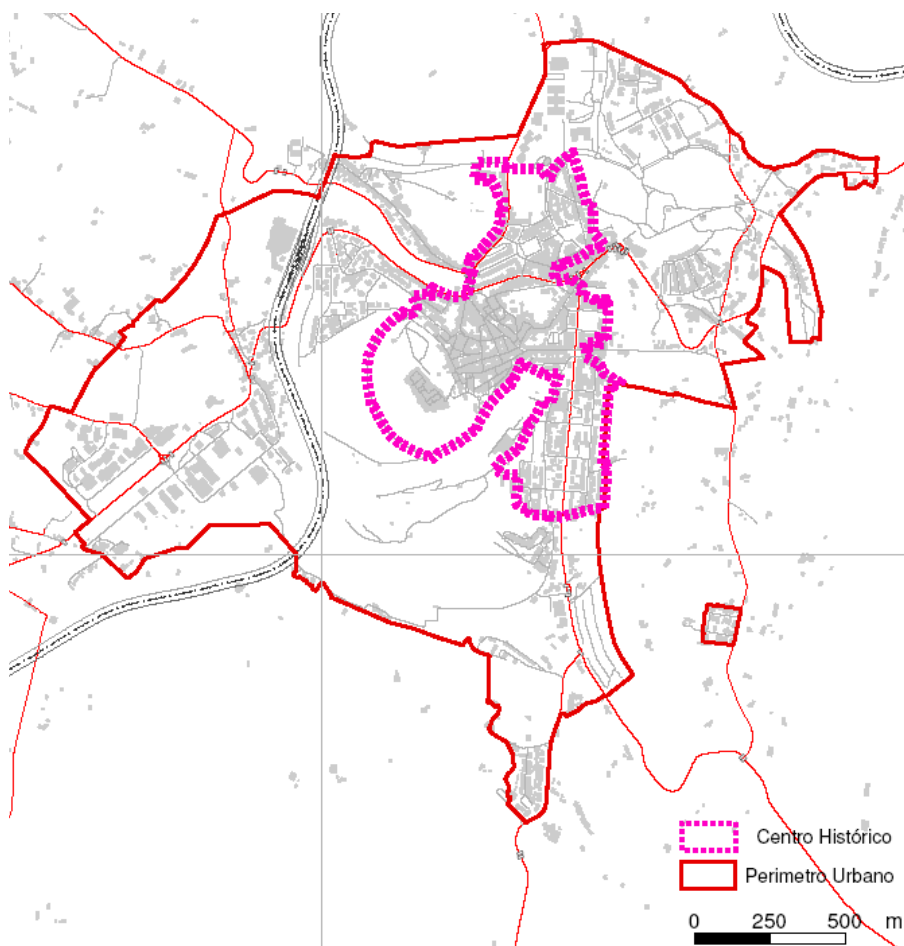
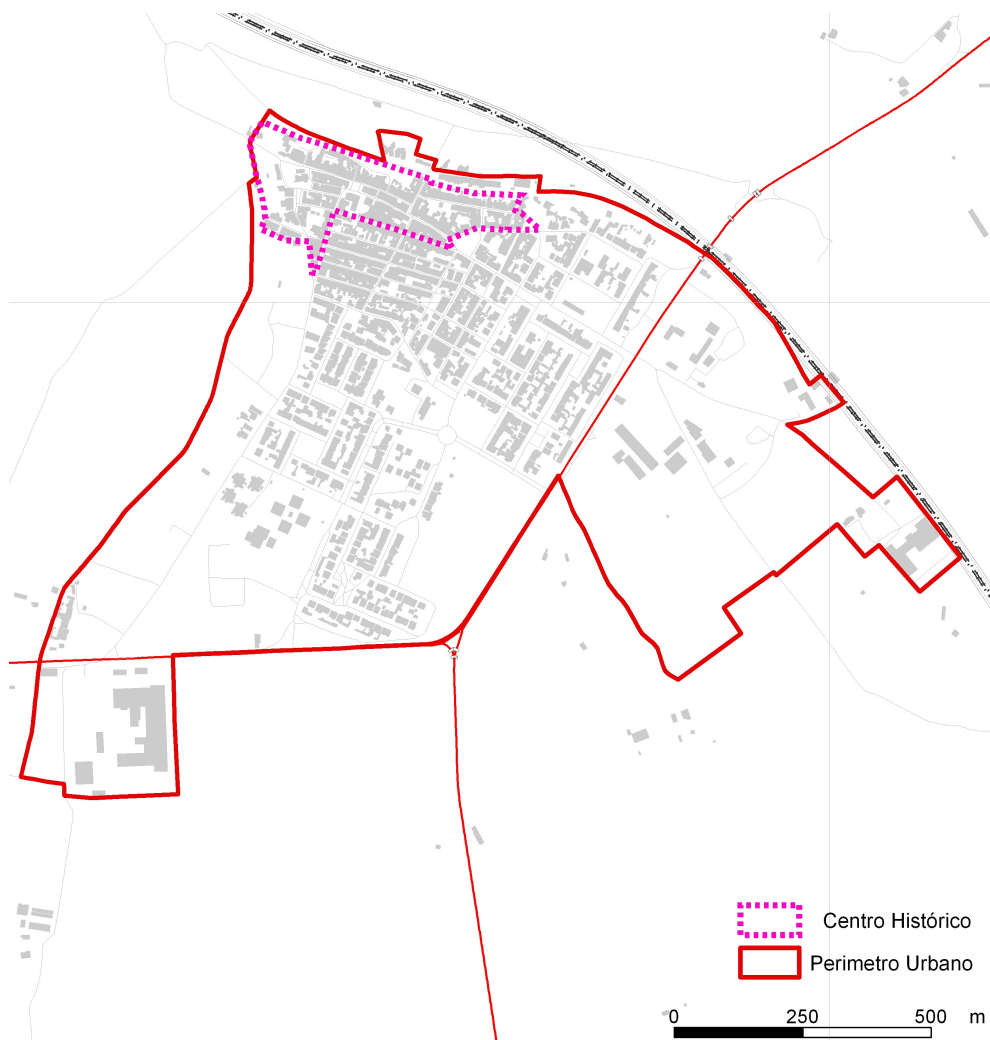


Figura 30 – Centro Histórico de Santiago do Cacém

### 6.3.2 - CENTRO HISTÓRICO DE ALVALADE

No Centro Histórico de Alvalade deverá manter-se a cêrcea atual e o sentido de harmonia no relacionamento de novas construções com as preexistências, quanto possível a conservar e respeitar. As regras de edificabilidade a seguir nestas áreas encontram-se regulamentadas no Regulamento Municipal de Edificabilidade e Urbanização (RMEU), capítulo relativo aos centros Históricos, até que sejam objeto de Plano de Pormenor específico.



**Figura 31 – Centro Histórico de Alvalade**

### **6.3.3 - CENTRO HISTÓRICO DO CERCAL DO ALENTEJO**

No estudo realizado para o PU de Cercal do Alentejo<sup>16</sup> define-se o Centro Histórico, como o “núcleo histórico original, que apresenta um traçado sinuoso e orgânico”, que engloba o Largo da Igreja, a zona do mercado municipal e, a Norte, as edificações mais antigas da vila.

O centro histórico demarcado deve respeitar as cérceas existentes e a composição geral sem prejuízo de revisão do espaço público, onde deverá prevalecer a preponderância pedonal. À semelhança do Centro Histórico de Alvalade, também o do Cercal do Alentejo deverá seguir as regras do RMEU até que se elabore um Plano de Pormenor próprio.

---

<sup>16</sup> Este plano de urbanização, elaborado por Vasco da Cunha, arquitetura e planeamento urbanístico, Lda, não se encontra em vigor e nunca foi publicado.

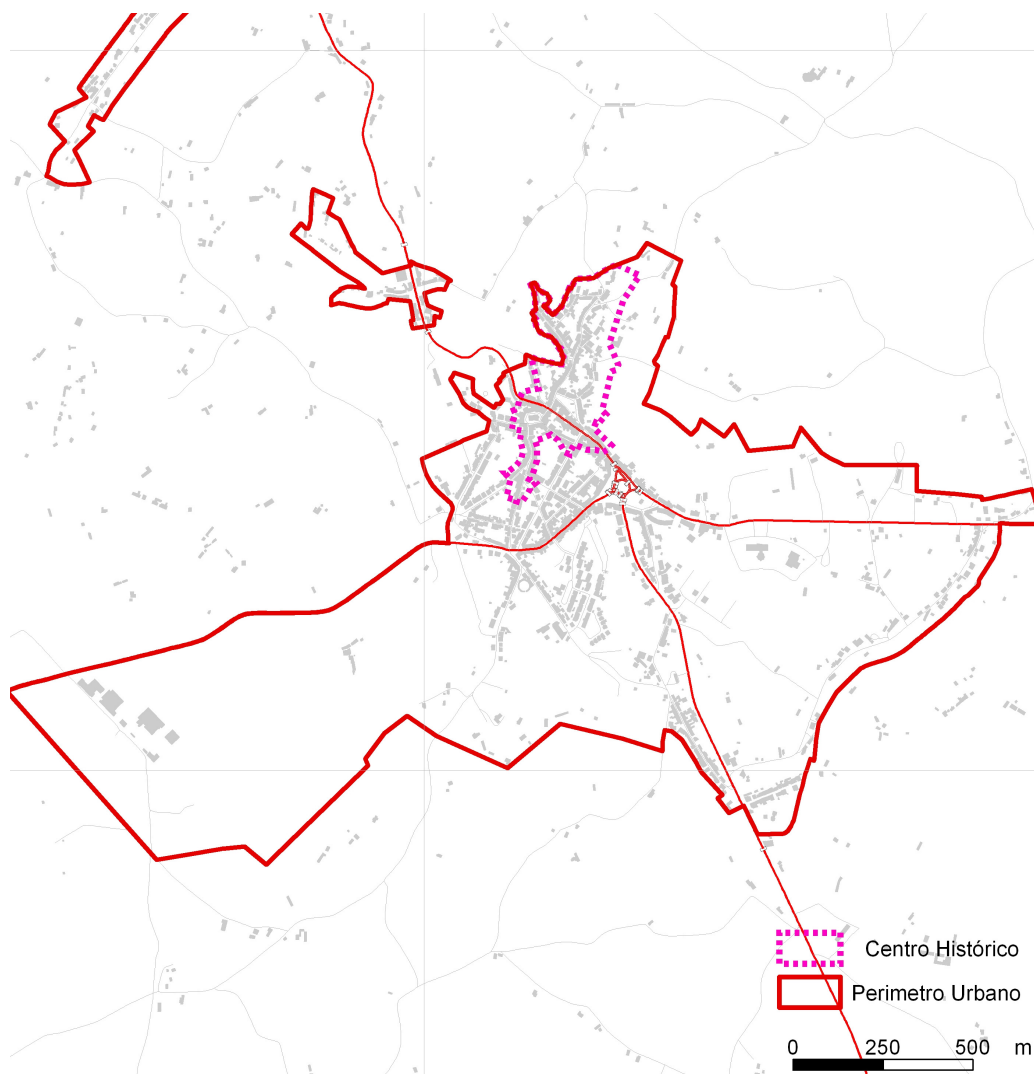


Figura 32 – Centro Histórico do Cercal do Alentejo

#### **6.4 - CATEGORIAS OPERATIVAS E FUNCIONAIS**

É no solo urbano que se devem construir os novos tecidos urbanos, com as respetivas construções e equipamentos, com as tipologias previstas nos Planos de Urbanização e em tempo útil para responder à procura.

Relativamente à qualificação operativa consideraram-se duas categorias no solo urbano – solo urbanizado e solo urbanizável. Considerou-se como solo urbanizado o solo integrado nos perímetros urbanos, o qual integra duas subcategorias tendo em conta o grau de infraestruturação e o grau de consolidação da malha urbana – espaços consolidados e a consolidar. O solo urbanizável é aquele que se destina à expansão urbana, a qual é precedida de programação.

A qualificação funcional alude à integração em categorias de solo urbano, tendo em consideração a respetiva utilização dominante e as características morfo-tipológicas de organização do espaço urbano. As categorias funcionais foram definidas para todo o solo urbano, urbanizado e urbanizável.

São propostas como categorias funcionais:

- Espaços Residenciais
- Espaços Centrais
- Espaços de Atividades Económicas
- Espaços Verdes
- Espaços de Uso Especial

Nos espaços urbanos há que seguir os Planos a que obedecem as construções existentes, respeitando a sua harmonia e valores locais, devendo a Câmara Municipal decidir discricionariamente sobre a apreciação técnica preliminar (com intervenção paisagística e



engenharia ambiental no caso de poder influenciar no equilíbrio do ecossistema local e de um arqueólogo no caso de proximidade com valores arqueológicos e de arquiteto no caso de ser zona de proteção de monumento, imóvel classificado ou assinalado pela CM, PDM ou resolução da Assembleia Municipal como valor concelhio).

## **6.5 - CATEGORIAS FUNCIONAIS**

### **6.5.1 - ESPAÇOS CENTRAIS<sup>17</sup>**

Os Espaços Centrais apenas são identificados nos aglomerados tipo I e II, isto é, nas duas cidades do concelho e nas sedes de freguesia de maior dimensão do Município, com exceção de Ermidas-Sado (o desenvolvimento e a estratégia a traçar para este aglomerado está dependente das decisões futuras para o caminho de ferro da Linha de Sines). Estes espaços destinam-se a desempenhar funções de centralidade para o aglomerado, com densificação de atividades terciárias e funções residenciais.

Nestes espaços privilegia-se a reabilitação e conservação do edificado existente, a compatibilização de usos, a criação de equipamentos e áreas de serviços de forma a permitir um adequado uso do espaço procurando eliminar o estacionamento permanente de carros nas ruas da Área Central, o que obriga a encontrar espaços alternativos suficientes para a procura.

O Espaço Central de Santiago do Cacém engloba o Centro Histórico, a zona da Praça do Município e Quintinha e ainda a área envolvente à Avenida D. Nuno Alvares Pereira. A área do Centro Histórico é regulamentada pelo Plano em vigor. Relativamente às áreas envolventes à Praça do Município e Avenida, que apresentam maior densidade de equipamentos, serviços e comércio (como se pode observar na figura seguinte), pretende-se que sigam o predisposto no regulamento do Plano de Urbanização de Santiago do Cacém, para as designadas Zonas 2 e 3.

---

<sup>17</sup> Corresponde aos espaços normalmente designados por Áreas Centrais.

A solução para a área central da Cidade Vila Nova de Santo André deve respeitar a atual lógica formal, cérceas e composição, até que seja elaborado um PU para a sua revisão, visando uma maior compacidade para a Cidade e uma nova reformatação estética sem prejuízo do respeito pelo Plano inicial, a manter sempre que possível. O Espaço Central de Vila Nova de Santo André abrange a área circundante à Praça da Concórdia, Avenidas de Sines e de Santiago, onde se localizam vários equipamentos, como a biblioteca e a Junta de freguesia, vias pedonais e atividades terciárias.

O estudo realizado para o Cercal do Alentejo determinou que o Espaço Central desta vila englobe o Largo dos Caeiros, a área envolvente à EN120, que atravessa o aglomerado, e ainda no Centro Histórico.

Em Alvalade, considerou-se que o Espaço Central é coincidente com o Centro Histórico.

Espaços Centrais identificados no PDM	Área (ha)
Vila Nova de Santo André	10,09
Santiago do Cacém	53,76
Cercal do Alentejo	10,78
Alvalade	6,79

**Quadro 16 – Áreas dos Espaços Centrais existentes.**

#### **6.5.2 - ESPAÇOS RESIDENCIAIS**

Os Espaços Residenciais são identificados em todos os aglomerados. Nestas áreas predomina o uso habitacional, no entanto são permitidos outros usos logo que compatíveis, sendo desejável que as áreas urbanas sejam multifuncionais, garantindo uma maior qualidade de vida, privilegiando-se a conservação e reabilitação do edificado existente e o preenchimento da malha urbana. Permite-se ainda a criação de equipamentos e a qualificação dos espaços públicos.

Espaços Residenciais identificados no PDM	Área (ha)
Costa de Santo André	83,49
Brescos	42,03
Deixa-o-Resto	32,17
Giz	8,08
Azinhal	1,94
Aldeia de Santo André	25,00
Vila Nova de Santo André	250,48
Bairro do Hospital	7,62
Santiago do Cacém	158,35
Relvas Verdes	29,77
Aldeia dos Chãos	17,01
Santa Cruz	4,41
Ademas	8,96
São Francisco da Serra	19,19
Roncão	10,99
Cruz de João Mendes	13,52
São Bartolomeu da Serra	28,23
Abela	31,15

Cova do Gato	3,66
Outeiro do Lobo	5,24
Arealão	7,29
Ermidas – Sado	140,45
Ermidas Aldeia	16,63
Faleiros	2,54
Alvalade	76,53
Mimosa	8,99
São Domingos	33,24
Vale de Água	17,72
Vale das Éguas	8,00
Cercal do Alentejo	122,87
Sonega	17,53
Pouca Farinha	9,02
Retiro do Pontão	5,08
Aldeia do Cano	11,80

**Quadro 17 – Áreas dos Espaços Residenciais existentes.**

### **6.5.3 - ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS**

Os Espaços de Atividades Económicas abrangem malhas urbanas originalmente destinadas à fixação de indústria ou de atividades terciárias (ZIL). Nestes espaços a função residencial não é

desejável, privilegiando-se a fixação de atividades com capacidade de inovação, indústria ligeira e logística. Foram definidos Espaços de Atividades Económicas para todas as sedes de freguesia (à exceção de Aldeia de Santo André).

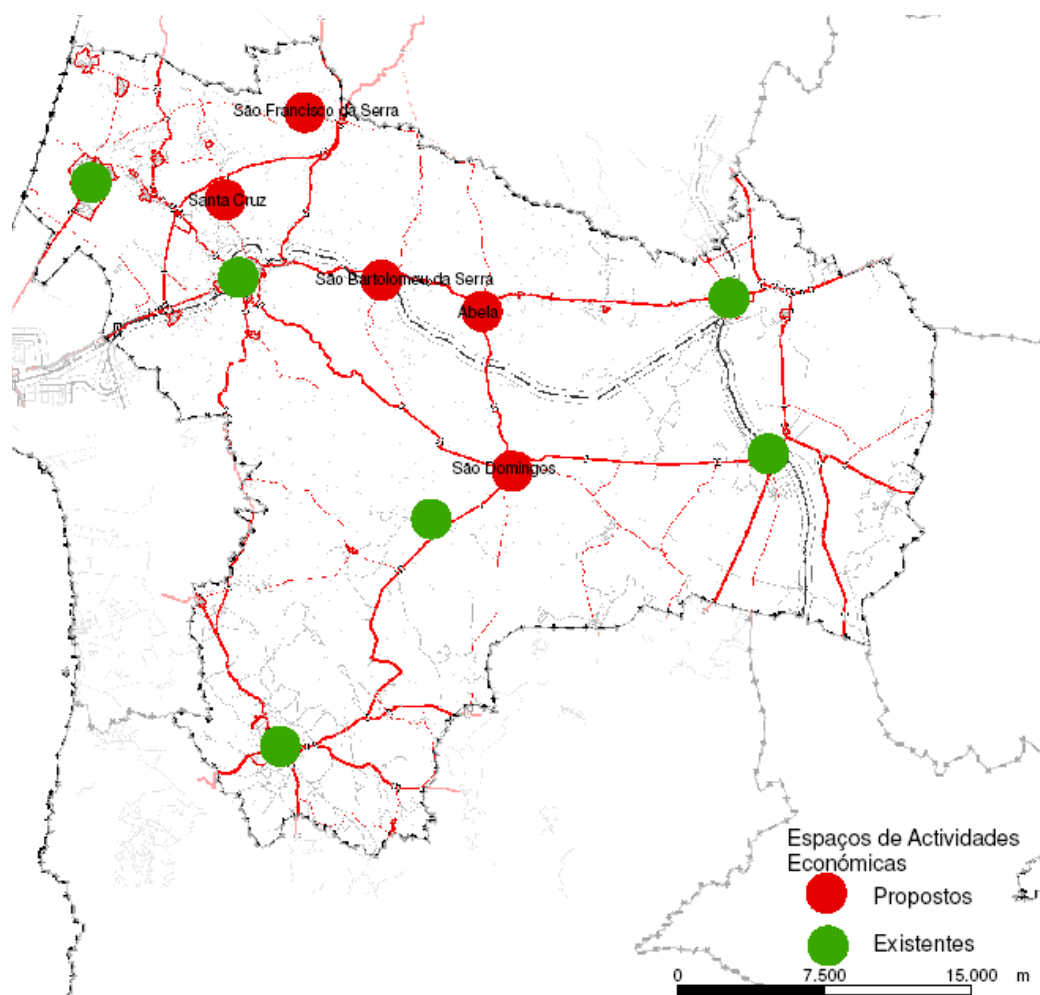
<b>Espaços de Atividades Económicas identificados no PDM</b>	<b>Área (ha)</b>
Vila Nova de Santo André	112,36
Santiago do Cacém	44,50
Cercal do Alentejo	41,72
Alvalade	28,70
Ermidas-Sado	17,02
Abela	0,81
São Domingos	1,09
São Francisco da Serra	0,54
São Bartolomeu da Serra	1,24
Vale de Água	1,96
Santa Cruz	0,53

**Quadro 18 – Áreas dos Espaços de Atividades Económicas existentes**

Nos Espaços de Atividades Económicas são permitidas indústrias tipo II e III desde que sejam compatíveis com os usos existentes e não ponham em causa a qualidade de vida dos residentes, nomeadamente provoquem incómodos ou prejuízos para a qualidade ambiental, bem como com os requisitos específicos que advém da lei geral. Quanto às indústrias tipo I não admitir como princípio, a não ser que seja dentro dos parques empresariais e desde que a

Câmara considere que estão salvaguardados todos os valores ambientais e que reconheça que do ponto de vista económico e social são de interesse municipal.

É ainda permitida a instalação de indústrias tipo 2 e 3 fora dos espaços de atividades económicas desde que sejam compatíveis com os usos definidos e não ponham em causa a qualidade de vida dos residentes, nomeadamente provoquem incómodos ou prejuízos para a qualidade ambiental.



**Figura 33 – Espaços de Atividades Económicas no Concelho de Santiago, existentes e previstos**

#### **6.5.4 - ESPAÇOS VERDES**

Os Espaços Verdes são constituídos por áreas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e cujas características naturais, culturais, paisagísticas e urbanísticas devem ser preservadas e valorizadas garantindo no seu conjunto funções ecológicas no meio urbano. Nestes espaços optou-se por manter o princípio da regra definida no PDM de 93, com ajustamentos que reforçam a ideia de concentração das construções num polígono restrito. Foram demarcados Espaços Verdes nas cidades – Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André, no Cercal do Alentejo e no Bairro do Hospital.

<b>Espaços Verdes identificados no PDM</b>	<b>Área (ha)</b>
Vila Nova de Santo André	45,62
Santiago do Cacém	48,78
Cercal do Alentejo	19,29
Bairro do Hospital	18,26

**Quadro 19 – Áreas dos Espaços Verdes previstos no PDM**

Estes espaços correspondem às Zonas Verdes (destinadas ao uso público para efeitos de lazer, recreio e desfrute informal).

Nestas áreas e onde ainda for possível deverá a Câmara Municipal abster-se de podar as árvores florestais existentes nos espaços públicos, antes deverá defender o crescimento natural da arborização, valorizando a sua imagem, sem prejuízo de limpezas regulares.

Os valores dimensionais da drenagem natural deverão ser respeitados e valorizados na sua função múltipla de escoamento natural corrente e de descarregadores de superfície eventual com bocas de lobo e de possíveis caminhos de peões integrados na rede de corredores verdes.

Os parques urbanos e outras áreas onde se exija sossego devem dispor de taludes elevados e vias de circulação rebaixada de modo a reduzir a poluição e o ruído, ou, em alternativa, circulação sobre elevada em pontões, caminhos pedonais e cursos de água.

#### **6.5.5 - ESPAÇOS DE USO ESPECIAL**

As áreas de uso especial destinam-se a equipamentos ou infraestruturas estruturantes ou outros usos específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo, devendo as suas funções ser mencionadas na designação das correspondentes categorias.

Em Santiago do Cacém o Espaço de Uso Especial engloba a Feira/Parque de Exposições, o Auditório Municipal António Chainho, Pavilhão Polidesportivo e a Escola Básica 2,3 Frei André da Veiga e a Escola Secundária Manuel da Fonseca. Tem aproximadamente 10 ha e é uma área consolidada.

O Espaço de Uso especial em Vila Nova de Santo André, com aproximadamente 51 ha, abrange os equipamentos desportivos: complexo desportivo, circuito de manutenção, campo de ténis, picadeiro, uma sala de desporto e a piscina descoberta. A área delimitada para esta função apresenta ainda aproximadamente 42 ha não consolidados, havendo assim a possibilidade de se instalarem novos equipamentos nesta zona.

No novo aglomerado que se pretende criar, o Bairro do Hospital, a área de uso especial destina-se ao Hospital Regional e sua eventual expansão ou instalações complementares. Salvaguardando, desta forma, área para possíveis expansões deste equipamento, bem como para a instalação de infraestruturas de apoio, como parques de estacionamento e áreas verdes.



## **6.6 - CATEGORIAS OPERATIVAS**

### **6.6.1 - SOLO URBANIZADO**

Solo urbanizado é, do solo urbano, aquele que se encontra dotado de infraestruturas urbanas e é servido por equipamentos de utilização coletiva. Consideraram-se duas subcategorias operativas: Áreas Consolidadas e Áreas a Consolidar.

#### 6.6.1.1 - ÁREAS CONSOLIDADAS

Integram as áreas consolidadas os espaços que apresentam malhas ou estruturas urbanas estabilizadas morfologicamente (onde se pretende preservar e valorizar), onde existem ou estão em execução infraestruturas e equipamentos. E onde se encontram definidos os alinhamentos dos planos marginais por edificações em continuidade. Nas áreas consolidadas pressupõe-se o princípio da colmatação e compactação da malha urbana.

Nas áreas consolidadas, a construção de novas edificações, bem como a ampliação de edificações existentes, fica sujeita às seguintes regras:

- Devem ser respeitados os alinhamentos predominantes definidos pelas edificações existentes, no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e outro lado, ou respeitados planos de pormenor a elaborar para o efeito;
- A altura da fachada é determinada pela altura mais frequente das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra a nova edificação, no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e outro lado ou obedecerá a plano de pormenor elaborado para o efeito;
- A profundidade da edificação, medida a partir do plano marginal da fachada, não deve exceder os 12 metros para habitação e os 15 metros para comércio e serviços. Estas profundidades máximas podem ser excedidas, desde que não seja colocado em causa o enquadramento urbanístico, os alinhamentos e requisitos de estética, a salubridade e a ventilação previstos no RGEU, nomeadamente em relação aos prédios contíguos.

Nos perímetros urbanos propostos, na Revisão do PDM, conclui-se que os aglomerados de Giz e Faleiros são os únicos que se encontram totalmente consolidados.

#### 6.6.1.2 - ÁREAS A CONSOLIDAR

A preocupação de compactar as áreas urbanas, assim deixando livres mais espaços exteriores e por outro lado economizando custos das redes de infraestruturas, tem-se confrontado com uma dificuldade, que é a de muitas Câmaras Municipais, não cuidarem, de facto, da programação do desenvolvimento urbanístico.

Assim, acontece que dentro dos perímetros urbanos surgem espaços não construídos, expectantes, que alongam o conjunto das ruas sem contrapartida de aproveitamento urbano.

Para minimizar tal mal, propomos que se considere no PDM a possibilidade de notificar os proprietários desses espaços para que construam ou aceitem formar parcerias com a Câmara Municipal. Esta regra aplicar-se-á a todas as frentes de arruamentos sem qualquer construção numa extensão  $\geq 50$  m desocupada e uma profundidade mínima de 30 m e ainda as malhas urbanas a regenerar por reconversão urbanística e funcional.

Nestas áreas serão exigidos estudos de conjunto ou de loteamento para enquadrar os projetos de construção a efetuar. Poderão ainda ser consideradas os espaços intersticiais onde se pretenda estruturar uma ocupação urbana edificada ou destinada à estrutura ecológica.

Nas áreas a consolidar predomina o princípio geral de execução programada e planeada, prevendo-se mecanismos que aconselhem a um desenho da forma urbana coerente e integrada com as malhas consolidadas situadas na envolvente. Poderá proceder-se à delimitação de unidades de execução. Deverá garantir-se previamente a viabilidade da operação e a disponibilidade dos terrenos.

A execução das áreas a consolidar realiza-se de acordo com a solução de loteamento e dos projetos de construção que deverão qualificar o espaço urbano e garantir largura, legibilidade e coerência ao conjunto.

#### **6.6.2 - SOLO URBANIZAVEL**

O solo urbanizável é aquele que se destina à expansão urbana, a qual é precedida de programação.

Nesta revisão de PDM apenas se considerou uma área de expansão – o Bairro do Hospital. É um novo perímetro urbano, fundamentado pelo Hospital Regional e pela proximidade ao futuro cemitério, onde se pretende desenvolver um espaço residencial e um espaço verde de modo a oferecer um melhor equilíbrio de funções e um espaço humanizado, intercalado entre Santo André e Santiago do Cacém, com bons acessos e que pode estimular o crescimento do “Trevo”.

A execução da expansão urbana deve ser feita através da constituição de unidades de execução e da inscrição do correspondente programa de execução no plano de atividades municipal e, quando aplicável, no orçamento municipal.

No quadro seguinte apresentam-se as áreas e percentagens de Solo Urbanizável e Urbanizado (consolidado e a consolidar) por aglomerado.

Freguesia	Agglomerado	A Estudar em Plano Intermunicipal		Solo Urbanizável		Solo Urbanizado			
		ha	%	ha	%	Área consolidada		Área a consolidar	
						ha	%	ha	%
Santiago do Cacém	Bairro do Hospital	-	-	50,79	100	-	-	-	-
	Santiago do Cacém	-	-	-	-	258,43	82	56,48	18
	Relvas Verdes	-	-	-	-	16,89	57	12,89	43
	Aldeia dos Chãos	-	-	-	-	14,95	90	1,59	10
Santo André	Vila Nova de Santo André	-	-	-	-	327,44	70	142,59	30
	Aldeia de Santo André	-	-	-	-	19,70	80	5,30	21
	Azinhais	-	-	-	-	1,67	86	0,27	14
	Brescos	-	-	-	-	36,36	23	64,49	77
	Deixa-o-Resto	-	-	-	-	31,98	99	0,18	1
	Giz	-	-	-	-	8,08	100	0	0
	Costa de Santo André	-	-	-	-	19,01	23	64,49	77
Santa Cruz	Santa Cruz	-	-	-	-	4,17	84	0,77	16
	Ademas	-	-	-	-	4,17	47	4,78	53
São Francisco da Serra	São Francisco da Serra	-	-	-	-	16,66	84	3,06	16
	Roncão	-	-	-	-	9,02	82	1,97	18
	Cruz de João Mendes	-	-	-	-	12,93	96	0,59	4
São Bartolomeu da Serra	São Bartolomeu da Serra	-	-	-	-	24,66	84	4,80	16
Abela	Abela	-	-	-	-	25,91	81	6,04	19
	Cova do Gato	-	-	-	-	3,50	96	0,15	4
	Outeiro do Lobo	-	-	-	-	5,01	96	0,22	4
	Arealão	-	-	-	-	4,42	61	2,87	39
Ermidas-Sado	Ermidas-Sado	-	-	-	-	134,38	85	23,09	15
	Ermidas Aldeia	-	-	-	-	14,05	84	2,58	16
	Faleiros	-	-	-	-	2,54	100	0	06

Freguesia	Aglomerado	A Estudar em Plano Intermunicipal		Solo Urbanizável		Solo Urbanizado			
		ha	%	ha	%	Área consolidada		Área a consolidar	
						ha	%	ha	%
Alvalade	Alvalade	-	-	-	-	75,52	67	36,49	33
	Mimosa	-	-	-	-	7,40	82	1,59	18
São Domingos	São Domingos	-	-	-	-	20,46	60	13,87	40
Vale de Água	Vale de Água	-	-	-	-	14,55	74	5,13	26
	Vale das Éguas	-	-	-	-	7,33	92	0,67	8
Cercal do Alentejo	Cercal do Alentejo	-	-	-	-	126,97	65	67,08	35
	Aldeia do Cano	-	-	-	-	8,33	71	3,47	29
	Retiro do Pontão	-	-	-	-	4,43	87	0,65	13
	Pouca Farinha	-	-	-	-	8,05	89	0,97	11
	Sonega	3,90	23	-	-	10,57	60	3,06	17

Quadro 20 – Áreas Consolidadas e a consolidar por aglomerado

### 6.7 - EDIFICABILIDADE EM SOLO URBANO – PARÂMETROS

SOLO URBANO	Hierarquia dos Aglomerados Urbanos	Categorias Operativas	Categorias Funcionais	Índice de Utilização Bruto	Densidade Máxima (fogos/ha)	Nº de Pisos
URBANIZADO	Nível I	A Consolidar	Residencial	0,6	30	4 <sup>18</sup>
			Central			4
			Residencial			
			Central			
	Nível II	A Consolidar	Residencial	0,5	30	2 <sup>19</sup>
			Central			
			Residencial			
			Central			
	Nível III	A Consolidar	Residencial	0,45	15	2
			Residencial			
Nível IV	A Consolidar	Residencial	0,35	10	2	
		Residencial			2	
	Expansão	Residencial			2	
Urbanizável						
Espaços de Atividades Económicas				0,5	--	2 <sup>20</sup>
Espaços de Uso Especial				0,5	--	--

**Quadro 21 – Parâmetros para o solo urbano**

<sup>18</sup> Podendo ser superior desde que devidamente justificado por Plano de Pormenor e Enquadramento ou simples Estudo Esquemático a aprovar pela Câmara Municipal, sem prejuízo do respeito pelo índice de utilização e pela harmonia da silhueta geral.

<sup>19</sup> Podendo ser superior desde que devidamente justificado por Plano de Pormenor e Enquadramento ou simples Estudo Esquemático arquitetónico a aprovar pela Câmara Municipal, sem prejuízo do respeito pelo índice de utilização.

<sup>20</sup> Exceto para silos, depósitos e chaminés, mas sem prejuízo da silhueta geral.

Relativamente à altura máxima da fachada, propõe-se que seja, para todos os níveis hierárquicos e todas as categorias de solo, igual à altura mais frequente das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra a nova edificação, no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e outro lado ou resultado de Plano de Pormenor visando a harmonia do espaço urbano.

A profundidade máxima de empena pretende-se que seja de 12 m para habitação, de 15 m para comércio e serviços e de 25 m para indústria. As profundidades máximas referidas podem ser excedidas, desde que não sejam colocados em causa o enquadramento urbanístico, alinhamentos e requisitos de estética, salubridade e ventilação previstos no RGEU, nomeadamente em relação aos prédios contíguos.



## 7. UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

---

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) abrangem espaços de usos mistos, desestruturados do ponto de vista urbanístico e onde o povoamento deve, desde já, ser contido e desejavelmente estruturado através de um planeamento à escala adequada.

### 7.1 - UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As UOPG correspondem a áreas urbanas e a áreas de edificação dispersa a estruturar em Solo Rural na envolvente de alguns aglomerados urbanos. O objetivo é clarificar e ajustar localmente as áreas do perímetro urbano e encontrar soluções criativas para evitar a proliferação da edificação dispersa, proteger as rodovias do tráfego de passagem e interligar as edificações dispersas de forma a conseguir uma maior economia das redes infraestruturais ou a introdução de sistemas alternativos mas autónomos.

Nas UOPG, até à aprovação de PMOT específico vigoram as normas previstas para as categorias de uso do solo aí assinaladas e, no que toca à disciplina da edificação, aplicam-se as disposições relativas à edificação isolada em solo rural, com vista à contenção do povoamento.

Mediante a aprovação do PMOT acima referido, estas áreas podem ser alvo de um desenvolvimento urbanístico programado que visa prosseguir os objetivos principais da qualificação ambiental e económica, numa ótica de sustentabilidade, dotando-os das infraestruturas apropriadas às suas características funcionais.

Algumas destas áreas têm origem em antigos foros e são delimitadas pelo Plano Diretor Municipal como categoria operacional que não define a regulamentação aplicável mas sim os objetivos, critérios e parâmetros aplicáveis ao seu futuro planeamento e gestão, prosseguindo o princípio da contenção da edificação para habitação em solo rural.

A gestão urbanística deverá ser enquadrada por Estudos Urbanísticos esquemáticos ao qual compete detalhar, entre outros aspetos:

- a delimitação da estrutura do povoamento com vista à coordenação da edificação dispersa, assim como a delimitação das áreas com valores de interesse natural e patrimonial, definindo medidas e ações de salvaguarda;
- as condições e parâmetros de edificabilidade a aplicar aos prédios rústicos, nomeadamente, os limites ao fracionamento, o número máximo de fogos, a área de construção máxima, a altura máxima dos edifícios (altura das fachadas ou altura da edificação) e o índice máximo de impermeabilização, entre outros;
- as necessidades de infraestruturas e de qualificação paisagística e ambiental e definição dos mecanismos para a sua concretização;

Foram delimitadas 4 UOPG no PDMSC:

Na freguesia de Santo André:

- Vila Nova de Santo André;

Na freguesia de Santiago do Cacém:

- Escatelares;
- Bairro do Hospital

Na freguesia do Cercal do Alentejo:

- Envolvente do Cercal do Alentejo (Pouca Farinha e Retiro do Pontão).

#### **7.1.1 - UOPG DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ**

A UOPG de Vila Nova de Santo André (na figura seguinte) foi delimitada com o objetivo de, visto não ter sido implementado o Plano de Urbanização<sup>21</sup>, se possibilitar o ordenamento e o desenvolvimento urbanístico programado, de acordo com as propostas efetuadas neste PDM. Esta UOPG é coincidente com o perímetro urbano proposto e tem cerca de 470 ha.

---

<sup>21</sup> Este plano não se encontra em vigor

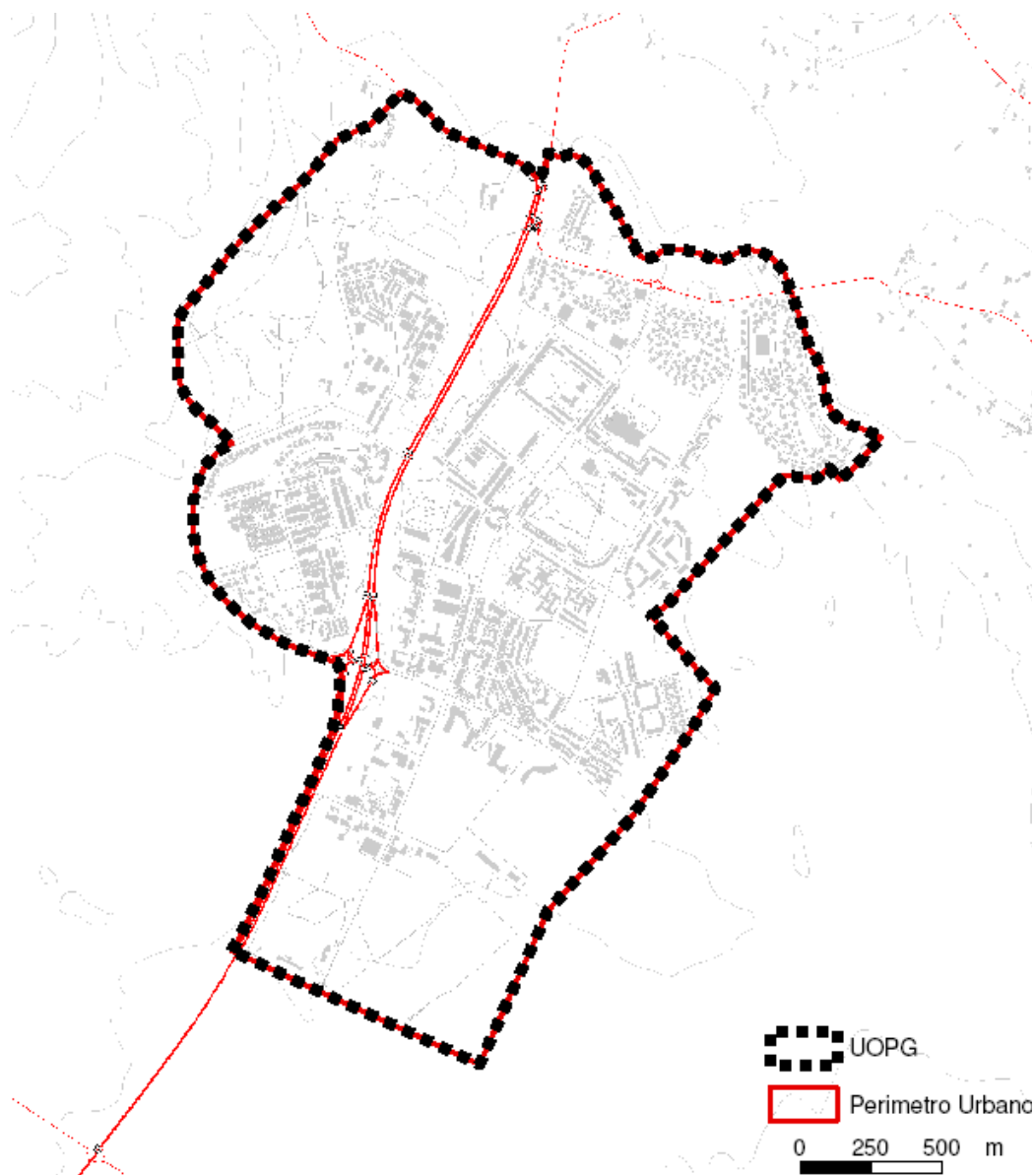


Figura 34 – UOPG de Vila Nova de Santo André

O programa para a UOPG poderá ser implementado através de um PU ou de um esquema urbanístico. São objetivos desta Unidade avaliar o desenho dos traçados atuais e os estudos que deram origem à cidade, tendo em conta a sua data de conceção e propor alternativas promovendo a revisão desses estudos.

O Plano deverá, na sua revisão ter em conta as atuais ocupações urbanas e avaliar a necessidade de novas expansões tendo em conta a existência de grandes áreas ainda por consolidar. Esta revisão deverá também demarcar as áreas de enquadramento verde garantindo a ligação entre a Estrutura Ecológica Municipal prevista na revisão PDM e o Parque Natural.

A nível da rede viária a revisão do Plano deverá avaliar e prever de forma concertada a via externa a Vila Nova de Santo André de ligação a Santiago do Cacém e promover a transformação da atual via em Alameda. Deverão ser definidas as áreas necessárias para estacionamento e desenhar a sua envolvente e acesso.

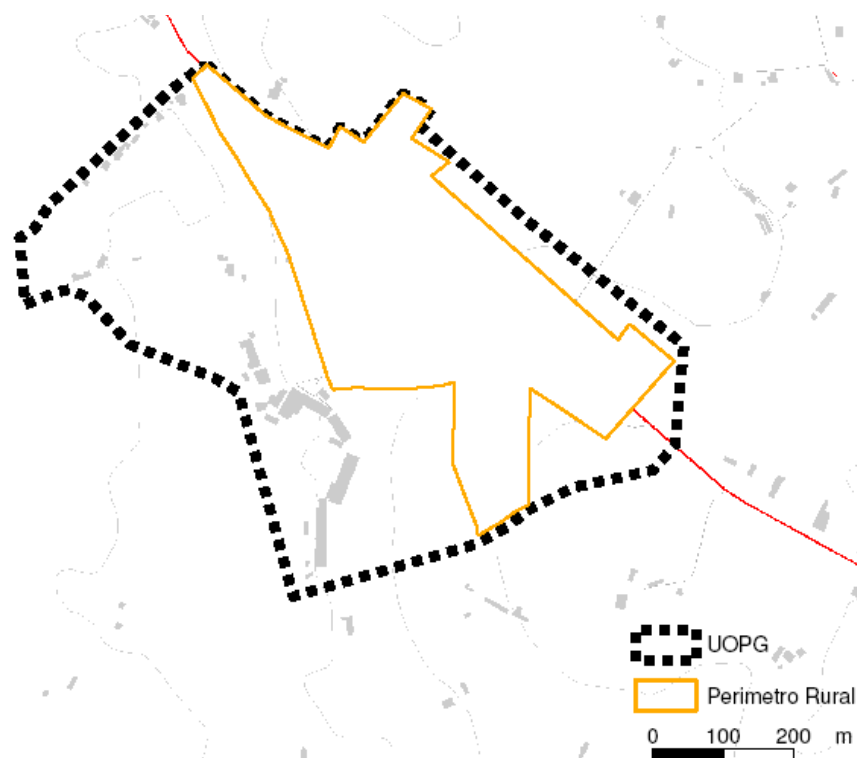
Deverão ser fixadas as cérceas das novas construções em harmonia com o existente mas prever dois marcos urbanos de maior altura. Por cada loteamento poderão ser cedidos à CM, para equipamento, corredores ecológicos, gestão urbanística e lotes para habitação de rendas controladas, 50% ou 25% de área de terreno, para além das redes infraestruturais.

- As novas áreas para construção não deverão exceder o equivalente a 500 fogos durante os próximos 10 anos;
- Prever um Centro de Atividades de Tempos Livres – 0,5 ha;
- Prever os equipamentos propostos pela Câmara Municipal.

#### **7.1.2 - UOPG DOS ESCATELARES**

Nos Escatelares, a UOPG delimitada engloba a edificação envolvente ao aglomerado e pretende-se que com este estudo se faça a reconversão da estrada municipal, que o atravessa, em avenida urbana, melhorando a segurança da população, a imagem do aglomerado e a circulação até ao Hospital a partir de Santiago do Cacém, implementado o conceito de “Estrúia” um modelo que combina a estrutura da ESTRADA com a de RUA.

Nos estudos a desenvolver deverá ser implementado um sistema de participação da população.



**Figura 35 – UOPG dos Escatelares**

Elaboração de um Plano de Urbanização, com os seguintes objetivos:

1. Consolidar e estruturar o povoamento, seguindo os princípios da concentração do povoamento e do controlo da edificação dispersa;
2. Levantamento do cadastro predial assim como da atual utilização dos terrenos;
3. Adotar soluções técnicas que minimizem os impactes e o risco de contaminação do sistema aquífero de Sines, atendendo ao seu carácter estratégico e à sua sensibilidade;
4. Relocalização das suiniculturas
5. Reconversão da estrada municipal em avenida urbana visando a segurança pedonal e um escoamento adequado ao acesso ao Hospital Regional, adotando o conceito de “Estrúa” um modelo que combina a estrutura da ESTRADA com a de RUA.
6. Durante os próximos 10 anos não serão autorizados aumentos de mais de 50% do atual número de fogos.

### 7.1.3 - UOPG DO BAIRRO DO HOSPITAL

O Bairro do Hospital é a única área de solo urbanizável presente no concelho. É um novo perímetro urbano, fundamentado pelo Hospital Regional e pela proximidade ao futuro cemitério, onde se pretende desenvolver um espaço residencial e um espaço verde de modo a oferecer um melhor equilíbrio de funções e um espaço humanizado, intercalado entre Santo André e Santiago do Cacém, com bons acessos e que pode estimular o crescimento do “Trevo”.

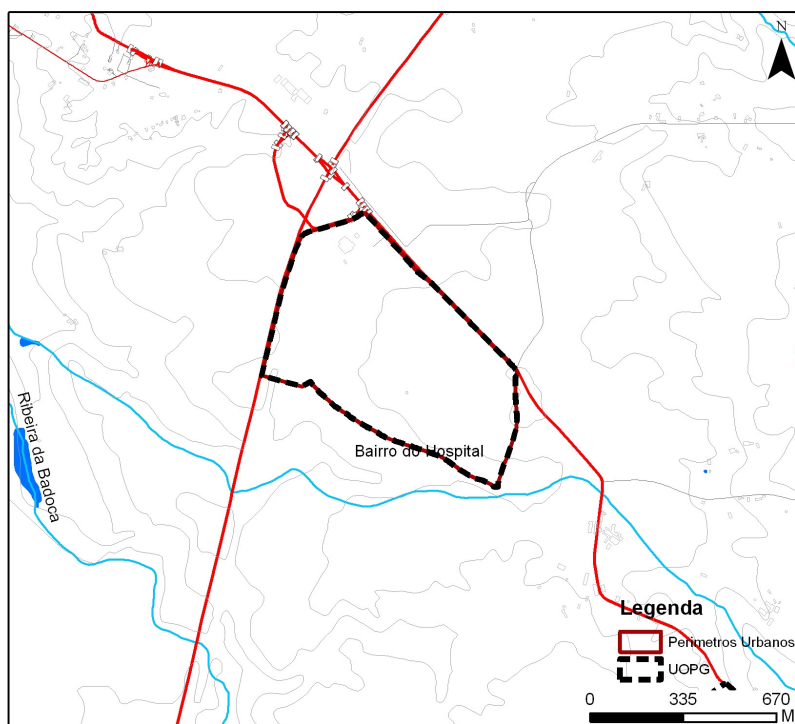


Figura 36– UOPG do Bairro do Hospital

Propõe-se a delimitação desta UOPG (coincidente com o perímetro urbano), com uma área de cerca de 51ha para um posterior estudo urbanístico a realizar, com o objetivo de ordenar estes novos equipamentos e a área residencial proposta.

Prever:

- Espaço de Uso Especial (25 ha) onde se inclui o atual hospital e futuras expansões ou equipamentos complementares ao uso hospitalar;
- Área Verde geral (18 ha);
- Espaço Residencial (8 ha )

Os parâmetros de referência a observar nas operações urbanísticas nesta UOPG são os seguintes:

- a) Índice de utilização do espaço residencial - 0,35;
- b) Número máximo de pisos 2;
- c) Altura máxima de fachada 7m

#### **7.1.4 - UOPG DO CERCAL DO ALENTEJO**

A UOPG do Cercal do Alentejo abrange, para além da vila do Cercal do Alentejo, várias edificações dispersas a Norte do Cercal do Alentejo, bem como 2 aglomerados urbanos e tem uma área de aproximadamente 511 ha. Esta UOPG tem como objetivo a desclassificação da EN120, no troço que atravessa a vila, após a construção da variante a Leste como alternativa rodoviária; e o ordenamento quer das edificações isoladas, quer dos aglomerados envolventes – Pouca Farinha e Retiro do Pontão.

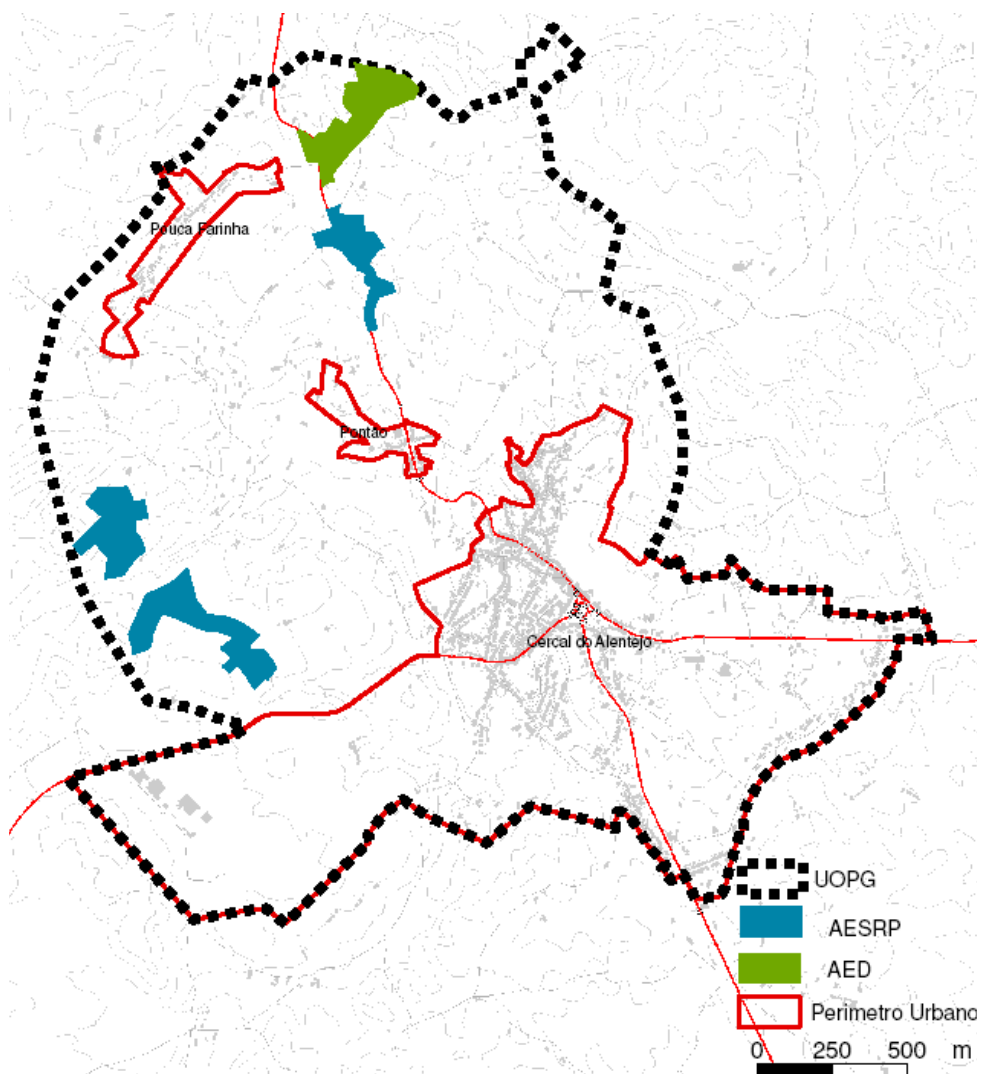


Figura 37 – UOPG do Cercal do Alentejo

Elaboração de um Plano de Urbanização com os seguintes objetivos:

1. Elaboração posterior de um Plano de Pormenor que enquadre toda a zona central da Vila, com o objetivo de requalificar o espaço público e criar alternativas de circulação e atravessamento rodoviário.
2. Estudo e construção de alternativa à EN 120



3. Desclassificação da atual EN 120, no interior da vila (após construção de alternativa) e sua requalificação como rua urbana.
4. Delimitação dos aglomerados rurais e defesa das áreas exteriores evitando a construção dispersa.
5. Não será permitida nos próximos 10 anos a construção de mais de 50% dos fogos atuais.
6. Serão demarcados espaços para os equipamentos previstos no presente plano.

O **programa** e **objetivos específicos** para **cada UOPG** são explicitados no **Regulamento**.

## 8. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Sendo certo que o conceito de **ecossistema**, na sua estrita interpretação científica, nada nos diz sobre o valor intrínseco nem sobre o valor instrumental de cada uma das suas ocorrências, e sendo de igual modo certo que os ecossistemas são por definição praticamente onnipresentes nos espaços e territórios, nomeadamente por onde o ser humano se move, torna-se indispensável decidir politicamente quais entre eles deverão merecer salvaguarda. Tal decisão animou o legislador da Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de abril), cujas direções são vinculativas. Estabelece esse diploma legal como um dos seus objetivos ***a conservação da Natureza, o equilíbrio biológico e a estabilidade dos diferentes habitats nomeadamente através da compartimentação e diversificação das paisagens, da constituição de parques e reservas naturais e outras áreas protegidas, corredores ecológicos e espaços verdes e urbanos e suburbanos, de modo a estabelecer, um continuum naturale*** (artigo 4º, alínea e). Por seu turno, o regime jurídico dos planos de ordenamento do território (Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de setembro) espacializa aqueles preceitos, estabelecendo no seu artigo 14º que ***os instrumentos de gestão territorial identificam as áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica*** (parágrafo 1), e sendo assim ***os planos municipais de ordenamento do território estabelecerão (...) os parâmetros de ocupação e de utilização do solo assegurando a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações*** (parágrafo 3).

É perante este contexto jurídico-administrativo que se impõe a criação da estrutura ecológica do PDM de Santiago do Cacém, a qual busca harmonizar as funções económicas e sociais do território com as precauções ambientais também subjacentes ao interesse coletivo.

A estrutura ecológica que ora se propõe é eminentemente *operativa e funcional*. Vai além dos usuais preceitos *negativos* de gestão das reservas: não se restringe a proibições de intervenção e a interdições de uso. Pelo contrário, esta estrutura ecológica quer-se baseada sobretudo em

preceitos *positivos* que motivem a atuação dos gestores: sugere a reintrodução de espécies vegetais, o retoque paisagístico, o usufruto humano. Assim, deverão desenvolver-se estudos mais profundos para estabelecer medidas e ações atinentes à construção do grande **Corredor Ecológico Diagonal do Alentejo** (CEDA) articulado com o previsto em sede do Plano Regional de Ordenamento do Território, que deverá englobar a reserva ecológica litoral lagunar (Sancha, Santo André e Melides), um Parque Biofísico do Trevo entre Santo André e Relvas Verdes (que incluirá o Badoca), uma faixa atravessando parte das Freguesias de São Domingos, Vale de Água e Cercal do Alentejo e depois passando para o Município de Ourique até atingir a Serra do Caldeirão. Também serão criados os corredores de montado na linha de fecho das Serras de Grândola e Cercal do Alentejo (intermunicipal Santiago – Sines), o corredor da Ribeira de Corona, o corredor intermunicipal (Santiago – Grândola) da Serra de S. Francisco, na direção oeste – leste. São objetivos que deverão dar lugar a protocolos entre as partes interessadas e uma programação a muito longo prazo.

### 8.1 - CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO

A delimitação da estrutura ecológica no presente plano tem por objetivos:

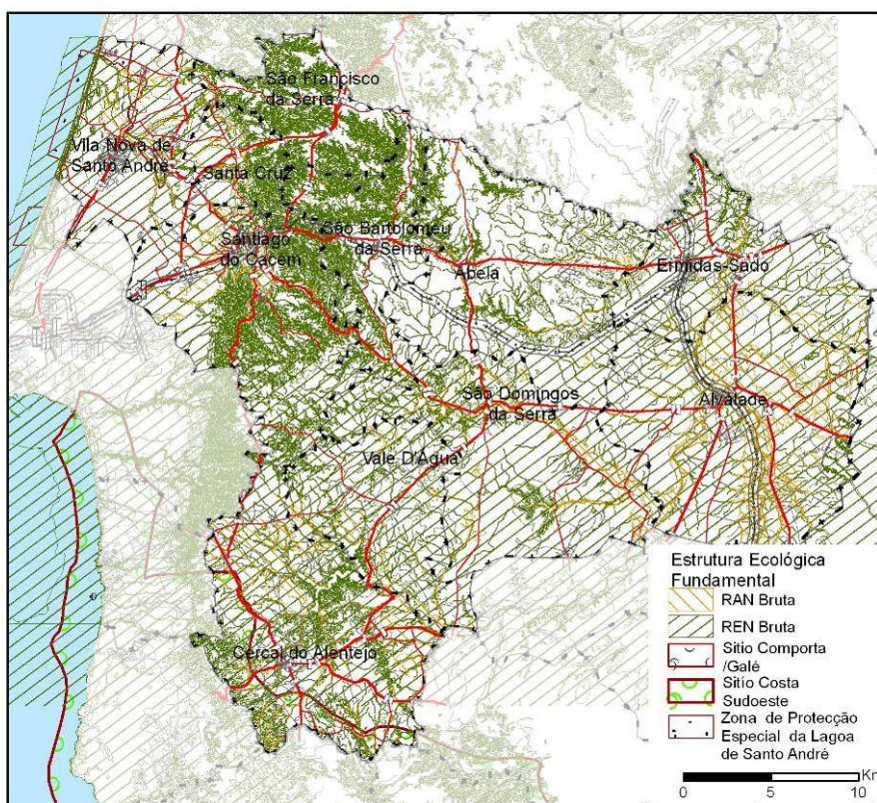
- Atender à salvaguarda da Rede Fundamental de Conservação da Natureza nos termos do Regime Jurídico da Conservação da Natureza (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 28 de julho);
- Criar um mosaico de espaços verdes naturais e seminaturais no seio do território do PDM de Santiago do Cacém, projetados com cuidados estéticos que valorizem a paisagem ao oferecerem um contraponto às estruturas edificadas e aos espaços agropecuários;
- Salvaguardar uma módica quantidade de *habitats* naturais e seminaturais em troços do território concelhio não contemplados no Sistema Nacional de Áreas classificadas, criando condições para que parte da biodiversidade autóctone aí possa prosperar sem conflitos com outros usos que lhe serão vizinhos;

- Contribuir para a boa qualidade química dos cursos de água espontâneos, usando materiais vegetais autóctones e técnicas de paisagismo adequadas para a filtragem biológica de efluentes;
- Contrariar processos de erosão do solo recorrendo à ancoragem do mesmo com materiais vegetais autóctones, sobretudo nas vertentes mais declivosas e nas margens das ribeiras;
- Criar corredores ecológicos que facilitem o atravessamento do Concelho pela fauna autóctone, eventualmente incluídos nos corredores da estrutura ecológica que também albergam redes de infraestruturas.

Para atingir estes desideratos, foi ponderada a constituição de uma Estrutura Ecológica Municipal articulada em três componentes:

1. Estrutura Ecológica Fundamental;
2. Estrutura Ecológica Estratégica;
3. Estrutura Ecológica Integrada;

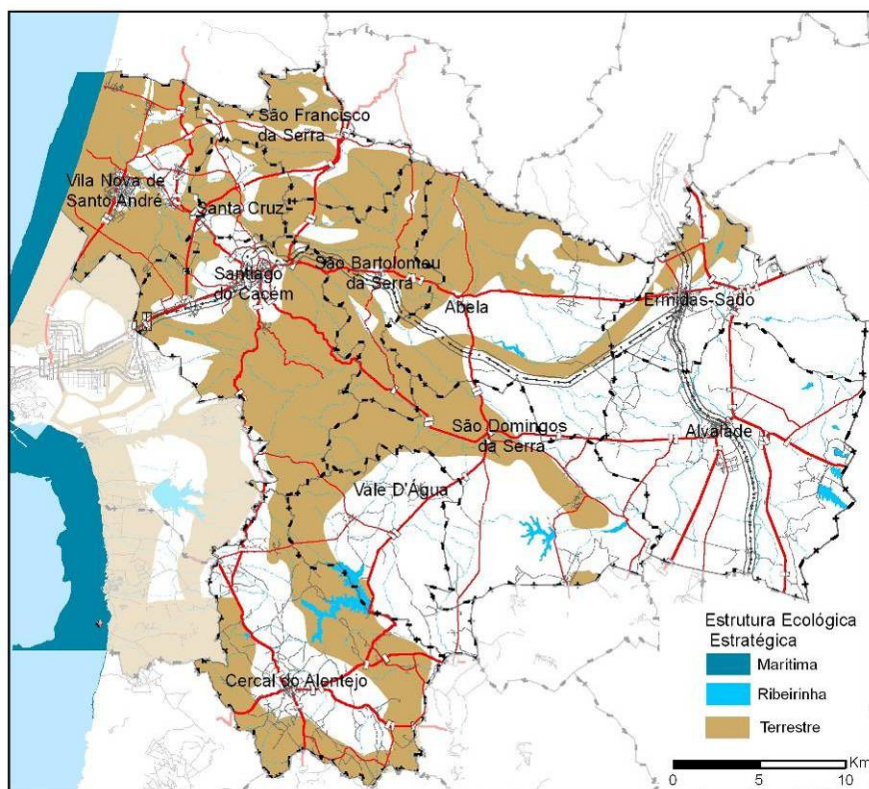
Os solos afetos à **Estrutura Ecológica Fundamental (EEF)** abrangem as áreas incluídas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, nos termos do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 28 de julho, designadamente da Reserva Agrícola Nacional (RAN), e da Reserva Ecológica Nacional (REN), a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSAS), e a Sítio de Importância Comunitária (SIC) Comporta-Galé e a Zona de Proteção Especial (ZPE) da Lagoa de Santo André. Importa esclarecer que a inclusão da RAN e da REN na EEF deste concelho foi feita por respeito à letra da Lei consubstanciada nos já referidos diplomas legais; no entanto, não pode deixar de ser aqui reiterado o facto de haver parco consenso entre os planeadores quanto à pertinência ambiental e justificação científica de tais reservas, tal como se pode verificar através da abundante literatura da especialidade que polemiza o tema.



**Figura 38 – Estrutura Ecológica Fundamental**

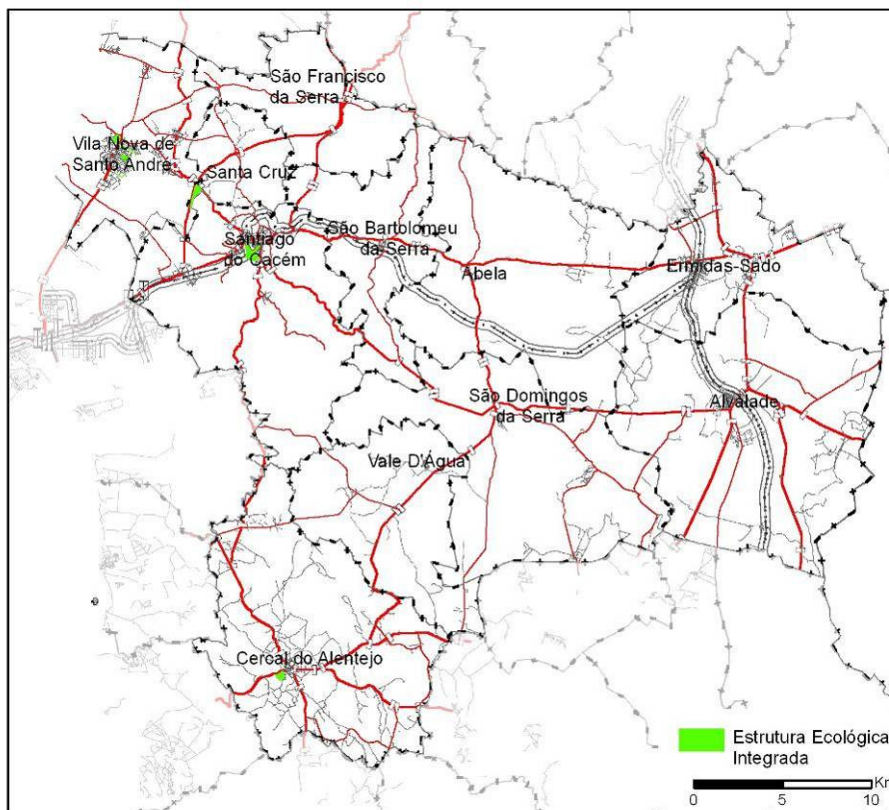
A afetação de solo à **Estrutura Ecológica Estratégica (EEE)** foi alvitrada por iniciativa da equipa autora deste plano com a finalidade de estimular a intervenção autárquica e particular no aproveitamento sustentável dos ecossistemas locais. Contempla segmentos do território municipal submetidos a usos predominantemente agrossilvo-pastoris, seleccionados de molde a constituírem seis corredores ecológicos destinados à conservação proactiva dos valores ambientais e à integração do planeamento florestal no ordenamento do território: Faixa Costeira e Reservas de Santo André e Sancha, Montado do Cercal do Alentejo e Grândola, Diagonal do Alentejo I, Diagonal do Alentejo II (Caldeirão), Transversal da Corona, Transversal de S. Francisco da Serra;





**Figura 39 – Estrutura Ecológica Estratégica**

A **Estrutura Ecológica Integrada (EEI)**, também resultante do alvitre da equipa autora do plano, será composta pelos espaços verdes em perímetros urbanos, bem como por estruturas de integração paisagística acessórias a definir em sede de Plano de Urbanização ou de Pormenor. Não recebe interpretação cartográfica à escala usada em PDM.



**Figura 40 – Estrutura Ecológica Integrada**

## 8.2 - REGIME DE EDIFICABILIDADE

Em todos os solos incluídos na Estrutura Ecológica Fundamental aplicar-se-ão os respetivos regimes de proteção específicos que condicionam a sua utilização, designadamente os previstos no foro da RAN, da REN, e do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha. De igual modo são aplicadas as normas de gestão do solo previstas no Plano sectorial da Rede Natura 2000 no que se refere às ZPE e SIC.

Logo que não contradigam a legislação em vigor, e sem prejuízo do regime aplicável às categorias funcionais em que se integra, nos solos que constituem a Estrutura Ecológica Estratégica serão ainda permitidos usos compatíveis com a preservação e manutenção dos sistemas ecológicos, a conservação e a alteração de edificações existentes licenciadas ou

legalizadas ou as novas edificações para a utilização cultural, de recreio, associada à educação e sensibilização ambiental ou a modos de mobilidade suaves.



## 9. REDE VIÁRIA E FERROVIÁRIA

Para além da proteção às linhas ferroviárias existentes, o PDMSC propõe, na Planta de Ordenamento, a delimitação de dois espaços canais ferroviários (com 500m de largura total) – um vertical, ligando a Linha de Sines à Linha do Sul, a norte de Grândola, e outro horizontal, aproveitando parte do atual traçado da Linha de Sines, considerando uma ligação, que inclui túnel, variante à cidade de Santiago do Cacém, cabendo à REFER estudar ambas as alternativas.

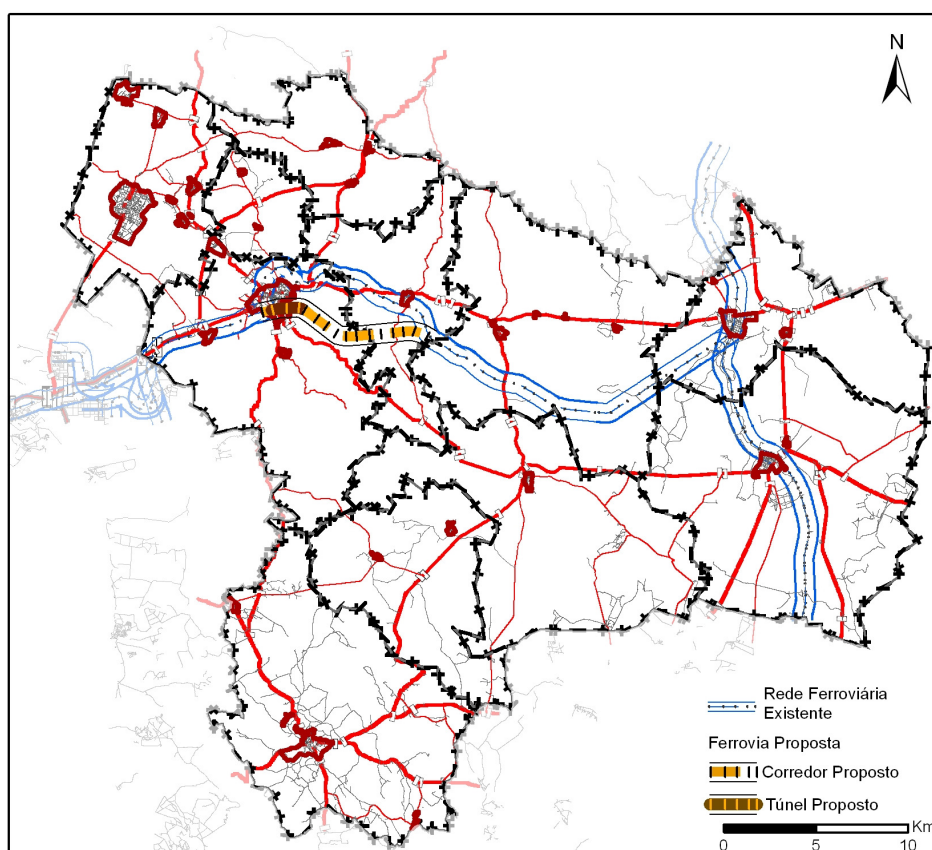


Figura 41 – Rede Ferroviária Proposta

No que respeita à rede rodoviária, a Revisão do PDM propõe a construção de vias alternativas em Santiago do Cacém, no Cercal do Alentejo e em Vila Nova de Santo André, para que o

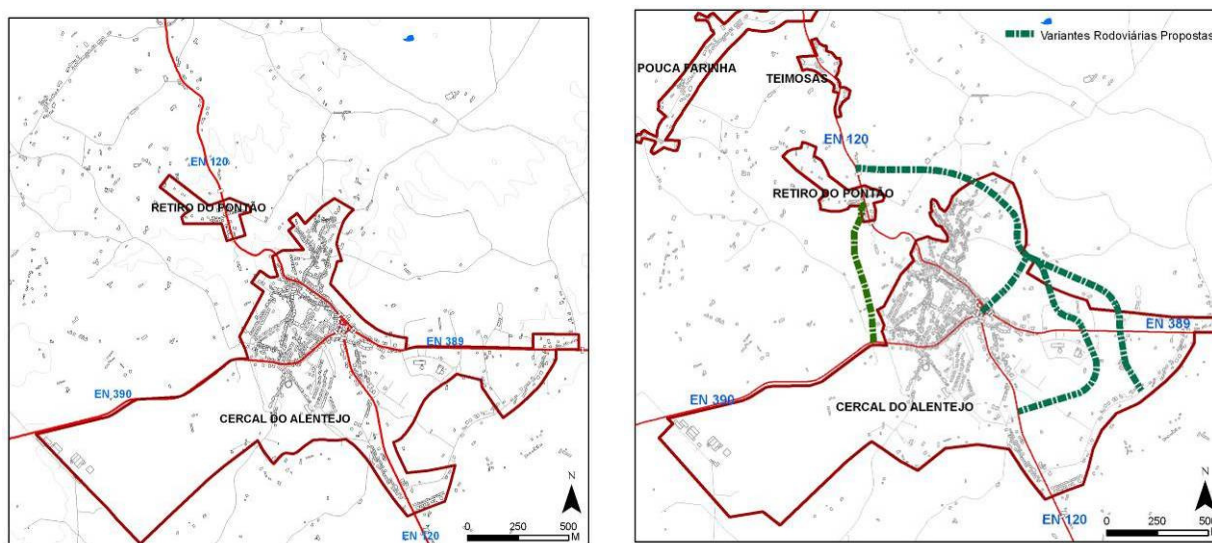
tráfego de atravessamento seja desviado do centro dos aglomerados, bem como a construção de uma nova ligação entre São Domingos e Vale de Água e o melhoramento do perfil transversal da via municipal que liga Abela a Grândola. Para uma melhor acessibilidade e mobilidade propõe-se o reperfilamento/construção de Alamedas entre as três cidades do Trevo. Assim, prevê-se:

1. Remodelação do esquema viário do Plano de Urbanização de **Santiago do Cacém** de modo a conseguir:
  - Uma variante (circular – sul) a Santiago do Cacém, com cerca de 6,5 km (ver Planta da Rede Viária e Ferroviária), procurando assegurar características geométricas em planta e perfil longitudinal adequadas a uma circular urbana (raios em planta maiores do que 200 m e inclinações longitudinais inferiores a 7%), e respeitando a área de proteção de Miróbriga;
  - Ligações internas e readaptação face à nova solução ferroviária.
  - Melhoramento da via dos Escatelares (conceito de “Estrúa”<sup>22</sup>)
2. Remodelação do esquema viário no **Cercal do Alentejo** através da construção de variantes: reserva-se um corredor a norte, dois corredores possíveis a Leste e um corredor a sudoeste, conforme se pode ver na Planta de Ordenamento e na Planta da Rede Rodoviária e Ferroviária – que permita desviar o fluxo do trânsito de passagem (sobretudo de veículos pesados) da rede local; propõe-se ainda a criação de uma ampla avenida, a este, de acesso ao Centro da Vila associada a bolsas de estacionamento estrategicamente localizadas; por fim prevê-se a necessidade de, a longo prazo, se desenvolver uma variante parcial a sudoeste do Cercal do Alentejo, a partir do Retiro do Pontão ligando o início da EN 390 até à ZIL do Cercal do Alentejo, permitindo ao tráfego circundar a vila em direção à costa.

---

<sup>22</sup> Via concebida de forma a funcionar como estrada e como rua.

3. Criação de uma ligação adequada de Santo André ao IP8, ao Hospital Regional e a Santiago do Cacém (através da ER 261), conforme se pode ver na Planta da Rede Rodoviária e Ferroviária. Reserva-se um corredor a Leste, com uma variante ligeiramente mais a Sul para atravessamento do vale.



**Figura 42 – Rede viária no Cercal do Alentejo – existente e prevista**

4. No interior da Cidade de Santo André propõe-se a continuação da Rua da Lusofonia até à Rua dos Caniços, completando-se assim a estrutura viária interna da cidade, melhorando as acessibilidades e o atravessamento.
5. Recriação de uma alameda-canal que, associada a sistemas de retenção pluvial estrategicamente localizados, permita eliminar o problema das cheias e valorizar o espaço urbano de Abela (ver Estudo Específico Anexo ao Relatório - Abela).
6. Ligação viária para encurtar distâncias entre São Domingos e Vale de Água (alternativas a avaliar – a médio prazo)
7. Melhoramento da Estrada junto a Campilhas (alternativas a estudar – a longo prazo)

8. Reperfilamento das vias com introdução de pontões para criar passagens pedonais e corredores ecológicos, em passagem inferior, por forma a garantir o contínuo natural.
9. Melhoramento do Eixo Santiago – Abela – Ermidas – Ferreira do Alentejo
10. Melhoramento do perfil transversal da via municipal de ligação entre Abela e o limite sul do Concelho de Grândola
11. Desclassificação da ER120, no troço entre Santiago do Cacém – Sonega, transformando a via numa estrada florestal (caminhos vicinais).

## 10. SANEAMENTO E ABASTECIMENTO

Apresenta-se, seguidamente, a fase de Proposta de Plano preliminar no que respeita às infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais. Esta fase foi antecedida pelas fases de avaliação do PDM de 1993 e de caracterização e diagnóstico dos sistemas.

Na elaboração deste capítulo, para além das reuniões com os técnicos do município, foram consideradas as observações efetuadas aos relatórios anteriores e os seguintes estudos:

- **Programa Base das Infraestruturas de Saneamento Básico**, elaborado em 1989, pela Oficina de Arquitetura, Lda.;
- **Plano Municipal de Ambiente**, volumes 7, 11, 12 e 13, elaborado em 1999, pela FCT da UNL;
- **Avaliação de Sistemas de Adução e Distribuição Pública de Água**, Relatório Ano 2006, elaborado pela Divisão de Ambiente e Saneamento Básico, da C. M. de Santiago do Cacém;
- **Programa de avaliação técnica das ETAR** do município de Santiago do Cacém elaborado em 2007, pela Divisão de Ambiente e Saneamento Básico, da C.M. de Santiago do Cacém;
- **Resultados das análises laboratoriais** à água das captações subterrâneas de 2001 a 2006;
- **Documento de Enquadramento Estratégico** do “Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, SPPIAA”

### 10.1 - SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Dada a multiplicidade de sistemas e o elevado número de captações, algumas delas com problemas de produtividade e/ou de qualidade, o município aderiu ao sistema plurimunicipal, SPPIAA, subscrevendo, em 2009, o DEE apresentado pela AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA que consubstancia as soluções técnicas a implementar no âmbito daquela parceria pública.

Este sistema plurimunicipal passará a servir quase todo o município porque se abastecerão os aglomerados com mais de 100 habitantes, as sedes de freguesia e os lugares com mais de 50 habitantes que distem menos de 500 m das adutoras.

O abastecimento será assegurado através dos Sistemas “Santa Clara Poente” e “Alentejo Litoral Sul”. O primeiro terá origem na albufeira de Santa Clara e servirá o concelho de Odemira e uma pequena parte dos concelhos de Santiago do Cacém e Ourique, conforme se representa no Desenho 1.8 dos estudos de conceção geral do SPPIAA. O segundo sistema será abastecido a partir do sistema de abastecimento de água, de saneamento e resíduos sólidos de Santo André e servirá a quase totalidade do concelho de Santiago do Cacém e uma parte dos concelhos de Odemira e Grândola, conforme se representa no Desenho 1.9 do SPPIAA.

Nos estudos de conceção geral deste sistema público estão suficientemente descritas as infraestruturas a construir e a beneficiar pelo que se considerou desnecessária a sua repetição no presente relatório.

Atendendo à adesão do município de Santiago do Cacém ao plurimunicipal, salienta-se ser urgente dar andamento à revisão do tarifário dos serviços de abastecimento de água e de águas residuais do concelho, pois que os encargos com a aquisição da água irão ser muito superiores aos atuais. Até à presente data, a maior parte da água captada e vendida pelo município tem origem em captações municipais, apenas 6% da água é adquirida em Alta à empresa Águas de Santo André. Quando o sistema plurimunicipal entrar em funcionamento, o montante a pagar pelo município passará a ser significativo, decorrente de uma tarifa da ordem dos 0,66 €/m<sup>3</sup>.

Para além do tarifário em alta, acresce o facto das perdas, comerciais e físicas, serem da ordem dos 40 %, o que, a manterem-se, levará a que só 60% da água comprada em Alta seja vendida e paga pelo consumidor.

## **10.2 - INTERVENÇÕES NAS REDES DE DRENAGEM**

As intervenções nas ETAR deverão ser realizadas em simultâneo com as intervenções nas redes de drenagem pois que, em rigor, são um só sistema.

Conforme se constatou na fase de avaliação das infraestruturas, muitas das redes de drenagem recebem esgotos industriais que são responsáveis por elevadas concentrações em CQO, CBO<sub>5</sub> e nutrientes nos efluentes às ETAR. Estas concentrações, muito acima das domésticas, motivam o mau funcionamento das estações.

Tendo, a autarquia, o objetivo de reabilitar as ETAR existentes ou, mesmo, de construir novas estações, haverá que estabelecer as intervenções em função das cargas afluentes.

Neste sentido, haverá que regulamentar as descargas industriais nas redes, impondo-lhes limites ou, nalguns casos, impedindo a sua ligação. Neste contexto, uma ação de fundo constituirá na revisão do Regulamento Municipal, para que este estabeleça as condições de ligação.

Associada a esta regulamentação, estará o levantamento das unidades industriais existentes nos perímetros urbanos e que estejam ligadas às redes ou às ETAR municipais. Com base neste levantamento, para cada uma delas deverão ser estabelecidos os pré-tratamentos a construir antes da ligação.

### **10.2.1 - INTERVENÇÕES NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS**

#### **A – FREGUESIA DE ABELA**

##### A.1 – Abela

O tratamento das águas residuais desta localidade será integrado no Sistema Plurimunicipal.

Está prevista uma alteração da rede de drenagem, de modo a reduzir as inundações frequentes, com a retificação dos cursos de água e localização de bacias de retenção e infiltração.



Revisão do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém

---

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO – junho de 2015



### A.2 – Cova do Gato, Arealão e Outeiro do Lobo

São três lugares de pequena dimensão servidos por fossas sépticas. Para o seu tratamento propõe-se que sejam construídos sistemas de lagunagem ou, caso não exista terreno disponível, sistemas de biodiscos complementados com lagoas de macrófitas.

A título indicativo, para um sistema de lagunagem constituído por duas lagoas facultativas seguidas de uma de maturação, há que prever uma área da ordem de 30 m<sup>2</sup> por habitante (espaço envolvente e arruamentos incluídos). Para estas três localidades, as áreas necessárias serão, respetivamente, de 2.000, 4.000 e 2.400 m<sup>2</sup>.

Para sistemas de macrófitas poderão considerar-se 2/3 das áreas indicadas e para sistemas de biodiscos, metade.

Por razões de segurança e para manter as construções afastadas das ETAR, recomenda-se que não seja permitida a construção de habitações nas áreas envolventes.

## **B – FREGUESIA DE ALVALADE**

### B.1 – Alvalade

O tratamento das águas residuais da localidade de Alvalade será da responsabilidade do Sistema Plurimunicipal. Está prevista uma nova ETAR para substituir a existente.

### B.2 – Alvalade e Mimosa

Recomenda-se que para a nova ETAR de Alvalade sejam também encaminhados os esgotos de uma parte baixa da localidade de Alvalade (100 habitantes) e da localidade da Mimosa, que são hoje tratados por fossas sépticas.

Em seu lugar serão construídas estações elevatórias e as necessárias condutas.

## C – FREGUESIA DO CERCAL DO ALENTEJO

### C.1 – Cercal do Alentejo

A ETAR existente será substituída por uma nova pelo processo de lamas ativadas que será da responsabilidade do Sistema Plurimunicipal.

Propõe-se que para esta estação sejam conduzidas todas as águas residuais de lugares vizinhos servidos por fossas, como sejam: Retiro do Pontão; Tanque Velho e Rua Teófilo Braga. Para o efeito, as fossas serão substituídas por estações elevatórias.

### C.2 – Sonega

A ETAR que serve o lugar de Sonega, é constituída por uma lagoa anaeróbia e uma facultativa. Embora servindo apenas cerca de 200 habitantes, a CQO à entrada é elevada, o que leva a supor a presença de efluentes industriais que urge despistar e impor-lhes o pré-tratamento, antes da ligação à rede.

Para melhorar a qualidade do efluente final, propõe-se a construção de mais duas lagoas em série, uma de maturação e uma de macrófitas. Há, também, que reabilitar as duas lagoas existentes, substituindo ou reparando as telas.

### C.3 – Pouca Farinha

Este lugar é servido por uma ETAR compacta, projetada para  $60 \text{ m}^3 \text{ d}^{-1}$ , que recebe cerca de metade daquele caudal.

A qualidade do efluente é má, mas também é carente de operação e manutenção que ajuste periodicamente a recirculação e a descarga de lamas.

Há que verificar se existem descargas industriais diretas na rede e estabelecer um programa de exploração adequado. Se, mesmo assim, o efluente final for deficiente, deverá construir-se uma lagoa de afinação, após o secundário.

## **D – FREGUESIA DE ERMIDAS-SADO**

### D.1 – Ermidas-Sado

É servida por um sistema de percoladores de baixa carga que se encontra muito deteriorado. Será substituído por uma nova ETAR integrada no Sistema Plurimunicipal.

### D.2 – Ermidas Aldeia

As águas residuais são encaminhadas para uma ETAR de lagunagem constituída por uma lagoa anaeróbia e uma facultativa, ambas sem telas de impermeabilização e em más condições.

Propõe-se a sua substituição por um novo sistema de lagunagem. Confirmando-se a existência de pecuárias com efluentes encaminhados para a rede, será vantajoso que a primeira lagoa seja anaeróbia, seguida de uma facultativa e de uma de maturação (com ou sem macrófitas). Caso a nova ETAR tenha habitações vizinhas, o que não é recomendável, a primeira lagoa deverá ser arejada e a segunda, de sedimentação. Deverá ser reservada uma área de cerca de 1,1 ha, para os 330 habitantes a servir.

### D.3 – Vale da Eira e Faleiros

São dois lugares com, respetivamente, 80 e 110 habitantes, hoje servidos por fossas sépticas. Propõe-se complementá-las com lagoas de macrófitas para afinação do efluente. As lamas digeridas, quando extraídas, deverão ser encaminhadas aos leitos de secagem construídos pela autarquia para o efeito. Em alternativa poderão ser encaminhados para uma unidade de desidratação mecânica a construir e que irá servir todas as ETAR geridas pelo município, que não tenham órgãos próprios de desidratação.

## **E – FREGUESIA DE SANTA CRUZ**

### E.1 – Santa Cruz

As águas residuais são hoje encaminhadas para uma fossa que serve 100 habitantes. Propõe-se que esta seja complementada com uma lagoa facultativa seguida de uma terciária.

### E.2 – *Ademas de Santa Cruz*

Este aglomerado com, aproximadamente, 190 habitantes irá ser servido por duas ETAR compactas, uma já licenciada e outra em fase de licenciamento.

Há que construir junto a cada uma, um silo de lamas para armazenamento das lamas em excesso que serão depois descarregadas noutras ETAR de lamas ativadas com unidades de secagem de lamas, ou na unidade central de desidratação que se propõe construir.

## **F – FREGUESIA DE SANTIAGO DO CACÉM**

### F.1 – *Santiago do Cacém*

O tratamento das águas residuais será integrado no Sistema Plurimunicipal. Para tal, será construído um emissário para ligação do ponto final da rede, ao emissário do aterro industrial e, desta forma, à ETAR de Ribeira de Moinhos.

Para o emissário de Santiago do Cacém deverão também ser conduzidos os efluentes dos Bairros da Formiga e do Paraíso, cada um com cerca de 150 habitantes, para substituição das suas fossas por estações elevatórias e condutas inerentes.

### F.2 – *Aldeia de Chãos*

Com cerca de 290 habitantes, é servida por um sistema de lagunagem constituído por uma lagoa anaeróbia e uma facultativa. O efluente final apresenta excesso de azoto, possivelmente derivado de descargas de pecuárias ou indústrias agroalimentares.

Há que efetuar o levantamento das unidades industriais, impor-lhes o pré-tratamento, e ampliar a ETAR com os processos de desnitrificação (tanque anóxico) e de afinação (lagoa de maturação ou de macrófitas). Em alternativa, poderá impedir-se a ligação dos esgotos industriais à rede, o que implicará a construção de uma ETAR industrial, que poderá vir a inviabilizar a indústria.

### F.3 – Relvas Verdes

A atual fossa séptica deverá ser substituída por uma lagunagem para a qual se deverá reservar uma área de 7.000 m<sup>2</sup>. A população a servir é da ordem dos 240 habitantes. Não havendo área, ter-se-á que optar pelo processo de lamas ativadas em arejamento prolongado ou pelo de biodiscos. As lamas serão conduzidas a um silo e posteriormente encaminhadas para a desidratação centralizada.

## **G – FREGUESIA DE S. BARTOLOMEU DA SERRA**

O aglomerado de S. Bartolomeu da Serra é hoje servido por uma lagunagem e uma fossa. A lagunagem terá que ser ampliada. A ampliação dependerá do tipo de esgotos afluentes, isto é, se apenas domésticos ou, também, com a presença de esgotos industriais.

A fossa será substituída por uma estação elevatória para condução das águas residuais à ETAR do Sistema.

## **H – FREGUESIA DE S. DOMINGOS**

### H.1 – S. Domingos

A sua ETAR será integrada no Sistema Plurimunicipal que assumirá a sua remodelação.

### H.2 – Foros do Locário

Está em construção a rede de drenagem, não existindo ainda a ETAR. Propõe-se que o seu tratamento seja efetuado através de lagunagem.

## **I – FREGUESIA DE S. FRANCISCO DA SERRA**

### I.1 – S. Francisco da Serra

A estação de lagunagem serve 250 habitantes e é constituída por uma lagoa anaeróbia e uma facultativa. Terá que ser ampliada com uma lagoa terciária.

### I.2 – Cruz de João Mendes

A ETAR serve 200 habitantes, sendo constituída por duas lagoas, uma anaeróbia e outra facultativa.

O afluente apresenta níveis elevados de azoto que devem ser provenientes de pecuárias ou de indústrias agroalimentares, pelo que se deverá fazer o levantamento e caracterização dos pontos de descarga das indústrias.

A ETAR deverá ser reformulada em conformidade, criando-se uma zona anóxica se necessário, e construindo uma lagoa de afinação.

### I.3 – Vendas de Roncão

É uma povoação com 150 habitantes, servida por uma ETAR de lagunagem (anaeróbia seguida de facultativa).

As intervenções são semelhantes às de Cruz de João Mendes.

## **J – FREGUESIA DE VALE DE ÁGUA**

### J.1 – Vale d'Água

A estação existente que serve cerca de 370 habitantes no processo de lagunagem, será ampliada em conformidade com o tipo de esgotos afluentes, tendo em atenção que existem descargas de pecuárias.

### J.2 – Vale das Éguas

Foi construída uma ETAR compacta para servir este aglomerado e o loteamento do Fonseca, da ordem dos 115 habitantes.

Propõe-se que para esta estação sejam também conduzidos os esgotos do loteamento do Laginha, 40 habitantes, por substituição da fossa por uma estação elevatória.

### **10.2.2 - GRAU DE TRATAMENTO DAS ETAR MUNICIPAIS**

A maior parte das estações de tratamento de águas residuais domésticas que continuarão a ser geridas pelo Município, são sistemas de lagunagem constituídos por uma lagoa anaeróbia e uma facultativa.

Dada a má qualidade do efluente final, terão que ser ampliadas. Esta ampliação dependerá do tipo de esgotos afluentes, pelo que o Município deverá antes definir se os esgotos industriais serão tratados em estação própria ou, conjuntamente, com os esgotos domésticos.

Se a ETAR for receber apenas esgotos domésticos, a ampliação constituirá na construção de uma terceira lagoa que poderá ser de maturação, seguida de filtro de areia, ou de macrófitas em lagoa com brita e terra vegetal.

Se a ETAR receber também esgotos industriais, a ampliação poderá passar por uma segunda linha em paralelo, e a instalação dos processos de desnitrificação e de afinação. Eventualmente, a lagoa anaeróbia passará a arejada, criando-se uma zona de sedimentação na segunda lagoa.

Para além de sistemas de lagunagem, existem ainda no concelho fossas sépticas e estações compactas de arejamento prolongado.

As fossas serão substituídas, sempre que possível, por estações elevatórias que conduzam as águas residuais para redes de maior expressão dotadas de tratamento com maior eficiência. Num ou outro caso, pela sua pequena dimensão, poderão ser complementadas por uma lagoa de macrófitas.

Quanto às estações compactas, sugere-se a construção de um silo de lamas para armazenamento das lamas em excesso. Estas lamas em excesso, conjuntamente com lamas de outras estações, poderão ser desidratadas numa instalação central que sirva todo o concelho. Uma hipótese será a de construir esta unidade na área da atual ETAR de Santiago do Cacém, pois que esta irá ser colocada fora de serviço.

### **10.2.3 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ETAR**

Do levantamento das estações e da avaliação da qualidade do efluente final, concluiu-se que muitas delas estão obsoletas obrigando à sua substituição, e outras carecem de ser complementadas com operações adicionais, como a desnitrificação ou a afinação. Também a existência de descargas industriais nas redes municipais é responsável por disfunções, pois que o afluente à ETAR ultrapassa as concentrações de projeto.

Para além destas causas que são, sem dúvida, relevantes, há que salientar a falta de operação e manutenção.

As estações apresentam um estado de grande abandono, sem controlo periódico de funcionamento e sem as necessárias ações de operação e manutenção.

As intervenções que o Município tem em vista implementar nas ETAR, ao abrigo da revisão do PDM, só terão resultados positivos se forem acompanhadas da alteração de procedimentos quanto à sua exploração.

Assim, propõe-se que desde já se avancem com as seguintes ações:

- Formação de pessoal em operação e manutenção;
- Constituição de equipas de operadores;
- Constituição de equipas de mecânicos e eletricistas para manutenção das ETAR;
- Elaboração de um plano municipal para controlo, operação e manutenção das ETAR.



## 11. EQUIPAMENTOS

A proposta para a rede de equipamentos de utilização coletiva do concelho teve como base o estudo anteriormente realizado para a Caracterização e Diagnóstico da revisão do PDM onde foram avaliadas carências para as várias tipologias e outros documentos como: o Estudo Preliminar da Rede Social de Santiago do Cacém, a Carta Educativa, a Carta Social, os Planos de Pormenor de Brescos, da Costa de Santo André e do Centro Histórico de Santiago do Cacém, Plano de Urbanização de Santiago do Cacém, e finalmente as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

O Estudo Preliminar da Rede Social de Santiago do Cacém é o documento provisório que dará origem ao diagnóstico social atualizado. Este documento está a ser produzido pela Câmara Municipal e que, tendo como base, o estudo das carências de equipamentos e respostas sociais do concelho, tem como objetivo a definição de uma estratégia para a melhoria da rede social através da apresentação de soluções e oportunidades a este nível. Este documento contempla uma fase de auscultação da população – Diagnóstico participado – que permite perceber os problemas e dificuldades das comunidades, e ainda uma análise SWOT, onde são identificados os pontos fortes e oportunidades, os pontos fracos e as ameaças e ainda as oportunidades iminentes em cada freguesia a nível social.

A Carta Educativa é o instrumento de planeamento dos recursos educativos ao nível do território do município. No caso de Santiago esta carta escolar, elaborada pelo município, ainda não se encontra homologada.

Sobre este assunto, importa esclarecer que a Carta Educativa foi submetida e aprovada na Assembleia Municipal de 18 de julho de 2008 e foi remetida para a Direção Regional de Educação para homologação em 24 de julho de 2008.

A Carta Educativa embora considerada, pela Direção Regional de Educação como estando tecnicamente bem elaborada e estruturada e cumprindo todos os requisitos metodológicos,

não mereceu da mesma o Parecer favorável, porquanto a mesma não previa, expressamente, o encerramento dos estabelecimentos de Ensino do 1º Ciclo com menos de 21 alunos.

Tratando-se de uma posição política assumida pelo Município, a inexistência de aprovação formal não foi impeditiva de:

- a) Cumprir com as Atribuições e Competências do Município em matéria de Educação e Ensino;
- b) Que se efetuassem as obras de Conservação e Manutenção dos edifícios Escolares propriedade do Município;
- c) De acordar com a Administração Central a construção e constituição da Escola Básica Frei André da Veiga, em Santiago do Cacém e a Constituição da Escola Básica Prof. Arménio Lança, em Alvalade.

Mais se sublinha que apesar de não homologada a Carta, enquanto instrumento de Planeamento foi sempre considerada, internamente, nas decisões a tomar quanto ao desenho da Rede Escolar, bem como quanto as intervenções nos espaços físicos.

Em 2014 o Executivo Municipal que resultou das ultimas eleições autárquicas decidiu retomar o processo relativo à Carta Educativa tendo :

- a) Constituído a equipa interna;
- b) Solicitado apoio técnico à atual Delegação Regional de Educação do Alentejo.

O Documento está, atualmente, em fase de redação do Texto Preliminar a submeter a discussão com:

- a) Direção dos Agrupamentos de Escolas.
- b) Conselho Municipal de Educação.

Prevê-se a conclusão do processo com envio ao Ministério da Educação até julho de 2015.

A Carta Social, elaborada pelo GEP (Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social) é um “instrumento multiusos nos domínios da informação social, da preparação da tomada de decisão aos diversos níveis, e de apoio à cooperação institucional”<sup>23</sup>.

Na figura seguinte encontra-se a distribuição populacional, por freguesia, no concelho de Santiago do Cacém. Para a programação dos equipamentos é necessário ter em conta o número de habitantes e a sua distribuição geográfica para, desta forma, tendo em conta a população-base, propor a instalação dos equipamentos considerados em falta. A população-base, a pirâmide etária e a previsão do seu crescimento é o valor a partir do qual se justifica a criação de determinada rede de equipamento.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Definição de carta social - [http://www.cartasocial.pt/carta\\_social.php?img=7](http://www.cartasocial.pt/carta_social.php?img=7)

<sup>24</sup> Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos, DGOTDU, 2002.

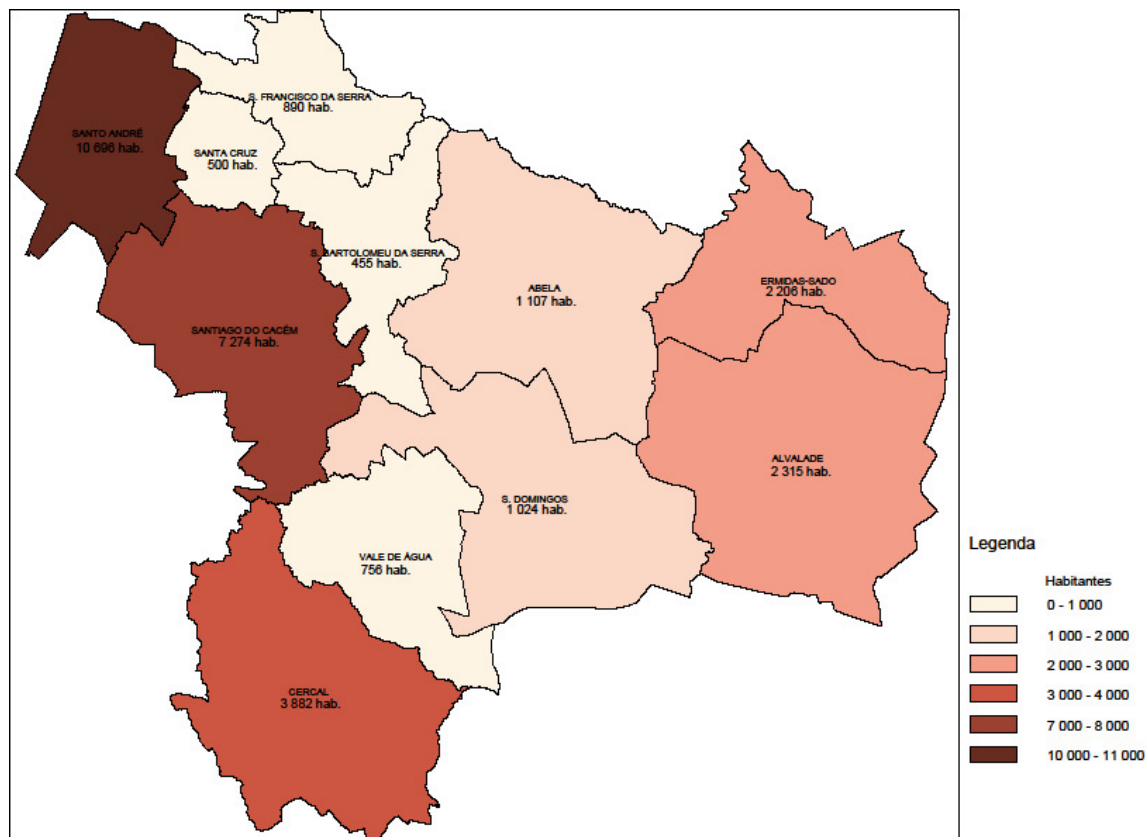
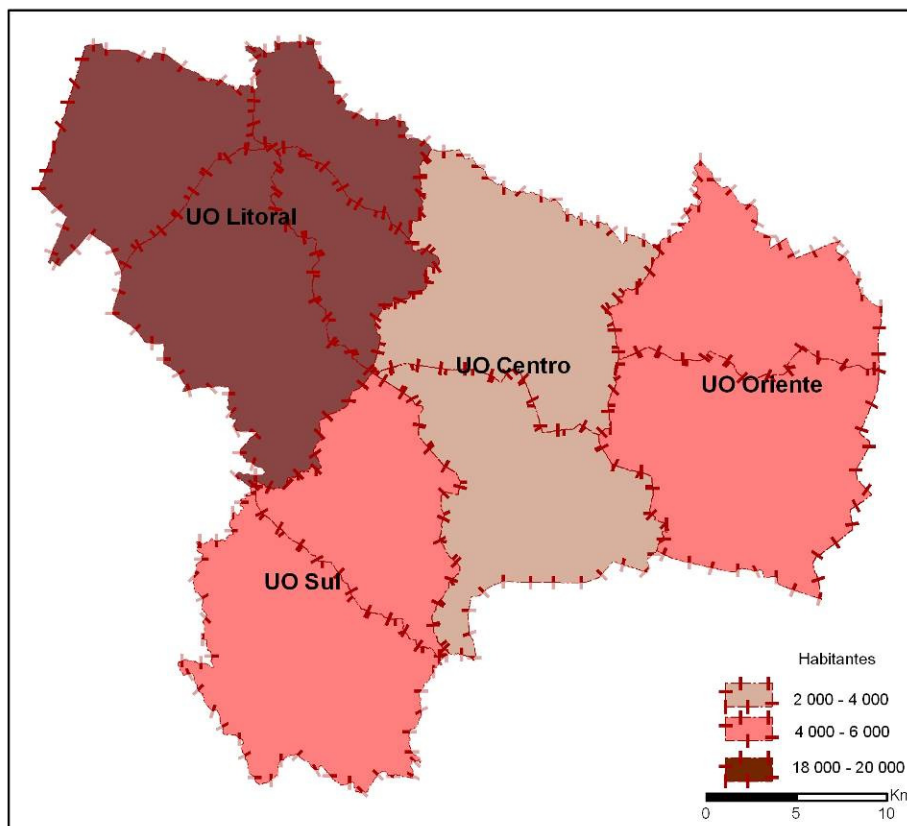


Figura 43 - Distribuição da População por freguesia



**Figura 44 – Distribuição da População por Unidade Orgânica**

Aglomerado	Freguesia	Área	População
Brescos	Santo André	44,55	176
Chaparral	Santo André	2,97	28
Rosais	Santo André	0,46	21
Cascalheira Grande	Santo André	1,18	21
Foros da Queimada	Santo André	1,48	21
Monte da Neta	Santo André	0,54	21
Foros da Quinta	Santo André	7,14	77
Foros da Estrada	Santo André	0,93	26
Judia	Santo André	4,62	117
Galiza	Santo André	4,12	47
Fonte da Quinta	Santo André	1,46	26
Olheiros - Capela	Santo André	4,99	164
Bacelos	Santo André	3,30	66
Giz	Santo André	19,70	85
Laricha	Santo André	0,61	26
Azinhal	Santo André	2,36	46
Foros do Cabeço	Santo André	1,06	49
Badoca	Santo André	5,19	58
Aldeia de Santo André	Santo André	19,74	203
Tojal - Ribeira da Badoca	Santo André	0,64	21
V. N. Santo André	Santo André	305,70	8745
Deixa-o-Resto	Santo André	34,27	285
Costa de Santo André	Santo André	28,09	137
Foros da Palhota	S. Francisco da Serra	2,38	26
Tanganheira	S. Francisco da Serra	0,55	9
Valinho	S. Francisco da Serra	1,48	18
S. Francisco da Serra	S. Francisco da Serra	16,34	207
Cruz de João Mendes	S. Francisco da Serra	15,10	172
Roncão	S. Francisco da Serra	11,19	124
Ademas	Santa Cruz	4,03	22
Espanha	Santa Cruz	3,43	21
Parral	Santa Cruz	4,71	61
Ademas de Santa Cruz	Santa Cruz	2,88	39
Santa Cruz	Santa Cruz	4,43	86
Barranco da Altura	Santa Cruz	1,81	12
Almarjões	Santiago do Cacém	1,52	37
Aldeia de Chãos	Santiago do Cacém	24,47	280
Santiago do Cacém	Santiago do Cacém	225,80	5240
Seles	Santiago do Cacém	5,04	103
Vale Verde	Santiago do Cacém	1,24	19
Ortiga	Santiago do Cacém	1,55	25
Relvas Verdes	Santiago do Cacém	19,45	231
Dompel de Baixo	Santiago do Cacém	0,59	17

**RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO – junho de 2015**

Dompel	Santiago do Cacém	4,64	97
Quereiras	Santiago do Cacém	4,15	54
Vergeira	Santiago do Cacém	3,85	91
Areia	Santiago do Cacém	1,34	34
Pomar Grande	Santiago do Cacém	1,38	19
Escatelares	Santiago do Cacém	12,45	160
Outeiro da Moita	S. Bartolomeu da Serra	2,15	12
S. Bartolomeu da Serra	S. Bartolomeu da Serra	25,25	247
Abela	Abela	25,49	488
Outeiro do Lobo	Abela	6,72	80
Cova do Gato	Abela	3,53	63
Monte Novo	Abela	2,13	15
Arealão	Abela	5,71	131
Vale da Eira	Ermidas-Sado	7,99	57
Faleiros	Ermidas-Sado	2,53	1405
Ermidas-Sado	Ermidas-Sado	132,00	1678
Ermidas Aldeia	Ermidas-Sado	15,14	314
Ameira	Alvalade	1,35	14
Quinta da Mimosa	Alvalade	7,54	178
Alvalade	Alvalade	75,54	2002
Daroeira	Alvalade	3,64	14
Foros do Locário	São Domingos	24,20	42
Foros da Casa Nova	São Domingos	20,36	140
S. Domingos	São Domingos	21,57	497
Foros do Corujo	Vale de Água	2,01	36
Vale das Éguas	Vale de Água	11,56	63
Vale de Água	Vale de Água	16,61	318
Vale de Manhãs	Cercal do Alentejo	2,22	13
Sonoga	Cercal do Alentejo	12,27	191
Catifarras	Cercal do Alentejo	5,31	43
Portela do Salgadinho	Cercal do Alentejo	3,52	28
Toca do Mocho	Cercal do Alentejo	3,58	32
Cercal do Alentejo	Cercal do Alentejo	140,00	1959
Portelinha	Cercal do Alentejo	1,67	46
Aldeia do Cano	Cercal do Alentejo	8,50	91
Espadanal	Cercal do Alentejo	0,78	15
Pontão	Cercal do Alentejo	7,18	82
Boavista	Cercal do Alentejo	2,43	26
Teimosas	Cercal do Alentejo	3,16	26
Pouca Farinha	Cercal do Alentejo	14,66	126

**Quadro 22 – Área e População por aglomerado (CENSUS 2001)**

De seguida são apresentadas as propostas para as seguintes tipologias de equipamentos: desportivos, educativos, de saúde, de segurança pública, de solidariedade e segurança social, de administração pública, cultura, recreio e lazer.

**11.1 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS**

Propõe-se, na freguesia de Santo André, a instalação de mais um campo de grandes jogos, uma pista de atletismo e um pavilhão polidesportivo, pois na avaliação de carências tinha sido identificada a falta destes equipamentos. Estes equipamentos desportivos podem ser concretizados através da implementação do Plano de Pormenor da Costa de Santo André, que propõe a instalação de um Complexo Desportivo com campo de jogos, pista de atletismo de 400 m de nível regional (classe C) com a possibilidade da instalação de bancadas, um pavilhão polidesportivo, com 5.355 m<sup>2</sup>. Contudo estes equipamentos só se justificam e terão viabilidade caso se concretizem como empreendimentos turísticos privados na Costa de Santo André.

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	FREGUESIAS																			
	Santiago do Cacém		Santo André		Santa Cruz		São Bartolomeu		São Francisco		Alvalade		Ermidas-Sado		Abela		São Domingos		Vale D'Água	
	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P
Parque Desportivo Municipal/Complexo desportivo	1		1	1									1							1
Campo Municipal Relvado	1																			
Campo de Jogos Grande	4		1	1	1				1		3		2		1		1		1	2
Pista de Atletismo		1																		
Campo de Jogos Pequeno	3	1	8				1				2		2		1		1			2
Pavilhão desportivo	3		3								1		1							1
Sala de Desporto	2		6						1	2							1			
Piscina Coberta											1									1
Piscina Descoberta		1	1																	
Circuito de Manutenção			1																	
Campo de Tiro													1		1					
Campo de Ténis	1		1																	
Picadeiro			1																	
Ringue de patinagem		1																		
Skate Parque			1																	

E – Equipamentos Existentes atualmente.

P – Equipamentos Propostos,

Com localização definida

Sem localização definida

Existentes



**Quadro 23 - Equipamentos desportivos existentes e propostos por tipologia e por freguesia**

A necessidade, na freguesia de Santo André, de um campo municipal relvado, identificada anteriormente na Caracterização e Diagnóstico, atualmente já está colmatada com a existência deste no Complexo Desportivo de Vila Nova de Santo André. Propõe-se ainda na freguesia de Santo André a instalação de um campo de grandes jogos em Brescos, com 11.478 m<sup>2</sup> (como proposto no Plano de Pormenor de Brescos), e alguns campos de pequenos jogos disseminados no tecido urbano de Vila Nova de Santo André. As restantes propostas para equipamentos desportivos (picadeiro e piscina coberta) no PP da Costa de Santo André só serão consideradas caso haja empreendimentos turísticos privados.

Para a freguesia de Santiago do Cacém propõe-se a construção de uma Pista de Atletismo, tal como estabelecido no Plano de Urbanização de Santiago do Cacém, visto que não existe oferta deste equipamento em Santiago do Cacém. Contudo é um equipamento previsto para muito longo prazo. Relativamente a salas de desporto, da avaliação de carências concluiu-se que a unidade de vizinhança de Santiago do Cacém carece de uma, a localizar na freguesia de São Francisco, que a nível da prática de desporto apenas oferece um campo de jogos ao ar livre. O Plano de Pormenor do Centro Histórico propõe a recuperação do ringue de patinagem, atualmente ao abandono (e cedido por direito de superfície aos Bombeiros de Santiago) e propõe-se ainda a instalação de um campo de pequenos jogos com bancadas que permita a realização de espetáculos, como preconizado pelas normas para a programação de equipamentos da DGOTDU.

Propõe-se a instalação de uma piscina ao ar livre, na freguesia de Santiago do Cacém ou Santo André (maior concentração de população), que permita a realização de espetáculos ou competições, pois a população concelhia, aproximadamente de 31.000 habitantes justificam a existência deste equipamento.

Da avaliação de carências concluiu-se que, para a freguesia do Cercal do Alentejo, se justifica a instalação de um Complexo Desportivo, que sirva também as freguesias de São Domingos e Vale de Água. Sugere-se que este Complexo tenha um campo de jogos polivalente, circuito de manutenção e sala de desporto. Propõe-se ainda outro Complexo Desportivo na freguesia de Ermidas-Sado que sirva também Alvalade, visto que a distância entre os dois aglomerados é de

apenas, aproximadamente 13 km. Um processo de deslocação favorável, em transporte coletivo, para os frequentadores seria benéfico.

Relativamente às restantes freguesias do concelho propõe-se a instalação de uma sala de desporto em São Domingos que sirva esta freguesia e a de Vale de Água, proposta que advém da avaliação de carências, visto que nenhuma destas freguesias tem equipamentos que possibilitem a prática desportiva em espaços cobertos.

As prioridades de alguns equipamentos poderão ser reavaliadas em estudos intermunicipais.

### **11.2 - EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS**

As propostas para os equipamentos educativos tiveram como base as propostas apresentadas na Carta Educativa (2009) e a avaliação do nível de carências efetuado na Caracterização e Diagnóstico da revisão do PDM.

De acordo com a avaliação de carências realizada na Caracterização e Diagnóstico, concluiu-se que existia um défice ao nível dos jardins de infância nas freguesias de São Domingos, Cercal do Alentejo, Alvalade, Santo André e Santiago do Cacém e ao nível do ensino básico do 1º ciclo nas freguesias de Santiago do Cacém, Santo André e Alvalade. Contudo estas carências foram já colmatadas com a constituição de mais uma sala do Pré-Escolar em Alvalade (2010/2011), Cercal do Alentejo (2011/2012) e 2 salas em Vila Nova de Santo André (2009/2010 e 2010/2011). Atualmente em Santiago do Cacém, com a construção da Escola Básica Integrada Frei André da Veiga (1º, 2º e 3º ciclo) com jardim de infância encontram-se colmatadas as carências ao nível do pré-escolar (pois este edifício apresenta 4 salas para o pré-escolar<sup>25</sup>), identificadas aquando da realização do levantamento para a caracterização e Diagnóstico. Não foram identificadas carências nos restantes níveis de ensino. Sendo assim as propostas para os equipamentos educativos são as do Quadro seguinte:

---

<sup>25</sup> E para além destas 4 salas existem mais duas, uma na EB1 das Relvas Verdes e outra na EB1 de Aldeia dos Chãos.

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS		FREGUESIAS																					
		Santiago do Cacém		Santo André		Santa Cruz		São Bartolomeu		São Francisco		Alvalade		Ermidas-Sado		Abela		São Domingos		Vale D'Água		Cercal do Alentejo	
		E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P
EDUCATIVOS	Estabelecimentos de educação pré-escolar itinerante									1													
	Jardim de infância	3 (6 salas)		5								2		2		1		1	1			1	
	Escola Básica 1/ Jardim de infância	2		4				1				1				1		1		1		1	
	Escola Básica 1	1		2		1				2				1		2						2	
	Escola Básica 2+3			1								1										1	
	Escola básica integrada (1, 2 e 3º)	1										1											1
	Escola Secundária com 3º ciclo	1		1																			
	Escola Técnico Profissional	1											1		1								1
	Universidade		1	1																			
	Centro de Formação/recursos educativos			1																			

E – Equipamentos Existentes atualmente.

Com localização definida

Sem localização definida

P – Equipamentos Propostos.

Existentes

Localizações alternativas

#### Quadro 24 - Equipamentos educativos existentes e propostos por tipologia e por freguesia

Da análise do Quadro conclui-se que se propõe a este nível a construção de um jardim de infância em São Domingos. Esta proposta depende da evolução da população escolar. Contudo, não implica novas construções, mas a reconversão de uma das atuais salas de 1º ciclo<sup>26</sup>).

Para colmatar as carências ao nível do ensino pré-escolar e ensino básico do 1º ciclo propõe-se, à semelhança do que já se fez em Alvalade, que no Cercal do Alentejo, se adapte e amplie a EB 2+3 para que esta possa incluir o 1º ciclo (Escola Básica Integrada – 1,º 2º e 3º ciclo) e jardim de infância<sup>27</sup>. Este equipamento encontra-se em fase de projeto interno.

<sup>26</sup> Proposta apresentada na Carta Educativa

<sup>27</sup> Proposta apresentada na Carta Educativa

A Carta Educativa propõe para a freguesia da Abela a junção, num só estabelecimento, do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, que atualmente funcionam em separado. Esta medida depende da variação da população escolar.

O 3º ciclo está maioritariamente, neste concelho, assegurado pelas Escolas Secundárias existentes (Santo André e Santiago), pelo que não se realizam propostas para este nível de ensino.

No Plano de Pormenor de Brescos, ao nível do ensino técnico profissional, consta uma proposta para a implementação de uma Escola Profissional de Hotelaria e Turismo em Brescos, freguesia de Santo André. Contudo verifica-se que o Instituto Piaget em Vila Nova de Santo André, já oferece resposta nesta área, pelo que a proposta do PP de Brescos não será contemplada neste novo PDM. Na fase de Caracterização e Diagnóstico, foi identificada como uma oportunidade o desenvolvimento do ensino técnico profissional no Cercal do Alentejo e Alvalade/Ermidas-Sado (articulação com as Escolas Secundárias e entidades empregadoras da região), pelo que se propõe a implementação de uma escola de ensino profissional no Cercal do Alentejo/Alvalade/Ermidas (possibilidade de instituir este nível de ensino nas Escolas secundárias existentes e na Escola Tecnológica do Alentejo Litoral).

Relativamente ao ensino superior, a única oferta deste nível no concelho é o Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Santo André, pelo que se propõe a implementação do ensino politécnico na cidade de Santiago do Cacém, como consta do Plano de Urbanização de Santiago do Cacém.

A carta escolar propõe ainda obras de melhoramento, beneficiação e remodelação, em todos os edifícios do 1º Ciclo e do Pré-Escolar em Funcionamento.

### **11.3 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE**

As propostas para os equipamentos de saúde tiveram como base a avaliação do nível de carências efetuado na Caracterização e Diagnóstico da revisão do PDM e a Análise SWOT do Estudo da Rede Social do concelho de Santiago do Cacém.

O Hospital do Litoral Alentejano, serve aproximadamente 100.000 habitantes dos concelhos de Santiago do Cacém, Sines, Grândola, Odemira e Alcácer do Sal, e traduz-se numa grande vantagem para o município devido à proximidade e aos vários serviços clínicos de que dispõe, contudo o mau acesso e a fraca acessibilidade em transporte coletivo prejudicam a rentabilidade do mesmo.

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS		FREGUESIAS																							
		Santiago do Cacém		Santo André		Santa Cruz		São Bartolomeu		São Francisco		Alvalade		Ermidas- Sado		Abela		São Domingos		Vale D'Água		Cercal do Alentejo			
		E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P				
SAÚDE	Hospital	1																							
	Centro de Saúde	1																							
	Extensão do centro de saúde			1							1	1		1		1					1				
	Farmácia	3		4							1	1			1	1					1				
	Equipa Técnica de Tratamento do Litoral Alentejano			1																					

E – Equipamentos Existentes atualmente.

■ Sem localização definida

P – Equipamentos Propostos,

■ Existentes

#### Quadro 25 - Equipamentos de saúde existentes e propostos por tipologia e por freguesia

Na avaliação da cobertura territorial (irradiação) dos equipamentos de saúde concluiu-se que a quase totalidade do território se encontra na isócrona dos 15 minutos do centro e/ou das extensões de saúde. Por isso e pela diminuição de população residente verificada nos Censos 2011, nesta freguesia, as propostas apresentadas nos PP's de Brescos e Costa de Santo André, da construção de Extensões do Centro de Saúde, não se justificam. Existem carências ao nível da assistência médica, na medida em que os recursos humanos especializados são insuficientes em todas as freguesias do Município, com exceção da freguesia do Cercal do Alentejo. Importa ainda reforçar a importância da manutenção das extensões de saúde nas localidades, devido à precariedade da rede de transportes coletivos para a deslocação a Santiago do Cacém ou a Santo André e a necessidade da valência de maternidade no Hospital do Litoral Alentejano.

A Rede Social de Santiago do Cacém apresenta como uma oportunidade o estabelecimento de um protocolo para abrir uma farmácia na freguesia de Abela. Segundo as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos da DGOTDU, a capitação mínima

para as Farmácias é de 4.000 habitantes. O concelho de Santiago do Cacém, tem 12 farmácias e 31.105 habitantes, o que se traduz numa capitação de 2.592 hab, contudo devido à fraca mobilidade interna da população e falta de transportes justifica-se esta proposta.

Integrada na carteira de serviços/programas da Unidade de Cuidados na Comunidade entrou em funcionamento em outubro de 2010, a Unidade Móvel de Saúde. Trata-se de um serviço de proximidade que tem como objetivo assegurar maior acessibilidade e melhor qualidade na prestação de cuidados de saúde primários às populações da sua área de influência. A natureza das atividades realizadas pela UMS é maioritariamente preventiva e de promoção da saúde. O seu funcionamento é assegurado segundo um protocolo de cooperação interinstitucional celebrado entre a ARS Alentejo, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém.

#### 11.4 - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

As propostas para os equipamentos de segurança pública tiveram como base a avaliação do nível de carências e a cobertura territorial efetuada na Caracterização e Diagnóstico da revisão do PDM e a Análise SWOT do Estudo da Rede Social do concelho de Santiago do Cacém.

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS		FREGUESIAS																							
		Santiago do Cacém		Santo André		Santa Cruz		São Bartolomeu		São Francisco		Alvalade		Ermidas- Sado		Abela		São Domingos		Vale D'Água		Cercal do Alentejo			
		E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P		
Segurança pública	Posto da Guarda Nacional Republicana			1								1		1			1						1		
	Bombeiros	1		1	1							1											1		
	Cruz Vermelha													1											
	Destacamento da Guarda Nacional Republicana	1																							
	Centro Coordenador de Protecção Civil	1																							
	Guarda-fiscal			1																					

E – Equipamentos Existentes atualmente.



Com localização definida



Sem localização definida

P – Equipamentos Propostos,



Existentes

**Quadro 26 - Equipamentos de segurança pública existentes e propostos por tipologia e por freguesia**

Na avaliação da cobertura territorial concluiu-se que existiam algumas carências nos equipamentos de segurança pública, como Quartéis de Bombeiros e postos da Guarda Nacional Republicana.

Como sugerido no Plano de Pormenor da Costa de Santo André propõe-se a instalação de um equipamento dos bombeiros e de um equipamento de “Forças de Segurança”, com localização possível no edifício da Guarda Fiscal que atualmente se encontra desocupado.

Relativamente a postos da Guarda Nacional Republicana, como se verifica no quadro anterior, propõe-se a instalação de um posto na Abela, visto que, a faixa central do concelho (Abela, São Domingos e Vale de Água) se encontra com uma menor cobertura de postos da GNR, ou seja, esta população está a mais de 10 km de um posto. Esta proposta está em conformidade com a sugestão da Rede Social de Santiago do Cacém.

### **11.5 - EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

Com base no estudo realizado na Caracterização e Diagnóstico da revisão do PDM e no Estudo da Rede Social do concelho de Santiago do Cacém são feitas as seguintes propostas para os equipamentos de solidariedade e segurança social (ver quadro seguinte).



EQUIPAMENTOS COLECTIVOS		FREGUESIAS																							
		Santiago do Cacém		Santo André		Santa Cruz		São Bartolomeu		São Francisco		Alvalade		Ermidas-Sado		Abela		São Domingos		Vale D'Água		Cercal do Alentejo			
		E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P		
Solidariedade e Segurança	Centro de Dia	2		1	1	1				1		1		1		1		1		1		3			
	Casa do Povo	1										1				1		1				1			
	Lar para idosos	2	1		1						1		1	1		1	1		1						
	Centro de Actividades de Tempos Livres	2	1		1	1					1		1		1								1		
	Creche	2	1	3	1							1	1	1					1				1		
	Lar residencial para pessoas com deficiência/ Ensino Especial	1			1																				
	Unidade de Cuidados Paliativos	1																							
	Unidade de Cuidados Continuados	1																							
	Centro de Alojamento Temporário		1																						
	Centro de Acolhimento Temporário		1	1																					
	Lar de crianças e jovens			1																					
	Centro de Atendimento a Toxicodependentes			1																					
	Segurança Social e Reinserção Social	1		1									1		1		1						1		

E – Equipamentos Existentes atualmente.

Com localização definida

Sem localização definida

P – Equipamentos Propostos,

Existentes

#### Quadro 27 - Equipamentos de solidariedade e segurança social existentes e propostos por tipologia e por freguesia

Propõe-se a instalação de um Centro de Dia, em Vila Nova de Santo André. Relativamente aos Centros de Dia propostos nos PP do Centro Histórico e de Brescos, não se justificam nesta altura. Contudo em Brescos existe uma Associação de Moradores cujas instalações poderiam responder a esta valência social, caso se justifique.

Relativamente a Lares de idosos, propõe-se um para Vila Nova de Santo André, e outro, referenciado no Plano de Pormenor de Brescos, que só será viável no âmbito de investimentos privados turísticos, tipo turismo sénior/Casa de Repouso. As carências identificadas a este nível, nas freguesias de Alvalade e São Domingos, encontrar-se-ão colmatadas se os projetos apresentados pelas casas do povo destas freguesias para a construção de lares de idosos, um

para cada sede de freguesia, forem efetivados<sup>28</sup>. O futuro lar de São Domingos deverá ter possibilidade de acolher a população idosa da freguesia de Vale de Água, visto que esta freguesia apresenta uma elevada percentagem de população idosa (33%).

A construção do futuro lar de idosos da Abela estará pronto em 2012, é uma obra da Casa do Povo da Abela, e terá capacidade para 32 utentes. A freguesia de São Bartolomeu da Serra não apresenta qualquer resposta social para a 3ª idade, pelo que se propõe, devido à proximidade territorial, que o lar de idosos e centro de dia da casa do povo da Abela possam colmatar as necessidades de São Bartolomeu da Serra a este nível.

A casa do povo do Cercal do Alentejo, está atualmente em remodelação, para que desta forma possa oferecer um serviço de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário. A análise SWOT da rede social apresenta como uma oportunidade a instalação de um lar na freguesia devido ao elevado número de idosos (991 habitantes com mais de 65 anos) e à falta de resposta na proximidade da vila.

Na análise SWOT é identificada a falta de mais um lar na freguesia de Santiago do Cacém, devido ao elevado número de idosos (1.535 habitantes com mais de 65 anos). Existem atualmente na freguesia 2 lares de idosos (1 lucrativo e 1 lar Social ambos da Santa Casa da Misericórdia), contudo devido ao aumento do número de idosos em lista de espera para obtenção de lugar num lar propõe-se a instalação de mais um lar na freguesia, que deverá servir também a população idosa de Santa Cruz, que devido à proximidade territorial não justifica a instalação de um lar em cada sede.

Em São Francisco existe a intenção de construção de um lar de idosos pelo Centro de Dia de São Francisco, justificado pela elevada percentagem de habitantes com mais de 65 anos, aproximadamente 33 % da população da freguesia. Será uma IPSS, já tem projeto de construção e protocolo de apoio financeiro por parte do Município, aguarda apenas oportunidade de candidatura/financiamento.

---

<sup>28</sup> A casa do Povo de Alvalade já tem o seu projeto de Lar aprovado e o início da sua construção será em 2012. Terá capacidade para 60 camas e é um projeto de intervenção transconcelhia Odemira, Ferreira do Alentejo e Aljustrel.

A taxa de cobertura de creches e amas no concelho de Santiago do Cacém é aproximadamente de 38%.<sup>29</sup> Relativamente aos equipamentos de solidariedade para a infância, creches e centros de atividades de tempos livres, são feitas as propostas que se justifiquem.

No concelho de Santiago existem atualmente sete creches em funcionamento da rede particular (IPSS) e uma da rede privada (lucrativo). Propõe-se a instalação de duas creches, uma em Vila Nova de Santo André e outra em Santiago do Cacém, prevista no PP do Centro Histórico, a localizar no edifício da Antiga Central Elétrica. A população atualmente existente nos aglomerados de Brescos e Costa de Santo André não justifica a instalação da creche proposta no PP de Brescos e Costa de Santo André, pelo que não se adotou, no PDM, esta proposta. A creche existente em Alvalade não dispõe de lugares disponíveis suficientes, de acordo com as necessidades da freguesia, pelo que se propõe a instalação de mais uma creche nesta freguesia. A freguesia do Cercal do Alentejo, não conta com nenhuma creche, no entanto apresenta bastante população infantil, pelo que se propõe a instalação de uma creche neste aglomerado. Na análise SWOT da rede social é identificado como um ponto forte a possibilidade da construção de uma creche que sirva as freguesias de São Domingos e Vale de Água.

Relativamente a Centros de Atividades de Tempos Livres (ATL), tendo como base a análise SWOT da rede social, verifica-se a carência desta tipologia nas seguintes freguesias: Alvalade, Cercal do Alentejo, Ermidas-Sado, São Francisco, Santiago do Cacém e Santo André. Em Santiago, tal como referenciado no Plano de Pormenor do Centro Histórico, propõe-se a instalação de um Centro de ATL na Antiga Central Elétrica, que funcione das 7h às 9h e das 17h30m às 20h (pois neste período não existem respostas sociais para crianças, como identificado na análise SWOT da rede social). A freguesia de Santo André é a que tem maior população infantil (menos de 15 anos) do concelho e apresenta apenas uma resposta para Centros de ATL, pelo que se propõe a instalação de mais um centro para desta forma colmatar as carências identificadas na Caracterização e Diagnóstico da revisão do PDM. Na análise

---

<sup>29</sup> Carta social – Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório de 2009 (Ministério do trabalho e da solidariedade social).

SWOT é identificada como oportunidade a criação de um Centro de ATL em São Francisco, reutilizando o espaço da antiga EB 1, contudo propõe-se que funcione apenas durante as férias escolares pois o número de crianças não justifica o funcionamento do equipamento todo o ano. As freguesias de Alvalade, Ermidas-Sado e Cercal do Alentejo, não contam atualmente com Centros de ATL. Tendo em conta o número de crianças e jovens existente, a avaliação de carências a este nível e a existência de infraestruturas, espaços e recursos humanos capacitados, propõe-se a instalação de um Centro de ATL em cada uma destas freguesias.

Na análise SWOT da rede social é identificada a necessidade da criação de um Centro de Alojamento Temporário e de um Centro de Acolhimento Temporário, na freguesia de Santiago do Cacém, de forma a dar resposta social para os sem-abrigo, passantes e para as crianças, respetivamente.

#### **11.6 - EQUIPAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Relativamente a equipamentos da Administração Pública apenas se propõe, tal como no Plano de Pormenor do Centro Histórico e no Plano de Urbanização de Santiago do Cacém, a reabilitação do Castelo de Santiago, com a realocação do cemitério, visto que atualmente este já se encontra totalmente sem capacidade. Desta forma poderá valorizar-se o Castelo como Monumento Nacional, utilizando-o para eventos culturais e tirando partido da sua localização privilegiada e enquadramento histórico. Pretende-se que o futuro cemitério sirva as freguesias de Santiago do Cacém e Santo André e que se localize entre as duas freguesias. A proposta é cobrir as campas existentes que passariam a funcionar como uma cripta, ficando disponível um largo recinto no nível superior, com um projeto de arquitetura exemplar.

#### **11.7 - EQUIPAMENTOS DE CULTURA, DE RECREIO E DE LAZER**

No Quadro seguinte é possível verificar os equipamentos culturais existentes e propostos.

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS		FREGUESIAS																							
		Santiago do Cacém		Santo André		Santa Cruz		São Bartolomeu		São Francisco		Alvalade		Ermidas- Sado		Abela		São Domingos		Vale D'Água		Cercal do Alentejo			
		E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P		
Culturais	Museus	3	2									1	1			1									
	Salas de Convívio	2		1								5	2			1		1					2		
	Salas Multiusos	2		3		2		1		3		1				2		2		2		5			
	Bibliotecas	1		1									1										1		
	Auditório	1		1																					
	Centro Cultural				1																				
	Postos de Turismo	2		2																		1			
	Arquivo Municipal	1																							
	Praça de Touros																					1			

E – Equipamentos Existentes atualmente.



Com localização definida



Sem localização definida

P – Equipamentos Propostos,



Existentes

#### Quadro 28 - Equipamentos culturais existentes e propostos por tipologia e por freguesia

Relativamente a museus, estão propostos dois pelo Plano Pormenor do Centro Histórico de Santiago do Cacém, o Museu dos Bombeiros e o Museu de Arte Sacra. O futuro Museu dos Bombeiros irá ser implantado no Antigo Quartel dos Bombeiros na Rua Dr. Francisco Beja da Costa, que atualmente se encontra devoluto, o promotor é a Associação de Bombeiros de Santiago e a sua viabilidade ainda se encontra em estudo. O Museu de Arte Sacra irá ser implantado no edifício devoluto do Hospital Velho de Santiago do Cacém, localizado na Praça Conde de Bracial, cujo promotor é a Diocese de Beja. O Plano de Pormenor do Centro Histórico pretende tornar esta praça e zona envolvente um pólo dinamizador e central do Centro Histórico de Santiago do Cacém.

Está já em curso a instalação de um Pólo arqueológico na Igreja da Misericórdia de Alvalade.

Dada a cobertura verificada para as bibliotecas propõe-se a instalação destes equipamentos nas sedes de freguesia do Cercal do Alentejo e Alvalade, tirando partido das salas multiusos/salas de convívio como possível localização.

Encontra-se em fase de projeto o novo Centro Cultural de Vila Nova de Santo André, que se irá situar na Rua do Porto Novo. Este Centro Cultural conta com: duas salas de espetáculos, com capacidades para 100 e 300 pessoas, salas de exposições e bar.

Relativamente a equipamentos de Recreio e Lazer propõe-se a constituição de uma área florestal de usos múltiplos a localizar entre as três cidade do Trevo – Santiago do Cacém, Vila Nova de Santo André e Sines, incluindo o corredor ecológico alentejano presente no PROTA. Pretende-se que este Parque Biofísico seja uma área de preservação e valorização económica dos recursos florestais, paisagísticos e da biodiversidade e que integre o espaço do Badoca Safari Park e da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha. Este parque poderia permitir: a ampliação do Badoca Safari Park; oferecer um espaço turístico de observação da natureza; um espaço pedagógico para educação de crianças; um espaço para atividades veterinárias especializadas para animais selvagens.

## 12. RISCOS

A preocupação dada à temática dos riscos naturais e tecnológicos está refletida nos objetivos estratégicos da proposta do PDM de Santiago do Cacém, designadamente, no OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 – Prevenir situações de riscos naturais e tecnológicos – que está, por sua vez, em estreita relação com o OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 – Potenciar o uso e utilização sustentável dos espaços rurais e recursos naturais – particularmente no que se refere aos recursos água, ar e solo.

À luz deste objetivos estratégicos foram identificadas as áreas expostas a riscos naturais e tecnológicos e propostas ações e medidas de mitigação, enquadradas por objetivos estratégicos, e que incluem ações a desenvolver pela Câmara Municipal mas também pelos agentes privados, para além das disposições regulamentares.

### 12.1 - RISCOS NATURAIS

#### 12.1.1 - Cheias e Inundações Urbanas

As orientações estratégicas para esta componente de risco apontam a necessidade de prever medidas específicas para os aglomerados mais expostos a riscos de cheia ou de inundação no âmbito da proposta de ordenamento e do programa de execução e financiamento

No âmbito da proposta estes aspetos tiveram um conjunto de respostas a vários níveis. No caso da Abela, onde o risco apresenta maior magnitude, as propostas do Plano centram-se simultaneamente na prevenção dos picos de cheia através do correto ordenamento das sub-bacias hidrográficas a montante incluindo também uma proposta de intervenção no perímetro urbano do aglomerado. No que se refere à prevenção das cheias, a proposta de PDM classifica as sub-bacias hidrográficas a montante da Abela na categoria dos Espaços de Uso Múltiplo Agro-Silvo-Pastoril, cuja regulamentação visa a melhoria do coberto florestal autóctone com o objetivo de minimizar, a longo prazo, os picos de cheia neste aglomerado reduzindo assim a

suscetibilidade a esses fenómenos, assim como aos processos de erosão a montante e assoreamento a jusante que lhe são conexos.

No que toca à remediação local o PDM prevê a elaboração de Planos de Urbanização para os aglomerados de Abela e Alvalade do Sado onde será obrigatoriamente abordado e desenvolvido a mitigação deste risco.

As orientações propostas para o planeamento da UOPG do Cercal do Alentejo incluem a redefinição do seu Perímetro Urbano que permitirá resolver definitivamente o risco de inundação no Largo dos Caeiros. Este estudo deverá ser integrado na elaboração do Plano de Urbanização do Cercal do Alentejo.

#### ***12.1.2 - Inundação por Maremoto (Tsunami)***

Resultou do diagnóstico para esta componente a orientação de enquadrar as áreas expostas ao risco de tsunami, da Costa de Santo e Brescos, numa Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) para a qual deverão ser previstos critérios e objetivos gerais que enquadrem a revisão dos respetivos Planos de Pormenor em vigor.

Estes critérios e objetivos abrangem, entre outros:

- a reconfiguração do perímetro urbano afastando-o das áreas de risco de inundação por Tsunami,
- a salvaguarda de habitats protegidos pela Rede Natura 2000
- a realocação da área urbana para Este afastando-a da orla costeira.

Estes dois objetivos são relevantes para a componente dos riscos naturais na medida que permitem reduzir de forma direta a exposição das populações e, na medida em que salvaguardam os habitats dunares da orla costeira, aumentam a resiliência do cordão dunar e asseguram a estabilidade da linha costeira a longo prazo.



Em termos regulamentares, a título de disposições transitórias até que estejam aprovadas as alterações ao PP da Costa de Santo André, ficam interditos quaisquer novos licenciamentos nas áreas ameaçadas por Tsunami, independentemente da classificação do solo.

#### **12.1.3 - Sismos**

O conhecimento da suscetibilidade e vulnerabilidade sísmicas para o concelho de Santiago é, neste momento, ainda insuficiente para que se possa produzir um microzonamento deste risco. Assim, é proposta do PDM, a elaboração de uma estratégia de intervenção nos perímetros urbanos, assente num estudo mais detalhado das características geotécnicas, com vista a minimizar a vulnerabilidade sísmica. Assim, é apontada como ação prioritária na componente de riscos naturais e tecnológicos do Plano de Execução e Financiamento a “Elaboração da Carta geotécnica do Concelho e microzonamento do risco sísmico”.

#### **12.1.4 - Movimentos de Massa em Vertentes**

Esta componente de risco está estreitamente relacionada com a anterior uma vez que beneficiaria também de informação mais detalhada que permitisse estabelecer prioridades de intervenção nas áreas de maior risco.

Os métodos e a escala de análise a que esta classificação foi elaborada seguem a metodologia da Reserva Ecológica Nacional (REN), tal como indicado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). No entanto, nesta matéria em particular o conhecimento de proximidade do Serviço Municipal de Proteção Civil é fundamental na validação dos resultados e no estabelecimento de prioridades de intervenção. Posto isto, das áreas de instabilidade de vertentes assinaladas na planta de riscos e na Planta de Condicionantes apenas o talude no acesso rodoviário a Santiago do Cacém junto à estação ferroviária exige que se mantenha a monitorização das medidas de minimização já implementadas pela Câmara Municipal.

#### ***12.1.5 - Erosão Costeira: Destruição de Praias e Sistemas Dunares***

A minimização deste risco incorpora a salvaguarda dos habitats naturais da orla costeira, e intervenções de restauro nas áreas onde se verificam processos de degradação ecológica – como é o caso das dunas a Norte da Lagoa de Santo André, de forma a assegurar a sustentabilidade e resiliência do coberto vegetal e dos serviços de suporte e estabilização do cordão dunar por eles assegurados.

No desenvolvimento do Plano de Pormenor da Costa de Santo André deverá ser tida em conta a reabilitação de áreas degradadas do ponto de vista biofísico, designadamente, na faixa dunar segundo técnicas de engenharia natural, que conciliem as funções estruturais com os objetivos de conservação da natureza. Devendo a edificabilidade prevista localizar-se em faixas mais recuadas em relação ao mar devendo ainda articular-se com os objetivos para o Risco de Inundação por Tsunami.

A regulamentação com vista a minimizar a erosão costeira visa assegurar a manutenção do bom estado de conservação dos habitats e a redução dos impactes do pisoteio sobre a vegetação decorrentes da circulação e estacionamento de viaturas e pessoas. Sendo certo que tal objetivo vem ao encontro do espírito que animou o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, e que esta área protegida se estende pela quase totalidade do território litoral do concelho, remeteram-se os solos nessas localizações para o estatuto de “Espaços Naturais”, categoria de uso cujas condicionantes previstas em regulamento do PDM concedem máxima prioridade à salvaguarda dos solos litorais e dos ecossistemas que os estabilizam.

#### ***12.1.6 - Incêndios Florestais e Erosão Hídrica dos Solos***

São recomendações estratégicas para estas componentes a elaboração de uma estratégia para a gestão silvícola na faixa da Serra com vista a promover a recuperação e salvaguarda da floresta autóctone, a preservação do recurso solo e o incremento da pedogénese, a redução do risco de incêndio e a manutenção das funções ecológicas do habitat e corredor, atendendo aos potenciais impactes das alterações climáticas sobre estes espaços. Tais desideratos são, no

que concerne especificamente ao risco de fogo em espaço rural, competência do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PIMDFCI) em vigor desde 2009 e quadrienalmente renovado, motivo pelo qual este PDM submete a gestão dos maciços arbustivos e arbóreos em espaços rústicos às diretrizes daquele plano.

A regulamentação prevista para os Espaços de Uso Múltiplo Agro-Silvo-Pastoril visa a proteção das explorações agroflorestais face à competição por usos mais rentáveis (como, sobretudo, os loteamentos para urbanização) mas é incapaz de, por si só, garantir as condições de viabilidade económica das explorações. Por seu turno, urge proceder à reflorestação dos solos que se encontram em processo acelerado de erosão, sobretudo nas vertentes mais declivosas de territórios ardidos e devolutos. Por este motivo, a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) deverá integrar no seu plano de execução e financiamento a rearborização das áreas florestais degradadas inseridas na Estrutura Ecológica Municipal. Tais iniciativas deverão ser protagonizadas pelo Gabinete Técnico Florestal do concelho, ao qual compete também a recuperação de áreas ardidas — incidentalmente coincidentes com os troços mais erodidos do território.

## **12.2 - RISCOS TECNOLÓGICOS OU MISTOS**

### **12.2.1 - Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas**

No diagnóstico foi assinalado o transporte rodoviário de matérias perigosas nas vias EN 120, EN 120-1, EN 121, EN 261-3, EN 262, EN 289, EN 390, ER261, IC1, IC33 e IP8, o que levou a considerar este risco nos aglomerados urbanos de Santiago do Cacém, Sonega, Cercal do Alentejo, Ermidas do Sado, Alvalade e Mimosa.

Em sede da proposta foram previstos corredores e traçados para variantes rodoviárias nos aglomerados onde este risco se verifica com maior gravidade, designadamente Cercal do Alentejo e Santiago do Cacém. Estes investimentos deverão ser desenvolvidos em sede de elaboração ou revisão de Planos de Urbanização e no planeamento da UOPG.

Os corredores alternativos para as variantes rodoviárias aos perímetros urbanos referidos estão indicadas nas Plantas de Riscos e da Rede Viária.

#### **12.2.2 - Acidentes Oleodutos e Gasodutos**

Fica interdita a edificação de novas habitações a uma distância inferior a 200 metros do gasoduto Sines-Aveiras;

Deverão ser estudadas soluções técnicas de mitigação do risco a que estão sujeitas as edificações existentes neste corredor, designadamente, através da criação de taludes de terra na envolvente à faixa de servidão do gasoduto;

#### **12.2.3 - Poluição Atmosférica Grave com Partículas e Gases**

Nesta matéria os dados disponíveis não permitem afirmar que existe qualquer situação de emergência que exija medidas em sede de PDM. A exposição da população à poluição atmosférica é um facto, no entanto, os níveis de poluição salvo situações pontuais não atingem níveis elevados, pelo que os efeitos na saúde pública apenas têm expressão a longo prazo. O estudo destes efeitos de longo prazo encontra-se devidamente enquadrado pelo programa GISA que, neste momento, ainda não produziu a informação suficiente para que se considere a adoção de medidas de mitigação em sede de planeamento do território.

#### **12.2.4 - Acidentes que Envolvam Substâncias Perigosas (Diretiva Seveso II)**

Este domínio é da competência do Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para Riscos Químicos Graves em Sines - Plano de Emergência Externo da Zona Industrial. As competências municipais neste domínio centram-se no Serviço Municipal de Proteção Civil, ao qual compete planear as ações de socorro e proteção civil em caso de acidente e informar a população relativamente ao comportamento a adotar em situações de emergência. Nos dados consultados na versão preliminar do referido plano não se assinalam situações de emergência face a este risco mas apenas suscetibilidade reduzida nas cidades de Santo André e Santiago

do Cacém cujas populações podem, nos casos mais graves de acidente industrial como seja a ocorrência de nuvens tóxicas, vir a sofrer danos menores (irritação ocular ou cutânea).

#### **12.2.5 - Degradação e Contaminação de Aquíferos**

A regulamentação específica para as áreas de recarga, direta e indireta, do aquífero de Sines alicerçam-se no conhecimento atualmente disponível sobre este sistema aquífero e nos princípios consagrados na Lei da Água Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro<sup>30</sup>, designadamente, os princípios da precaução, da prevenção e da correção.

Esta regulamentação deverá ser revista aquando da aprovação do Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica, adaptando-se às suas disposições regulamentares e programáticas.

Entretanto, nas Áreas de Recarga Direta do Aquífero Profundo (RDAP) assinaladas na planta de Riscos aplica-se a seguinte regulamentação:

Nos espaços assinalados como Área de Recarga Direta do Aquífero Profundo podem ser interditas ou condicionadas as seguintes atividades e instalações quando se demonstrem suscetíveis de provocarem a poluição das águas subterrâneas:

- Unidades industriais suscetíveis de gerar impactes sobre a qualidade das águas subterrâneas;
- Depósitos de sucata;
- Usos agrícolas e pecuários intensivos;
- Aplicação de pesticidas móveis e persistentes na água ou que possam formar substâncias tóxicas, persistentes ou bioacumuláveis;
- Fossas de esgoto;

---

<sup>30</sup> Artigo 3.º, e) **Princípio da precaução**, nos termos do qual as medidas destinadas a evitar o impacto negativo de uma ação sobre o ambiente devem ser adotadas, mesmo na ausência de certeza científica da existência de uma relação causa-efeito entre eles; f) **Princípio da prevenção**, por força do qual as ações com efeitos negativos no ambiente devem ser consideradas de forma antecipada por forma a eliminar as próprias causas de alteração do ambiente ou reduzir os seus impactes quando tal não seja possível; g) **Princípio da correção**, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente e da imposição ao emissor poluente de medidas de correção e recuperação e dos respetivos custos;

- Depósitos de materiais radioativos, de hidrocarbonetos e de resíduos perigosos;
- Postos de abastecimento e áreas de serviço de combustíveis;
- Transporte de hidrocarbonetos, de materiais radioativos ou de outras substâncias perigosas;
- Canalizações de produtos tóxicos;
- Lixeiras e aterros sanitários.

O licenciamento destas atividades pela câmara municipal fica dependente da adoção pelo proponente do conjunto de boas práticas para desenvolvimento da atividade e das orientações técnicas definidas pela ARH, com vista à mitigação dos riscos de contaminação das águas subterrâneas.

Para além destas atividades ficam interditas as práticas de espalhamento de lamas provenientes de suiniculturas ou ETAR. As habitações isoladas ou dispersas, existentes ou a criar, sobre as Áreas de Recarga Direta do Aquífero Profundo, cujos efluentes não possam ser encaminhados para a ETAR devem assegurar um tratamento mínimo de nível secundário através de sistemas de tratamento autónomos, designadamente, fito-ETAR ou outras soluções que impeçam a infiltração de efluentes não tratados.

Nas áreas de recarga direta e indireta foram detetadas um conjunto de atividades, indicadas na tabela seguinte, que representam risco de contaminação e que devem, como tal ser objeto de fiscalização e acompanhamento por parte da autarquia. Esta fiscalização e acompanhamento deverão ser desenvolvidos numa abordagem proactiva, envolvendo os atores na implementação da estratégia preconizada pelo Plano Regional de Gestão Integrada dos Efluentes, que desenvolve a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI).

Focos de Risco	RDAP (nº)	RIAP (nº)	TOTAL (RDAP+RIAP)
Descargas de ETAR	4	1	5
Lixeiras/Sucateiras	5	1	6
Suinculturas (SAGRAN)	8	5	13
Suinculturas (DASB)	17	16	33
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>23</b>	<b>57</b>

Quadro 29 – Focos de Risco

Regulamentação específica da prática de **Espalhamento de lamas e chorumes provenientes de explorações pecuárias:**

1. A prática do espalhamento de lamas e chorumes provenientes de pecuárias está sujeita ao cumprimento das orientações de boas práticas agrícolas e deverá ser integrada na estratégia de reflorestação de áreas florestais degradadas.
2. É interdito o espalhamento de chorumes provenientes de explorações pecuárias nas seguintes situações:
  - a) Em toda a área de Recarga Direta do Aquífero Profundo (RDAP);
  - b) Nas Áreas de Maior Suscetibilidade à Contaminação de Águas Superficiais (SCAS);
  - c) A uma distância inferior a 100 m de habitações isoladas ou a menos de 200 m de perímetros urbanos ou zonas de utilização pública;
  - d) A uma distância inferior a 50 m de poços e furos utilizados exclusivamente para rega, sendo a distância mínima de 100 m a captações de água para consumo, que não tenham perímetro de proteção definido;

#### **12.2.6 - Degradação e Contaminação de Águas Superficiais**

Do diagnóstico resultou uma delimitação das Áreas de Maior Suscetibilidade à Contaminação de Águas Superficiais (SCAS). Estas compreendem a envolvente às linhas de água mas também declives acentuados e compridos onde a escorrência superficial de águas pluviais tem capacidade para arrastar contaminantes para as linhas de água. Nestas áreas assinaladas como Área de Recarga Direta do Aquífero Profundo podem ser interditas ou condicionadas o

conjunto de atividades e instalações que se demonstrem suscetíveis de provocar a poluição das águas superficiais.

Fica desde logo interdito o espalhamento de lamas e chorumes das suiniculturas e ETAR.

No âmbito da Estrutura Ecológica Municipal, nos corredores ribeirinhos assinalados na planta da Estrutura Ecológica Municipal, prevê-se um programa municipal de incentivo ao restauro e conservação das galerias ripícolas com vista à valorização das suas funções ecológicas. Entre o conjunto de funções ecológicas da vegetação ribeirinha inclui-se a depuração de contaminantes e de nutrientes provenientes da agricultura e pecuária, funções estas que têm relevância nesta componente de risco.

Como propostas mitigadoras de cada situação de risco, podem considerar-se os exemplos propostos no Caderno Técnico Prociv. nº 6 anexo2.



## 13. CARTOGRAFIA

### 13.1 - CARTOGRAFIA VETORIAL

	1/10 000	5/95 Atualizada
Identificação da entidade proprietária da cartografia	IGP/CIMAL	IGP/CIMAL
Identificação da entidade produtora e data de edição	Blom Portugal, junho de 2008	Blom Portugal, julho de 2010
Série cartográfica oficial a que pertence, se aplicável	Carta de Portugal à escala 1:10 000	não se aplica
Data e número de homologação e entidade responsável pela homologação, se aplicável	07/09/2011, nº 98, Instituto Geográfico Português	07/09/2011, nº 98, Instituto Geográfico Português
Sistema de referência, datum (quando aplicável) e projeção cartográfica	Hayford-Gauss, datum 73 e Datum Altimétrico Nacional (Cascais)	Hayford-Gauss, datum 73 e Datum Altimétrico Nacional (Cascais)
Exatidão posicional (MNT)	1.7 m altimetria 1.50m planimetria	---
% Erros temáticos	5%	(não definida)

#### Precisão Posicional Nominal das saídas gráficas (PPN):

**Escala 1:25.000 – PPN = 24,40m;**

*(para EPP = 1,5m; DPL = 0,001m/m; Dimensão área cartografada, segundo rolo da plotter = 0,974m)*

**Escala 1:100.000 (Planta de Enquadramento) – PPN = 97,41m;**

*(para EPP = 1,5m; DPL = 0,001m/m; Dimensão área cartografada, segundo rolo da plotter = 0,974m)*

### **13.2 - FOTOGRAFIA AÉREA**

#### **Ortofotos 10k**

**Escala** – 1:10 000;

**Nº das cartas** – 5051B; 5052; 5053; 5054; 5061; 5063; 5064; 5073B; 5074A; 5161; 5162; 5163B; 5164; 517; 518; 5191A; 5193A; 5262; 5264; 527; 528; 5291A; 5293ª; 5352; 5354; 5361; 5362; 5363; 5364A; 5371; 5372; 5442B; 5451; 5452A.

**Data** – 2004;

**Elipsoide** – Elipsoide de Hayford, projeção de Gauss em Datum73;

**Resolução espacial** – 0,5m.

#### **Ortofotos 2k (Homologados pelo IGP, Despacho de 30 janeiro 2012)**

**Escala** – 1:2 000;

**Nº das cartas** – 14191273; 14161226; 14161216; 14161206; 14161296; 14261226; 14261216; 14261206; 14261196; 14381265; 14381255; 14361216; 14361206; 14461216; 14461206; 14561226; 14561216; 14561206; 14561196; 14661196; 14651141; 14831230; 14801160; 14801150; 14800996; 14901200; 14901170; 14901160; 14901150; 15001170; 15001160; 15001150; 15051131; 15101170; 15101160; 15101150; 1512160; 15100928; 1510918; 15100908; 15261246; 15200928; 15200918; 15361246; 15300918; 15421225; 15501243; 15561020; 15711161; 15750881; 15961039; 162201150; 16201140; 16200969; 16301140; 16390107; 16390106; 16401155; 16601150; 16800986; 16851145; 16890104; 16890103; 17401170; 17401160; 17401150; 17501160; 17501150; 17501140; 17601150; 17601080; 17601070; 17701080; 17701070; 17791145; 17801090; 17801080; 17801070.



## Revisão do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém

### RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO – junho de 2015

---

**Data** – 2004;

**Elipsoide** – Elipsoide de Hayford, projeção de Gauss em Datum73;

**Resolução espacial** – 0,10m.

## 14. BIBLIOGRAFIA

---

### INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL:

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo;

Plano Municipal de Emergência (PME);

Plano Inter-Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sines e Santiago do Cacém (PIDFCI) – em vigor;

Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha (PORNLSAS).

AFLOPS — ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS, 2002. *Resultados do Projeto LIFE-Natureza “Rede Natura 2000 da Península de Setúbal/Sado”*. Dossier Especial – Expresso n.º 1567 de 9 de novembro de 2002, 34 pp.

AVALIAÇÃO DE SISTEMAS DE ADUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE ÁGUA, Relatório Ano 2006, elaborado pela Divisão de Ambiente e Saneamento Básico, da C. M. de Santiago do Cacém;

BLANCO CASTRO *et al.*, 1998. *Los bosques ibéricos*. Barcelona, Editorial Planeta, 597 pp.

BLONDEL, J., ARONSON, J., 1999. *Biology and Wildlife of the Mediterranean Region*. Oxford University Press, 350 pp.

CABRAL, M.T., FERREIRA, M.C., 1999. *Pragas dos montados*. Estação Florestal Nacional, 94 pp.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM - *Diagnóstico social do concelho de Santiago do Cacém no Âmbito da Rede Social, outubro 2003*

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM Município Santiago do Cacém, <[www.cm-santiagocacem.pt](http://www.cm-santiagocacem.pt)>

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, *Carta Educativa do Município de Santiago do Cacém*, Santiago do Cacém junho de 2008

COSTA LOBO, MANUEL, *Planeamento Regional e Urbano*. Lisboa: Universidade Aberta, 2003

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, *Plano de Pormenor de Brescos*, Santiago do Cacém, fevereiro 2008

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, *Plano de Pormenor da Costa de Santo André*, Santiago do Cacém, fevereiro de 2008

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA, *Plano de Urbanização de Santiago do Cacém*, Santiago do Cacém, março de 2008

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM *Estudos Prévios, Volume II, Nº 2 - Suporte Físico*, (Gabinete do Plano)

CAPELO, J., 1996. Origem e diferenciação das paisagens florestais do Baixo Alentejo, *Revista Florestal* 9 (3): 72-81.

CARDOSO, J.V.J. de Carvalho, 1965. *Os Solos em Portugal. Sua classificação, caracterização e génese. 1- A Sul do rio Tejo*. Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa, 309 pp.

COELHO, I.S., 1994. Economia do Montado. I. Gestão Patrimonial – Gestão Multifuncional. *Silva Lusitana* 2 (1): 69-83.

COELHO, I.S., 1994. Economia do Montado. II. Análise Económica de Três Montados de Sobre Alentejanos. *Silva Lusitana* 2 (2): 133-141.

COELHO, I.S., 1996. O Montado, a Economia e o Desenvolvimento do Alentejo. *Silva Lusitana* 4 (1): 39-48.

CONSELHO ENSINO SUPERIOR EMPRESA, 1996. *O Setor Florestal Português. Documento de Apoio ao Seminário do CESE*, Póvoa de Varzim, 490 pp.

COSTA, J.C., AGUIAR, C., CAPELO, J.H., LOUSÃ, M, NETO, C., 1998. Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea* 0: 5-56.

COSTA, J.C., ESPÍRITO-SANTO, M.D., LOUSÃ, M., 1994. The vegetation of Dunes of Southwest Portugal. *Silva Lusitana* 2 (1): 51-68.

CORK OAK AND CORK — EUROPEAN CONFERENCE ON CORK OAK AND CORK, 1997, Helena Pereira (editor), Lisboa, 512 pp.

DALY, C. (2006). *Guidelines for assessing the suitability of spatial climate data sets*. International Journal of Climatology, 26(6), 707–721.

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM NO ÂMBITO DA REDE SOCIAL (Documento Discutido e Aprovado em Plenário do Conselho Local de Ação Social - Clas Em 27 de outubro de 2003)

DIAS, M., 2002. Gestão de pequenas albufeiras para patos. Melhoria das condições de *habitat*. *Boletim ANSUB*, ano VII, n.º 1, pp. 10-12.

DÍAZ, M., PULIDO, F.J., 2002. *Diversidad Biológica, Manejo y Conservación de las Dehesas*. Comunicação apresentada ao “1.º Colóquio sobre a Flora e a Fauna dos Montados”, Grândola.

DIREÇÃO-GERAL DAS FLORESTAS, 2001. *Inventário Florestal Nacional – 3.ª Revisão (1995-1998)*. Portugal Continental. Direção-Geral das Florestas, Lisboa, 234 pp.

DIVISÃO DE INVENTÁRIO FLORESTAL E CARTOGRAFIA, 1985. *Distribuição da floresta em Portugal continental. Áreas florestais por concelhos*. Estudos e Informação nº297, Direção-Geral das Florestas, Lisboa, 67 pp.

DGOTDU - *Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos*, Lisboa, 2002

DOCUMENTO DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DO “Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, SPPIAA”

EUROPEAN COMMISSION/DGXI, 1996. *Interpretacion Manual of European Union Habitats (Version EUR 15)*. European Commission/DGXI, Bruxelles, 103 pp.

FEIO, M., 1991. *Clima e Agricultura*. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, 266 pp.

FERREIRA, AG., GONÇALVES, A.C., (eds.), 2001. *Plano Específico de Ordenamento Florestal para o Alentejo*. Universidade de Évora, Évora, 200 pp.

FONSECA, M.M.S.P.P., 1989. *A floresta e o uso do solo. Questões institucionais e legislativas*. Relatório de estágio do Curso de Engenheiro Silvicultor, Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 143 pp.

GOOVAERTS, P. (2000). *Geostatistical approaches for incorporating elevation into the spatial interpolation of rainfall*. Journal of Hydrology, 228, 113-129.

GOES, J.M., TENREIRO, P.M., 2001. *A Gestão do Montado de Sobro na Charneca de Ponte de Sor*. AFLOSOR — Associação de Produtores Florestais da Região de Ponte de Sor, Chamusca, 58 pp.

GRUPO DE TRABALHO DA REVISÃO DO PDM EM 11/12/2007, *Estudos Prévios para a Revisão do PDM de Santiago do Cacém*

HUNDECHA, Y. and BÁRDOSSY, A. (2005). *Trends in daily precipitation and temperature extremes across western Germany in the second half of the 20th century*. International Journal of Climatology, 25(9), 1189–1202.

*Indices of precipitation extremes in Southern Portugal – a geostatistical approach*, in «Natural Hazards and Earth System Sciences», R. Durão, M. J. Pereira, A. Soares (CERENA, Instituto Superior Técnico, Lisboa), A. C. Costa (ISEGI, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa), J. M. Côrte-Real (ICAAM, Universidade de Évora, Évora), <http://www.nat-hazards-earth-syst-sci.net/9/241/2009/nhess-9-241-2009.html>

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 1996. *Lista nacional de sítios (Continente) Diretiva Habitats (92/43/CEE). Proposta preliminar*. Lisboa, 224 p.

JULIÃO, Rui Pedro, et al., *Guia Metodológico para a Produção de Cartografia de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal*. Autoridade Nacional

de Proteção Civil, 2009, Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Instituto Geográfico Português ISBN: 978-989-96121-4-3.

KLÉMAN, H., ROCHE, Y., 1979. *L'Habitat Rural. Financer, Construire, Aménager*. Editions du Moniteur, Paris, 237 pp.

LOBO, M Costa, PARDAL, S.C., CORREIA, P.V.D., LOBO, M.S., 1996. *Normas Urbanísticas. Vol. I – Princípios e conceitos fundamentais*. 2.ª Edição, Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano/Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

LOURO, G., 1999. *Avaliação da aplicação de programas de apoio à floresta na região do Algarve*. Direção-Geral das Florestas, Lisboa, 27 pp.

LOURO, G., MARQUES, H., SALINAS, F., 2000. *Elementos de apoio à elaboração de projetos florestais*, Direção-Geral das Florestas, Lisboa, 123 pp.

MAOT (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território), 2001. Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Sado, Revisão 1 – Relatório Final, MAOT

MADEIRA, M., 1997. *Soils of Forestry Systems in Portugal. Strategies for their Rehabilitation and Sustainable Management*. Comunicação apresentada na Reunião de Especialistas em Reabilitação de Ecossistemas Florestais Degradados (Lisboa-Junho de 1997), 16 pp.

MONTOYA OLIVER, J.M., 1988. *Los alcornocales*. Servicio de Extensión Agrária. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, Madrid, 267 pp.

MOREIRA, I., SARAIVA, M.G., (coord.) 1999. *As galerias ribeirinhas na paisagem mediterrânica. Reconhecimento da bacia hidrográfica do Rio Sado*. ISA Press, Lisboa, 98 pp.

MONTEIRO, J. P.; CHAMBEL, A.; MARTINS, J. (2008) *conceptual and Numerical Flow Model of the Sines Aquifer System (Alentejo, South Portugal)*. International Groundwater Symposium. International Association of Hydraulic Engineering and Research (IAHR). Istanbul-Turkey. p.38 (abstract) and doc. elect. CD-Rom 9pp



NATIVIDADE, J.V., 1950. *Subericultura*. Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. Lisboa, 387 pp.

NATIVIDADE, J.V., 1952. *A floresta de sobro mediterrânea*. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, 17 pp.

NATIVIDADE, J.V., 1964. A nova silvicultura mediterrânica. *Agros* 47 (1-2): 45-53.

NETO, C., CAPELO, J., 1999. Guia da Excursão ao Sado e Costa da Galé. In *Livro de Resumos e Guia da Excursão do 2.º Encontro ALFA de Fitossociologia*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 33-154.

OLIVEIRA, C.S.; MOTA DE SÁ, F.; FERREIRA, M. A. (2010) *Urban seismic risk: Land use planning in Portimão City, Portugal*. Proceedings, 14th European Conference on Earthquake Engineering. Ohrid, Macedonia, 30 August-3 September.

PARDAL, S.C., CORREIA, P.V.D., LOBO, M. Costa, 1993. *Normas Urbanísticas. Vol. III – Elementos de direito urbanístico. Loteamentos urbanos. Ordenamento agroflorestal*. Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano/Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PARDAL, S.C., CORREIA, P.V.D., LOBO, M. Costa, 2000. *Normas Urbanísticas. Vol. IV – Planeamento integrado do território. Elementos de teoria crítica*. Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano/Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PARDAL, S.C., 2002. *Planeamento do Espaço Rústico*. Associação Nacional de Municípios Portugueses/ Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 143 pp.

PARDAL, S.C., 2003. *Avaliação dos Planos Territoriais face às Dinâmicas de Desenvolvimento do Concelho de Santiago do Cacém*. GAPTEC-CMSC.

PINHO, J., 2000. *Referências para o Planeamento Florestal*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, pp. 95.

PINHO-ALMEIDA, F., MELO, I., CARDOSO, J., BASÍLIO, M. C., BATISTA-FERREIRA, J. L., 1999. *Fungos. In* Caracterização da Flora e Fauna do Montado da Herdade de Ribeira Abaixo. Santos-Reis, M. & Correia, A. I. (Ed.), Centro de Biologia Ambiental, Lisboa, pp. 9-34.

PROGRAMA BASE DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO, elaborado em 1989, pela Oficina de Arquitetura, Lda.;

PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE, volumes 7, 11, 12 e 13, elaborado em 1999, pela FCT da UNL;

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS ETAR do município de Santiago do Cacém elaborado em 2007, pela Divisão de Ambiente e Saneamento Básico, da C.M. de Santiago do Cacém;

PRUDHOMME, C. and REED, D. W. (1999). *Mapping extreme rainfall in a mountainous region using geostatistical techniques: a case study in Scotland*. International Journal of Climatology, 19, 12, 1337-1356.

RAMALHO, M.R., FIDALGO, L., PINHEIRO, I., 1998. *Carta Verde do Litoral Alentejano*. Direção Regional do Ambiente do Alentejo, Lisboa, 42 pp.

RESULTADOS DAS ANÁLISES LABORATORIAIS à água das captações subterrâneas de 2001 a 2006

RIVAS-MARTÍNEZ, S., FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, F., LOIDI, J., LOUSÃ, M., PENAS, A., 2001. Syntaxonomical checklist of vascular plant communities of Spain and Portugal to association level. *Itinera Geobotanica* 14: 5-341.

ROGER, A., 1997. *Court Traité du Paysage*. Gallimard, Paris, 210 pp.

SALGUEIRO, T.A., 1973. *A contribuição das azinheiras e dos sobreiros para a fertilidade do solo*. Fundo de Fomento Florestal, Lisboa, 16 pp.

SILVA, J.S., PÁSCOA, F., DSVPF/DGF, (coord.), 2002. *Manual de silvicultura para prevenção de incêndios*. Direção-Geral das Florestas, Lisboa.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1981): *Pré-História da Área de Sines – Trabalhos arqueológicos de 1972-77*, ed. Gabinete da Área de Sines, Lisboa.

SILVA, Carlos Tavares da (1982): Des structures d’habitat du Neolithique au Portugal, *Actes du Colloque International de Prehistoire, Montpellier, 1981*, p. 17-28.

SISMICIDADE HISTÓRICA E ATUAL (1755 - 1996), Isossistas de Intensidades Máximas, escala de Mercalli modificada de 1956, 1:1 000 000, Instituto de Meteorologia, 1996, Atlas do Ambiente Digital – Instituto do Ambiente

SOARES, J., 1989. A floresta na estratégia de uso do solo. In *Comunicações do Seminário A Agricultura na Estratégia de Uso do Solo*, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação/Secretaria de Estado da Agricultura, Lisboa.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (2000): Protomagalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens Megalíticas, (Atas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo – Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo), *Trabalhos de Arqueologia*, 16, p. 117-134.

SOARES, A. (2001) *Direct Sequential Simulation and Cosimulation*. Mathematical Geology, 33, 8, 911- 926.

SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL, *Notícia Explicativa da Folha 42-C*, Santiago do Cacém, (Lisboa 1993)

VICÊNCIO, Henrique, GRAÇA, Carlos e GUEDES, Margarida. *CADERNO TÉCNICO #6 – Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Proteção Civil*, Autoridade Nacional de Proteção Civil / Direção Nacional de Planeamento de Emergência , 2009, ISBN: 978-989-96121-1-2.

WIJNGAARD, J.B.; KLEIN TANK, A.M.G. and KONNEN, G.P. (2003). *Homogeneity of 20th century European daily temperature and precipitation series*, International Journal of Climatology, 23(6), 679–692.

## ANEXO – ESTUDO DE PREVISÃO DE EQUIPAMENTOS

Este anexo refere-se apenas a alguns equipamentos previstos, uma vez, que para os equipamentos educativos já existe a Carta Educativa; para os equipamentos da administração pública apenas se verifica a necessidade de um equipamento para o município e a cobertura dos equipamentos de saúde está completa. Assim, apenas se apresentam os estudos relativos aos equipamentos desportivos, segurança pública, solidariedade social e de cultura, de recreio e de lazer.

### EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

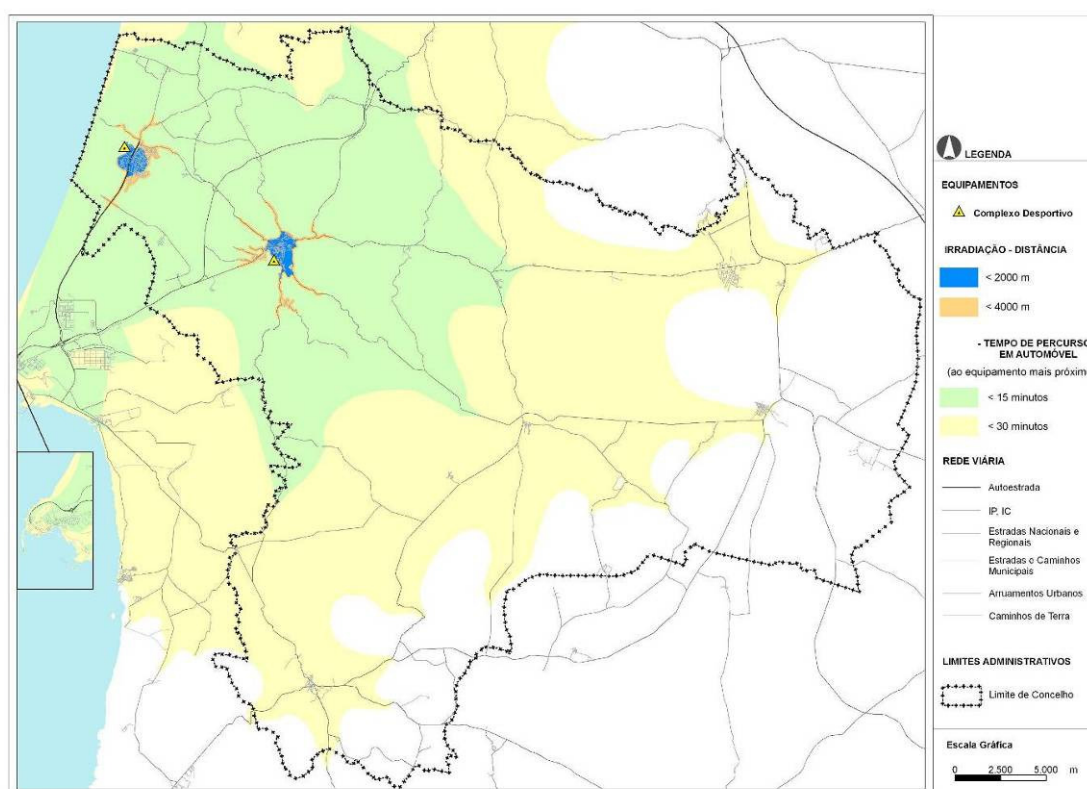
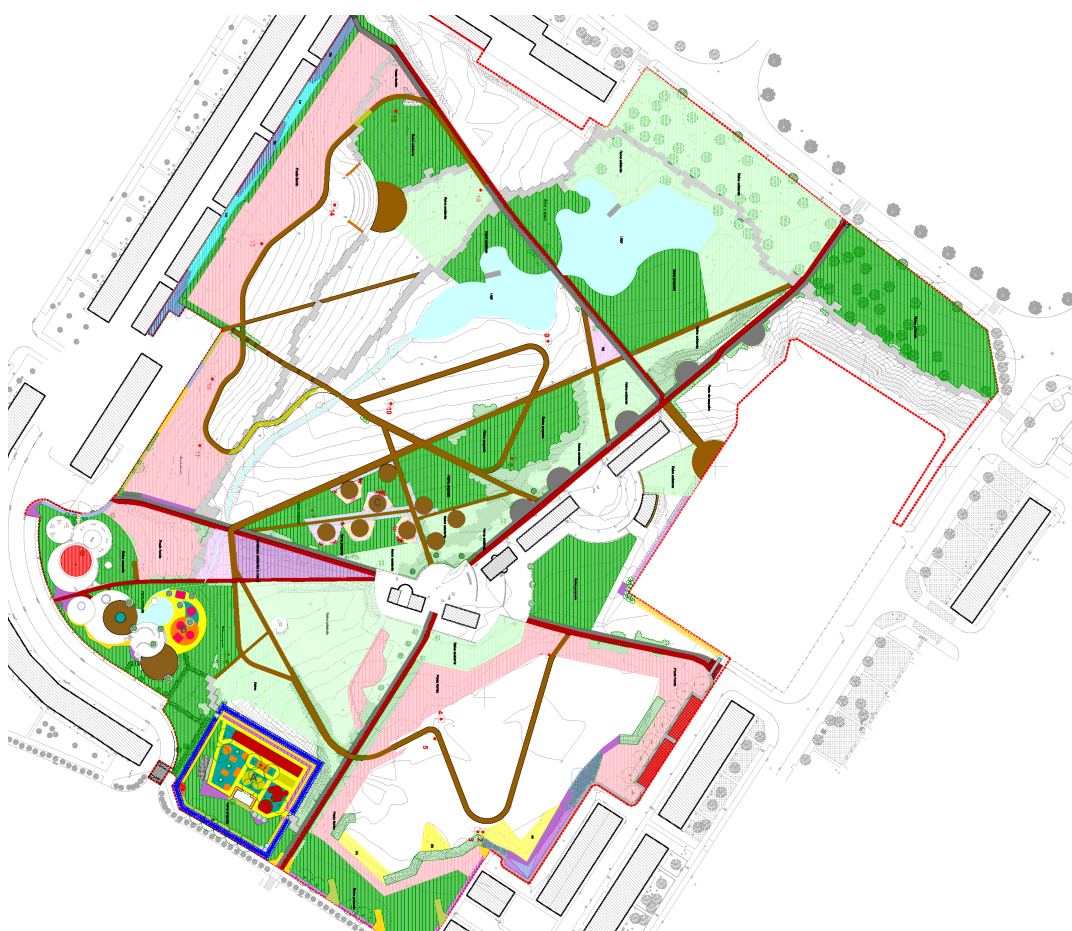


Figura 45 - Cobertura territorial do Parque Urbano Rio de Figueira e do Complexo Desportivo de Vila Nova de Santo André

Em Vila Nova de Santo André encontra-se em construção o circuito de manutenção do Parque Central, no âmbito do PIQURB (Plano Integrado de Qualificação Urbana). Este espaço, representado na figura seguinte, contará ainda com parque de merendas, parque infantil e um *espaço de atividades dinâmicas/intergeracional*<sup>31</sup> (equipamentos que irão permitir a atividade física de jovens e adultos).



Fonte: <http://www.cm-santiagocacem.pt>

**Figura 46 - Planta síntese, do PIQURB, do Parque Central em Vila Nova de Santo André**

<sup>31</sup> Memória descritiva e justificativa – Requalificação e Valorização do Parque Central (PIQURB)

Este Plano Integrado de Qualificação Urbana de Santo André tem também em curso a elaboração de uma rede ciclável em Vila Nova de Santo André, com 11.050 m, que se apresenta em seguida (a vermelho).



Fonte: <http://www.cm-santiagocacem.pt>

**Figura 47 - Planta síntese, do PIQURB, do Rede Ciclável em Vila Nova de Santo André.**



## EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Como se constata na figura seguinte, nas freguesias de S. Domingos e Abela encontram-se extensas áreas cujo tempo de acesso a partir dos quartéis de bombeiros existentes é maior que a generalidade do território municipal (superior a 15 e inferior a 30 minutos).

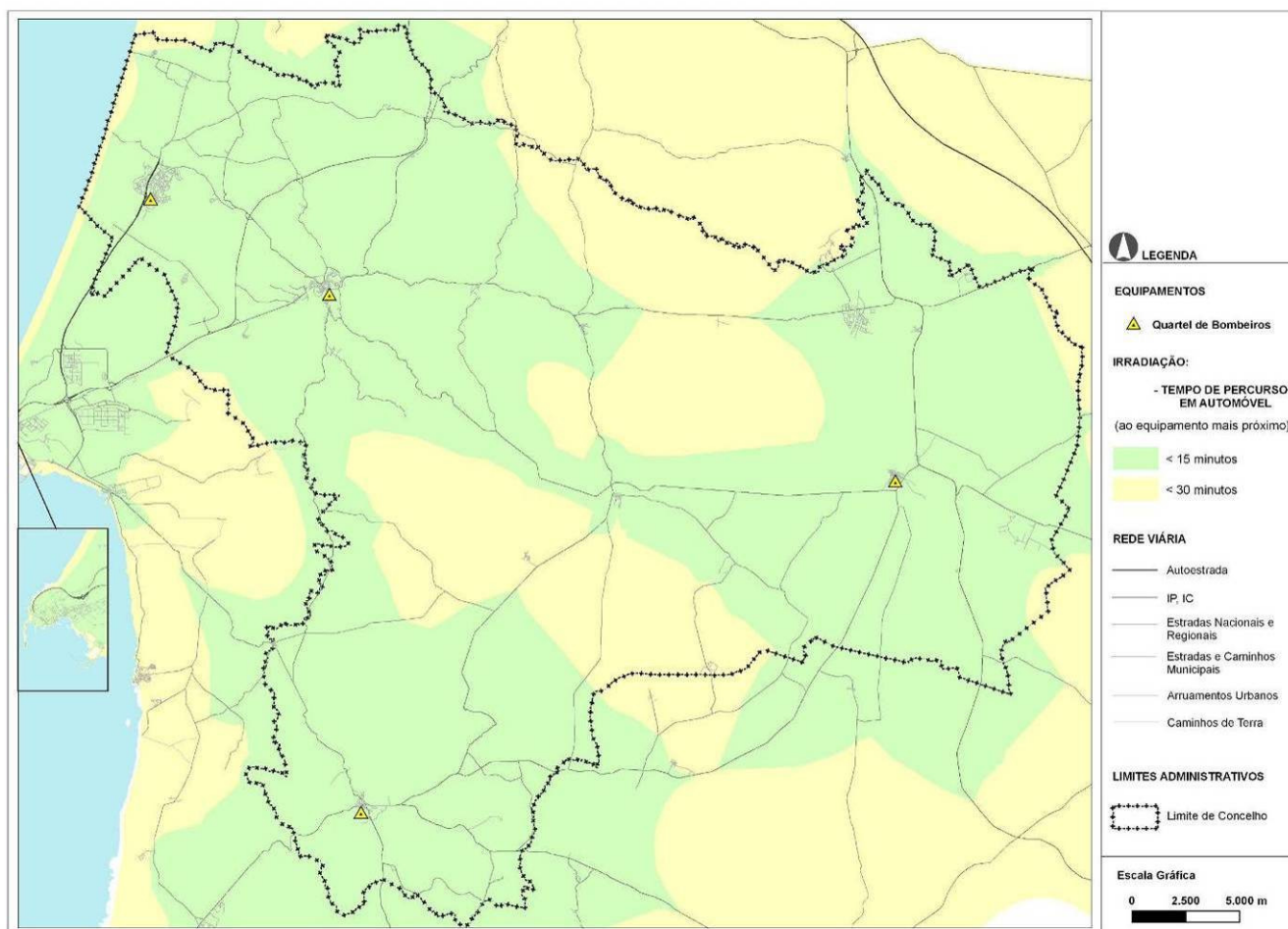
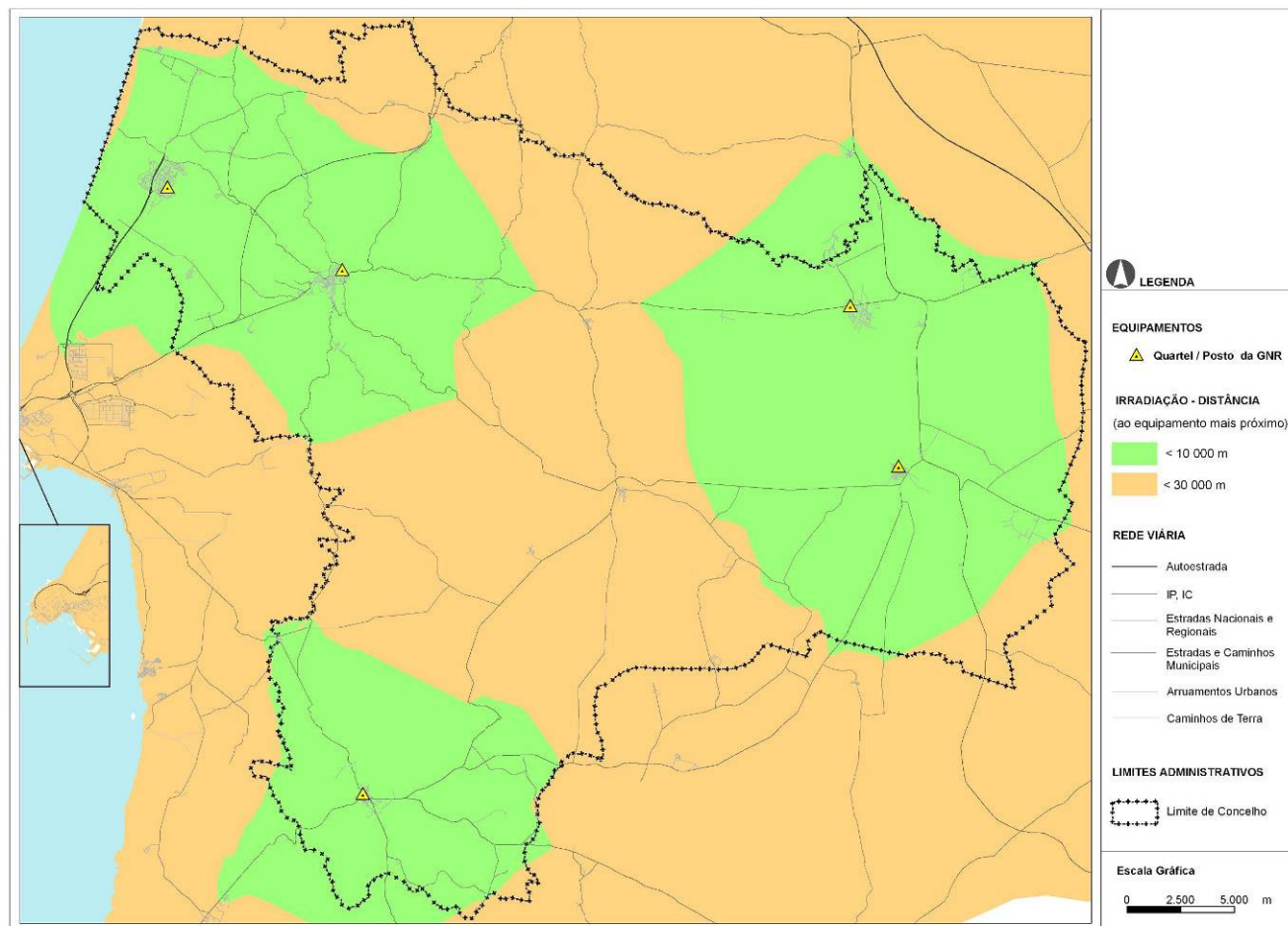


Figura 48 - Cobertura territorial dos quartéis de bombeiros existentes no concelho



**Figura 49 - Cobertura territorial dos quartéis/postos da Guarda Nacional Republicana existentes no concelho**



### **EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

O concelho de Santiago apresentava, em 2009, uma taxa de cobertura de lares de idosos, centros de dia e SAD superior a 20,1%<sup>32</sup>. A análise SWOT da rede social identifica carências ao nível das respostas sociais para a 3ª idade (lares de idosos/centros de dia) nas seguintes freguesias: Santiago do Cacém, Santo André, Santa Cruz, São Francisco, Alvalade, Ermidas-Sado, São Domingos/Vale de Água e Cercal do Alentejo. Na tabela seguinte verifica-se que as freguesias com maior percentagem de idosos são Santa Cruz (34%), São Francisco (33%) e Vale de Água (32%), todas estas freguesias têm centros de dia mas nenhuma tem lar de idosos. Contudo olhando para a população conclui-se que as freguesias de Santiago do Cacém, Santo André, Cercal do Alentejo, Ermidas-Sado e Alvalade têm maior número de população com mais de 65 anos.

Estrutura Etária da População Residente, freguesias de Santiago do Cacém								
Ano 2001	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e +	0 a 14	15 a 24	25 a 64	65 e +
Abela	118	149	529	311	11%	13%	48%	28%
Alvalade	271	314	1.185	545	12%	14%	51%	24%
Cercal do Alentejo	451	478	1.962	991	12%	12%	51%	26%
Ermidas-Sado	235	313	1.102	556	11%	14%	50%	25%
Stª Cruz	47	43	240	170	9%	9%	48%	34%
Santiago do Cacém	914	984	3.841	1.535	13%	14%	53%	21%
Santo André	1.595	1.827	6.046	1.228	15%	17%	57%	11%
S. Bartolomeu da Serra	63	60	212	120	14%	13%	47%	26%
S. Domingos	127	123	481	293	12%	12%	47%	29%
S. Francisco	81	94	424	291	9%	11%	48%	33%
Vale de Água	71	82	364	239	9%	11%	48%	32%

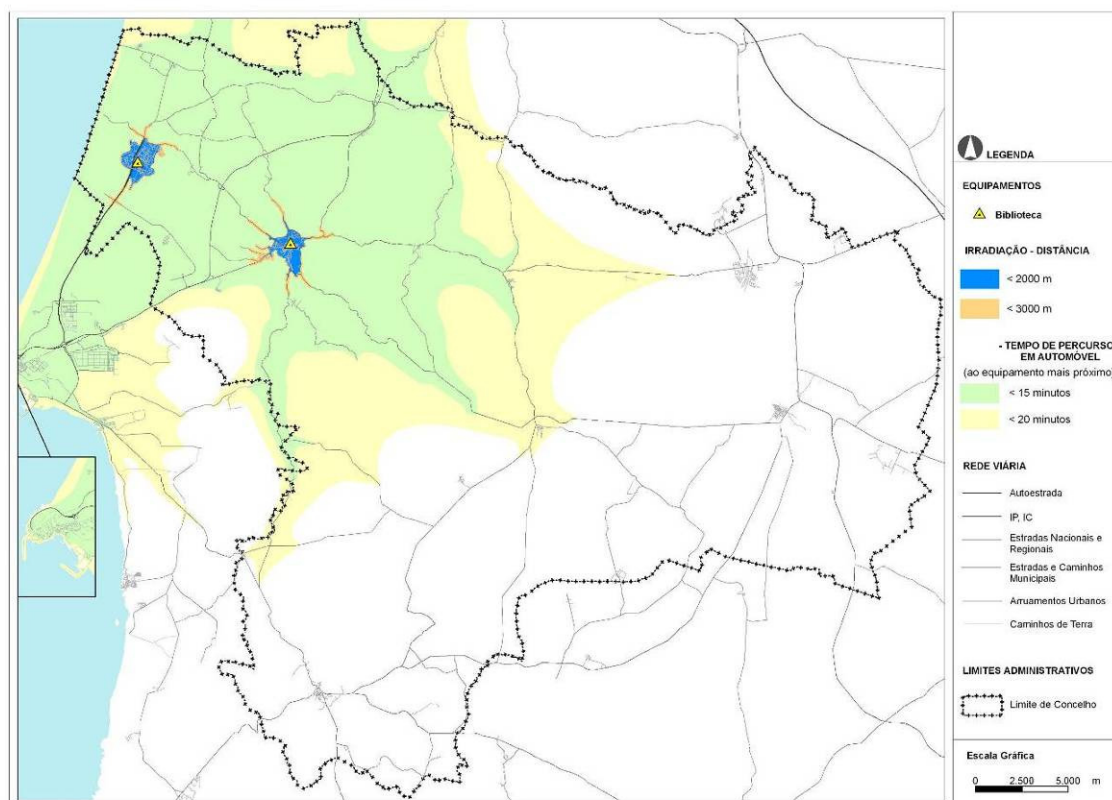
Fonte: INE – Censos 2001

#### **Quadro 30 - Estrutura Etária da População Residente nas freguesias de Santiago de Cacém, 2001**

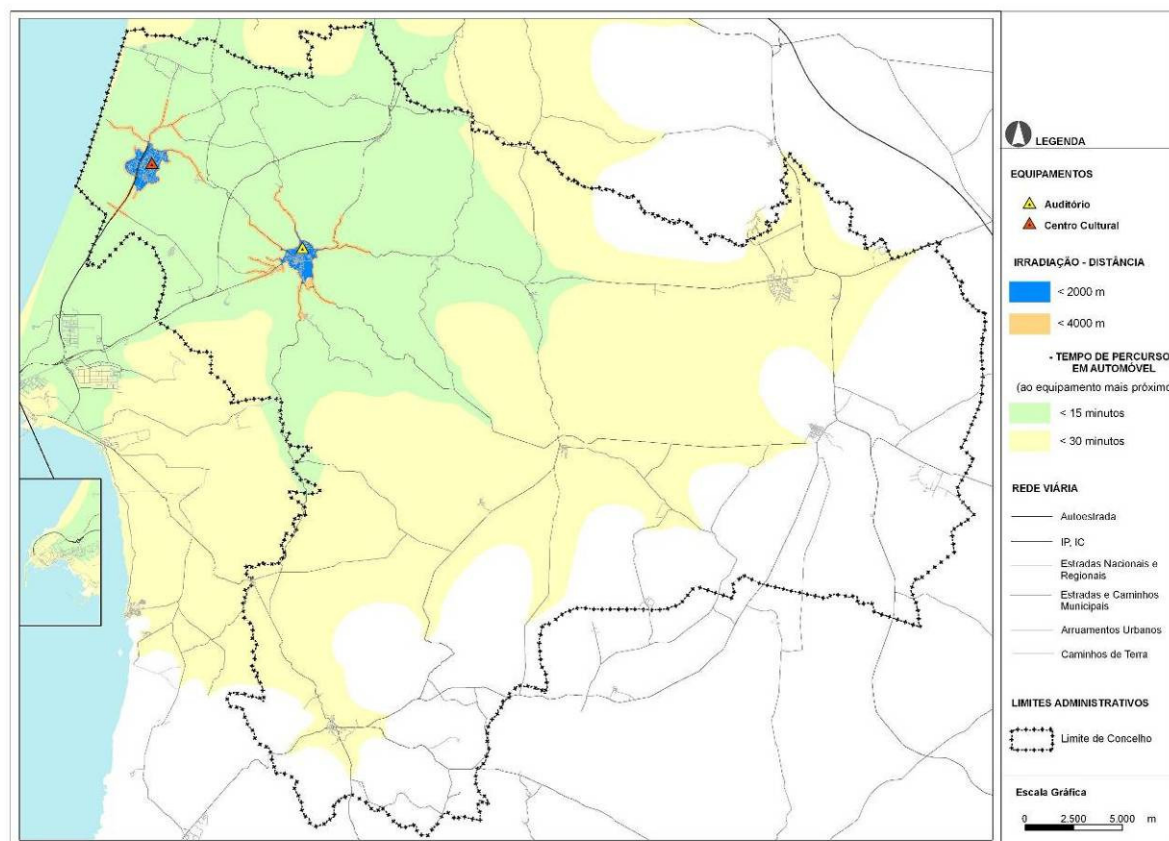
<sup>32</sup> Carta social – Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório de 2009 (Ministério do trabalho e da solidariedade social).

### **EQUIPAMENTOS DE CULTURA, DE RECREIO E DE LAZER**

As freguesias de Alvalade, Ermidas e Cercal do Alentejo têm uma cobertura satisfatória da rede de equipamentos culturais de proximidade (salas multiusos e salas de convívio), contudo a cobertura territorial (irradiação máxima de 20 minutos em automóvel) das bibliotecas nestas freguesias é nula, como se pode verificar na figura seguinte. Relativamente aos auditórios e centros culturais, estas freguesias encontram-se na irradiação dos 30 minutos dos auditórios/centros culturais existentes em Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André.



**Figura 50 - Cobertura territorial das bibliotecas existentes no concelho**



**Figura 51 - Cobertura territorial dos auditórios e dos centros culturais existentes no concelho**

Em relação a outros equipamentos, hierarquicamente superiores, ressalta o conjunto das cidades de Santiago do Cacém, Santo André e Sines, como uma área com elevada concentração populacional, que justifica e proporciona a oportunidade para a instalação de equipamentos de escala regional e nacional, que de outra forma, ou seja, olhando para as cidades separadamente, não seria possível. As parcerias com Sines revelam-se indispensáveis tanto para a criação de novos equipamentos como para a rentabilização dos existentes, evitando redundâncias na oferta que sobrecarregam o município a longo prazo e tendem a prejudicar o sucesso dos projetos que deles provêm.